

Prospectiva (Frutal).

Universidade de ideias volume 2.

Otávio Luiz Machado.

Cita:

Otávio Luiz Machado (2016). *Universidade de ideias volume 2*. Frutal: Prospektiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/53>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/UsX>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A large yellow chevron shape pointing downwards, centered at the top of the cover. The background behind it is a gradient from red to black.

Otávio Luiz Machado (Org.)

Universidade de ideias

Volume II

A large yellow chevron shape pointing downwards, centered in the middle of the cover. It consists of three parallel lines forming a V-shape. The background behind it is a gradient from red to black.

Otávio Luiz Machado (Org.)

**Universidade de ideias
[volume 2]**

**Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016**

∠

Copyright 2016 by Editora Prospectiva

Capa: Jéssica Caetano

Revisão: Os autores.

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade de ideias (volume 2) / org. Otávio Luiz Machado. – Frutal:
Prospectiva, 2016.
609 p.

ISBN: 978-85-5864-040-4

1. Ciências Humanas. 2. Ciências exatas e biológicas. 3. Ciências da linguagem, letras, artes e comunicação. I. Machado, Otávio Luiz Machado.

SUMÁRIO

Apresentação Otávio Luiz Machado	07
ÁREA DE HUMANIDADES	09
Revista Nova Escola (2005-2015), diversidade de gênero e sexo: conversas no armário? Thiago Lucas Leal.....	10
Pode um homem masculino ser homossexual? A homossexualidade masculina como uma escolha de posição na partilha dos sexos Nilmar José da Silva e Rogéria Araújo Guimarães Gontijo.....	47
O fim da Ordem dos Templários: conflitos de poder e interesses por trás da destruição da maior ordem militar e religiosa da Idade Média Gilberto Soares Alves Júnior e José Renato Carvalho.....	97
Desvendando a presidência mineira: primeiras descobertas Loyane Cristine Cafeiro Monteiro.....	139
Cidade dos Estudantes: o caso da experiência da UEMG na cidade de Frutal-MG Otávio Luiz Machado e Jéssica Mayra Camões.....	175
Psicologia e experiência religiosa: um encontro possível Renata Cristina Ferreira e Michele Mileib de Vasconcelos.....	197

Diálogo: sua relevância para a vivência conjugal Elma Adriana da Silva Alves e André Amorim Martins.....	241
O cuidado em saúde mental da população LGBT: um campo assistencial a ser construído Vitor Silva de Oliveira Bolina e Cristiane Santos Souza Nogueira.....	290
ÁREA DE LINGUAGEM, LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO.....	338
Arte, memória e poética museal Celina F. Lage e Luana Stephanie da Costa.....	339
Revisão e edição crítica da canção renascença de edmundo villani-côrtes Andréa Peliccioni Sobreiro.....	355
Design, memória e sustentabilidade: Conexão e aplicação dos conceitos em um ambiente. Letícia H. Guimarães.....	427
A utilização de superfícies superhidrofóbicas em produtos e embalagens alimentares com foco na redução de resíduos Kamila Rodrigues de Oliveira e Artur Caron Mottin.....	455

ÁREA DE EXATAS E BIOLÓGICAS.....503

Estudo de áreas do corredor central da mata atlântica mineira através do levantamento da ornitofauna

Vitor Pinheiro Herdy, João Victor Motta de Souza e Andrade Salerno, Luiz Fernando de Souza Júnior, Daniel da Silva Ferraz e Michel Barros Faria.....504

Silvicultura de eucalipto na região do Vale do Carangola, Minas Gerais

Jaquelina Alves Nunes e Carolina Pinheiro Lourenço.....534

Influência do fluxo no tratamento de água contaminada utilizando lâmpada germicida

Luciana Claudia Martins Ferreira Diogenes, Allynson Takehiro Fujita, Rodrigo Ney Millan e Thaís Bernardes da Cunha Rosa.....560

APRESENTAÇÃO

Otávio Luiz Machado¹

O trabalho de popularização da ciência e divulgação científica de parte da produção científica da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) que propusemos em 2015 continua com o mesmo vigor com o segundo volume da coletânea **Universidade de Ideias**.

A proposta coletiva teve uma adesão significativa dos mais diversos autores de escolas e unidades da UEMG. O que não é pouco.

É importante ressaltar que todos os trabalhos recebidos atenderam a uma chamada pública divulgada pelos canais de divulgação da Universidade. Com critérios públicos e embasados na convocação daqueles que querem dar publicidade aos seus trabalhos, posso dizer na condição de editor que avaliamos que o caminho traçado até o momento tem sido o correto.

¹ Professor da UEMG – unidade Frutal. É editor da Editora Prospectiva.

Muitas sugestões estão sendo incorporadas ao longo desse trabalho, sem contar que novos contributos tornam a nossa proposta cada vez mais reconhecida por aqueles que a conhecem e buscar participar.

É natural que em algumas áreas do conhecimento existam uma concentração de trabalhos, o que exige uma postura do editor em tentar identificar novos autores e convidá-los a participar do nosso trabalho.

Muito grato à equipe envolvida na produção e divulgação desse trabalho, bem como a confiança da própria UEMG em nos permitir que o façamos com todo o compromisso, espírito público, dedicação e ousadia.

Boa leitura!!

ÁREA DE HUMANIDADES

REVISTA NOVA ESCOLA (2005-2015), DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXO: CONVERSAS NO ARMÁRIO?²

Thiago Lucas Leal³

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o discurso presente nas capas da revista Nova Escola num recorte de edições de 2005 a 2015, com intuito de perceber as discussões propostas pela revista sobre a Diversidade de Gênero e Sexual. Baseado em referenciais teóricos que definem e conceituam a idéia de diversidade, tornou-se possível refletir sobre as questões apresentadas nas edições selecionadas para este trabalho e de que maneira as informações são apresentadas ao público alvo – professores neste caso. Dentre os achados da pesquisa estão discussões sobre o posicionamento da revista frente aos leitores e mais ainda questões sobre o feminino, o corpo e o uso de símbolos.

Palavras-chave: Revista, Gênero, Sexualidade, Diversidade, Professores

² Artigo a ser apresentado ao curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História. Defendido em 2015.

³ Historiador formado pela UEMG. Orientadora: Ms. Raquel Silveira Martins de Melo

Introdução

Ao ser pesquisada a definição da palavra diversidade em diferentes *sites* de buscas encontraremos a seguinte descrição:

Diversidade significa variedade, pluralidade, diferença. É um substantivo feminino que caracteriza tudo que é diverso, que tem multiplicidade. Diversidade é a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, ex.: diversidade cultural, diversidade biológica, diversidade étnica, linguística, religiosa etc.⁴

A definição apresentada demonstra o quanto o termo diversidade pode ser plural. Sendo empregado de diversas formas em contextos e áreas diferentes. O termo em si já denota que há – e não é ousado afirmar que sempre haverá – variedade e diferença no que se pensa ser homogêneo. Em especial quando se trata do humano.

⁴Portal Educação, Google, Disponível: <<http://www.significados.com.br/diversidade>> Acesso em 12 de Junho de 2015.

A atualidade faz novos e grandes questionamentos à diversidade. Salta aos olhos uma ideia de aproximação do diverso. Na esteira desses – não tão novos – entendimentos, preconceitos estabelecidos pelas sociedades dão lugar ao desejo de compreensão do mundo das diferenças, o sentimento de igualdade coletiva deixa de representar o normal ou estrutural. O que antes era considerado anormal, e muitas vezes ligado ao ruim ou maligno, passará a ser desconstruído possibilitando compreender no outro mais que um diferente, mas o que é comum no humano e o que é diverso em ser humano. Entender a amplitude do conceito de diversidade e suas implicações no cenário contemporâneo permite que este tema seja trabalhado de forma a construir uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Optamos neste projeto pelo olhar de José Gimeno Sacristán⁵ sobre a diversidade, que nos permite percebê-la relacionada com as aspirações de povos e pessoas à liberdade, à autodeterminação e à

⁵SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.M, Antonio F. *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

democracia, considerando ainda as realidades plurais da sociedade. Respeitando por fim as liberdades básicas de cada indivíduo em suas escolhas, decisões ou diferenças. Apoiado por esta definição é possível destacarmos os conceitos de autodeterminação e o conjunto das diferenças – físicas, religiosas, culturais, sexuais - como pontos estratégicos para trabalharmos a diversidade em diferentes espaços.

Por essa visão é importante que sejam mantidas discussões a respeito da diversidade em várias instituições, permitindo a exposição de seus vieses com a finalidade de alcançar variados espaços/sujeitos. Podendo assim, auxiliar na orientação das comunidades dotando-as de pensamentos críticos para entenderem a cultura, diferenças e principalmente as relações que as constroem. Cumpre também ressaltar a importância em aceitar o outro percebendo suas potencialidades e não mais as características julgadas como diferentes.

Portanto, compreende-se que pensar no *outro*, no *diferente*, na *diversidade*, é pensar na possibilidade de reduzir e eliminar as barreiras do preconceito, da discriminação e da desigualdade. É importante ter em mente que o preconceito não é apenas a não aceitação do outro, liga-se ao aspecto

da própria dinâmica das culturas humanas, sobretudo o etnocentrismo. Isso é a ideia de que os preconceitos estão na ordem de padrões culturais sociais já estabelecidos e aceitos por uma grande parte da sociedade. Nesse sentido, romper com os preconceitos é buscar uma nova ordem de padrão cultural, através da crítica a uma antiga.

É possível compreendermos a educação para diversidade como estimuladora de transformações importantes na mentalidade social, agindo a favor de mudanças de atitudes e de respeito entre o maior número de sujeitos. Ou seja, ao reconhecermos e nos apropriarmos da diversidade, temos a possibilidade de enriquecermos nosso leque de experiências aprimorando os objetivos e práticas educativos.

Dentro de nossa perspectiva, propõe-se compreender os direitos individuais, identitários e as diferenças como forma de diminuir as barreiras preconceituosas da sociedade, concentrando os olhares em uma linha de pesquisa ainda tímida no espaço escolar, qual seja, a diversidade de gênero e sexual.

É preciso entender que em uma sociedade um consenso de condutas e opiniões definidas constitui os chamados padrões culturais. A cultura pode ser

compreendida por um conjunto mais ou menos organizado de tais padrões, onde os sujeitos pertencentes a elas são guiados por estes em todos os campos de suas vidas⁶. Cabe aqui destacar que através dos ensinamentos destes padrões culturais é que as sociedades se perpetuam por cada geração e são estes padrões que referenciam as posições a serem ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Aprender como se comportar, manter opiniões e consensos permite a esses sistemas sociais manterem-se padronizados.

Através dos ensinamentos destes padrões culturais é que as sociedades se perpetuam por cada geração e são estes padrões que referenciam as posições a serem ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Aprender como se comportar, manter opiniões e consensos permite a esses sistemas sociais manterem-se padronizados.⁷

⁶ LINTON, R. Homem e Sociedade. In: CARDOSO, F. H. IANNI, O. *Leituras Básicas de Sociologia Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996. v.5, p.99-102.

⁷ LINTON, R. Homem e Sociedade. In: CARDOSO, F. H. IANNI, O. *Leituras Básicas de Sociologia Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996. v.5, p.99-102.

Para esse artigo torna-se interessante ressaltar a capacidade dos indivíduos de manifestar suas singularidades e sentimentos, de apresentar-se distinto de todos os outros, mesmo em sociedades com padrões normativos estabelecidos. Essa capacidade de interação na sociedade e cultura contribui efetivamente no processo de transformação das sociedades.

Ao compreender que a ideia de “padronização cultural” é possível (tentar) aceitar a incorporação de novos indivíduos no sistema de valores sociais e em sua preparação para ocupar os lugares determinados na estrutura. Por fim os padrões de comportamento que compõem a cultura devem ajustar uns aos outros de tal forma que evitem conflitos e impeçam que os resultados de um padrão de comportamento anulem os de outro. Todas as sociedades desenvolveram culturas que preenchem tais condições embora os processos envolvidos no seu desenvolvimento sejam ainda obscuros.

E é esse movimento de contestação ao posto que se fazem na atualidade questionamentos e proposições dentro da noção de diversidade. Exigindo, ocupando e proporcionando espaços para

que as diferentes minorias expressem suas formas de viver, de pensar o mundo e agir nele e com ele.

No campo educacional há diversos recentíssimos exemplos, desde o debate acalorado sobre a temática de gênero no currículo até em relação ao uso de banheiros por meninos e meninas⁸. Podemos perceber essas individualidades e diferenças contribuindo no processo de aceitação das transformações de gênero e sexualidades ao longo da história e o reconhecimento das lutas, conquistas e direitos destes grupos nas sociedades contemporâneas.

No contexto desse artigo, a proposta é debruçar-se sobre essas questões, através de uma revista que direcionam seus exemplares para um público alvo específico, neste caso, os educadores da Educação Básica no Brasil. Optou-se pela revista *Nova Escola*, por ser um recurso informativo e acessível tanto às escolas quanto aos educadores. Em seus exemplares são encontrados diferentes artigos,

⁸Resolução número 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em 20/11/2015

reportagens, sugestões, relatos que perpassam todas as áreas da Educação Básica. Outra característica significativa da revista está no fato de ser distribuída gratuitamente em escolas da rede pública de todo Brasil permitindo o acesso de inúmeros educadores aos exemplares.

A revista orienta educadores ao mesmo tempo em que os aproxima, permitindo de alguma forma que sejam parte de um todo. Desse modo as questões abordadas seriam aquelas de interesse de todo professor. Para tanto apresenta em seu formato um grande número de fotos, protagonistas e autores dos textos, bem como fotos de locais ou situações escolares. Isso aponta para uma função que vai além da ilustração: as fotos entram na composição do texto escrito, produzindo, com isso, um efeito de evidência. Esse efeito emerge da relação entre essa forma de ilustração e o tipo de texto que caracteriza a revista: a reportagem. Ou seja, dado que na reportagem, como discurso jornalístico, privilegia-se a objetividade, a fotografia tende a exibir o fato e a comprovar a existência da pessoa que fala que escreve que depõe.

Por essa perspectiva o objetivo do presente trabalho constitui-se de uma análise das capas das

edições da Revista Nova Escola, no período de 2005 a 2015 de modo a focar o discurso acerca da sexualidade e gênero presente inicialmente nas capas da revista. Perceber como as informações estão dispostas, como as imagens são apresentadas e o teor informativo que as revistas apresentam sobre o estudo da sexualidade e gênero contribuirá para a compreensão e discussão da importância da perspectiva dessa revista no processo de formação continuada dos professores.

As abordagens relacionadas à diversidade, incluindo neste contexto o gênero e sexualidade, tornaram-se interessantes e importantes no campo da pesquisa, na medida em que a sociedade passou a reconhecer as minorias como grupos marginalizados, ou seja, separados do resto da sociedade, ocupando lugares menores e estando fora do centro das coisas. De forma gradual os diferentes movimentos de minorias—homossexuais, lésbicos, afro-americanos, feministas, culturais— passaram a ser pauta de novos estudos e discussões. Construindo espaços de organização, apoiaram-se em movimentos de luta contra preconceitos e paradigmas, influenciando no surgimento de novos grupos nestas comunidades.

No espaço escolar os olhares para diversidade passaram a ser garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (LDB) de 1996. Tal reconhecimento pauta a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que definem como temas transversais os estudos sobre meio ambiente, etnias, pluralidade culturais e o ponto central da pesquisa estudos sobre sexualidade.

Como se sabe, a elaboração dos PCN, entre 1995 e 1997, teve por objetivo nortear os currículos do ensino fundamental e médio em todo o território nacional, representando um importante passo na inclusão da perspectiva de gênero na educação. Educadores e especialistas foram convidados pelo MEC a elaborar uma versão preliminar e, nesse processo, realizou-se um estudo dos currículos de outros países (como Inglaterra, França, Espanha, Estados Unidos), das propostas dos estados e de alguns dos municípios brasileiros, dos indicadores da educação no Brasil e dos marcos teóricos contemporâneos sobre currículo, ensino, aprendizagem e avaliação.⁹

⁹VIANA, C. UNBEHAUM, S. Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma Análise de Documentos de Políticas Públicas. *Educação e Sociedade*. Campinas, São Paulo, v.27, n.95 2006.

Vale refletir que não foram criadas disciplinas isoladas para estes estudos, ao contrário, todas as áreas de conhecimento deveriam abordar tais temas. A intencionalidade dos PCNs está baseada na diminuição de preconceitos existentes e na contraposição a estereótipos. O tópico Orientação Sexual propõe com grande relevo a perspectiva de gênero.

Busca-se combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, incentivando, nas relações escolares, a diversidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino.¹⁰

Considera-se que a inclusão de uma perspectiva de gênero no ensino não pode restringir-se somente aos instrumentos didático-pedagógicos,

¹⁰BRASIL. *Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.* Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

como propõem os PCNs. Abordar temáticas como, iniciação sexual, masturbação, relacionamento homossexuais, doenças sexuais, prostituição, identidade de gênero, homofobia, pornografia dentro de uma perspectiva pluralista e democrática no espaço escolar contribui para a formação de jovens conscientes sobre as singularidades do outro e de si mesmo.

Neste sentido é possível indagar de que forma e com quais vieses essas discussões têm chegado à escola. Responderemos facilmente que: com certeza, por diversos meandros, uma vez que a escola é uma instituição social. Compreende-se aqui que essas discussões pontuam, transpassam e fazem (re) pensar as questões ligadas a da prevenção às doenças, em especial as sexualmente transmissíveis, bem como pelo próprio cotidiano escolar recebendo, percebendo e reconhecendo as diferenças de gênero seja nas reestruturações familiares, seja nas vivências dos educandos.

Remexendo as roupas do armário: caminhos metodológicos

Para o desenvolvimento do trabalho selecionamos os exemplares da Revista Nova Escola correspondente aos anos de 2005 a 2015. Por ano encontramos 10 publicações da revista, uma vez que a mesma segue o calendário escolar, ou seja, os exemplares são publicados mensalmente exceto nos meses de janeiro/fevereiro e junho/julho.

A maior parte dos exemplares está disponível no site da própria revista¹¹, acessível em formato digital o que possibilita ainda mais o acesso dos educadores. Vale ressaltar que as edições do ano de 2005 não foram encontradas e também não estão disponíveis em formato digital ocasionando a procura dos exemplares físicos. Não foi fácil encontrar as edições desse ano, dessa forma elas foram deixadas fora do estudo.

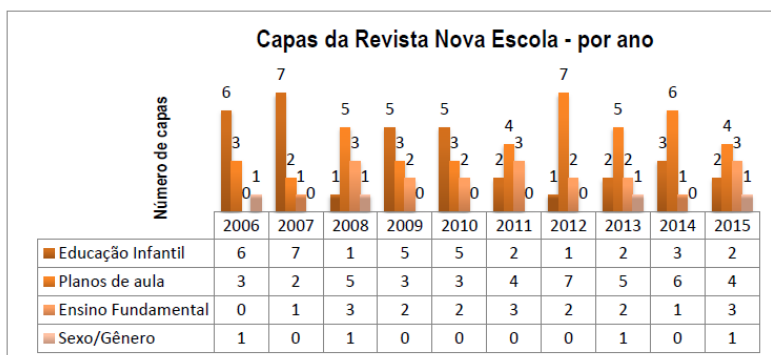
Optamos por utilizar esse recorte temporal de dez anos na expectativa de comprovar e representar de forma razoável a evolução dessas discussões a

¹¹Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/> Acesso em 18 de outubro de 2015

respeito da diversidade sexual e gênero e seu aprofundamento na revista. Compreende-se aqui que tais teriam seus reflexos no ambiente escolar por ser a revista escolhida uma base importante na formação continuada de professores, ampliando sua bagagem teórica e prática dentro e fora da sala de aula. Uma vez que é a publicação com melhor alcance nas escolas do país, seja por seu baixo custo, seja pela distribuição direta e gratuita pela editora.

Pela análise inicial dos exemplares, percebemos que o tema sexualidade não aparece em todos os números do ano, nem em muitos. No período de dez anos aparece de forma explícita somente quatro vezes, nos anos de 2006, 2008, 2013 e 2015 como matéria de capa apontando a importância da discussão do assunto nos exemplares mencionados. Se compararmos as capas referentes ao tema de gênero e sexualidade a outras capas e edições, perceberemos que as capas com temas transversais, currículos escolares ou discussões voltadas para educação infantil aparecem em um número maior de publicações.

Seguindo nossa metodologia analisamos quase cem¹² edições da revista, fontes do trabalho. Observamos as variadas capas correspondentes aos anos mencionados anteriormente e por separação retiramos as edições que traziam em suas capas a temática de gênero e sexualidade.



Ao buscar aquelas capas que abordavam especificamente o tema que para esse trabalho é bastante caro, nos saltou aos olhos a quantidade de temas que são tratados pela revista, mas, mais que isso, algumas considerações sobre as chamadas da

¹² Cabe ressaltar que foram analisados um total de 88 revistas, uma vez que as publicações do meses de Setembro, Outubro e Novembro ainda não estão disponíveis.

capa nos permite discutir – ou apenas vislumbrar – pequenas considerações sobre a tendência editorial da revista.

Como se pode perceber no gráfico acima, a maioria das capas chama mais atenção para os temas relativos à Educação Infantil e para propostas de planos de aula. Apesar de tratar também de temas vinculados ao Ensino Fundamental, a maior parte das edições foca nos dois primeiros temas elencados. Entre 2006 e 2015, no ano em que houve menor enfoque nessas grandes áreas, 2009 e 2011, ao menos 60 % das capas vincularam-se a esses temas.

É possível questionar assim dois pontos em essencial. O primeiro deles é se a revista, na verdade, está voltada essencialmente para os professores do Ensino Infantil, embora distribuída nas mais diversas escolas. O outro é em que medida a revista tem se voltado para propostas que intervêm diretamente no trabalho do professor, seja pautando temas, seja propondo técnicas e metodologias de aulas.

Importa ressaltar ainda as ausências. Apesar de considerar que muitos dos temas foram abordados no interior da revista, considera-se que aqueles assuntos de capa são os mais relevantes para aquela edição. São aqueles que demandaram mais envolvimento e

discussão da equipe de elaboração, e também aqueles que têm mais apelo comercial.

No entanto, como destacado, temas bastante relevantes como o financiamento e as políticas públicas, não estão entre aqueles considerados tão pertinentes a ponto de demandarem uma capa. O que leva à reflexão sobre o que a revista considera como relevante, e mais, o que a revista induz o leitor a considerar como.

Feito a separação constatamos que o número de edições ligadas às discussões que são objetivos desse trabalho era em número inferior a outras publicações. Mesmo em menor quantidade as edições selecionadas deram suporte necessário para a primeira etapa das análises – perceber os elementos presentes nas capas da revista que discutiam sobre a diversidade de gênero e sexual.

Posteriormente cada edição foi analisada individualmente permitindo uma leitura precisa de suas informações, os principais aspectos abordados, bem como as características visuais e direcionamento. É importante destacar que apenas uma das publicações trouxe para o público a discussão referente à questão do gênero no ambiente escolar, publicada em 2015.

Corpos, bonecas, maçãs e fantasias: as capas

As edições elencadas abordaram a temática da sexualidade de forma explícita e chamativa em suas capas elementos atrativos que se referem ao comportamento de crianças e sua sexualidade. Os focos principais das reflexões propostas pela revista de certa forma guiam o público alvo – professores e profissionais da educação – a discutirem sobre o gênero especialmente com ou sobre crianças.

As publicações dos anos de 2006, 2008 e 2015 optaram por ilustrar suas capas com imagens de crianças. Considera-se que as mesmas ajudariam na composição da mensagem a ser transmitidas para o leitor e discutidas em suas reportagens.

Primeiras capas cuja temática se relaciona com as discussões de gênero e sexualidades foram publicadas em 2006 (figura 1) e 2008 (figura 2):



Figura 1: Reprodução da capa de Nova Escola, abril de 2006.



Figura 2: Reprodução da capa de Nova Escola, agosto de 2008.

A primeira capa referente ao mês de abril de 2006 traz em sua edição a imagem de um menino de aproximadamente dois a três anos olhando curiosamente para seu órgão genital. É interessante notar que o título indica a discussão principal da revista e escrita em letras garrafais comprova a intencionalidade de a publicação discutir sobre *Educação Sexual*. Outro ponto de observação liga-se aos subtítulos que informam aos leitores quais os vieses serão abordado nos artigos – temas como masturbação, homossexualidade e namoros– dão sentido à discussão principal que segundo a chamada

da própria edição devem ser aprendidos e levados às casas assim como no ambiente escolar.

É possível notar que a revista não ficou presa apenas ao tema da educação sexual e abordaram alguns elementos a respeito do cotidiano escolar como: educação infantil, lógica, avaliações, propostas de planos de aula dentre outros. Percebemos que a intenção da linha editorial da revista ao apresentar tais artigos sugere aos leitores reflexões acerca de algumas modificações em seus métodos de ensino, expressando a idéia de que a maneira proposta pela mesma seja mais sensata.

Essa linha editorial pode ser percebida em outras capas da revista, fica explícita, por exemplo, no recorte da capa da edição de março de 2010 (figura 3) deixando claro nossa argumentação.

ORALIDADE

Falar bem se aprende na escola

Quer que a turma faça bonito em seminários, debates e entrevistas? Vá para a página 42 e veja como.

E MAIS

- MATEMÁTICA A maneira mais eficaz de iniciar o ensino da raiz quadrada. Pág. 50
- EDUCAÇÃO FÍSICA Inove as aulas com a corrida de orientação e o trekking. Pág. 57
- FORMAÇÃO Grandes mestres contam o que aprenderam com seus erros. Pág. 84

Figura 1: Destaques da capa Revista Nova Escola edição de Março de 2010

O uso de verbos no imperativo – apesar de comum no meio editorial – dá a sensação ao leitor de que ele deve seguir aquela linha de raciocínio ou ação. O uso do adjetivo com graus de superioridade como o destacado acima “mais eficaz” acaba por permitir a compreensão, num olhar mais apurado, de que o modo como o leitor faz não é tão bom quanto o proposto pela revista. Instigar dessa forma os leitores pode estar ligado a um desejo possível de integrar diferentes artigos ou simplesmente dizer que a forma da revista é melhor. Tendo em vista esse objetivo principal fica claro que:

A Revista Nova Escola como um lugar aglutinador, produtor de um discurso sobre idéia de educação e modelo de professor que se almeja formar, tem, também, a função de unificar o discurso sobre a formação. Como uma estratégia para construção de uma representação de um professor voluntarista, a revista, ao longo de sua existência, vem-se constituindo como um lugar legitimado desse paradigma de formação de professores, bem como o veículo de expansão desse discurso de formação¹³.

¹³BIANCHINI, Ângelo Rodrigo. *A Revista Nova Escola e o discurso sobre as tecnologias educacionais na formação de professores*. Anais do VII Seminário

Percebemos o interesse editorial da revista explicitamente direcionando seus leitores a refletirem sobre a necessidade de aperfeiçoarem suas práticas em sala de aula, partindo do princípio que os mesmos devem se atualizar. Em consequência a este pensamento, as atualizações propostas só aconteceriam a partir da prática de ensino proposta pela *Nova Escola*, seja através dos planos de aula, dos textos ou das experiências “exitosas” que são premiadas e divulgadas pela revista.

A intencionalidade do discurso liga-se mais ao ensinar o “que” e “como” fazer do professor distanciando do que realmente poderia ser aproveitado: refletir sobre temas ácidos e difíceis de serem trabalhados e posteriormente buscar novas fontes para um conhecimento melhor.

A segunda publicação examinada correspondente ao mês de agosto de 2008 apresenta a imagem de uma menina de dois a três anos de idade, olhando para o órgão genital de uma boneca (sexo

Internacional Red Estrado. Lima/Peru. 2010. 10 p. Disponível em:

http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/trabajos/eje4/eje4_9.pdf acesso em 25/11/2015

masculino). O título que também expõe a temática da sexualidade é apresentado aos leitores – *Você está pronto para falar sobre sexo?* - o caráter interrogativo da frase instiga os leitores a refletirem sobre as condições individuais que estes possuem para abordar o tema no ambiente escolar.



Figura 4: Destaques no subtítulo da chamada principal da edição de agosto de 2008

No entanto, os subtítulos deixam claro que a intenção do exemplar é guiar os professores na elaboração de um currículo que aborde as questões relacionadas a educação sexual no meio infantil/fundamental. Pela análise da capa em questão percebemos que a temática não aponta para discussões mais profundas de outros vieses como feito na capa anterior. Elaborar um projeto que aborde a questão sexual é o ponto central da edição.

Comparando as duas capas, observamos que alguns elementos se repetem: as crianças como

ilustração principal, os títulos em destaque chamando a atenção dos leitores, os textos adicionais que abordam a temática, artigos relacionados à elaboração de currículos e também os planos de fundo que se assemelham.

Apesar de apresentar elementos parecidos o que mais chamou atenção foi à diferença na imagem das crianças nas duas capas. Percebemos que na imagem primeira imagem - do menino - ele olha com curiosidade para o próprio corpo e na segunda - da menina ela reconhece o sexo olhando para a boneca.

A apresentação das capas parece diferenciar o reconhecimento do sexo pela forma em que são apresentados reforçando a distinção de comportamentos entre meninos e meninas. Essa perspectiva nos leva a pensar na afirmação de Guacira Louro que diz:

Afinal, é "natural" que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que "naturalmente" a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo?...Como professoras de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são "naturalmente" mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando

encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos-nos "preocupar", pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando desvios de comportamento?¹⁴

Compreendemos que os questionamentos acerca da naturalização no ambiente escolar assim como as formas de ensinar e aprender devem estar presentes nos trabalhos sobre gênero e sexualidade. Dentro dessa perspectiva e através dos exemplares analisados refletimos sobre a questão da naturalização dos sujeitos que parecem ter sido mantidas uma vez que houve distinção na apresentação das capas mencionadas.

Dando sequência ao trabalho, passamos para análise da terceira publicação relacionada à temática. A publicação de Maio de 2013 (figura 4) apresenta de forma objetiva o interesse da revista em abordar o tema da sexualidade bem como os interesses do artigo.

¹⁴ LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo; Vozes/1997 p. 64



Figura 2: Representação da capa de Maio de 2013, Revista Nova Escola.

Notoriamente percebe-se que o “desafio” da edição está concentrado no falar “sobre sexo” essa temática segundo a apresentação da capa aponta aos leitores que abordar essa temática é uma tarefa difícil.

Curiosamente a imagem apresentada na revista - a maçã – representou por séculos o “proibido”. Segundo estudos iconográficos que apontam para o valor da representação visual de símbolos e imagens, desconsiderando as características estéticas, trona-se possível perceber a simbologia atrelada à Maçã. A maçã é principalmente associada à imagem de Adão

e Eva. Tradicionalmente o fruto proibido da Árvore do Conhecimento, no Jardim do Éden foi representado por esse fruto, uma impossibilidade botânica visto que as maçãs não eram conhecidas na Terra Santa. Em latim a palavra *malum* significa mal e maçã daí poderá ter nascido à associação.

Quando Adão e Eva são representados segurando a maçã, a simbologia fica clara, ligada a desobediência, ao pecado original de indulgência dos desejos mundanos e do prazer sensual. Contrariamente, quando mostrados junto de Maria ou do Menino Jesus , a maçã significa aceitação dos pecados do Homem e a salvação. Maria é vista como a segunda Eva e Cristo como o Segundo Adão: Cristo e Maria apagaram o pecado original dos primeiros Adão e Eva e restauram a promessa de vida eterna.¹⁵

Tendo em vista a importância da simbologia como ciência que estuda e discute a origem, a interpretação e a arte de criar símbolos. Percebemos a influência desses símbolos em diversas sociedades, expressando assim seus mitos, crenças, fatos, situações ou ideais, como forma representação da

¹⁵ *Bíblia de Jerusalém*. Editora Paulus. 2004. p.36-37; p.2154.

realidade. Ainda com relação à simbologia podemos refletir segundo Jung:

(...) um símbolo tem duas funções principais. De um lado, representa uma tentativa para satisfazer um impulso instintivo, que foi frustrado, e do outro, é uma personificação do material arquetípico. Assim, o símbolo não é uma indicação disfarçada de alguma coisa geralmente conhecida, mas um empenho em elucidar, por analogia, aquilo que ainda está desconhecido ou para representar algo que ainda está para acontecer (...)¹⁶.

Por esse entendimento podemos pensar que subjetiva ou propositalmente a escolha da ilustração exprima mesmo essa idéia, de que abordar discussões sobre o sexo seja proibido, um tabu social que exige principalmente dos professores conhecimentos/cuidados específicos para serem trabalhados no ambiente escolar.

Os subtítulos da publicação confirmam este pensamento uma vez que comunicam aos leitores que serão ensinados a eles como devem agir/lidar com estas questões, novamente a revista propõe aos

¹⁶JUNG, Carl Gustav. *A dinâmica do inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

professores o método mais eficaz para realização de seu trabalho.

Se a revista assume o papel de trabalhar com representações sociais sejam elas coletivas de um conhecimento sobre um objeto, fato ou mesmo autoconhecimento; a mesma deve considerar que as construções desses elementos apresentam-se através da interação entre os indivíduos na medida em que algum meio de comunicação, seja a própria fala dos interlocutores, símbolos visuais, sonoros e gráficos, propagados para que se efetivem essas interações.

Se a revista apresenta sua edição com uma imagem que se liga ao proibido ela acaba por instigar ao leitor/professor uma preocupação em lidar com o tema além de “forçá-lo” a reproduzir o que a própria considera como forma correta de lidar com a temática.

A última capa analisada corresponde à edição de Fevereiro de 2015 e pela primeira na revista há uma discussão principal voltada para a diversidade de gênero.



Figura 3 Representação da capa de Fevereiro de 2015, Revista Nova Escola

Ao observarmos a capa superficialmente podemos ressaltar alguns aspectos que chamam atenção. O fundo azul como cor escolhida na edição aponta a ideia de ser ideal uma vez que o título anuncia ao leitor – *Vamos falar sobre ele?* – uma vez que socialmente nos foi estabelecido que azul fosse a cor que representa meninos e rosa meninas. Outro aspecto a ser considerado, porque um menino foi escolhido para estampar a capa da edição? Porque não duas crianças de ambos os sexos e com identidades de gênero diferentes poderiam ilustrar a revista?

Ao compreendermos a questão da identidade de gênero, associada à maneira como algum indivíduo se sente e se apresenta para si e para as demais pessoas, como masculino ou feminino, independentemente do sexo biológico (fêmea ou macho) ou da orientação sexual (homossexual, heterossexual ou bissexual). É a forma como nos reconhecemos a nós mesmo e desejamos que os outros nos reconhecessem. Incluindo a maneira de agir, vestir, andar e falar.

A revista apresenta o tema de discussão expressando claramente a dificuldade em lidar com esse assunto no meio educacional, e para isso os professores devem estar preparados, ou melhor, devem ser preparados para lidarem com tal questão.



Figura 4 Destaque subtítulos da capa Revista Nova Escola edição Fevereiro 2015

A chamada no subtítulo surpreende pela forma como foi escrito, o caráter pejorativo é expresso na frase – *Como lidar com um aluno que se veste assim?* – a revista chama atenção dos leitores e apontam para o erro do garoto se vestir como menina. Ao incitar esse pensamento podemos perceber que a revista tendenciosamente conduz a discussão de uma característica errada e que precisa ser refletida de forma correta.

Dentro de nossa perspectiva de noção de diversidade, a proposta da revista deveria compreender os direitos individuais, identitários e as diferenças como forma de diminuir as barreiras preconceituosas da sociedade. Ao colocar em pauta esse debate em sua edição, a revista poderia ter minimizado os impactos ligados a questão de gênero e efetivamente auxiliar seus leitores a compreenderem e lidarem de forma natural com as diferenças.

A preocupação em estender as discussões relacionadas à diversidade de gênero e sexo no meio educacional sustenta a noção de que o referido tema é relevante considerando, ao mesmo tempo, sua complexidade e sua contemporaneidade como afirma a pesquisadora Guacira Louro:

Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição pragmática leva a perguntar: que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas.¹⁷

Ao utilizar a ideia de ameaça a normatização da educação a autora não indica um caminho para destruir uma espécie de normatização, e instigar talvez um processo de transformação, onde a normalização acaba por dar lugar à outra.

Ela nos conduz a refletirmos sobre as transformações dos espaços escolares, percebendo a necessidade de serem compreendidas as multiplicidades, os diferentes sujeitos e as novas práticas frente à diversidade de gênero e sexual. A revista como meio de comunicação presente em

¹⁷LOUROG. L. *Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. São Paulo: Vozes/1997

diferentes ambientes escolares precisa apropriar-se desse pensamento e ao discutir temas relevantes como - gênero e sexualidade - pautar as discussões em argumentos/ pensamentos objetivos diminuindo os problemas relacionados aos mesmos.

Sem fechar o armário: breves considerações finais

Dentro de nossa perspectiva, através da análise das capas dos exemplares selecionados constatamos que houve uma preocupação em discutir – e/ou levar à reflexão para os leitores, incentivando uma reflexão maior sobre a diversidade de gênero e outros discursos presentes na revista, porém percebemos também que há certo posicionamento editorial que apresenta aos leitores formas de conduzir práticas, discussões, currículos, ou seja, a revista Nova Escola se mantém à margem de uma proposta de discussão e não preocupa definitivamente com o rompimento de paradigmas.

É necessário que haja uma continuidade nos trabalhos para que possam ser analisados os caminhos inversos dessa pesquisa e que outros temas possam ser pensados e também trabalhados abordando questões ainda mais diversas, cumprindo

com o objetivo inicial de eliminar conceitos estáticos sociais sobre a diversidade.

Referências Bibliográficas:

BIANCHINI, Ângelo Rodrigo. **A Revista Nova Escola e o discurso sobre as tecnologias educacionais na formação de professores.** Anais do VII Seminário Internacional Red Estrado. Lima/Peru. 2010. 10 p. Disponível em: http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/trabajos/eje4/eje4_9.pdf acesso em 25/11/2015

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/> > Acesso em 01 de julho 2015.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. A

pesquisa em trabalho, educação e política s educacionais. São Paulo: Alínea, 2012 v.1, p. 39-56.

JUNG, Carl Gustav. *A dinâmica do inconsciente.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

LINTON, R. Homem e Sociedade. In: CARDOSO, F. H. IANNI, O. **Leituras Básicas de Sociologia Geral.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996. v.5, p.99-102. 17

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** São Paulo; Vozes/1997 p. 64

SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.M, Antonio F. *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.* Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113

VIANA, C. UNBEHAUM, S. Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma Análise de Documentos de Políticas Públicas. **Educação e Sociedade.** Campinas, São Paulo, v.27, n.95 2006.

PODE UM HOMEM MASCULINO SER HOMOSSEXUAL? A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA COMO UMA ESCOLHA DE POSIÇÃO NA PARTILHA DOS SEXOS¹⁸

Nilmar José da Silva¹⁹

Rogéria Araújo Guimarães Gontijo²⁰

RESUMO: Este trabalho discute a homossexualidade masculina a partir de Freud, Lacan e outros psicanalistas contemporâneos, mostrando que dentre os três elementos que fazem parte da constituição da sexualidade humana, que são o aparelho anatômico, a escolha do objeto sexual e a escolha da posição sexuada, o último é o responsável pela posição masculina ou feminina de um homem homossexual. O artigo mostra que a modalidade de gozo frente ao objeto sexual

¹⁸ Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Divinópolis)

¹⁹ Aluno concluinte do Curso de Psicologia da UEMG – Divinópolis, Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG) e Pós-Graduando em Decência do Ensino Superior pelo Instituto Cotemar. E-mail: nilmaruemg@gmail.com

²⁰ Professora e orientadora deste Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da UEMG– Divinópolis, Mestre e Doutoranda em Psicanálise pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

eleito pelo sujeito é o que define a sua posição na partilha dos sexos, conforme verificado nas *fórmulas quânticas da sexualização* de Lacan. O trabalho apresenta como se dá a relação equivocada entre o conceito de feminino e de inferioridade, o que contribui para que a homossexualidade seja erroneamente enquadrada em um discurso social de inferioridade frente à ideologia androcêntrica. A homossexualidade masculina é também tomada neste artigo como validação do axioma lacaniano de que *não há proporção sexual*. Como metodologia foi adotada a pesquisa qualitativa através da revisão bibliográfica dos textos de Freud e Lacan.

Palavras-chave: Homossexualidade. Partilha dos sexos. Masculino.

1. Introdução

“Ser um homem feminino não fere o meu lado masculino” (Pepeu Gomes).

No dia 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, o *Stonewal*²¹ abriu precedentes para que os

²¹ rebelião de *Stonewall*, ocorrida em um bar *gay* de Nova Iorque nomeado *Stonewall Inn*, no dia 28 de junho de 1969, marcou o início do movimento *gay* que lutou contra a repressão e a perseguição dos homossexuais nos Estados Unidos. Uma batida policial ocorrida no local representava a homofobia exercida pelo Estado que colocava os

homossexuais reagissem à pressão social personificada na figura dos policiais e dessem início a um movimento de militância que fosse exemplo para o mundo todo. Neste dia, nascia o chamado movimento *gay*, uma organização de pessoas que com as suas práticas sexuais, identificações e ideologias explicitam a impotência de uma lógica arbitrária que tenta regular, até hoje, a vida sexual dos sujeitos pregando a heterossexualidade como norma ou naturalidade.

No Brasil, assistimos em pleno ano de 2015 um cenário ainda retrógrado no campo da promoção de Políticas Públicas para os homossexuais, já que boa parte da sua Câmara de Deputados ainda insiste em desconsiderar que o Estado brasileiro é laico e, assim, tenta boicotar direitos já adquiridos e possíveis avanços. Através de discursos religiosamente fundamentalistas, calcados num cientificismo que prega o encaixe anatômico entre os corpos como uma verdade dada, a homofobia nada

homossexuais às margens da sociedade. A partir de então, o dia 28 ficou conhecido como o dia do Orgulho LGBT, sigla que faz referência às Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros.

mais faz do que tentar impor uma obviedade sobre a relação homem/mulher.

Mas, o que a psicanálise tem a ver com isso? Sendo o conceito de sexualidade um dos principais elementos dos estudos de Freud, a homossexualidade é vista pela psicanálise não como um aspecto reducionista dos sujeitos, mas, antes, como uma expressão dos seus desejos, já que a pulsão sexual nada mais faz do que seguir os ditames do inconsciente, sempre de forma particular e individual.

O axioma lacaniano a respeito da *não existência da proporção sexual* será apresentado neste artigo por meio da análise do que Lacan chama de a “ética do celibatário”, um modelo de vivência da sexualidade que expressa a fluidez e a descontinuidade das relações, o que será detalhado na diferenciação entre o movimento *gay* e o homossexual.

Com o uso de uma leitura também filosófica e sociológica sobre a questão *gay*/homossexual, apresentar-se-á como é equivocada a equiparação entre o conceito de feminino e de inferioridade, adotada no discurso social por meio da ideologia androcêntrica que considera o feminino como

faltoso, incompleto e que ao atrelar o homossexual à figura da mulher, contribui para que a segregação e a intolerância reservem lugares sociais estigmatizados para o homem homossexual.

A homossexualidade pode ser verificada em muitos casos clínicos apresentados por Freud de forma latente, o que foi constatado pelo médico de Viena como um elemento que compõe e confirma a sua tese sobre a bissexualidade humana, independente de o aparato anatômico ser macho ou fêmea. Serão apresentadas neste trabalho algumas das teses de Freud, Lacan e outros psicanalistas contemporâneos sobre a sexualidade de um homem que elege outro homem como seu objeto sexual. Veremos que, a partir das *fórmulas quânticas da sexuação* de Lacan, ser masculino ou feminino não tem relação com a escolha de objeto sexual, ou seja, um homem pode ser masculino fazendo do seu objeto sexual (outro homem) um elemento fálico. Ao encontrar-se do lado todo-fálico no grafo da sexuação, um homem não é considerado feminino pelo fato de não gostar ou não manter relações sexuais com uma mulher, pois a escolha da posição sexuada (ser ou ter o falo) é apenas um dos itens que compõem a sexualidade humana.

2. A sexualidade para além do corpo sexuado

Para Jacques Lacan (1999[1957-1958]), “a mola última do inconsciente é o desejo de reconhecimento do sujeito”, tal como afirmado no *Seminário V*. Desta maneira, a estrutura neurótica evidencia-se como o modo por excelência do sujeito, dentro da análise, traçar caminhos pelos quais busca conhecer aquilo que outrora fora recalcado e que, dado o seu constante retorno, emerge em forma de sintoma. Em análise, a passagem da queixa à demanda tem como prerrogativa justamente esta implicância, este desalojamento que o indivíduo faz da posição de passividade frente ao que ele desconhece para, então, torná-lo consciente. O epicentro deste emaranhado é, para a psicanálise, a *sexualidade*, e uma das primeiras rupturas atuadas por Sigmund Freud na história da criação desta ciência foi com a tradição naturalista quanto ao discurso que já se encontrava estruturado na Viena do século XIX para o século XX²²: ali, homem e

²² Tempo chamado de *Modernidade Vienense*, resultado de profundas mudanças políticas, culturais e sociais e que

mulher, masculino e feminino, macho e fêmea não passavam de determinações dadas pelo corpo biológico, pelo corpo sexuado, implicando uma coisificação do ser humano, já que restringia a sexualidade à aparência da anatomia dos sexos. Orienta-nos Freud (1905):

A opinião popular faz para si representações bem definidas da natureza e das características dessa pulsão sexual. Ela estaria ausente na infância, far-se-ia sentir na época e em conexão com o processo de maturação da puberdade, seria exteriorizada nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e seu objetivo seria a união sexual, ou pelo menos os atos que levassem nessa direção. Mas temos plena razão para ver nesses dados uma imagem muito infiel da realidade; olhando-os mais de perto, constata-se que estão repletos de erros, imprecisões e conclusões apressadas (FREUD, 1905, p. 128).

A subversão freudiana não apenas propunha-se como uma epistemologia inovadora, mas também denunciava os impasses de uma época: patriarcado fragilizado, emergências de novas configurações do

abrigou contradições, rupturas e a divergência entre o moralismo científico e o esteticismo (WINOGRAD, 2014).

papel social da mulher, etc. Como resposta sintomática a este tempo, a mulher histérica suscitou como solicitante do direito de fazer uso da própria palavra e da escuta alheia, oferecendo aos homens, pela figura de Freud, um imperativo: “Cala-te! Deixe-me falar!”. A mulher até então condenada a viver apenas na esfera particularizada da sua morada residencial (oikos) encontrou, em Freud, um aliado para falar da sua insatisfação com este lugar a ela reservado e, pela maiêutica, falar da sua vontade de adentrar a esfera pública (pólis). Freud modificou o formato da conversação vigente até a sua época abrindo o campo da fala feminina e subvertendo o estatuto patriarcal do discurso. Ali, surgiu a figura do analista, já que se inaugurou a audição do não-dito.

Assim, perguntamos: no que se refere a sexualidade para psicanálise? Não será no limite das escolhas sexuais e das suas práticas, na instância da genitalidade, na reprodução humana. Trata-se da *lógica pulsional e do desejo*, tão contrária à normatização naturalista e biologicista, e escapável de parâmetros e construções modelares. O arquétipo não é bem vindo para a sexualidade na psicanálise e a sexualidade não está em função do corpo: ela engendra a existência humana como um todo, sem

repartições. Será entre estas instâncias que a sexualidade tomará o seu curso. É justamente este desconforto que a psicanálise traz na sua práxis para a ciência feita aos moldes cartesianos, seja quando da sua criação, seja na contemporaneidade.

A grande descoberta do médico de Viena foi a vinculação entre a sexualidade e a neurose (patologia), a sexualidade e o trauma:

Devo primeiramente esclarecer, repetindo o que eu já disse em outras publicações, que essas psiconeuroses, até onde chegam minhas experiências, baseiam-se em forças pulsionais de cunho sexual. Não quero dizer com isso apenas que a energia da pulsão sexual faz uma contribuição para as forças que sustentam os fenômenos patológicos (os sintomas), e sim asseverar expressamente que essa contribuição é a única fonte energética constante da neurose e a mais importante de todas, de tal sorte que a vida sexual das pessoas em pauta expressa-se de maneira exclusiva, ou predominante, ou apenas parcial nesses sintomas. Como exprimi em outro lugar, os sintomas são a atividade sexual dos doentes (FREUD, 1905, p. 154-155).

A psicanálise age, portanto, como um modo de eliminação dos sintomas que funcionam como

substitutos de um agrupamento de desejos e aspirações munidos de afetos que, pelo recalçamento, fora negada uma descarga pelo viés psíquico de modo consciente (FREUD, 1905). Desta forma, a descarga que torna-se necessária frente à aspiração cunhada de valor afetivo, presentifica-se através do sintoma que, inicialmente na psicanálise, foi verificado no caso das conversões históricas como fenômenos somáticos. O sintoma serve, assim, como um substituto, um suplente advindo da pulsão sexual. É, diz Freud (1905), “um grau de recalçamento sexual que ultrapassa a medida normal; uma intensificação da resistência à pulsão sexual” (FREUD, 1905, p. 155-156). O sintoma surge como o resultado da fuga que o sujeito executa frente ao problema do sexo.

3. A sexualidade do menino edipiano

Como um dos conceitos mais caros para a psicanálise, o Complexo de Édipo toma o mito grego como base fundamental para explicar a forma que a criança, menino ou menina, poderá dar contorno e canalizar um desejo que não para de transbordar. Uma vez que apropriar-se dos pais como parceiros

sexuais é assimilado gradativamente como um empecilho social, caberá à criança transformar o seu desejo polifórmico e perverso em algo socializável através de identificações unificadoras, o que demarcará para a mesma a impossibilidade de adotar as vontades próprias como inteiramente satisfeitas.

Pelo fato do Complexo de Édipo ser uma passagem traumática, já que sexual e de castração, Freud elegeu as impressões infantis como tomadas por uma “amnésia semelhante a que observamos nos neuróticos em relação às vivências posteriores, e cuja essência consiste num mero impedimento da consciência (recalcamento)” (FREUD, 1905, p. 165). Assim, a sexualidade infantil, que está muito além de uma demarcação cronológica e biologicista do funcionamento corporal, torna-se o ponto crucial que traz, em forma de sintoma, o retorno do recalcado na vida adulta, pois “a sexualidade dos psiconeuróticos preserva o estado infantil ou é reconduzida a ele” (FREUD, 1905, p. 165). A amnésia infantil é, todavia, o preâmbulo indispensável para a formação da amnésia histórica, inata a todos os indivíduos neuróticos, seja no menino ou na menina, pois no inconsciente não há a bifurcação homem ou mulher, mas, sim, um tipo de traço unário e impossível de ser

estruturado em uma relação (MIRANDA, 2003, p. 88).

Esta espécie de crise ou passagem pela qual criança alguma pode escapar proporciona o contorno do tipo de adulto que a mesma será futuramente por ser a matriz da identidade sexual adulta, além de dizer da capacidade dos indivíduos de equilibrarem ou não os desejos sexuais que lhes são próprios com aquilo que demanda a sociedade. Aproximadamente na idade de três ou quatro anos, de acordo com as orientações freudianas, o menino tem o pênis como o regente de todo o seu prazer. Nesta fase, “o órgão peniano torna-se a parte do corpo mais rica em sensações e impõe-se como a zona erógena dominante, uma vez que o prazer por ele proporcionado à criança torna-se a referência principal de todos os outros prazeres corporais” (NASIO, 2007, p. 21). A impressão imaginária do pênis faz-se tão imponente que o mesmo torna-se o objeto mais narcísico e valorativo do menino, já que a virilidade e o poder estão associados à sua posse, o que é experimentado junto à fragilidade e o medo da castração, paradoxalmente.

O pênis, adotado como fantasioso, diz respeito ao falo²³ e é emaranhado pela onipotência e vulnerabilidade de modo simultâneo, o que dá ao menino a sensação de idolatria e a angústia de sê-lo perdido. A criança já terá representada nesta idade a existência universal do falo, bem como a noção de perda, experiências indispensáveis para que o menino possa sair do Édipo posteriormente. A novidade deste Complexo está no imperativo categórico de desfrutar o corpo do Outro através da sua posse, uma vez que é no enlace com este que o prazer é possível. O desejo incestuoso, que é um desejo virtual, visa o gozo, a fusão do menino com o seu genitor, representando a dualidade finalizada no Um, o absoluto impossível.

Se o Édipo trás consigo a lógica do desejo, três serão os desejos fundamentais do menino: o de *possuir* sexualmente o corpo do Outro; o de *ser possuído* pelo corpo do Outro; e o de *suprimir* o corpo do Outro. Estes três são a matriz originária do

²³ “A palavra falo, derivada do latim, designa esse órgão mais no sentido simbólico, ao passo que denominamos de itifálico (do grego *ithus*, reto) o culto do falo como símbolo do órgão masculino em ereção” (ROUDINESCO, 1998, p. 221).

desejo masculino, sendo que no terceiro o desejo está referenciado de modo particular ao pai. Para lidar com a impossibilidade de fazer destes três uma atuação, o menino faz uso da fantasia como uma espécie de consolo de forma imaginária que pode ser consciente ou inconsciente, elevando o nível de prazer e minimizando a tensão psíquica promovida pela frustração. No desejo de ser possuído pelo Outro, mora a possibilidade do menino assumir o papel passivo de ser a coisa do pai e fazê-lo gozar (NASIO, 2007), mas que se refere à apropriação simultânea de uma atitude ativa enquanto aquele que seduz para ser seduzido. Para Nasio (2007), “se essa fantasia edipiana de sedução do menino pelo pai imobiliza-se e invade mais tarde a vida do adulto que a criança se tornou, ela medra como um agente nocivo, causa frequente de uma forma de histeria masculina muito difícil de tratar” (NASIO, 2007, p. 31). O avesso desta possibilidade é o medo de perder a virilidade e tornar-se a mulher-objeto do pai sedutor.

Como se dá, contudo, o fim da crise edipiana para o menino na perspectiva freudiana? Ao ser possuído pelo medo por causa da crise estabelecida entre as fantasias de prazer e as fantasias de angústia,

esta última guia o menino à desistência do objeto dos seus desejos, abrindo mão dos pais para preservar o seu pênis-falo (corpo). O menino faz, assim, a escolha entre a posse da mãe e a preservação do pênis, recalcando os seus desejos incestuosos, as suas fantasias e as suas angústias em relação à mãe. Este fechamento é que dará ao menino a abertura necessária para outros objetos que não os pais.

No caso da menina, o pai aparece inicialmente como objeto de amor, já que o mesmo a remonta a sua falta e posteriormente ele virá a ser substituído por aquele que poderá adotar este papel paterno dando à filha um filho. O processo edípiano do menino parece ter muito mais claramente estabelecido a sua função: a de possibilitar que o mesmo se identifique com o próprio sexo. Sendo esta realizada na relação imaginária e ideal com o pai, isso levaria o menino a aceder à mesma posição, tornando-se, também, pai. Para tanto, a psicanálise, aplicando-se pelo viés anti-mecanicista quanto ao *modus operandi* dos sujeitos, não poderia sustentar uma práxis que considerasse o Édipo como uma formatação massificadora dos indivíduos, mas, antes, enxerga-o dentro das suas mais diversas possibilidades, inclusive como apenas *uma* daquelas

adotadas como a amarração que o indivíduo pode fazer para haver-se com o seu desejo. Desta forma, a pergunta/problema freudiana, anterior a qualquer definição sobre como se dá o Édipo no menino é: *o que é um pai?*

Lacan (1995) considera que este quesito acomete a qualquer indivíduo neurótico ou não durante a sua experiência infantil porque ela contorna o problema do significante do pai, um dos conceitos essenciais da sua primeira clínica. “Formular a questão o que é um pai? é algo diverso de ser-se um pai, aceder à posição paterna” (LACAN, 1995, p. 208). A suposição dialética de que, sim, há aquele que possa dizer de maneira contundente *ser um pai* não assegura, entretanto, esta posição, mesmo que ela seja indispensável para o processo edipiano. Isso, diz Lacan (1995), “*não resolve de modo algum a questão de saber qual é a posição particular, intersubjetiva, daquele que, para os outros, e especialmente para a criança, preenche esse papel*” (LACAN, 1995, p. 209).

Para Lacan (1995) “não basta que o sujeito, depois do Édipo, alcance a heterossexualidade, é preciso que o sujeito, moça ou rapaz, chegue a ela de forma tal que se situe corretamente com referência à

função do pai” (LACAN, 1995, p. 204). Para ele, este é o centro da problemática edipiana, sobretudo porque nesta a criança não encontra-se só: não apenas em relação ao seu meio biológico, como também ela está inscrita na esfera legal, ou seja, na ordem simbólica. Esta ordem, por meio das suas particularidades, dá prevalência ao que o autor nomeia como “este elemento do imaginário que se chama falo” (LACAN, 1995, p. 204). Para que seja possível a assunção da posição viril, no caso da heterossexualidade masculina, a castração é necessária como ponto de partida, pois difere da posição feminina. O macho precisa obter do Outro o pênis para que o considere como pertence a partir da relação com que é o real no simbólico: o que é realmente ser pai. Para que o menino possa trilhar o caminho no qual a ele será feita a inscrição da lei, faz-se necessário um jogo com o pai, o jogo de *quem perde ganha*.

Assim, Lacan corrobora que não basta apenas que o menino seja levado a uma escolha objetual heterossexual. Não é isto que garantirá a adequação às regras desta ordem, já que, para o mesmo, “existem todas as formas de heterossexualidade aparente” (LACAN, 1995, p. 205). A

heterossexualidade pode, por hora, fazer oculto um posicionamento homossexual.

4. A homossexualidade para a psicanálise: Freud e Lacan

Se não há qualquer tipo de consenso para a psicanálise no que tange a questão da homossexualidade, é impossível elaborar uma teoria que trate de forma generalizada esta questão. Assim, não há fórmula ou gênese padronizada que diga o que é um homossexual ou como ele se forma. Têm-se, sim, apontamentos e trabalhos teórico-clínicos²⁴ que indicam caminhos e possibilidades, mas que não são adotados tais como os moldes da neurociência ou

²⁴ rebelião de *Stonewall*, ocorrida em um bar *gay* de Nova Iorque nomeado *Stonewall Inn*, no dia 28 de junho de 1969, marcou o início do movimento *gay* que lutou contra a repressão e a perseguição dos homossexuais nos Estados Unidos. Uma batida policial ocorrida no local representava a homofobia exercida pelo Estado que colocava os homossexuais às margens da sociedade. A partir de então, o dia 28 ficou conhecido como o dia do Orgulho LGBT, sigla que faz referência às Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros.

da própria psicologia. Lacan (1985[1972-1973]) mostrou-nos nas fórmulas da sexuação, no *Seminário, livro XX*, que ser homem ou mulher é uma escolha de gozo. Ser macho ou fêmea é da ordem do real, da anatomia como destino (nos dizeres de Freud ao parafrasear Napoleão); ser homem ou mulher não se aplica nesta mesma instância pelo fato de que há uma desnaturalização enquanto processo quando o indivíduo entra na linguagem, fazendo com que as predisposições do corpo real não sejam garantia alguma no que concerne à sexualidade. Desta forma, “o real da anatomia não impede que homens e mulheres tenham dúvidas e se perguntem sobre a sua posição sexuada, ou seja, se são ‘efetivamente’ homens ou mulheres” (QUINET, 2013, p. 91).

Na empreitada da formação do sujeito a partir do Outro da linguagem, esta desnaturalização do sexo é feita pela influência da cultura como normalizadora, já que a mesma funciona como um ordenamento: cabe ao menino ser o provedor da casa quando marido; à menina, a dona de casa, cuidadora dos filhos, etc. Todavia, “nem a anatomia, nem a linguagem, nem a cultura garantem a posição sexuada” (QUINET, 2013, p. 91). A escolha do tipo

de parceiro sexual, o meio pelo qual o sujeito irá de encontro ao seu prazer é que será, enfim, o seu modo de gozo, o que está longe de ser determinado por uma só variante.

Havendo diversas teorias da psicanálise sobre a origem da homossexualidade, percebe-se que a diversidade e a pluralidade são as únicas constantes, sobretudo quando retomamos Freud. Desta forma, se os homossexuais não podem ser representados por um conjunto único, também *O Homossexual* não existe para a psicanálise, ou seja, não há algo que universalize a homossexualidade, já que a sexualidade humana dá-se na disjunção entre o objeto e a pulsão, diferentemente dos animais. É válido ressaltar que a prática homossexual se faz em qualquer uma das estruturas como sintoma, delírio ou fetichismo, ou mesmo sem nenhum deles, fazendo com que ela seja, então, transestrutural.

Como uma das mais importantes e também iniciais contribuições da psicanálise sobre a homossexualidade, encontram-se no primeiro capítulo dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) alguns apontamentos de Freud. Neste, o autor discorre sobre o comportamento daqueles que foram chamados na sua obra de

invertidos, termo este que não faz alusão a qualquer tipo de anormalidade que o autor atribuísse aos homossexuais, mas que Freud adotou justamente a partir de uma noção equivocada do discurso científico da época vigente e que ele trabalhou para que fosse reformulado. Logo no começo do capítulo, Freud considerou três tipos diferentes de homossexuais: a dos *invertidos absolutos*, os quais o seu objeto sexual deve ser unicamente do mesmo sexo; os *invertidos anfígenos*, aqueles que adotam o mesmo sexo ou então o diferente como objeto sexual, não tendo caráter de exclusividade; e os *invertidos ocasionais* que, mediante algumas situações e certas condições externas, o mesmo sexo pode ser adotado como objeto sexual (FREUD, 1905).

Como base nos seus estudos, Freud elaborou duas teorias centrais sobre a homossexualidade: a primeira diz da disposição bissexual que há em todo ser humano e a segunda considera uma espécie de distúrbio libidinal. A bissexualidade estaria atrelada a um *quantum* de libido que cada indivíduo poderia dispensar em relações hétero ou homossexuais a partir de normatizações e obstáculos que surgem para uma ou outra prática bem como quanto aos processos de identificação do sujeito. Já tratando da

homossexualidade como um modo de distúrbio libidinal, será em *Esboço de Psicanálise* (1996/1940[1934-38]) que encontraremos umas das suas principais considerações:

[...] encontramos fixações da libido a condições de fases anteriores, cujo impulso, que é independente do objetivo sexual normal, é descrito como *perversão*. Uma das inibições do desenvolvimento é, por exemplo, a homossexualidade, quando ela é manifesta (FREUD, (1996/1940[1934-38]), p. 166).

A homossexualidade para Freud parece ser, assim, o resultado de uma parada, de um desenvolvimento libidinal que teria tido o seu curso modificado, não chegando ao patamar da heterossexualidade. Esta teoria não valida as críticas feitas psicanálise de que os homossexuais seriam mais imaturos que os heterossexuais, pois a obra freudiana considera que qualquer ser humano está de alguma forma fixado em uma fase “pré-edípiana”, de modo que alguma pulsão determinada prevalece (QUINET, 2013, p. 100).

Freud, ampliando as teorias possíveis e causais da homossexualidade, atribui homossexualidade masculina alguns fatores múltiplos que podem ir

desde a concepção de que os homossexuais possuem um grande apego ao pênis à ligação erótica e intensa que o menino poderia vivenciar com a mãe durante a infância. Outra teoria seria a de que o modelo da escolha de objeto não é a mãe, mas o próprio eu, ou então de que a causa da escolha de objeto sexual é uma consideração exagerada pelo pai ou mesmo o medo deste, o que geraria o receio de entrar em rivalidade com ele. Dentre as mais variadas possibilidades de teorias sobre a gênese da homossexualidade, talvez a afirmativa mais importante seja a de que há “um vestígio de uma escolha homossexual em todos os indivíduos” (FREUD, 1925, p. 285).

A homossexualidade como uma possível resposta à não-proporção sexual

O processo de *sexuação* está no desafio que cada homem e cada mulher devem traçar, não sem dificuldades, para assumirem a condição de sujeitos desejantes a partir de um lugar, de uma posição. Para Freud, a vida sexual é fruto de três fatores interligados: as características sexuais físicas (homem ou mulher), as características sexuais

mentais (posição sexuada) e a escolha de objeto (homem ou mulher). A entrada na linguagem será a grande porta, o grande passaporte que tratará os signos do corpo como algo des-naturalizado. Tal como o psiquismo humano é sexual, a sexualidade humana é toda permeada pelo psiquismo. Se ser homem ou mulher é uma escolha de gozo, nos dizeres de Lacan, é esta que determina a posição de sujeito que o indivíduo faz perante a vida e que se inscreve como *masculino* ou *feminino* frente ao seu desejo e à pulsão. O parceiro sexual, este objeto recortado no corpo do outro sexuado, funciona como o Outro que o neurótico acredita ter acesso, gozando com o mesmo. É justamente pela crença de que há uma plena conectividade entre o sujeito e o objeto eleito para o gozo que aliena o indivíduo (tratando-se de uma fixação da fantasia inconsciente) que o neurótico esconde de si mesmo a noção de que o objeto sexual, além de não ser inato, não é fixo. Assim, perante a existência de um ‘real do sexo’ que escapa à circunferência do imaginável e que se faz forjado pela cultura por meio da ilusão da complementaridade, o mesmo não pode ser simbolizado, registrado na palavra e na linguagem. Esta ilusão, a da conexão perfeita entre os sexos, tem

como um dos seus pressupostos a inocente equiparação entre a vida *sexual* dos animais (instinto puro) e a vida *sexuada* do ser humano (pulsão).

Uma das indicações de que não há reciprocidade nas relações, tal como corrobora o axioma lacaniano de que “*não há relação sexual*”, é a clínica dos homoafetivos. Esse axioma, equivalente à teoria freudiana sobre a bissexualidade do homem, é aplicável quando notamos que “*não há equivalente psicanalítico da lei de Newton; não se pode escrever a lei psicanalítica da atração dos seres humanos*” (JORGE, 2013, p. 18). A não equivalência entre as características sexuais físicas, as características sexuais mentais e a escolha de objeto fica clara quando Freud, logo no início dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), explica que “*por isso causa grande surpresa tomar conhecimento de que há homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher, representa o objeto sexual*” (FREUD, 1905, p. 129).

Como uma das novas configurações de estilo de vida sexual, a figura do *gay* surge como um dos mais legítimos arquétipos de transitoriedade e fluidez das relações humanas da atualidade. Da

clandestinidade de outrora, onde o “armário” era um dos poucos lugares onde a prática homossexual era legitimada, assistimos, a partir dos anos sessenta, a entrada da população homossexual, mesmo que em meio a lutas e alguns retrocessos sociais, no ambiente cultural e político solicitando reconhecimento jurídico através da sua militância. Este modo de vivência da sexualidade faz-se como o substrato de relações voláteis, pouco duradouras e transitórias, experimentadas inclusive por sujeitos de qualquer orientação sexual e que não cansam de escancarar a ênfase lacaniana a respeito da não-relação, o que não impossibilita a formação do laço social, pois é pela crença neurótica de que no Outro há a satisfação que o laço social é possível.

É preciso atentar para o fato de que a figura do *gay* não exaure todas as formas de vivências homossexuais: aqui, fala-se de um modo de relação múltiplo e disperso como o definido por Lacan como a “ética do celibatário”²⁵, aquela que evidencia a perversão generalizada inerente ao ser humano. Este

²⁵ Termo proposto por Lacan em *Televisão*, de 1974/1973, a “ética do celibatário” é a ética que elimina o Outro, ou seja, nela a mulher é excluída como Outro.

modo *gay* é aquele que se refugia no Um fálico, onde a erradicação do Outro é tomada como uma condição *sine qua non*. A clínica psicanalítica contemporânea vai percebendo, então, que esta nomenclatura *gay* nada mais faz do que evidenciar o imperativo do gozo, feito aos moldes de um mercado livre que introduz um significante sempre novo e que se transforma em um ponto de identificação para a massa. O *gay* (que significa *alegria*, numa tradução livre da língua inglesa) vem fazer contraponto à tristeza e ao sentimento monótono presente na vida dos casais heterossexuais, tão sintomático num quanto no outro caso, já que esta ‘alegria’ se faz ao lado de novas aparições de sintomas e angústias.

A questão clínica da homossexualidade é, assim, diferente da questão *gay*, pois se esta última reforça a filosofia da sociedade dos celibatários, “o homossexual, por sua vez, interroga o problema de uma solução calcada nos excessos do uso do gozo fálico em uma sociedade que favorece e reforça certas tendências celibatárias” (SANTIAGO, 2007, p. 256).

Esta ausência de sentido da relação sexual é justamente a mola propulsora para a vigência deste tipo de sociedade, pois é este real da não-relação que

fornece os diversos modos de vivências como uma sutura, uma prótese adotada pelo sujeito para lidar com a frustração da não complementaridade. Para Miller (2003), a invenção e/ou solução encontrada para este problema é justamente homossexualidade que não se trata única e simplesmente de eleger o igual, o *homo*, pois o que está em jogo nisto é o requerimento do falo.

Lacan (2003), em *O Aturdido*, considera que o heterossexual é o sujeito que ama as mulheres, independente do sexo que lhe seja próprio, pois “amar o hetero é amar a alteridade que se encarna no Outro sexo que, em suma, equivale à feminilidade” (LACAN⁷, 2003 *apud* SANTIAGO, 2007, p. 261). Desta forma, quando abordada pelo viés da sexuação, a heterossexualidade e a feminilidade estão imbricadas convergentemente, tal como o oposto: homossexualidade e masculinidade também se relacionam.

O motivo desta segunda combinação tem como base o gozo autístico do Um equivalente à lógica homossexual e que Lacan reza ao criar o neologismo *homossexuado* que retrata a função fálica como um tipo de regulador universal que modela os dois lados diferentes que existe na sexuação. Esta

regulação faz-se através daquele que pode dar nome ao gozo, ou seja, o falo, o significante-mestre que consegue nomear e fazer funcionar o próprio gozo. Estamos diante, desta forma, de uma espécie de subversão da posição freudiana não apenas quanto à escolha de objeto, mas também acerca do quesito paterno quando relacionado ao seu manejo entre a lei e o desejo. Diz-nos Santiago (2007):

A exemplo do ponto de vista do Livro V, do Seminário, a escolha heterossexual do objeto apresenta como condição um pai que favorece a junção entre o desejo e a lei. Ao contrário, quando o pai não se confunde com a função da lei, a escolha homossexual aparece como via de resolução do Édipo, que não culmina nas insígnias e nos ideais do Outro, mas, sim, no uso perverso da fantasia (SANTIAGO, 2007, p. 262).

O que o autor quer nos comunicar com isto é que a perversão passa a ser tomada, neste ensino lacaniano, como um exemplo contrário àquele de norma que o Édipo dispõe-se a imputar, muito embora um não possa foracluir o outro. São combinações e contraposições, o Édipo e a perversão, de modo simultâneo. Para o sujeito

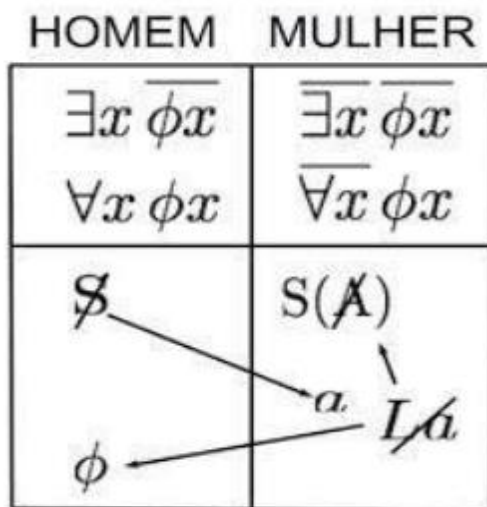
conseguir delimitar a sua relação com o gozo, não apenas a cena edipiana apresenta-se como opção, mas, pelo contrário, *a homossexualidade coloca-se como outra maneira do indivíduo enfrentar o real do sexo*. Tendo o Édipo sido pervertido (père-version²⁶), o Nome-do-Pai não é mais a lei. A homossexualidade como uma possível resposta à não-proporção sexual é, então, um modo subjetivo, tão legítimo como outro (a histeria, por exemplo), que o indivíduo toma para si como uma resposta quase chistosa ao pai, já que revela-se como uma outra alternativa que não o mesmo . A homossexualidade se dá, nesta empreitada, como uma implicância em relação à lei; ela a subverte. “A escolha de objeto homossexual apareceu como uma falsa saída, uma saída má do Édipo” (MILLER²⁷, 2003 *apud* SANTIAGO, 2007, p. 262).

²⁶ LACAN, J. (1901-1981). O Aturdido. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 448 – 497.

⁸ MILLER, J-A. Des gays en analyse? Intervention conclusive au Colloque franco-italien de Nice. **La Cause freudienne**. Paris, 2003.

6. A escolha da posição masculina ou feminina na partilha dos sexos

A novidade elaborada por Jacques Lacan como complementação às contribuições freudianas a respeito da sexualidade humana pode ser encontrada principalmente no seu grafo da sexuação, no sétimo capítulo do *Seminário VII*, intitulado *Letra de uma Carta de Amor*, de 1901-1981. Neste, Lacan introduz a lógica da sexuação, o que contraria a lógica biologicista e também vai além do conceito de sexualidade infantil, tão caro aos estudos de Freud.



A distribuição feita por Lacan no grafo da sexuação é feita em quatro fórmulas. São duas à direita e duas à esquerda, sendo que os seres são distribuídos em duas categorias: os que estão todos inseridos na função fálica e os que não se encontram nesta função. No lado *homem* do grafo, na parte superior, verificamos a função universal do falo, o que determina que todos os homens estão nesta função e que para ser verdade necessita-se de uma exceção: *ao menos um* não pode ser castrado. Isto é garantido pela existência do Pai que é aquele único que pode gozar da mulher e inserir a proibição nos filhos. Mas, sendo este morto e substituído pelo *totem*, há a liberação do desejo *a alguma mulher* que não seja aquela que foi interdita. Havendo o conjunto de homens, este existe porque há *ao menos um* que não foi castrado. No caso do lado *mulher*, isto não ocorre, pois todas elas são castradas, mesmo que já tenham passado pelo lado do *homem* e ali vivido um processo de identificação. Assim se definirá a posição feminina, fazendo da mulher não-toda.

Na parte inferior do grafo, Lacan indica aquilo que homem e mulher irão procurar do lado do

parceiro. Neste, compreende-se que todo sujeito desejante está do lado *homem* visando localizar no seu parceiro aquilo que é causa, pois é o falo que funciona como ponto de partida para que haja o desejo. Nisto, busca-se o objeto que é motivo da sua fantasia ($\$ \langle \rangle a$). O Outro sexo é identificado, assim, como a causa do desejo do sujeito. A função do objeto *a*, para Lacan, é de que o macho delega a ele “o papel do que vem em lugar do parceiro que falta [e é em que constitui] o que costumamos ver surgir também no lugar do real, isto é, a fantasia” (LACAN²⁸, 1985[1972-1973] *apud* MARTINHO, 2013, p. 122). Sendo a mulher não-toda, ou seja, não existente, impossível de ser acessada pelo homem, resta-lhe, no seu lugar, colocar ‘uma mulher’ como sintoma. “O significante ao qual o sintoma vem fazer suplência é o significante d’A Mulher, evidenciado no aforismo ‘A mulher não existe’, que, como tal, condiciona a não relação sexual. Somente o sintoma pode fazer suplência a essa barra do S(A) [...]” (VICENTE, 2003, p. 71).

²⁸ LACAN, J. (1972-1973). **O seminário, livro XX: Mais ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

/
/

Em suas teorizações mais à frente, Lacan elabora o neologismo “asexo (ualidade)”, no *Seminário XXV*, para ressaltar que há não só a falta de uma sexualidade, mas também de um significante. O que falta é a relação entre os dois conjuntos propostos no grafo lacaniano (fálico e não-todo fálico). Assim,

a posição sexuada não se declina mais em termos do binário homem/mulher, pai/mãe, homossexual/heterossexual, mas evidencia a escolha do sujeito relacionada à sua função fálica e à sua vinculação com o gozo do corpo do Outro sob o fundo da não-relação sexual (VICENTE, 2003, p. 70).

No *Seminário VII* (2008), Lacan trás como novo elemento relacionado à questão da diferença sexual, outrora colocada por Freud, a diferença do gozo: quando fálico, é masculino, e dele podem participar tanto homens como mulheres; quando do Outro, pode ser experimentado independente do aparato anatômico, já que diz de um modo de frequentar o gozo, sendo este suplementar e nunca complementar. Aqui, fica claro que é um equívoco tratar a relação heterossexual como da ordem da

normalidade, pois independente do formato de uma relação, a sua lógica não é a do encaixe.

Retomando as teorias de Freud, o mesmo nunca deixou de considerar a existência da diferença sexual, atribuindo ao conceito de masculino a atividade e ao de feminino a passividade. Masculino ou feminino são posições do sujeito frente ao desejo e à pulsão, o que independe da anatomia sexual, servindo para o encontro sexual de um homem com uma mulher, de um homem com outro homem ou de uma mulher com outra mulher. A posição de ser aquele que deseja ou aquele que é desejado, o que varia dentro das relações, é que determina que o sujeito seja masculino ou feminino, já que Lacan considera, em algumas passagens tal como em *Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina* (1998), o desejo feminino como “desejo de falo”. Quando um homem encontra-se, então, na posição de desejado, ele está numa posição feminina, o que faz-nos saber que a única coisa normal que há no sexo é a norma fálica, independente da configuração de um casal. De modo especial na clínica lacaniana, cada história de um homossexual masculino será construída dentro de uma trajetória própria e a partir da sua análise, bem como com cada

heterossexual, pois o desejo é impossível de ser universalizado.

O homem masculino poderia ser considerado como o todo-fálico, aquele que diz não ao todo pelo fato de acreditar que o não-todo lhe é menos, e que a mulher que fosse toda-fálica evidenciaria-o uma abertura sem limites. Esta ideia poderia trazer a reboque a ideologia de que o não-todo, entendido como o feminino, fosse inferior ou incompleto. O que Miller (2003) reflete sobre a questão é que se há esta ideia, a mesma está relacionada à comparação imaginária dos corpos, e que “é desta comparação imaginária que Freud fez descobrir a ideia da castração do outro pela criança” (MILLER, 2003, p. 14). Não se pode, então, negar a marca indelével feita no sujeito ao comparar o próprio órgão genital com o do outro, o que é verificado particularmente ao perceber a castração da própria mãe ou a diferença de tamanhos dos órgãos sexuais de um menino e seu pai. No corpo feminino, fica clara esta falta, esta ausência no plano real que possibilita a reflexão acerca da falta estrutural do ser humano.

Mesmo que para Miller haja um hiato entre a observação e as consequências que o sujeito elabora, o autor ratifica que “em todo caso, o que quer que

seja, é dessa experiência primordial que o homem, o macho, pode ser pensado como completo, enquanto que o Outro sexo aparece como marcado por uma irremediável incompletude” (MILLER, 2003, p. 15). É como se para o homem fosse possível dizer à mulher que ela é incompleta, não-toda, o que pode fundar a concepção equivocada de que, por isso, a mulher é degradada em relação ao homem, caso seja realizada uma leitura minimalista da teoria psicanalítica. É importante destacar que Lacan, ao retornar a Freud fazendo ampliações, não pode ser lido sob a ótica do corpo biológico de forma primordial, mesma que ela seja tão importante, mas deve ser feita levando em conta que o que outrora definia homem e mulher a partir da anatomia agora deve ser lido como uma posição do sujeito frente à lei simbólica. Miller (2003) considera que tanto na mulher empobrecida, deficiente, humilhada, como na mulher rica, poderosa ou que denota alguma completude há algo que acuse ou uma falta latente ou algo que diga de um excesso: pode ser rica demais, pode ser poderosa demais, inflexível com exagero.

Tanto em um caso quanto em outro, nessa via, ela não atinge o que seria o apanágio do macho, a saber, a

posse tranquila, legítima, daquilo que lhe cabe. Justamente porque seu ser é marcado por um menos irremediável, ela vai sempre muito longe. Ela não conhece a divina justa medida – para utilizar aqui o termo pivô do módico da ética aristotélica – que de fato, como indica Lacan, é totalmente pensada do lado masculino (MILLER, 2003, p. 15).

Talvez por isso a homoafetividade masculina seja vista socialmente como algo inferior, como uma modalidade de falta elementar, e junte-se também ao motivo pelo qual o filósofo Didier Eribon (2008) considera na sua obra *Reflexões sobre a questão gay* que

[...] existe um tipo particular de violência simbólica que se exerce sobre aqueles que amam o mesmo sexo, e os esquemas de percepção, as estruturas mentais que sustentam esta violência, com certeza amplamente fundadas na visão androcêntrica do mundo, são mais ou menos os mesmos por toda parte, ao menos no mundo ocidental, e assim os foram pelo menos ao longo do século e meio que acaba de transcorrer (ERIBON, 2008, p. 17).

O filósofo ainda lembra que “a mobilização homossexual, a saída à luz do dia e a intensificação

da vida ‘subcultural’ com toda certeza representam (com o feminismo) um dos mais intensos questionamentos da ordem instituída, sexual e social, mas também ‘epistemológica’, do mundo contemporâneo” (ERIBON, 2008, p. 43). Nota-se que além de relacionar a questão homoafetiva à feminista, Didier dá à militância homoafetiva o título de questionadora do *status quo*, da ordem sexual tão impositiva que não cansa de soar no discurso homofóbico e que acredita cegamente na normalização e na necessidade de fazer do ilusório binômio homem/mulher uma verdade inquestionável. São relevantes os movimentos e as agitações sociais, tão fortes contemporaneamente quanto às questões feministas e dos grupos LGBTs²⁹, que reivindicam direitos e reconhecimentos dada as suas localização no discurso social como sujeitos degradados, inferiores e que não podem tomar posse daquilo que deles são proprietários. Isto se equipara à noção equivocada do feminino como um gênero inferior.

²⁹ Sigla utilizada para fazer referência às lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

No lado masculino pensado por Lacan como o proprietário da justa medida, já que “a ética da justa medida é uma ética masculina” (MILLER, 2003, p. 16), é onde o todo é tido como o equilíbrio, a medida feita pela justiça, enquanto o não-todo remete à falta ou ao excesso. Frente ao discurso instituído na visão androcêntrica, o homem *homo sexual* pode ser pensado dentro da lógica do feminino, conforme notado por Eribon (2008):

A injúria é só a ponta, o traço verbal limite da violência simbólica que organiza a sexualidade conforme hierarquizações e exclusões bem precisas e que confere à homossexualidade um estatuto de inferioridade em nossas sociedades. E essa violência simbólica deve ser ancorada naquilo que Bourdieu chama de “dominação masculina”, que poderia entender não só como a dominação dos homens sobre as mulheres, mas também, de modo mais geral, como a dominação de “princípio masculino” sobre o “princípio feminino” e, portanto, do homem heterossexual (isto é, o homem!) sobre o homem homossexual (que não é considerado um homem), na medida em que a homossexualidade é classificada no inconsciente de nossas sociedades do lado do “feminino” (ERIBON, 2008, p. 101).

O filósofo também considera que a noção de inversão, já denunciada por Freud,

[...] é apenas uma roupagem pseudocientífica da injúria. Em sua dupla significação, ela remete, por um lado, à ideia de que o masculino é superior ao feminino (e, portanto, que o homem que gosta de mulheres é superior àquele que gosta de homens, sempre suspeitável de ser, na verdade, uma mulher) e, por outro lado, a ideia de que a relação que une “diferenças” é superior àquela que reúne “semelhante” (ERIBON, 2008, p. 109).

Mas, questionando a leitura androcêntrica e equivocada do que é ser homem ou mulher, do que é o feminino e do que é o masculino, o homem homossexual jamais pode ser apressadamente qualificado como feminino, sobretudo porque trata-se de um campo de escolha sexual, mesmo que inconsciente, e que por não ser tão simples, tem como atuantes dois elementos: a escolha do objeto sexual e, dentro da partilha dos sexos, a escolha da posição sexuada. Quinet (2013) formula que “posição sexuada e escolha de objeto são de âmbito totalmente distinto. Estar na posição feminina ou masculina é uma coisa; ter um homem ou uma

mulher como objeto sexual é outra” (QUINET, 2013, p. 133) A anatomia não se impõe à posição sexuada.

Este tipo de escolha de objeto é feita, segundo Freud, num primeiro tempo no qual o objeto é incestuoso, então conflituoso, e num segundo tempo de forma mais ‘definitiva’. O segundo vem como substituto do primeiro de forma capenga, insatisfatória, “marcado pela nostalgia do primeiro” (QUINET, 2013, p.133). Definitivo aqui é compreendido como algo paradoxal, já que este objeto é o representante de uma série de objetos substitutivos dentro de uma cadeia que é infinita. Este objeto trás consigo um caráter simbólico, pois é rodeado de valores afetivos do primeiro objeto incestuoso, o que equivale a uma maneira de, assim, não perder o objeto.

Enquanto Freud utilizou o Édipo para explicar a escolha de objeto sexual, Lacan fez uma reinterpretação do mito considerando o falo dentro da possibilidade de duas escolhas: *não ser o falo* ou *ter o falo*. O que Lacan quer com esta mudança é preocupar-se mais com a escolha da posição de *ser* ou *ter* um objeto. Freud utilizou da metáfora peniana como o separador entre os que o *têm* ou não, mas

Lacan avançou trazendo a questão sobre *sê-lo* ou *não sê-lo*.

A escolha sexual, por ser uma escolha de gozo, remete-nos ao gozo fálico e ao gozo do Outro. Retornando às formulas da sexuação de Lacan, no *Seminário XX* (1985[1972-1973]), a partilha dos sexos é pensada a partir do gozo enquanto modalidade, o que nada tem a ver com a escolha de objeto sexual. Sendo considerado ‘homem’ o sujeito que está completamente submetido à função fálica, a ‘mulher’ é quem não está inteiramente submetida a esta função, uma vez que encontra-se também fora dela, ou seja, é não-toda. A função fálica é o ponto de partida para a leitura do todo e do não-todo, sendo o primeiro relacionado ao gozo fálico (o gozo sexual em si) e o não-todo ao gozo Outro, “inefável, para além do falo, portanto, também da sexualidade, mas não sem um prazer extremo” (QUINET, 2013, p. 136).

7. Considerações finais

A psicanálise prioritariamente, desde a sua criação, optou por construir o seu discurso a respeito do feminino, haja vista que a associação livre, regra

de ouro da mesma, inaugurou-se com a cena de Freud aceitando o pedido de Anna O. para que ele a escutasse. Desta maneira, não são muitas as vezes que a psicanálise discursa sobre a temática da masculinidade propriamente dita, e é o próprio Freud (1996[1925]) que afirmará que “a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto” (FREUD, 1996[1925], p. 298). Por ser o falo essencialmente considerado o representante do poder na teoria psicanalítica, não necessariamente a discussão a respeito do masculino está no centro da questão, já que, conforme outrora considerado neste trabalho, o órgão sexual não aparece como a única instância demarcadora na sexuação humana, e o falo representa exatamente aquilo que vem a faltar, atribuindo significado na construção subjetiva.

Aquele que se encontra do lado *todo-fálico* faz-se dono de objetos como formas de realizações fálicas que possam conferir-lhe a masculinidade, mesmo que não de forma absoluta. Quando o falo garante a este homem a posição masculina, que pode vir em forma de dinheiro, diplomas e tantos outros modos de falicizar o objeto, esta é feita não completamente. Isto ocorre porque do falo o sujeito

não é o proprietário em si, mas, antes, “sua angústia de castração o leva não a temer perdê-lo (como pênis, o falo imaginário), pois não o tem, mas a arrumar substitutos, cuja perda, aí sim, significaria sua castração” (QUINET, 2013, p. 136). Desta forma, “é o falo que lhe garante (e mal) a posição masculina e não a escolha de uma mulher” (QUINET, 2013, p.137). A mulher pode, sim, representar o falo na vida de um homem, o que também pode ocorrer da mesma forma quando um homem escolhe outro homem como sua posse fálica, sendo então masculino de acordo com o grafo da sexuação.

Fica confirmado, a partir da teoria lacaniana, de que é possível sim que um homem masculino seja homossexual. Como foi visto, o que confere a masculinidade ao sujeito é a forma que o mesmo toma posse dos seus objetos inscrevendo-se do lado do *todo-fálico*, e não apenas o fato de escolher a mulher como objeto sexual. Quinet (2013) considera que as posições na partilha do sexo é que abarcam a feminização ou a virilização estruturais, o que contraria o discurso social de que a masculinidade é um atributo apenas de homens que gostam ou mantêm relações sexuais com mulheres.

As elaborações feitas pelos autores que nortearam a confecção deste trabalho abriram precedentes para novas perguntas. A temática escolhida, mesmo que já tenha amplos estudos feitos em épocas distintas e por autores também diversos, não pode se exaurir, sobretudo por tratar-se de um assunto que causa tanta agitação social. O que pode ser considerado como uma máxima é que se faz necessário dar continuidade com esta pesquisa, aprofundando a reflexão e encontrando outras perguntas que nos direcionariam a respostas cada vez mais consistentes.

Aqui, perguntamos: não seria o homossexual masculino um dos sujeitos contemporâneos que faz ruptura com a normalidade e a uniformidade, tal como as históricas de outrora e que, entretanto, se configura como uma mola propulsora para a prática da psicanálise? Quando os homossexuais pleiteiam para si os direitos de casamento igualitário, de adoção de filhos e de igualdade entre os gêneros, eles não estão denunciando uma epistemologia equivocada de que a heterossexualidade é o ponto de partida para a construção de símbolos e práticas sociais legítimas? Eles não estariam inscritos no lado *todo-fálico* ao tentarem fazer dos seus direitos e

reivindicações uma posse, dentro do que a entendemos a partir de Lacan, que os garantisse a masculinidade e, assim, sendo homens masculinos que elegem outros homens como objetos sexuais? Um homem, para fazer de outro homem um objeto sexual de posse fálica, precisa ser um homem todo masculino.

Referências

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.**/ Júnia Lessa França, Ana Cristina de Vasconcelos; colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella Maria Borges. 9º Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FREUD, S (1925). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: FREUD, S. **O Ego e o Id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 275-291.

_____. (1940[1934-38]). Esboço de Psicanálise in: **Moisés, o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e**

outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. P. 151-167.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-195.

_____. (1925[1924]) **Um estudo autobiográfico.** Rio de Janeiro: Imago; 1996.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. O real e o sexual: do inominável ao pré-conceito. In: QUINET, A. **As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização.** São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LACAN, J. (1901-1981). O Aturdido. In: **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 448 – 497.

_____. (1901-1981). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina, in: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1998.

_____. (1901-1981). **O Seminário, livro IV: A relação do objeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1995.

_____. (1957-1958). **O Seminário, livro V: As formações do inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1999.

_____. (1972-1973). **O seminário, livro XX: Mais ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. (1993). **Televisão**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)

_____. (1901-1981). **O Seminário, livro VII: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2008.

_____. (1977-1978). **O Seminário, livro 25: o momento de concluir**. Trad. Heresia. Inédito. Publicação fora do comércio.

MARTINHO, Maria Helena. **Sexuação, desejo e gozo: entre neurose e perversão**. Psicologia USP, São Paulo, 2013, 24(1), 119-142.

MILLER, J-A. Des gays en analyse? Intervention conclusive au Colloque franco-italien de Nice. **La Cause freudienne**. Paris, 2003.

_____. **Uma partilha sexual**. Revista Clique, 2003, v. II, p. 12-29.

MIRANDA, Maria Luiza Mota. **Da bissexualidade à “não-relação”**: uma virada lógica na teoria psicanalítica. Revista Clique, 2003, v. II, p. 84-89.

NASIO, Juan-David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

QUINET, Antônio. **As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização**. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTIAGO, Jésus. **Atualidade clínica da homossexualidade masculina: solução ou escolha de objeto**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 253-266, dez. 2007.

TENDLARZ, Sílvia Helena. **Incidências na clínica das versões da função do pai**. Primeira aula do curso ministrado no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ, 2005. Disponível em http://www.isepol.com/asephallus/numero_02/artigo_02port_edeicao02.htm. Acesso em 05 de Novembro de 2015, às 15h34min.

VICENTE, Sônia. **“Não há relação sexual senão ali onde há sintoma”**. Revista Clique, 2003, v. II, p. 84-89.

WINOGRAD, M; KLAUTAU, P. **Viena, Áustria: notas sobre o contexto de emergência da psicanálise**. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 46.2, p. 197-213, 2014.

O FIM DA ORDEM DOS TEMPLÁRIOS: CONFLITOS DE PODER E INTERESSES POR TRÁS DA DESTRUIÇÃO DA MAIOR ORDEM MILITAR E RELIGIOSA DA IDADE MÉDIA³⁰

Gilberto Soares Alves Júnior³¹

José Renato Carvalho³²

RESUMO: A Ordem dos Templários surgiu após a primeira cruzada com o intuito de proteger peregrinos cristãos na Terra Santa. Com o passar do tempo a Ordem modificou sua estrutura e tornou-se mais financeira que religiosa-militar. O presente trabalho se propõe em discutir alguns dos conflitos de poder e interesse que levaram a sua destruição, no início do Século XIV. A Ordem que outrora defendia peregrinos tornou-se financeiramente poderosa e despertou o interesse de monarcas europeus em dominá-la. Projetos de poder e dominação levaram até mesmo a uma proposta de fusão entre os Templários e outra Ordem Militar, os Hospitalários. O presente estudo apresenta alguns desses conflitos de poder, em especial o papel do rei francês na dissolução da Ordem e

³⁰ Artigo apresentado ao Curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade de Carangola, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em História. Orientador: Prof. Me. Randolpho Radsack Corrêa. 2014.

³¹ Formado em História pela UEMG (unidade Carangola).

³² Formado em História pela UEMG (unidade Carangola).

na divisão de seus bens e riquezas. Com base em estudos de diversos pesquisadores, utilizamos de revisão bibliográfica para estruturar uma problemática em torno desses conflitos e tentar explicar, ao menos de um viés, por que a Ordem dos Templários teve fim.

Palavras-chave: Templários, Cruzadas, Cavalaria, Inquisição, Filipe IV, Jacques de Molay, Clemente V, Igreja Católica

1. APRESENTAÇÃO

Esse artigo tem por finalidade mostrar os conflitos de poder e interesses que levaram a maior Ordem Militar da cristandade ao fim, matando seus líderes e acabando com as possibilidades de uma nova cruzada. Uma Ordem histórica, poderosa e rica, que por diversas vezes servira aos interesses de monarcas europeus e até mesmo do Papa, teve o fim marcado pela morte de seus líderes.

Jerusalém é hoje a Capital de um pequeno país incrustado na península da palestina – Israel - e permanece em constante guerra com um país vizinho, - cujo nome é Palestina - por domínios territoriais e legitimidade de posse. Para os da fé judaico-cristã, Israel tem profundo significado, estão ali seus lugares sagrados. O monte em que Abraão

levou seu filho Jacó para sacrificá-lo e, segundo os livros sagrados destas religiões, presenciou um milagre de ter Deus provido um cordeiro ao sacrifício, poupando seu único filho, ou o lugar onde Jesus Cristo, o Salvador pisou e seu sangue molhou o solo, sendo morto pelos homens e ressuscitando como o Messias enviado de Deus. Aos Muçulmanos, o valor de Jerusalém está na crença de que Maomé – o principal profeta do Islã - subiu aos céus e dialogou com Deus e outros profetas. A crença na importância dessa cidade, tendo a religião como principal catalisador, fez com que Judeus, Cristãos e Muçulmanos dessem suas próprias vidas em defesa, e na tentativa de tomá-la ao poder dos seus. Os cristãos da Europa, sob a bandeira de Roma e do Vigário de Cristo – o Papa – organizaram expedições de cunho militar, patrocinada por grandes Senhores do Velho Continente, para tomar de assalto os domínios israelenses sob o julgo sarraceno³³ (MORRISSON, 2011).

³³Sarracenos eram os Muçulmanos. Sarracenos (do grego sarakenoi) era uma das formas com que os cristãos da Idade Média designavam, equívoca e genericamente, os árabes ou os muçulmanos.

Enquanto Israel esteve sob o domínio dos povos islâmicos, os cristãos não foram impedidos de fazer suas peregrinações. Durante o ano de 1094, o Imperador Bizantino Aleixo Comneno se viu diante do avanço islâmico sob o seu domínio e solicitou ajuda ao Papa Urbano II. Um ano depois, o Papa conclama aos povos da Europa a libertar os locais sagrados da cristandade. Essa posição de Urbano levou a primeira cruzada. Além desse chamado feito por ele, as razões de via econômica também eram uma das causas do incentivo aos cristãos de lutarem no oriente médio. O objetivo de reabrir as rotas comerciais fechadas pelo domínio dos turcos otomanos fez com que, a partir do Século XI os Cruzados ou guerreiros da cruz, atendessem o chamado do Papa Urbano II, e dessem início a uma guerra, com força nunca antes vista no mundo cristão, uma luta em nome da fé ou guerra santa (MORRISSON, 2011).

Para entendermos as Cruzadas, é preciso salientar que a Europa naquele momento passava por mudanças. A religião como ferramenta de integração e união dos povos fazia com que o nobre francês tivesse profundas semelhanças com o camponês germânico. E o que os unia? A fé católica! O

feudalismo era diverso em toda a Europa, mas o ritual Católico, seus dogmas e costumes eram únicos.

A ideia da união da Europa em torno da fé é descrita por Giordani (1982, p. 130):

O integrante dessa sociedade [feudal] por mais humilde que seja 'está convencido que pertence a um mundo unido; toda divisão só pode levar a infelicidade; ele aspira a unidade ideal dos fiéis e, na verdade, a ausência de nacionalismo, a polivalência das moedas, o emprego do latim, a identidade da fé facilitam-lhe a concepção'. Esta concepção do mundo cristão e da vida cristã une nas mesmas reações mentais o nobre, o burguês e o camponês, sob a orientação do clero. Compreendemos melhor essa concepção quando notamos que na Idade Média a paróquia desempenha um papel preponderante na vida quotidiana.

O chamado de Urbano para a luta fez que um grande número de fiéis fosse lutar pela causa. Muitos pregadores saíram e levaram a mensagem do Papa com tanto entusiasmo que em abril de 1096, reuniu-se na cidade de Colônia, cidade da atual Alemanha, um exército formado por mendigos e camponeses pobres. Sem o mínimo de preparo militar partiram cheios de fé, mas, sem nenhuma provisão. Pelos

caminhos mendigavam, atacavam e saqueavam cidades, levando terror e medo por onde passavam. Por fim encontraram um exército turco bem treinado e o resultado foi um massacre, os poucos sobreviventes foram vendidos como escravos e uns poucos conseguiram escapar para contar a história. Esta primeira Cruzada organizada pelos pobres foi um fracasso total.

A Cavalaria Feudal, nascida através dos germanos, é recebida pela Igreja e usada como aliada. Os ávidos guerreiros que davam a vida por seus senhores, que disputavam justas³⁴ e erravam por campos desconhecidos em busca de aventuras, agora defendiam a Igreja e tinham nela a afirmação de sua condição de cavaleiro. Era a Igreja que possuía a autonomia para sagrar um escudeiro ao nobre status de cavaleiro.

Sobre o caráter religioso da cavalaria, e a sacração do cavaleiro, nos diz Le Goff (2007,p.83-84):

Se a Igreja nada mudou em relação à entrega das esporas, rito puramente leigo introduziu a benção das armas, características do cavaleiro, a saber, a lança

³⁴Justas eram combates realizados entre dois cavaleiros com o intuito de entretenimento, ou treinamento.

com sua bandeira, o escudo decorado com o brasão e a espada. Confere um simbolismo cristão, ligado a pureza. [...] O imaginário cavaleiresco faz das façanhas guerreiras, da dedicação ao serviço dos fracos, que sobreviveu tanto mais na Idade Média porque o epíteto cavaleiresco, ainda que tenha sido, em grande parte, modelado pela Igreja, conserva valores leigos numa Europa que se distancia dos valores propriamente cristãos.

Após a primeira Cruzada foi criada a Ordem dos Cavaleiros Templários, que teve importante participação militar nos combates das cruzadas seguintes. Após a derrota da Cruzada dos pobres, foi organizada no ano de 1096 a cruzada dos nobres. Os soldados usavam como emblema a Cruz costurada em seus uniformes de batalha. Sob a liderança de Godofredo de Bulhões, estes guerreiros massacraram os turcos em combate e conquistaram Jerusalém permitindo assim o livre acesso a Terra Santa para os peregrinos³⁵.

³⁵Dá-se o nome de peregrino ao indivíduo devoto de uma dada religião, que viaja a um lugar considerado sagrado por essa mesma religião.

Temos que entender que Cruzadas eram peregrinações à Terra Santa³⁶ feita pelos cristãos europeus, chamados pelos Mulçumanos de Francos. Essas peregrinações tinham como intuito conquistar e manter sob domínio cristão essas terras. Segundo Cécile Morrison, Cruzada era “uma peregrinação de cunho militar decidida por um Papa que concede a seus participantes privilégios temporais e espirituais e lhes determina o objetivo de libertar o sepulcro de Cristo, em Jerusalém.” (2011, p. 7). O termo cruzada vem do fato de os peregrinos/soldados usarem em seu peito uma cruz vermelha, símbolo de martírio.

³⁶ Dá-se o nome de Terra Santa aos territórios da Palestina, que hoje abrangem os territórios da Jordânia e de Israel.

Figura 1



Fonte: Atlante storico De Agostini. Novara: Instituto Geográfico de Agostini, 1997. (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005, p. 117)

Outros confrontos ocorreram, a relação entre o ocidente e o oriente ficou cada vez mais desgastada, devido à violência e a ambição desenfreada que havia tomado conta dos Cruzados, e sobre isso, o clero católico nada podia fazer para controlar a situação. Estes combates atraíram grandes reis em

busca de trazer do Oriente mercadorias valiosas para uma Europa arcaica diante de tamanho desenvolvimento dos povos islâmicos.

Sobre o interesse econômico dos cruzados, Cairns (2008, p.195) afirma que:

Os venezianos estavam interessados em estimular o mundo do comércio com o Oriente próximo e os normandos possivelmente estavam interessados em saquear ou estabelecer feudos quando iam libertar os lugares sagrados dos muçumanos. A paixão de uma aventura militar, santificada pela Igreja Romana, também levou muitos nobres e cavaleiros feudais aos exércitos das cruzadas. Outros se uniram as cruzadas para fugir da rotina da vida ou de penas de crime.

É notório que as Cruzadas trouxeram um grande desenvolvimento para o comércio e foi um dos fatores que trouxe fim ao sistema de vida feudal/medieval e deu início ao sistema mercantil, que foi gérmen do capitalismo ocidental moderno. Aquelas expedições que tinham um caráter religioso na verdade acabaram marcando o fim da Idade Média.

2 - BREVE HISTÓRIA DOS TEMPLÁRIOS

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, ou apenas Templários, foi a maior Ordem Militar e Religiosa da Idade Média. Tinham por princípio básico a pobreza e a penitência, e sua atribuição estava em proteger os peregrinos cristãos a caminho da Terra Santa e defender os domínios da cristandade em territórios infiéis.

Criada pelo francês Hugues de Payens, que foi também seu primeiro Grão-Mestre³⁷, a Ordem teve seus estatutos escritos por São Bernardo de Clairvaux e respondia única e exclusivamente a Roma, e a nenhum outro soberano da Europa, se não ao que sentasse no trono de São Pedro.

Segundo Frale (2005, p. 42):

O Mestre e o Capítulo Geral da Ordem poderiam cuidar da vida e dos hábitos sem nenhuma interferência, exceto a do Pontífice, e para que essa independência se tornasse concreta foi dada aos

³⁷ Grão-Mestre era o chefe máximo da Ordem dos Templários. Uma espécie de presidente geral, ou comandante supremo.

Templários a faculdade de possuir sacerdotes próprios, desvinculados da submissão a bispos e arcebispos. O privilégio também continha concessões de ordem econômica: no curso dos decênios seguintes foi ratificado e enriquecido pelos pontífices, com o fim de tornar o Templo isento das imposições fiscais, para que todos os recursos fossem destinados ao empenho cruzado, e para garantir a plena autonomia dos poderes laicos e eclesiásticos, a fim de evitar os soberanos, os senhores feudais ou os bispos forçassem os Templários a militar para servir a qualquer interesse particular.

Levando em conta a liberdade que gozavam os Templários, seu crescimento foi quase exponencial. Não deviam suserania³⁸ a nenhum monarca ou senhor feudal, não pagavam tributos e ainda recebiam vultosas doações para engordar seus cofres e financiar as batalhas na terra Santa. Os templários em pouco tempo passaram a possuir uma riqueza que superava muitos reinos da Europa e fomentava o interesse de muitos Chefes de Estado.

³⁸ Suserania é um termo medieval. O suserano é aquele que doa alguma coisa (terras, bens, animais) a um vassalo, e este passa a dever-lhe obrigação. Em troca desse benefício, o vassalo deve fidelidade ao seu suserano.

Os Cavaleiros Templários chegaram a emprestar dinheiro a reis em alguns momentos. O Cargo de Tesoureiro era de grande responsabilidade, pois administrar tanto dinheiro não era tarefa fácil. Além das riquezas que somavam ouro e prata, haviam também grandes porções de terras de propriedade do Templo. A economia medieval era basicamente agrícola, e as doações eram, em sua grande maioria, composta de posses e edifícios.

Essas doações de terras fizeram com que houvesse fortalezas templárias espalhadas por quase toda a Europa e em domínios cristãos nas regiões de conflito. Tudo o que era produzido nessas feitorias era convertido em dinheiro e enviado à Terra Santa³⁹. Seu poder era evidente aos olhos de todos, e isso serviu para atizar o desejo de Filipe em dominar tais riquezas. De uma maneira mais simples, era como observar a estrutura bélica de uma potência contemporânea, porém os Templários não tinham pátria, era um exército pertencente ao cristianismo.

A ideia de Hugues de Payens de que a Ordem fosse pobre e ajudasse os necessitados não foi, aparentemente, em momento nenhum desvirtuado. É

³⁹ Os territórios em torno de Jerusalém

importante deixar claro que a Ordem era rica, mas seus membros possuíam apenas o suficiente para viver, e sem nenhum luxo que gozaria um senhor medieval.

Segundo Burman (1994, p. 54), nos rituais de iniciação templária é deixado claro ao candidato as incumbências de um Templário e a sua renúncia para viver como um monge:

Mas não sabes os severos mandamentos que prevalecem aqui dentro (Ordem dos Templários): Por que é difícil tu, que és senhor de ti mesmo, tornares-te servo de outro[...]; se quiseres ficar na terra deste lado do mar, serás mandado para outro lado; se quiseres ficar em Acra, serás mandado para Trípoli.

Como toda Ordem Militar, seus membros eram treinados à batalha, mas no caso específico das Ordens Militares e Religiosas, sua formação era bastante espiritual. O voto de pobreza fazia com que abdicassem de posses e vivessem apenas com o suficiente para sobreviver, sendo o furto ou a apropriação desautorizada de bens, passível de expulsão. O voto de pobreza era de tal importância que desde seu início via-se como seu emblema uma medalha contendo dois cavaleiros dividindo a

montaria. A rigidez e a disciplina do Templo lhes rendeu uma reputação de honestidade, fazendo que soberanos e senhores confiassem à eles a posse de seus bens, que os Templários faziam render com habilidosa maestria.

Por um bom período os Cruzados alternaram entre perdas e conquistas, mantendo certa estabilidade, mas sempre em batalha e conflito contra os muçulmanos. Em paralelo com o período de maior desenvolvimento dos domínios cristãos na Terra Santa, os Templários puderam chegar ao ápice de seu poder. Até que em 1291 o Templo e outras Ordens Militares foram derrotados na batalha de Acre⁴⁰, perdendo os domínios que conquistaram e sendo obrigados a deixar as regiões que outrora dominavam. Guillaume de Beuaujeu, grão-mestre do Templo, foi morto como herói no cerco. Reunido um Capítulo Geral⁴¹ para eleger um novo Grão-Mestre para a Ordem, é eleito Thibaud Gaudin, e a ele cabia restaurar a fé na Ordem dos Templários, que foi

⁴⁰São João de Acre foi uma cidade israelita que hoje conhecemos como Akko. Foi palco de diversas batalhas cruzadas. Já Acra foi uma cidade fortificada localizada em Israel, mas não é o mesmo local.

⁴¹ Capítulo é o mesmo que assembleia.

perdida juntamente com os domínios cruzados, e comandá-los em uma possível nova cruzada.

Com a perda desses domínios, passa a ser discutida a união de duas Ordens, os Templários e os Hospitalários. Os Hospitalários eram uma Ordem Militar e Religiosa, ao estilo dos Templários, que tinham por função defender a Terra Santa, proteger os peregrinos e lhes prestar assistência, tanto tratando os doentes, quanto dando de comer aos pobres (READ, 2001)

Um ano após a Batalha de Acre, o Papa Nicolau IV morre inesperadamente. Seus esforços em resolver a crise no Oriente e de acabar com o Cisma⁴² entre a Igreja Romana e a Grega são lançados água a baixo. Na sucessão é eleito em conclave o Papa Celestino V, que avesso aos trabalhos do Vigário de Cristo renuncia, dando lugar a Benedito Gaetani, o Papa Bonifácio VIII. É a partir desse ponto que trataremos do fim da Ordem dos Templários (READ, 2001).

⁴²O Cisma do Oriente foi uma cisão ocorrida na Igreja Católica que a dividiu em duas, a Igreja Romana e a Igreja Ortodoxa. O fato ocorreu em 1054, e se basearam em interpretações teológicas e visões divergentes para levar duas correntes a se dividirem.

3 - A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO TEMPLO

As cruzadas como conflito armado, demandavam grandes somas de dinheiro a fim de custear as batalhas, em armamentos, provisões, transporte, e toda e qualquer estrutura a mais necessária. Os nobres europeus que não quisessem partir a luta armada, como cavaleiro, podiam fazer doações em edifícios, terras e qualquer outro bem. Tudo o que fosse produzido nessas terras, ou nas posses templárias, era revertido em dinheiro e enviado à Terra Santa.

Com as bulas⁴³ *Omne Datum Optimum*, de 1139, que tornava os Templários isentos de impostos, a *Milites Templi*, de 1144, que ordenava proteção do clero aos Templários, e incentivava os fiéis a contribuir financeiramente com a Ordem, e por fim a *Militia Dei*, de 1145, que dava autonomia

⁴³ Bula Papal era um documento emitido pelo Papa que tinha poder de lei a todos os de fé católica. No período medieval, tais documentos tinham um peso ligeiramente maior, dada a importância da religião.

ao templo para recolher taxas de sepultamentos e dízimos, eles puderam ter uma arrecadação constante, que fez seu poder econômico aumentar assustadoramente.

Tal quantidade de bens e valores fez com que a Ordem ganhasse outra atribuição, uma mais financeira. Os Templários se tornaram uma espécie de precursores do sistema bancário no ocidente, como conhecemos hoje. Eles concediam empréstimos, criaram uma espécie de vale, muito parecido com os cheques, onde através de uma taxa um peregrino poderia fazer um depósito em Paris, receber a carta de pagamento e sacar o dinheiro na Terra Santa.

O caráter de honestidade da Ordem deu também a ela a confiança de monarcas europeus para “depositar” no Templo o seu dinheiro, além de se utilizar dele para empréstimos. Frale (2005) afirma que o espírito Templário, baseado na honestidade e na pobreza, fazia com que ricos privados e soberanos depositassem capitais em seus caixas. Além da custódia fiel desses capitais, eles o faziam render.

Sobre os empréstimos dos Templários aos monarcas, nos diz Burman (1994, p.101):

Em Barcelona, o rei e seus nobres e mercadores foram obrigados e recorrer ao Templo quando precisavam de fundos. Na França, os Templários foram banqueiros para a casa Real por mais de um século, ao passo que o rei João e o rei Henrique III da Inglaterra recorreram a fundos templários em várias ocasiões.

Dessa forma, podemos perceber o quanto o Templo serviu aos monarcas europeus, em especial a monarquia francesa. Essa enorme quantidade de dinheiro pode ter incitado a cobiça do rei francês Filipe, cujo reinado passava por dificuldades financeiras e os problemas levaram a população a se revoltar.

Sobre a possível cobiça de Filipe, Frale (2005, p.117) afirma que:

Em Paris, logo irrompeu uma revolta e Filipe, o Belo, se viu obrigado a refugiar-se com sua corte na torre do Templo. Alguns sustentam que o rei, vendo pessoalmente o tesouro administrado pelos Templários, fosse tomado de uma grande cobiça e começasse a pensar em uma maneira de se apoderar do mesmo. De acordo com as fontes históricas, a hipótese parece por demais simplista e teatral, porque Filipe, o Belo, conhecia muito bem o patrimônio e, ademais, as manobras de aquisição do Templo por parte da Coroa

já vinham sendo executadas há alguns anos. Por outro lado, é aceitável que, naqueles dias, pressionado pela multidão que queria linchá-lo e pelas suas emergências financeiras, o soberano tenha se dado conta de que parte do capital dos Templários derivava do investimento direto da coroa e que, enfim, a Ordem possuía um ingente patrimônio, enquanto todo o país se encontrava à beira da bancarrota, sendo justo que fosse imposta ao Templo uma contribuição para que a crise fosse solucionada.

Se de fato o rei passou a se interessar pela posse dos Templários, é muito difícil de se afirmar. Mas talvez ao ver a quantidade de dinheiro que os Templários tinham sob seu poder fez com que despertasse nele a ideia de que, tomando pra si essas riquezas, resolveriam se os problemas de seu reinado, já que as despesas com guerras inúteis eram grandes.

Sobre as guerras promovidas pelo Rei Francês, Read (2001, p. 274) diz:

Essas guerras incorreram em enormes despesas, aumentando as dívidas que Filipe herdara da guerra de seu pai contra Aragão – cerca de 1,5 milhão de *livres tournois*⁴⁴. Todo

⁴⁴ Livres tournois era a moeda francesa do período

expediente à disposição do monarca foi usada para angariar fundos. As obrigações feudais foram exploradas até o limite máximo e a força foi usada para extorquir impostos às cidades. Quando todas as fontes aceitas e legítimas se exauriram, os ministros do rei voltaram-se para minorias ricas e impopulares.

A França necessitava de dinheiro. Filipe criou mecanismos para explorar até o último centavo os mercadores lombardos, os judeus, diversas minorias ricas e por fim tentou tirar dinheiro do Clero, o que fora impedido pelo Papa num primeiro momento. Além dessa quase extorsão de alguns, o reino implantou uma desvalorização da moeda corrente, chegando a perder dois terços de seu valor (READ, 2001, p. 275). Após explorar e tentar tirar todos os recursos possíveis, os templários talvez fossem uma nova saída na captação de recursos.

O mais importante a se salientar é que, já próximo do fim da Ordem dos Templários, com a derrota na batalha de Acre e a diminuição dos reinos cruzados no oriente, a Ordem perdeu bastante de seu caráter militar, e se tornou um órgão burocrático de administração financeira. Tanto que, mesmo antes da perda desses domínios, essa espécie de

“contabilistas” fez a administração das finanças do reino francês.

Giordani (1982, p. 184) afirma que:

Até 1295 o tesoureiro do rei [francês] era o próprio tesoureiro do Templo. A guarda do tesouro real neste local acarretou como consequência a transferência para lá do pessoal especializado na fiscalização das contas. Assim é que a verificação da *curia in comptis* processa-se no próprio templo.

A Ordem não só tinha um caráter econômico, mas ainda exercia a função de tesoureira de monarcas europeus, especialmente do francês. Seus serviços estendiam-se não apenas a Terra Santa e a Igreja, mas a todos.

4 - O PAPA E O REI

Os conflitos entre o reino de Filipe e o Papado são de suma importância para compreender o final do Templo. Filipe foi rei da França entre 1285 e 1314, de ascendência capetíngia, manteve durante o seu reinado, uma centralização de poder, tirando poderes e privilégios de senhores feudais e expulsando o clero de qualquer participação em assuntos

administrativos. Necessitando de fundos, ele decreta impostos ao clero, que até então eram livres de taxas e tributos na França e em qualquer país europeu, para financiar guerras contra outros reinos e em especial, contra a Inglaterra.

O Papa Bonifácio VIII tomou severas posições, em especial contra a tributação: Publicou a *Bula Clericislaicos* de 1296, que proibia a cobrança de qualquer taxa a membros do clero. A situação entre os dois ganhou projeções mais serias quando Filipe começou uma feroz campanha difamatória contra Bonifácio. Em resposta, o Papa lança a *Bula Unam Sanctam* que declarava o poder do sumo-pontífice como superior ao poder de outros na terra.

Numa ocasião, Filipe manda um pequeno destacamento em Anagni, uma pequena cidade italiana onde o Papa estava em retiro, o prenderam e forçaram-no a renunciar. O Papa respondeu que preferia morrer, proferindo, segundo a lenda, as seguintes palavras: "Eis a minha cabeça, eis a minha tiara: morrerei, é certo, mas morrerei Papa". O Papa foi espancado e privado de comida, tendo sua sanidade mental perturbada. A população local se revoltou contra os soldados franceses e os expulsaram, libertando o Papa. Pouco mais de um

mês depois, o pontífice morreu. Podemos vir a crer que o Papa tinha intenções de excomungar o Rei, mas foi surpreendido por esse desafortunado episódio antes de poder fazê-lo.

Sobre isso, nos diz Frale (2005, p. 111):

Em tal contexto, Bonifácio VIII fez redigir uma bula de excomunhão contra o rei da França, intitulada *Super Petri solio*, que deveria ser publicada em 8 de setembro de 1303; mas uma expedição guiada por Guillaume Nogaret, o mais notável entre os juristas do Conselho, uniu-se a um bando de homens dos Colonna, na cidade de Anagni, onde se encontrava Bonifácio VIII. Na noite de 7 de setembro, o pontífice foi agredido e tornou-se vítima de uma tentativa de captura, para posteriormente ser levado a Paris, onde seria finalmente deposto e declarado herege. No entanto, uma imprevista revolta da população da cidade, cansada dos saques executados pelos soldados dos Colonna, libertou o Papa, que acabou sendo salvo do "sequestro" e reconduzido a Roma. Todavia, Bonifácio VIII morreu pouco depois, agravado pela terrível noite de Anagni: a bula de excomunhão que privava Filipe, o Belo, de todos os seus poderes não chegou a ser publicada em razão da sucessão dos eventos, mas permaneceria ainda como uma terrível espada de Dâmocles sobre o destino dos anos vindouros.

Após a morte de Bonifácio, subiu ao trono de São Pedro o Papa Bento XI, que tem um Papado curto. Em seguida tornou-se Vigário de Cristo o francês Bertrand de Gouth, chamando-se Clemente V. Foi bispo de Saint-Bertrand-de-Comminges, assim que assumiu retirou a excomunhão de membros da família do rei francês, além de mudar a Sé Papal de Roma para Avignon.

Sobre esse fato, nos diz Strefling (2007, p. 535)

Sobe ao trono de São Pedro um francês que se vai chamar Clemente V. Filipe, o Belo, consegue levar o Papa Clemente para a França, passando o Pontífice a residirem Avinhão. O Papado torna-se submisso ao Rei francês e permanece durante setenta anos em Avinhão; daí os historiadores chamarem este período de “Exílio de Avinhão”, comparado com o exílio babilônico dos israelitas.

A mudança da Sé Papal, favorecimentos a Monarquia Francesa, a retirada da Excomunhão de familiares do Rei, tudo isso evidencia que Filipe tinha em suas mãos o Papa Clemente V. Coroado em Lyon, jamais pisou em Roma enquanto Papa. O

concílio que o elegeu tinha majoritariamente cardeais franceses e seu Papado foi marcado pelo início da submissão da Igreja a Monarquia Francesa, que só acaba com o Grande Cisma do Ocidente⁴⁵ em 1378, além de retirar as bulas anteriores que reforçam a impedância de se taxar o Clero.

Sobre a submissão do Papa ao Rei afirma Burman (1994, p. 185)

O poder francês era absoluto na Europa e, em 1305, Filipe conseguiu afinal eleger um francês para a Santa Sé, Bertrand de Got, de Bordeaux, que adotou o nome de Clemente V, nunca foi a Roma; depois de um período errante passado sobretudo em Poitiers e perto dessa cidade, estabeleceu seu Papado em Avignon,

⁴⁵Entre 1309 e 1377 Roma deu lugar de sede da Santa Sé para Avignon, na França. Em 1378 um novo Papa é eleito e volta para Roma. Alguns cardeais, descontentes com a postura do novo Papa, realizam um novo Conclave para eleger um novo Papa, ainda que o atual estivesse vivo e pleno do direito de exercer o pontificado. O Papa eleito pelo conclave passou a residir em Avignon, e assim se deu o Cisma do Ocidente, com um Papa em Roma e outro em Avignon. O Cisma terminou em 1417, com um Concílio que definiu Roma como sede definitiva do trono de São Pedro.

convenientemente na Provença e portanto tecnicamente fora do Território da França. Mas havia pouca dúvida de que ele era um fantoche do rei francês, e talvez seja por essa razão que ele estivesse muito mais interessado na ideia de uma cruzada do que Bonifácio estivera.

Estando o Papa sob a influência de Filipe, há uma maior facilidade de fazer com que seus interesses sejam realizados.

5 - OS CONFLITOS DE PODER E INTERESSES

A fusão entre os Templários e os Hospitalários foi cogitada pelo fato do Papa Nicolau IV sugerir que disputas internas entre as duas Ordens motivaram a queda de Acre. Para ele, unir as duas Ordens e os recursos que elas possuíam, seria de extrema importância para se fazer uma nova cruzada. Ambas as Ordens não se animaram com a ideia da fusão.

Segundo Read (2001, p. 269):

Nenhuma delas [as duas Ordens] queria abdicar de sua autonomia, e ambas sentiam que estavam sendo usadas como bodes expiatórios para o fracasso de outrem, na

organização de ajuda a Acre. Ambas estavam seguras não apenas de que eram poderosas demais para serem coagidas a uma união, mas também que eram indispensáveis a qualquer cruzada futura.

A ideia de unir as Ordens é deixada de lado após a morte de Nicolau IV. Sendo retomada apenas no pontificado de Clemente V. Para o Papa o sucesso de uma nova cruzada somente se daria se Filipe de França a liderasse. Para esse fim, persuadiu Filipe e garantiu em eliminar qualquer empecilho que estivessem no caminho do monarca para que assim ele fizesse.

Filipe tinha a crença de que para o efetivo sucesso das cruzadas, a junção dos Templários e dos Hospitalários era essencial. Não apenas a junção do material humano, mas também toda a riqueza que ambas possuíam. No comando da nova Ordem que nascia com tal união, ficaria seu filho. Um plano que estenderia a hegemonia francesa para a Terra Santa.

Sobre isso, nos diz Morrison (2011, p.81)

O documento de união, redigido pelos juristas do rei da França, Guillaume de Nogaret e Pierre Dubois, não foi composto sem segundas intenções, o que fez com que nunca chegasse a ser assinado; mas outros

efetivamente sonhavam com uma nova religio [religião renovada], uma ordem única, forte o bastante para realizar os objetivos de uma nova cruzada.

O Grão-Mestre do Templo no período, foi radicalmente contra a proposta de fusão. Ele reconhecia que haviam algumas vantagens, como uma maior solidez na luta cruzada, mas ainda assim julgava melhor que estivessem separados. A pedido do Papa, elaborou um documento sobre uma nova cruzada onde sugeria uma luta em grande escala, baseada no modelo clássico. A ideia foi recebida com escárnio pelo rei da França, e juntamente com a recusa de unir as duas Ordens, levou a crer que Molay fosse desprovido de competência (READ, 2001).

De Molay era um guerreiro, uma espécie de personificação dos Templários. Sua heroica participação no *front* de importantes batalhas lhe rendeu a estima e o respeito de altos dignitários e dos demais cavaleiros. Para Read (2001, p. 283) ele era “um velho teimoso, desprovido de imaginação e egoísta”. Molay não era um político, era um guerreiro.

Frale (2005, p. 113) sobre Jacques de Molay diz:

Jacques de Molay, que havia ganhado notoriedade após obter importantes cargos pouco após entrar na Ordem, exortou os demais dirigentes a tomar certas providências para erradicar certos fenômenos de corrupção e moralidade que se difundiam com os hábitos dos Templários, antes que esses costumes pudessem causar a eles sérios problemas. Molay era um homem muito visado, que havia passado diversos anos no front da Terra Santa, onde os veteranos Templários o instruíam nas táticas de guerra e onde teria também feito sua honra, merecendo a estima de outros dignitários e do próprio Beaujeu. Depois da morte do sucessor deste último, o Grão-Mestre Thibaut Gaudin, que governou pouco mais de um ano, o nome de Molay foi proposto para a sucessão.

Isso evidencia que em um crítico momento, a eleição de Jacques de Molay para a chefia do Templo era feita na necessidade de manter a Ordem como uma instituição militar, já que eleger um burocrata levaria ainda mais a uma desmilitarização da Ordem, o que prejudicaria a organização de uma nova cruzada. Diante da crise que se instaurava, ter um

guerreiro como líder, ao invés de um político flexível, era um grande perigo.

No mesmo período em que sugeriu-se a fusão entre Templários e Hospitalários, pairava sobre o Templo acusações de heresia. Molay estava na França a fim de discutir a fusão juntamente com o Grão-Mestre do Hospital e o Papa. Ele pediu que a Santa Sé realizasse investigações sobre as acusações a fim de que fossem minadas as infundadas denúncias. Tais acusações eram feitas por Esquin de Floyran, que anteriormente havia procurado o Rei Jama II de Aragão para denunciá-los, mas este se recusou em acreditar. Não contente, Floyran procurou Guillaume de Nogaret, e lhe entregou tais denúncias.

Burman (1994, p. 195-196) diz que:

Nogaret era perito em empregar acusações de práticas de magia e heresia, para atacar os inimigos do Rei. Já as usara contra Bonifácio VIII, e as usaria mais tarde contra Louis de Nevers, filho do conde de Flandres. [...] extinguir a Ordem do Templo e fundar uma nova ordem militar unida, a oportunidade apresentada pelas acusações de Esquin era, claramente, boa demais para se perder. [...] Enquanto Jacques de Molay e Clemente

V discutiam em Poitiers a possibilidade de uma cruzada e também a ideia de união, Filipe já estava planejando impedir qualquer investigação papal, prendendo os Templários antes que ela pudesse acontecer.

Se os Templários eram ou não considerados hereges, não é o intuito do presente trabalho discutir, mas é interessante observamos o fato de que Filipe não se deu ao luxo de esperar uma investigação papal para apurar as denúncias que se fizeram contra o Templo que outrora cuidava de suas finanças, logo criou o arcabouço necessário para prender e julgar em seu próprio quintal a heresia que supostamente fora cometida pelos Templários.

Filipe não apenas prendeu e conduziu sistemática tortura contra líderes Templários, mas trouxe para seu controle a própria inquisição, o que imprimiu um certo teor de legalidade a seus atos.

Burman (1994, p. 192-193) ainda diz:

Filipe dedicara quase uma década para trazer a inquisição da França para o seu controle pessoal. Além disso, o inquisidor Guillaume de Paris era o confessor particular do rei, desde o final de 1305. Essa estreita relação pessoal e a dependência por parte de

Guillaume da boa vontade do rei para conservar sua posição de autoridade o incentivaram obviamente a aquiescer a política de Filipe e a permitir que seu nome fosse usado na ordem de prisão. Não era tanto o poder ou a eficiência da inquisição que Filipe queria utilizar, mas a legalidade oriunda de se fazerem as prisões, ainda que de forma obscura, em nome do tribunal competente.

Com a inquisição francesa em suas mãos, Filipe dá ordens de emitir mandados de prisão para todos os Templários em território francês. Nos documentos ele dava instruções de como proceder à prisão e manter em custódia para interrogatório. O texto em francês se destinava aos altos funcionários da administração real em todo o reino e um segundo texto, em latim, destinava-se ao Clero. No documento ele citava o Papa e o inquisidor de Paris.

Sobre o texto da ordem de prisão diz Burman (1994, p. 196):

A ordem de prisão termina com uma lista detalhada dos procedimentos a serem adotados durante as prisões. É digno de nota que estes, ao contrário do corpo principal da ordem, estejam escritos em francês arcaico; parece que essa descrição da maneira como as prisões foram efetuadas, juntamente com uma breve

lista das acusações que deveriam ser feitas contra os Templários, destinava-se ao consumo dos servidores do Rei. Nesse caso o texto latino era para o clero, servidores de posição elevada e possíveis críticos da ação do Rei.

Filipe garantiu que fosse montado todo um aparato para que o reino francês conduzisse o julgamento Templário. Tal julgamento, que em condições semelhantes seria conduzido pela inquisição subordinada à Roma, estava agora sob o domínio do Estado, subordinado a Filipe, e a Igreja que agora se encontravam também sob o seu domínio, inclusive simbolicamente com a localização da sede da Santa Sé em Avignon. O Rei tinha em suas mãos o destino dos Templários, dessa forma não havia a quem recorrer.

Sob tortura, os Templários aprisionados confessaram as mais diversas acusações anteriormente recaídas sobre eles. A tortura era frequentemente utilizada pela inquisição a fim de extrair de seus interrogados as mais diversas confissões. Dessa forma, era comum que o interrogado confessasse, inclusive, coisas que jamais tivesse feito, com a esperança de que cessassem seus

suplícios e o inquisidor o deixasse em paz, talvez até uma paz pela morte.

Carlo Ginzburg (2006, p. 169) nos dá uma ideia da eficácia da tortura em gerar confissões:

Pediram-lhe que confessasse o nome de seus cúmplices, se não quisesse ser torturado. Respondeu [o interrogado]: "Senhor, não me lembro de ter discutido com ninguém". Tiraram sua roupa e observaram - como era prescrito pelos regulamentos do Santo Ofício - se era apto para a tortura. Enquanto isso, continuavam a interrogá-lo. Respondeu: "Discuti com tantos que agora não me lembro". Então foi amarrado e novamente lhe perguntaram a verdade sobre seus cúmplices. Mais uma vez respondeu: "Não me lembro". Levaram-no para a câmara de tortura, repetindo sempre a mesma pergunta. "Pensei muito", disse, "tentando me lembrar com quem eu tinha discutido, mas nunca consegui me lembrar." Foi preparado para a tortura com cordas: "Senhor Jesus Cristo, misericórdia, Jesus, misericórdia, eu não me lembro de ter discutido com ninguém, eu poderia até morrer por ter seguidores ou companheiros, mas eu li por conta própria, ó Jesus, misericórdia". Deram-lhe o primeiro puxão: "Ó Jesus, Jesus, coitado de mim, coitado de mim". "Com quem você discutiu?" - perguntaram-lhe. Respondeu: "Jesus, Jesus, não sei de nada".

Além das torturas que sofriam os Templários, havia também o fato de que eles eram postos a ferro, privados de água e comida, de sono. Muitos deles sequer eram soldados e não possuíam resistência para situações extremas. A grande maioria era composta por irmãos servidores, que trabalhavam no auxílio administrativo e de logística, eram moleiros, carpinteiros, ferreiros, pastores.

Read (2001, p. 285) relata alguns dos métodos utilizados pelos inquisidores:

Os métodos favoritos na época eram o cavalete, que distendia os membros de um homem a ponto de deslocar suas articulações; e à entrapada, por meio da qual um homem era erguido sobre uma viga por uma corda amarrada a seus pulsos, que tinham sido atados nas suas costas. Uma terceira técnica era esfregar gordura nas solas dos pés e colocá-los diante do fogo. De vez em quando, os torturadores calculavam mal: os pés de Bernardo de Vado, um sacerdote da Ordem do Templo originário de Albi, foram tão gravemente queimados que seus ossos ficaram expostos. Um cavaleiro da Ordem, Jacques de Soci, afirmou saber de vinte e cinco confrades que tinham morrido "por causa de tortura e sofrimento": uma carta anônima na

biblioteca da Faculdade Corpus Christi, em Cambridge, estima o número em trinta e quatro.

O Próprio Grão-Mestre do Templo no período, Jacques de Molay, foi forçado a confessar. Diante desse quadro, de confissões forçadas ao sangue e a dor dos desesperados, a Ordem é extinta em 1312 pela bula *Vox in excelso*. No mesmo ano, com a bula *Ad Providam*, ordena que os bens e edificações Templárias sejam entregues ao Hospital, com exceção das localizadas na península Ibérica, que deveriam ir para as Ordens Religiosas locais. Filipe recebeu, também, uma indenização pelas despesas gastas com o processo e com a administração dos bens em solo francês no período em que os templários estiveram presos e impedidos de manter o controle.

Segundo Burman (1994, p. 210):

Também foi feito um acordo com Filipe, o Belo, de que as despesas com os irmãos templários presos e a administração de suas posses a partir do momento de sua prisão, em 1307, deveriam ser deduzidas do total de posses da Ordem e pagas a coroa Francesa.

Os Reis de toda a Europa, que mantiveram templários cativos pelo período do processo, utilizaram de seus bens como bem quiseram, restando pouco a se passar para o Hospital.

Ainda segundo Burman (1994, p. 210):

Na Inglaterra, por exemplo, Eduardo II recorreu a recursos templários um mês depois da prisão deste e continuou a fazê-lo até a supressão. Vendeu a lã deles, usou os estoques de grãos para sua guerra contra a Escócia, recorreu a reservas templárias de carne e peixe para seu banquete de coroação, e usou fundos templários para pagar dívidas vencidas de seus clérigos e dar donativos a casas religiosas.

Enfim, os Templários foram de muita utilidade aos monarcas europeus até depois de seu fim. Em março de 1314, Jacques de Molay, o grão-mestre do Templo, e Geoffroi de Charney, preceptor do Templo, são queimados vivos numa ilha do Rio Sena, em Paris, e com eles morreu as esperanças da continuidade da maior ordem militar da idade média.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho falamos sobre alguns dos interesses que conflitaram levando ao fim da maior ordem militar e religiosa da cristandade. Uma Ordem rica e poderosa, com membros da elite feudal européia, outrora livre de subserviência que não fosse ao próprio Papa, líder da Igreja de Roma, acaba por terminar nas mãos de um rei francês, com um projeto de poder que se encontrava com a Ordem.

Os Templários se tornaram poderosos, mas não perderam sua proposta original de pobreza e penitência, defendendo a causa da fé cristã. Precursores do sistema bancário na Europa emprestavam dinheiro a monarcas europeus e ganharam prestígio por fazer render o dinheiro que lhes estava sob poder.

Acusações de heresia, traição da fé cristã, levaram seus membros a serem torturados e alguns até mesmo mortos. Tudo isso sob os olhos do Vigário de Cristo, na França, mas conduzido por Filipe, que possuía em seu poder o domínio da inquisição em seu país.

Os Templários lhe serviriam num primeiro momento, unidos aos Hospitalários, mas com a recusa da fusão, sua extinção também lhe era interessante. Apoderar-se dos bens dos Cavaleiros Templários para enriquecer seus cofres, além de expandir seu domínio e influência o mais longe possível, era o combustível para que o Rei garantisse a extinção da Ordem.

Os Templários foram extintos, com um processo conduzido pela inquisição francesa, dominada por Filipe. Como outros monarcas europeus, ele recebeu vultosa indenização pelos gastos com o processo que seu reino acabou por ter. Além de administrar os cofres Templários durante todo o período de desenrolar do processo.

Era como se entregar a alguém todo o dinheiro de um banco, enquanto se apuram denúncias contra todos os seus acionistas, para no fim decidir matar o acionista majoritário e definir para quem iriam os bens, além de pagar a àquele que o administrou uma vultosa quantia. Mas há ainda um fato interessante: Quem administra esse dinheiro é o juiz, o júri, o carrasco e o promotor de acusação, num processo sem advogados de defesa.

Se Filipe tinha mesmo um plano para tomar o que os Templários possuíam é difícil afirmar, além de não ser essa a nossa disposição inicial. O que se pode afirmar é que de fato houve um empenho em conduzir um processo contra eles, uma organização que o havia ajudado outrora, e que fora retribuída de maneira tão descortês.

7 – REFERÊNCIAS

BURMAN, Edward. **Templários: Os Cavaleiros de Deus**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

CAIRNS, Earle Edwin. **O Cristianismo através dos séculos: Uma História da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

FRALE, Barbara. **Os Templários e o Pergaminho de Chinon: encontrado nos arquivos secretos do Vaticano**. São Paulo: Madras, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIORDANI, Mario Curtis. **História do mundo feudal II/1: Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORRISSON, Cécile. **Cruzadas**. Tradução de William Lagos. 1. ed. Porto Alegre: L E Pm Editores, 2011.

READ, Piers Paul. **Os Templários: A História dramática dos Templários, a mais poderosa Ordem Militar dos Cruzados**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História: Volume Único**. São Paulo: Ática, 2005. p. 117

STREFLING, Sérgio Ricardo. A disputa entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV no final do século XIII. **Teocomunicação**. Porto Alegre, v. 37, n. 158, p. 525-536, dez. 2007. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/download/.../2081>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

DESVENDANDO A PRESIDÊNCIA MINEIRA: PRIMEIRAS DESCOBERTAS

Loyane Cristine Cafeiro Monteiro⁴⁶

RESUMO: Durante o século XIX a província de Minas Gerais recebeu uma administração governamental feita por diversos presidentes que eram indicados ao cargo pelo imperador. Tal política acabou sendo estabelecida por meio de uma alta rotatividade na qual os nomes desses homens passam a se repetir diversas vezes em períodos de tempo alternados. Assim, o presente artigo tem como objetivo explicar o que era a presidência bem como as implicações para a educação da época devido a alternância de governantes. Em seu *corpus* está apresentada uma construção informacional mais abrangente que aponta os desdobramentos desse governo bem como alguns dados iniciais referentes a biografia dos presidentes por meio de método documental a fim de apresentar ao leitor, parte da história de Minas Gerais ainda pouco investigada, permitindo uma ampliação de conhecimento acerca do assunto.

Palavras-chave: História da educação. Século IX. Província de Minas Gerais.

⁴⁶ Estudante do curso de Pedagogia da UEMG (Unidade de Belo Horizonte). O trabalho é orientado pela professora Vera Lúcia Nogueira. E-mail: pesquisapresidentes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O dever do historiador é não recuar diante de tais acontecimentos, mas lançar uma nova luz sobre eles.
(Bernard Beckett – Gênese)

Esse artigo apresenta uma breve explanação do que foi aprendido com a experiência de estudante-pesquisador durante a Iniciação Científica em História da Educação entre os períodos de Maio a Dezembro de 2015 e algumas amostragens de dados obtidos com a pesquisa.

O projeto aqui retratado consiste em investigar as implicações da instabilidade administrativa resultante da alta rotatividade no cargo de presidente de província na formulação das políticas de instrução pública primária em Minas Gerais, no período de 1850 a 1889. A ideia de lançar uma nova luz sobre esses governantes que foram esquecidos pelo tempo e suas possíveis relações com a educação na província busca compreender os impactos causados nas políticas públicas da atualidade.

A atuação de bolsista nesse trabalho se torna de suma importância para a formação acadêmica no tocante aos processos de aprendizagem do curso de

Pedagogia pois, a pesquisa tem alto potencial para desmistificar pensamentos relativos a administração do governo imperial e suas relações à promoção e desenvolvimento da instrução pública, o que permite um olhar mais abrangente sobre a História da Educação e alguns desdobramentos que não são possíveis de serem abordados durante as investidas efetivadas na graduação.

Com o objetivo de mapear e identificar os políticos que ocuparam a presidência da Província mineira no período de 1850 a 1889, a participação da equipe de pesquisa no 8º Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais optou por realizar um recorte temporal sobre as décadas de 1870 a 1880 em decorrência da amplitude da temática e por ser essa década em que “[...]o país vivenciou um intenso movimento de organização do ensino público, nas diversas províncias brasileiras, em vista do processo de consolidação da unidade político-administrativa do Estado imperial e da centralização e unificação do regime monárquico” (NOGUEIRA; PAULA; ANDRADE, 2015, p.3). O que resultou no empenho da busca por informações que serão aqui retratadas.

Também foi objetivado pelo projeto catalogar fontes que permitam a escrita de uma história da educação de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, visto que existem poucas informações sobre o império e a instrução na província.

Assim, o que seria ocupar a posição de Presidente no período imperial e o que isso representava? Na tentativa de obter respostas, esclarecimentos de Corrêa (2003); Limeira (2011); Saraiva (2008); Nogueira, Paula e Duarte (2015); Andrade e Carvalho (2009); entre outros, trazem elucidações sobre esse misterioso universo do governo mineiro, permitindo que esse artigo aponte algumas peculiaridades educacionais no período como: leis que definiam e regulamentavam o que deveria ser ensinado, inspeções nos locais de ensino e a possível ligação desses fatos com a rotatividade presidencial; serão retratados nesse trabalho, dados referentes a construção inicial da prosopografia, isto é, da biografia coletiva, dos Presidentes da província apresentando seus nomes, naturalidade, cargos ocupados, local e vigência dos mandatos.

Esse artigo também permite demonstrar que o período do Brasil República apresenta estudos a respeito da política e da administração do país, no

entanto, conforme afirma Corrêa (2003) existe ainda um interesse na história dos períodos coloniais e imperiais no âmbito da política administrativa brasileira pouco significativo. Entretanto, ainda que tímidos, vem surgindo alguns estudos sobre o período imperial no tocante ao modo como o país era governado. Desse modo, a pesquisa que vem sendo realizada pode contribuir para a descoberta e preenchimento das lacunas que foram sendo deixadas ao longo do tempo em relação a esse processo histórico.

2 A criação da Presidência de Província

Como surgiu o cargo de Presidente? Na busca por tentar responder esse questionamento descobriu-se que o processo de constituição do cargo surge a partir da criação das Juntas Provisórias com intuito de substituir o modelo governamental das capitanias gerais, que passavam a ser denominadas províncias. Instituídas por D. João VI por meio do Decreto de 29 de setembro de 1821, as Juntas oportunizaram o surgimento da presidência:

O decreto que instituía as Juntas de Governo extinguiu os cargos de Governadores de capitania, que passaram a ser denominados de Presidentes, pois o poder deixava de ser individual para ser coletivo, apesar da chefia das Juntas não ser escolhida pelos seus membros, mas através de eleição (CORRÊA, 2003 p.3).

Conforme o autor, o número de membros das Juntas estava intimamente relacionado com a importância e a grandeza das províncias herdando a classificação das antigas capitanias que se dividiam em Capitanias Gerais e Capitanias Subalternas. Desse modo, as províncias foram rotuladas como primeira e segunda grandezas, estando Minas Gerais como província de primeira grandeza. Assim, por meio de eleições separadas e individuais as Juntas se compunham por meio de presidente, secretário e de três a cinco membros dependendo da classificação provincial.

Assim, a criação das Juntas abriu portas para um novo sistema governamental sendo substituídas pela criação do cargo de Presidentes da província e um Conselho de Governo que permitia que o Presidente o consultasse sempre que lhe fosse conveniente por meio de convocação extraordinária.

Para a ocupação da presidência, no entanto, por meio de Lei em 1823, deveria haver uma nomeação imperial, contrária as Juntas que se formavam por meio de eleição. “[...]os Presidentes das províncias, de acordo com esta Lei, passava a ser de nomeação exclusiva do Imperador e de caráter amovível, isto é, podendo ser demitido em qualquer momento, de acordo com as necessidades do Estado e interesses políticos” (CORRÊA, 2003, p.3).

Como reflexo dessa característica a presidência constituiu-se por uma elevada gama de representantes que ocupavam a cadeira em diversos momentos em uma única província atendendo aos interesses do Imperador e oportunizando aos homens indicados, uma possível ascensão política e uma titulação mais nobre.

2.1 A Presidência de Província

A criação do cargo de Presidente gerou tensões em muitas circunstâncias, tanto em relação aos posicionamentos do governo que tentava centralizar-se como a administração governamental que ocorria dentro da província, bem como afirma Saraiva (2008) ao mencionar um desses conflitos em Minas

Gerais ao iniciar o período da década de 1870. Conforme o autor, a administração do Presidente da província do partido conservador, José Maria Correia de Sá e Benevides, recebeu questionamentos de alguns deputados gerais eleitos pela província de mesmo partido. Queixavam-se que a atuação do Presidente prejudicava o partido devido as perseguições políticas aos funcionários e líderes políticos liberais e conservadores, manipulação de recrutamentos com o objetivo de intervir nas eleições de fevereiro de 1870, perseguições a câmara da cidade do Turvo, proteção a um oficial de péssima conduta, demissões de delegados e oficiais da polícia e incompetência e imparcialidade na execução das leis.

Não respondendo a maioria das acusações, as denúncias foram minimizadas por meio da intervenção de alguns dos companheiros do partido que afirmavam que as acusações tratavam-se de disputas políticas locais.

Nesse período as eleições foram marcadas por diversas fraudes e embates entre os grupos políticos e a insatisfação contra o Presidente da província e os graves conflitos internos, para Saraiva (2008), não foram traduzidos por uma disputa armada mais

aumentaram os discursos separatistas e a busca por uma maior autonomia se tornaram mais frequentes.

Essas disputas, entre outras, conforme alguns estudiosos como Slemian (2007), surgem a partir de uma indefinição específica para as atribuições do cargo. Embora o Conselho de Governo venha a ser substituído por Assembleias Legislativas provinciais a partir do Ato Adicional de 1834 e uma tentativa por deliberar melhor as atribuições dos presidentes, essas não foram alteradas até o final do Império. Era da competência desses políticos:

[...] tratem do fomento da agricultura, comércio, indústria, artes e salubridade em geral, promover a educação na mocidade, vigiar os hospitais e prisões, propor a execução e reforma de obras civis, cuidar dos abusos na arrecadação das rendas, agenciar o censo e a estatística na província, promover a catequese dos índios, a colonização dos estrangeiros e o bom tratamento dos escravos, além de facilitar a sua lenta emancipação, decidir sobre os conflitos de jurisdição das autoridades, a suspensão dos magistrados e das autoridades militares e, finalmente, atender às queixas contra os funcionários públicos, mormente quanto à liberdade de imprensa e segurança pessoal, remetendo-as às autoridades superiores (CORRÊA, 2003, p.3-4).

As tensões se tornaram ainda mais agravantes devido a rotatividade exacerbada do cargo. Frente ao curto período em que ocupavam o poder, eram impossibilitados de tomarem decisões que propiciassem uma boa administração. Esse rodízio entre os Presidentes é evidenciado nessa pesquisa, apresentando um grande número de representantes em pequenos mandatos.

Conforme Corrêa (2003), a situação complicava-se ainda mais pois era investido tempo nos deslocamentos e nas substituições entre eles e o exercício de demais cargos como o de Deputado Geral, os faziam afastar-se da administração provincial por aproximadamente dois meses por legislatura. Tais fatos apontam a dificuldade em oferecer aos Presidentes um conhecimento real sobre a província e as medidas a serem tomadas diante dos problemas que apresentavam. Entretanto, os cargos de presidência e de Deputado eram uma oportunidade que encontravam para aproximarem-se da Corte.

Esses impedimentos de resolução dos interesses locais e fortalecimento dos Presidentes de província com o Ato Adicional e a criação das Assembleias Legislativas provinciais que passavam a

ser cada vez mais representativas, contribuía para a continuidade da centralização imperial.

2.2 A Instrução no século XIX

Com o Ato Adicional de 1834, conforme Andrade e Carvalho (2009) os Presidentes de província obtiveram a função de implementar leis relacionadas a educação. Desse modo, a partir do ideário de se construir uma política educacional mineira, os representantes criaram inúmeras leis para a instrução a fim de escolarizar e moldar a população livre conforme seus interesses, partindo do objetivo de transformar os brasileiros em uma sociedade moderna e civilizada. A perspectiva do que deveria ser fundamental para a aprendizagem ilustra um currículo em que pretende formar um cidadão que saiba ler, contar e atender os ditames de religiosidade, moralidade e política vigentes:

A escola assumiu o encargo de ensinar a ler, escrever, contar, regras de civilidade, moralidade e religião. Os princípios políticos e morais eram ensinados durante as lições de leitura e escrita, sendo os escritos religiosos e a Constituição Política do Brasil os textos

privilegiados na escola (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p.109).

Em relação a essa investida administrativa, conforme os autores, foram criados órgãos específicos para fiscalizar as práticas desenvolvidas na escola ao que competia além de afazeres burocráticos como contabilizar o total de alunos, a concepção pedagógica que vinha sendo implementada.

Uma série de leis e decretos provinciais demonstravam uma atenção voltada para uma ação legal que regulamentasse a educação, o que no entanto, era dificultado pelos baixos recursos financeiros, impedindo grandes investimentos na instrução pública. Outro fator dificultante implicava na rotatividade que permitia a permanência do cargo em uma estimativa média de um ano, intercalado dentro desse prazo por outros Presidentes, levando um mesmo governante ir e vir a ocupar o poder, cada um criando leis para a província, o que para Andrade e Carvalho (2009), favorecia por meio de uma incessante legislação, a heterogeneidade da instrução pública, estorvando a aplicabilidade das mesmas.

No entanto, foram criados órgãos para estruturar o ensino que permaneciam em funcionamento durante a alteração dos governantes. Nessa estrutura hierárquica que perpassava desde os Presidentes de província aos fiscais, esses eram denominados Delegados e eram incumbidos conforme os autores, de vigiar as escolas visitando-as mensalmente, impedir o funcionamento das redes particulares ilegais e fazer executar as leis e regulamentos da província por meio dos professores, entre outras atribuições.

Durante o século XIX a escolarização foi adquirindo divisões, sendo estabelecido, portanto “O Regulamento de n.º 56 de 10 de maio de 1867, [...] reestrutura a divisão da instrução pública na Província em: primária, primária superior e secundária” (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p.122). Dessa forma, a instrução primária é tida como obrigatória “desde a primeira lei para a instrução de Minas Gerais publicada em 1835” (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p.122) e a fiscalização é mantida punindo pais ou responsáveis que não colocassem os filhos na escola.

Assim, como era da competência dos Presidentes estabelecer meios educacionais para a

província, especialmente já a partir do período estudado entre 1870 a 1880, atendendo aos interesses cívicos de modernidade, a educação passava pelo ideário de formar os cidadãos por meio de uma racionalização administrativa que acabavam por perpassar pela responsabilidade dos setores públicos e privados.

“[...]os projetos de construção de um Estado imperial e de uma nacionalidade brasileira (entre tantos outros pensados e propostos) foram se consolidando na medida em que se buscava o controle de privacidade, laços de sociabilidade, poderes locais [...]” (LIMEIRA, 2011, p. 102-103). Portanto, a compreensão da política na medida em que as relações que vinham a ser consolidadas envolviam a Corte Imperial por meio das redes de sociabilidade que vinham sendo realizadas, tomam a administração educativa pública e privada como plano de fundo da pesquisa desempenhada por meio desse recorte temporal.

Assim, a partir da Lei do Ventre Livre em 1871, a atenção volta-se em formar os trabalhadores para uma nação de identidade homogênea, no entanto era necessário educar essa população tornando possível a incorporação de homens livres e pobres ao

mercado de trabalho, surgindo portanto, projetos de difusão da instrução primária atendendo ao maior número possível da população.

“E as décadas de 1850, 1860 e 1870 marcam um período bastante peculiar, o de construção e consolidação do Estado imperial que ocorria paralelamente ao de afirmação de um aparato público de instrução na corte imperial” (LIMEIRA, 2011, p.104).

Desse modo, para que fosse possível o alcance educativo em toda a extensão territorial, o Estado imperial promovia associações com os donos das escolas particulares para que essas ofertassem à população menos desenvolvida economicamente, a oportunidade de estudo com gratuidade. O que para Limeira (2011), levava o Estado imperial a dividir o ônus com a iniciativa privada.

Como as escolas públicas criadas entre as décadas de 1870 a 1880 não atingiam aos moradores pobres das regiões devido a distância em que elas funcionavam, as instituições privadas acolhiam essas pessoas com o objetivo de receberem do governo uma renda para manter essas pessoas estudando e automaticamente, garantir a continuidade de seu funcionamento, o que em muitas ocasiões, era a

única oportunidade para os proprietários das escolas, que também se declaravam sem muitas condições financeiras, se manterem. Desse modo, os donos das escolas particulares enviavam documentos solicitando a verba. Esses documentos eram analisados e o pedido era concedido ou não conforme algumas exigências que eram averiguadas por meio de fiscalização.

[...]somadas a estas considerações acerca da distância das escolas públicas e o estado econômico da população atendida pelos processos de subvenção concedidos aos estabelecimentos particulares da instrução na corte imperial, havia uma observação sempre presente naqueles documentos oficiais, e que, muitas vezes, eram responsáveis pela resposta positiva ou negativa aos pedidos: o número de alunos. Não bastava atender meninos ou meninas pobres no ensino particular gratuito. A quantidade de alunos ou alunas mantida pelos colégios privados precisava ser expressiva para que fosse considerada como significativa a reivindicação (LIMEIRA, 2011, p.114).

O número de alunos exigido era de dez, não podendo passar dessa quantia para que a solicitação fosse acolhida, sendo considerada “indeterminada,” como também não poderia apresentar total menor que este para que fosse aceita. Os Delegados por sua

vez, investigavam essa quantia de educandos, se os estudantes eram realmente sem condições de frequentar a escola e se as professoras, donas das escolas, também eram pobres o bastante para receberem a renda implorada.

Contudo, a população pobre precisava ser instruída, mesmo nas localidades não alcançadas pelas escolas públicas, esta era a razão do financiamento garantido aos estabelecimentos particulares e da imbricação entre as instâncias pública e privada (LIMEIRA, 2011, p. 118). Buscava-se, portanto, consolidar o ensino por meio de legislaturas que estabelecessem órgãos e cargos destinados a fiscalizar e punir as tentativas de burlar os sistemas educacionais criados. Entretanto, a preocupação dos dirigentes ultrapassava na realidade, um benefício ao cidadão mineiro. O principal interesse em criar um aparato fiscal e burocrático à instrução era desempenhar uma força trabalhista qualificada para prover de modo satisfatório, a economia mineira.

3 METODOLOGIA

Com intuito de investigar as relações políticas e educacionais dos Presidentes da Província de Minas Gerais no período Imperial, utiliza-se em caráter metodológico a pesquisa documental que conforme Silva, Guindani e Almeida (2009), representa a riqueza contida nas informações presentes em documentos justificando seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais por possibilitar uma amplitude de entendimento de objetos em que a compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Nesse sentido, busca-se para o presente trabalho, apontar por meio da perspectiva da História da Educação os elementos contidos nas documentações pesquisadas com intuito de contextualizar os pontos em comum entre os indivíduos e suas ações por meio de delineamento descritivo.

Os dados obtidos relacionam-se com a prosopografia inicial dos presidentes que veio sendo construída ao longo do período de vigência do edital PAPq 08/2015. Assim, para a presente pesquisa

foram utilizadas diversas fontes como cartas de diretores de escola aos presidentes de província entre os períodos de 1860 a 1870 no Arquivo Público Mineiro, biografia dos governantes de Minas em arquivos digitais como os do Ministério da Fazenda e o levantamento e a coleta de dados sobre os projetos de lei referentes a criação e restauração de cadeiras de instrução pública na Coleção de Leis Mineiras disponibilizadas no endereço eletrônico da Cedeplar, entre outras fontes.

3.1 Leitura dos Dados

Foram analisados dados referentes aos Presidentes que governaram a Província no período de 1870-1880. O período do recorte deveu-se a apresentação da pesquisa no 8º Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (COPEHE) e 17º Seminário de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais (P&E-UEMG). Embora não havendo sido encerrado o processo de busca, frente ao processo inicial em que esse trabalho se encontra, apresenta-se alguns pontos comuns entre esses

homens e suas posturas relacionadas a instrução pública.

Governaram Minas Gerais o total de 15 representantes entre Presidentes e Vice-Presidentes, sendo eles por ordem de mandato Manuel Teixeira de Sousa (Barão de Camargos), Agostinho José Ferreira Bretas, Antônio Luíz Afonso de Carvalho, Francisco Leite da Costa Belém, Joaquim Pires Machado Portela, Venâncio José de Oliveira Lisboa, José Antônio Araújo Freitas Henriques, Pedro Vicente de Azevedo, Francisco Bonifácio de Abreu (Barão de Villa da Barra), João Capistrano Bandeira de Mello, Elias Pinto de Carvalho, Francisco de Paula da Silveira Lobo, Joaquim José de Sant'Anna, Manuel José Gomes Rebelo Horta, Graciliano Aristides do Prado Pimentel e José Francisco Netto (Barão de Coromandel).

Destacam-se portanto, Manuel Teixeira de Sousa, ocupando a cadeira do poder mineiro nos períodos de mandatos entre (16/05/1870-26/05/1870), (25/02/1876-10/03/1876), (01/11/1876-24/01/1877); Francisco Leite da Costa Belém (27/04/1871-08/11/1871), (20/04/1872-11/07/1872), (16/01/1873-01/03/1873), (27/05/1874-26/10/1874), (06/03/1875-23/03/1875) e Joaquim

José de Sant'Anna (08/11/1878-05/01/1879), (26/12/1879-22/01/1880), (24/04/1880-30/12/1880). O que ilustra dentro do período de dez anos a alta rotatividade da presidência na província.

Identifica-se também a discrepância do período em que ocupavam o cargo como Venâncio José de Oliveira Lisboa atuando como Presidente por 452 dias e Graciliano Aristides do Prado Pimentel por 93 dias; Já a Vice-Presidência encontra-se com 250 dias de ocupação por Joaquim José de Sant'Anna em um de seus mandatos e 23 dias por Elias Pinto de Carvalho. Ao se cruzar os dados mapeados, portanto, esses resultados vem de encontro com a fundamentação teórica de que essa instabilidade rotativa nos períodos de mandato podem dificultar uma administração mais consolidada para Minas Gerais.

Constatou-se que Agostinho José Ferreira Bretas, Antônio Luís Afonso de Carvalho, Joaquim Floriano de Godoy, Venâncio José de Oliveira Lisboa, José Antônio de Araújo Freitas Henriques, Francisco Bonifácio de Abreu, João Capistrano Bandeira de Melo, Francisco de Paula da Silveira Lobo, Joaquim José de Sant'Anna e Manuel José Gomes Rebello Horta criaram cadeiras de instrução

pública em diversas localidades. Tal feito vem de encontro com as palavras de Andrade e Carvalho (2009) que afirmam existir no período entre 1850 a 1889 um grande número de leis destinadas a instrução para reger o povo mineiro em consonância com os ideais políticos que foram sendo estabelecidos ao longo do século.

Venâncio José de Oliveira Lisboa atuando como Presidente da Província do Paraná também criou cadeiras de primeiras letras em Março e Abril de 1871, além de Minas Gerais, entre Março e Maio de 1873 e 1874. Demais políticos pesquisados também atuaram no governo de outras províncias como José Antônio de Araújo Freitas Henriques, Presidente da Província do Pará; Francisco de Paula da Silveira Lobo, Presidente da Província de Pernambuco e Joaquim Pires Machado Portela, Presidente da Província da Bahia e Vice-Presidente em Pernambuco. Muitos deles além de ocuparem esse cargo exerceram uma série de outros na área política e em outras áreas, sempre totalizando mais de três profissões, como José Antônio de Araújo Freitas Henriques que foi em 1845, Delegado Suplente de Polícia, em 1845 Juiz Municipal Suplente de São Salvador, nomeado por meio de

decreto em 21 de Julho de 1846 como Juiz Municipal e de Órfãos dos termos reunidos da Estância e Santa Luzia, na província de Sergipe; Em 4 de Abril de 1849 recebeu nomeação em decreto como Juiz Municipal e de Órfãos no termo de Itaparica, na Bahia, entre outros cargos; Joaquim Floriano de Godoy Deputado Geral entre 1869 a 1872, Senador entre 1873 a 1875, 1877 a 1878, 1878 a 1881, 1882 a 1884, 1885 a 1885, 1886 a 1889 e Deputado Provincial e Carlos Carneiro de Campos que serviu com praça de cadete no batalhão de d. Pedro I, estudou dois anos na escola militar, e depois, dando baixa e indo à França, fez em Paris o curso de direito, de que recebeu o grão de doutor em 1827. Na instituição das academias de direito, foi nomeado lente da Província de São Paulo, onde exerceu também o cargo de diretor. Foi por esta Província deputado à sua assembleia, deputado geral, e senador em 1857; foi diretor do Banco do Brazil e inspetor geral do tesouro nacional; serviu em três gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros e da fazenda. Era conselheiro de estado, veador de Sua Majestade a Imperatriz; comendador da ordem de Cristo, grã-cruz das ordens de Leopoldo da Bélgica, da Legião de Honra da França, da Águia Vermelha

da Alemanha, da Coroa da Itália, da Coroa de Ferro da Áustria, da Ernestina de Saxe Coburgo e Gotha.

Desse modo, a ocupação de cargos públicos, como dito anteriormente, auxiliavam uma possível ascensão na política da Corte, o que evidenciava, no caso do cargo de Presidente, estar fazendo parte do ciclo de relações do Imperador por evidenciar a confiança do imperante assim depositada, demonstrando inclusive, conforme Nogueira, Paula e Duarte (2015), um sinal de que o homem que aceitava o cargo, estava sendo grato ao partido e ao Rei.

Também apresenta nesse quadro de representantes o local de nascimento de alguns que não eram mineiros:

Os presidentes, geralmente forasteiros às províncias que deveriam administrar e com curtos mandatos temporários, não podiam desenvolver qualquer tipo de planejamento administrativo, mesmo porque eram totalmente desconhedores dos problemas locais e das reivindicações naturais de suas populações (CORRÊA, 2003, p. 1).

Portanto no período pesquisado destacam Carlos Carneiro de Campos, baiano; Joaquim Pires

Machado Portela, pernambucano; Antônio Luís Afonso de Carvalho, natural de Salvador e José Antônio de Araújo Freitas Henriques, também baiano.

Ainda vem sendo investigado se esses imigrantes corresponderam satisfatoriamente ou não a administração provincial devido ao desconhecimento da região e do diminuto tempo no cargo, ou se isso em nada interferia os processos governamentais bem como seus olhares para a instrução pública.

Também, já no período pesquisado, identificou-se por meio da leitura das leis, a criação de cadeiras femininas e masculinas, o que demonstra a presença feminina na docência nos oitocentos.

Outro aspecto identificado na legislação refere-se a inserção da mulher no magistério. No entanto, “[...] a conduta moral das mulheres é reforçada. No caso das professoras, essa questão é enfatizada, já que elas lecionariam para as meninas e seria uma das referências para a boa conduta das garotas” (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p.128).

Isso evidencia os parâmetros de civilidade que se pretendia atingir durante o século XIX incluindo a população feminina.

Contudo, percebe-se que os Presidentes de província “Apesar de representantes da coroa e dos gabinetes ministeriais, seus nomes passaram, via de regra, em pleno desconhecimento do público e da História” (CORRÊA, 2003, p. 8) e busca-se por meio desses resultados obtidos, mesmo que em caráter inicial da pesquisa, desenterrar traços apagados que podem vir a ser pistas da estrutura das políticas públicas educacionais vigentes.

4 CONSIDERAÇÕES

Ao longo do período da bolsa de Iniciação Científica foi possível aprender sobre informações nunca pensadas e a conhecer uma pequena parte dos aspectos políticos da província de Minas Gerais. Concluiu-se inicialmente que ocupar a posição de Presidente seria receber um cargo da confiabilidade do Imperador e arcar com os cuidados administrativos da região tal como a instrução. Percebeu-se por meio dos esclarecimentos teóricos, à luz de estudiosos do período, que o cargo representava uma oportunidade para que o imperante perpetuasse seus interesses por meio de uma alta rotatividade de governantes na província. Revelou-se

por meio da pesquisa que isso também representava para os Presidentes um reconhecimento que poderia leva-los a melhores oportunidades de ascensão na Corte. Já para o povo, a presidência significava escolas organizadas por leis e órgãos que os fariam educarem-se. No entanto, tornar a população pobre e livre em trabalhadores era o basilar objetivo do Estado imperial.

A partir dos dados obtidos a rotatividade dos presidentes se confirma por serem localizados dentro das décadas de 1870 a 1880 um total de quinze governantes e diversos mandatos para a província mineira.

Uma recorrência de imigrantes surge para a ocupação do cargo em Minas Gerais sendo em grande número de indivíduos provenientes da Bahia. Pela divisão provincial ser realizada por meio de grandezas, herança de uma organização das capitanias, a Bahia também era tida como primeira grandeza. Se a força dos governadores das grandes capitanias foi passada as províncias posteriormente, como afirma Corrêa (2003), possivelmente os Presidentes nascidos em uma província de primeira grandeza poderiam ter o privilégio de governar uma província também de primeira grandeza devido as

suas influências. No entanto, não é possível ainda realizar nenhuma afirmativa. O que os resultados obtidos propiciam atualmente são hipóteses que oferecem outras oportunidades de pesquisa, inexistindo, portanto, qualquer ligação entre a naturalidade dos Presidentes e as províncias regidas.

A ocupação de demais cargos e honorarias para os Presidentes também evidenciada na coleta de dados pode ter sido um fator dificultante para que eles se dedicassem com exclusividade a uma incumbência única como a presidência.

As cadeiras criadas em diversas localidades da província, identificadas durante o período pesquisado evidencia a necessidade dos governantes de instituírem algo legal referente a instrução, embora as cadeiras criadas para homens e mulheres fossem voltadas para a instrução pública, constatou-se pelas leituras que o setor educacional privado, contribuía para que a ordem de colocar a maior parte da população na escola fosse efetivada. Porém as informações obtidas são respaldadas pelas leis e decretos criados, o que pode diferir-se em sua aplicabilidade no cotidiano.

Assim, muito ainda tem-se por descobrir com essa pesquisa e os impactos relacionados à

presidência. É possível que tal cargo, que foi capaz de manter a unidade do Império não tenha oferecido uma boa qualidade educacional para Minas Gerais por existir uma alta rotatividade, impedindo que o tempo de mandato fosse suficiente para manifestar grandes mudanças na instrução. Por outro lado, a investigação desse quadro político ainda pode revelar-se em gratas surpresas para a educação que tenham como consequência algumas melhorias que possam se refletir na atualidade.

5 BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **A Educação no Brasil Império: Análise da Organização da Instrução na Província de Minas Gerais (1850-1889)**. Pelotas, História da Educação, 20009.

Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais do Observatório Nacional. **1875 A província de S. Paulo, pelo Senador Joaquim Floriano de Godoy**. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=20341&pesq> Acesso em 11 de Setembro de 2015.

BONSEMBIANTE, Marcela Marques. **Barão de Camargos: A razão Clientelista em Minas Gerais (1840-1853)**. Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2006.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, v. 2.

BRASIL. **Coleção das Leis Mineiras 1870-1880**.

Câmara Municipal de Poços de Caldas. A História da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Disponível em

<http://pocosdecaldas.mg.leg.br/a_camara/historia_camara.php> Acesso em 18 de Setembro de 2015.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **A presidência da província no Império**. Anpuh. XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

Empório de Notícias. **Senador Godóy e a Província do Rio Sapucaí**. Disponível em <<http://www.emporiodenoticias.com/2011/03/o-senador-joaquim-floriano-de-godoy.html>> Acesso em 10 de Setembro de 2015.

Escola Superior do Ministério Público da União. **Proteção do patrimônio documental e o papel do Arquivo Nacional**. Disponível em <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao/encontroseventos>>

/cursos/cursopatrimoniocultural/Protecao_do_patrimonio_documental_e_o_papel_do_Arquivo_Nacional.pdf> Acesso em 04 de Setembro de 2015.

FILHO, Carlos Antônio Pereira Gonçalves. **O suplício do Simplício: Faria Neves Sobrinho e o mestre-escola oitocentista.** Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/37896/28060>> Acesso em 02 de Setembro de 2015.

GABLER, Louise. **O Arquivo Público do Império como lugar de memória: a administração de Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898).**

Natal, XVII Simpósio Nacional de História- Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Disponível em

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371258420_ARQUIVO_ApresentacaoANPUH2013_Louise_1__versaofinal.pdf> Acesso em 14 de Agosto de 2015.

GASPAR, Lúcia. **João Alfredo.** Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=377:joao-a> Acesso em 11 de Agosto de 2015.

Genealogias da Zona do Carmo. Disponível em <<http://www.arvore.net.br/trindade/TitTorres.htm>> Acesso em 19 de agosto de 2015.

Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-Senado-Federal>. DECRETO N. 3491 - DE 8 DE JULHO DE 1865. Disponível em: <http://ministros/imperio-segundo-reinado/dom_pedroII027> Acesso em 19 de agosto de 2015.

Museu Histórico Nacional, Biblioteca Virtual. **Joaquim Pires Machado Portela**. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional&pesq=Joaquim%20Pires%20Machado%20Portela>> Acesso em 10 de Agosto de 2015.

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. **O ato de fundação do Instituto Arqueológico**. Disponível em <<http://www.iahgp.com.br/historico/ato.php>> Acesso em 08 de Agosto de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pernambuco>> Caruaru**. Disponível em <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_EN&codmun=260410&search=pernambuco%7Ccaruaru%7Cinphographics:-history> Acesso em 01 de Setembro de 2015.

Instituto de Educação Estadual do Pará. **O fim da Escola Normal.** Disponível em <<http://portaldoieep.blogspot.com.br/2013/02/ieep-o-fim-da-escola-normal.html>> Acesso em 08 de Setembro de 2015.

Joaquim Pires Machado Portela- **Pernambuco de A a Z.** Disponível em <<http://www.pe-az.com.br/editorias/biografias/j/831-joaquim-pires-de-machado-portela.html>> Acesso em 10 de Agosto de 2015.

Memória do Judiciário Mineiro- Disponível em <http://www8.tjmg.jus.br/memoria2/desembargadores_tjmg.html> Acesso em 18 de Agosto de 2015

LEVY, Carlos Roberto Maciel. **Anais do Museu Histórico Nacional.** Disponível em <<http://www.artedata.com/crml/pubdig/fhab0304.htm>> Acesso em 07 de Agosto de 2015.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **Espaços mistos; o público e o privado na instrução do século XIX.** Rio de Janeiro, Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, n.3.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889.** Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=il5dGK964K>>

oC&pg=PA124&lpg=PA124&dq=Venancio+josé+d
e+Oliveira+Lisboa&source=bl&ots=Kpu4yPaKB6&
sig=DaWwhL9G_wKG3F8Mqa3q5DtH510&hl=pt-
BR&sa=X&ved=0CCgQ6AEwAmoVChMI6uCBp6
SaxwIVgyKQCh1Tkgjj#v=onepage&q=Venancio%2
0jos%C3%A9%20> Acesso em 23 de Setembro de
2015.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; PAULA, Dalvit Greiner
de; DUARTE, Juliana Serpa. **Política e Educação
na Província de Minas Gerais: Prosopografia
Inicial dos Presidentes da Província Mineira
(1870-1880)**. 8º CONGRESSO DE PESQUISA E
ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM
MINAS GERAIS, Belo Horizonte: UFMG, 2015.

Planalto. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1250.htm> Acesso em 19 de Agosto de 2015.

Repositório da Universidade Federal de Pernambuco.
**Carta de João Alfredo Corrêa de Oliveira a
Joaquim Pires Machado Portela**. Disponível em
<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13631/JA_CE_000.207.pdf?sequence=1&ishttp://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13631?sHow=fullAllowed=y> Acesso em 11 de Agosto de 2015.

Repositório da Universidade Federal de Pernambuco.
Carta de João Alfredo Corrêa de Oliveira a Joaquim Pires Machado Portela. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13631?show=full>> Acesso em 11 de Agosto de

SANTOS, Luiz Carlos. **Lambari, Fragmentos da História.** Disponível em

<https://books.google.com.br/books?id=nMZIBQAAQBAJ&pg=PA65&lpg=PA65&dq=Joaquim+Pires+Machado+Portela&source=bl&ots=_sZ2Gs0ccn&sig=BTzyzPKa-QZpiRoptkvG6874_3k&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CCAQ6AEwATgKahUKEwjvIMWZ-

[pnHAhUKGpAKHfZtDHQ#v=onepage&q=Joaquim%20Pires%20Machado%20Portela&f=false](https://books.google.com.br/books?id=nMZIBQAAQBAJ&pg=PA65&lpg=PA65&dq=Joaquim+Pires+Machado+Portela&source=bl&ots=_sZ2Gs0ccn&sig=BTzyzPKa-QZpiRoptkvG6874_3k&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CCAQ6AEwATgKahUKEwjvIMWZ-pnHAhUKGpAKHfZtDHQ#v=onepage&q=Joaquim%20Pires%20Machado%20Portela&f=false) >

Acesso em 12 de Agosto de 2015.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais na Zona da Mata mineira, 1853-1893.** UFF, Niterói, 2008.

Senado Federal. **Períodos Legislativos do Império - 1877-1878.** Disponível em

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1845&li=16&lcab=1877-1878&lf=16> Acesso em 11 de Setembro de 2015.

SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de.; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, nº I, 2009.

2015.

Senado Federal. Disponível em:<http://www.senado.leg.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1665&li=19&lcab=1885-1885&lf=19>

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=348>> Acesso em 14 de agosto de 2015. Acesso em 07 de Agosto de 2015.

CIDADE DOS ESTUDANTES: O CASO DA EXPERIÊNCIA DA UEMG NA CIDADE DE FRUTAL-MG⁴⁷

Otávio Luiz Machado⁴⁸

Jéssica Mayra Camões⁴⁹

RESUMO: Os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a vida universitária da unidade da UEMG em Frutal é apresentado no presente artigo. As principais características de uma cidade universitária, os dilemas enfrentados pelos universitários, suas marcas deixadas na cidade, os espaços valorizados e a relação dos mesmos com a cidade são trazidos na análise.

⁴⁷ O trabalho aqui publicado é financiado pelo Edital 04/2015 – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UEMG/CNPq. O projeto intitula-se “Cidade dos estudantes: culturas juvenis e sociabilidade universitária em Frutal-MG”.

⁴⁸ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. É orientador do trabalho aqui publicado. E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

⁴⁹ Estudante de Comunicação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – unidade Frutal. É bolsista do PIBIC-CNPq, que é orientado pelo Professor Otávio Luiz Machado.

INTRODUÇÃO

O estudo da realidade de uma cidade exige a compreensão de que estamos tratando de espaços sociais marcados por relações multifacetadas, traços humanos múltiplos, inconstantes, impertinentes, instáveis e locais marcados por movimentos, mudanças, variabilidades.

Também devemos observar que a vida em sociedade possui limites e possibilidades, conflitos e aceitações, estabelecidos e outsiders.



Foto: Recepção aos Calouros durante a matrícula, 2016. Registro de Otávio Luiz Machado

Quando começamos o estudo sobre a cidade de Frutal buscando analisá-la como uma cidade dos estudantes tínhamos como pressuposto de que havia um incremento e uma tendência de crescimento na população local através da incorporação de muitos estudantes da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) ao conjunto de habitantes da cidade.

A expressão “cidade dos estudantes” foi inspirada nos trabalhos publicados por Elísio Estanque sobre a cidade portuguesa de Coimbra, tendo como um texto de referência Estanque (2008). Para o autor, a relação entre cidade e universidade nem sempre foi fácil, porém

“...o peso da história juntamente com a estreita imbricação da universidade na cidade – e a projecção desta como cidade universitária – contribuíram para construir ao longo do tempo uma identidade particular, fortemente devedora da presença estudantil e do saber académico” (Estanque, 2008, p. 16).

Não temos em Frutal uma universidade centenária, nem tampouco um sistema de repúblicas com largas tradições universitárias, mas temos sim uma universidade inserida num conjunto urbano nem

sempre agindo com muita cumplicidade, com suas transmutações e diversidade.

Se estivermos considerando que 83% dos estudantes da UEMG não são oriundos da própria cidade, então existe uma correlação entre estudar na universidade e ser de outra cidade, o que significa dizer estamos tratando de uma cidade com potencial de atratividade estudantil.

A imagem da cidade como uma referência para o destino universitário nacional advém de um cenário urbano em que as marcas dos cerimoniais acadêmicos tornam-se visíveis e constantes, pois é perceptível no cotidiano da cidade as diferenças com o funcionamento ou não da Universidade Estadual de Minas Gerais. Assim, o retorno dos veteranos e a entrada de novos calouros a movimentação de pessoas nos espaços universitários e em diversos locais de Frutal ganha um novo ritmo.

Como a rotina da universidade é marcada com os mais diversos cerimoniais acadêmicos, inclusive os conhecidos como ritos de passagem, logo o interesse pela vida universitária foi despertado, principalmente no que tange às repúblicas estudantis, pois as fontes de construção de muitos hábitos estudantis estão ali. Não somente ali quando tratamos dos ritos de

passagem, considerando que as atividades propostas pelos veteranos que marcam a recepção dos calouros vão de trotes, palestras, festas, doação de alimentos, abordagem direta convidando para irem morar em repúblicas etc.

Um diálogo com a produção acadêmica sobre juventudes

A juventude e o papel que a mesma exerce dentro de um contexto histórico e de uma dada sociedade vem sendo objeto de estudo de inúmeros estudos sociológicos (Pais, 1990; Groppo, 2000; Abramo, 1994). Por muito tempo, associou-se à juventude uma visão negativa; talvez pela própria situação, pela própria condição de transição. Seja por seu caráter rebelde, pela agressividade real e simbólica do seu comportamento ou pela negatividade de suas representações do presente e futuro, a juventude mostra-se como agente transformador e propositor de transformações; como sujeito capaz de introduzir mudanças reais na sociedade. Com seu estilo, músicas, encenações, trajés; eles levantam questões buscando respostas

sobre sua condição juvenil, sobre a ordem social e sobre o mundo contemporâneo.

A juventude passa então a ser vista como uma categoria social, ou seja, como um grupo capaz de atuar politicamente visando defender seus interesses; como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. Nesse sentido, argumentam em relação as tendências sociais no presente e os rumos que as mesmas imprimem para o futuro. Por muito tempo o estudo sobre a sociedade jovem se ateve somente para os jovens universitários, já que por serem considerados “filhos da classe média”, eles aparecem como figuras centrais, não só pela intensa significação social que a educação adquire, mas também pelo fato de serem os jovens universitários que tomaram parte ativa nas mobilizações sociais que marcam o período, reivindicando o aprofundamento das mudanças em curso. Não só nos anos passados, mas até hoje se observa um campo de atuação destinado aos jovens estudantes universitários. Deve-se considerar que cada juventude é caracterizada pelo contexto histórico em que viveu, diferenciando, assim, os objetivos, os interesses e a “função” social de cada classe juvenil (Abramo, 1994).

A maneira como os jovens conseguem produzir cotidiana e ativamente suas próprias normas e expressões culturais passa a ser objeto de estudo de Machado Pais. “Em suma, serão as culturas juvenis manifestações mais ou menos passivas, anômicas, ou disfuncionais do universo de normas e valores do qual as gerações mais velhas se encontram mais próximas, ou, em contrapartida, evidenciam as culturas juvenis um protagonismo activo, expresso em modos de vida especificamente juvenis, embora entre si distintos?” (Pais, 1992, p. 592)

Machado Pais faz uma análise dos diferentes “caminhos” de expressão que a juventude pode seguir. Como essa classe social mostra-se ser ativa dentro da sociedade e como ela constrói seus valores e os defende-os. Pelas práticas de lazer e sociabilidade, os jovens deixam suas “marcas”, defendem suas ideias e suas formas de expressão.

Um pouco sobre Frutal e seu diferencial

Com a UEMG em Frutal, é natural que um incremento à economia da cidade foi possibilitado, considerando que os estudantes contribuem decisivamente para movimentar a economia da

mesma no ramo imobiliário, da alimentação, do transporte e outros serviços.



Foto: Estrada de acesso à UEMG no início de 2016.

Registro de Otávio Luiz Machado.

No entanto, nos últimos meses os estudantes estão questionando a infraestrutura interna do Campus. Muitas promessas, mas poucas ou quase nenhuma cumpridas. Nesse contexto, os jovens estudantes vêm mostrando sua voz utilizando-se de diversos recursos para mostrar o quanto estão

insatisfeitos com o descaso das autoridades para a melhoria da UEMG.

Diante disso, estão sendo realizados movimentos estudantis que procuram apoio não só de todos os estudantes, mas, também, dos habitantes da cidade. Quanto mais pessoas aderirem ao movimento, maiores são as chances de se obterem resultados. Movimento Estudantil é o nome dado a um movimento social onde os protagonistas são os próprios estudantes. É por meio desses movimentos, que os estudantes lutam por seus ideais, espalham suas insatisfações e reivindicam seus direitos.



Foto: protesto por melhorias da UEMG no final do 2º semestre letivo de 2015 pelas ruas da cidade. Registro de Otávio Luiz Machado.

Para garantir apoio ao estudante dentro da Universidade há o que chamamos de Entidades Estudantis que são grupos de alunos que representam os estudantes; sendo assim, a voz de todos. Dentro da UEMG há o que chamamos de Diretório Acadêmico. “O Diretório Acadêmico é uma entidade estudantil que representa, normalmente, os estudantes de um curso de nível superior dentro de uma Universidade. O D.A estabelece uma relação de compromisso com a classe estudantil do estabelecimento de ensino, uma vez que é formada pelos próprios acadêmicos.

É importante mencionar que a maioria dos cursos superiores da UEMG de Frutal possui seu centro acadêmico, tais como: CACOM (Centro Acadêmico de Comunicação Social), CAD (Centro Acadêmico de Direito), CASI (Centro Acadêmico de Sistema de Informação), CAGEO (Centro Acadêmico de Geografia).

Os movimentos estudantis lutam ainda por uma assistência estudantil que acompanha o aluno e assegura o seu êxito; pedem por uma biblioteca mais ampla e mais eficiente (para que o aluno possa consultar os livros ao invés de consultar a internet); por um Restaurante Universitário (RU) já que os gastos com alimentação são os maiores e refletem na

economia do estudante; por alojamento, o que evitaria os gastos com aluguéis; por professores concursados e que atuem em suas respectivas áreas. Tudo isso se resume em uma maior atenção para com o estudante, suas necessidades e opiniões.

Nos últimos meses de 2015, além dessas exigências, outras passaram a tomar a atenção dos estudantes: a falta de asfalto no caminho que faz acesso a Universidade; o qual, há tempos, conta com uma grande quantidade de buracos, prejudicando os veículos que ali passam. Fora isso, muitos estudantes foram vítimas de assaltos na Avenida que liga a cidade a Universidade. O caminho é pouco iluminado e nada seguro. A escuridão e a existência de mato ao longo da avenida torna o caminho propício para assaltos. O Movimento Estudantil solicita que as autoridades policiais enviem uma patrulha que possa rondar a avenida e, assim, controlar essa onda de assaltos que acontecem cotidianamente.

Marcus Vinicius Santos, estudante de Jornalismo, 5º período, fez um desabafo em Rede Social (facebook) que expressou sua insatisfação:

“Boa noite, amigos. Não sei por onde começar expressar minha decepção/indignação com alguns fatos ocorridos nos últimos tempos, mas vamos lá. Só hoje, duas pessoas (até onde sei) foram assaltadas ao saírem da universidade. Diariamente, centenas de pessoas passam pela ponte onde ocorreram os assaltos; o local é escuro, deserto e sem qualquer tipo de policiamento, ou seja, o local perfeito para a prática de crimes. "Ainda bem" que o que correu hoje foi "apenas" um assalto, mas vocês tem que concordar comigo que poderia ter sido algo muito pior; muitas meninas voltam sozinhas por aquele caminho. "Ahh Marcus, mas tem o Moretti, tem os amigos pra dar carona.” Realmente, mas aí você chega à rotatória da universidade e encontra uma – estrada - ridícula, que te faz procurar o menor buraco pra cair, que quando chove vira um lamaçal, e você não sabe qual é o menor buraco pra cair e acaba caindo em todos. Os carros não aguentam mais, suspensão não existe após uma semana passando por ali. É inadmissível esse descaso com os estudantes, nós movimentamos essa cidade, e diariamente sofremos com esses problemas. Ano que vem tem eleições, em 2016 muita gente vai querer dar “tapinha” nas nossas costas na hora de pedir voto, mas e nos próximos anos, continuaremos abandonados? Nós precisamos fazer algo que chame atenção das autoridades responsáveis, precisamos reivindicar nossos direitos, porque eu não “tô” afim de ver meu carro ficando peça por peça na

estrada e nem quero que algo pior aconteça com algum colega pra alguém tomar uma atitude. Desculpem se falei alguma besteira, mas “tamo junto!”

As Redes Sociais promoveram a união dos estudantes em favor de seus direitos. Pavimentação, iluminação, acesso ao pedestre e ao motorista e uma melhor segurança nos arredores foram as principais demandas dos estudantes. As duas Rádios da cidade (97 F.M e 102 F.M) oferecem apoio aos alunos e muitos deles deram depoimentos para declarar, ao vivo, sua insatisfação.

Apesar de não ser um centro urbano conceituado, Frutal conta com uma Universidade que, atualmente, possui dez anos de presença. A existência do Campus possibilitou um crescimento da cidade, que hoje conta com mais de 60 mil habitantes. Apesar de ser uma cidade pacata, Frutal atraiu estudantes de diversas regiões, cidades e estados. A cidade poderia não imaginar que seria alvo de muitas “chegadas” e “saídas” e é por esse motivo que sua infraestrutura se encontra em desenvolvimento.

Adaptar-se em uma nova cidade e longe dos pais é assustador para qualquer um. Por isso que muitos estudantes optam por cursarem em cidades pequenas, longe do alvoroço e da correria de uma cidade grande. Porém, como tudo tem o lado bom e o lado ruim, cidades menores não possuem muitas opções de moradia. Já com o intuito de diminuir os gastos e para não enfrentarem o desafio de se morar sozinho logo de início, tanto meninos quanto meninas decidem morar em Repúblicas. Muitas pesquisas realizadas por Machado (2014) apresentam as repúblicas como organizações estudantis marcadas pelo caráter autogerido, a autonomia da ação da organização, pela divisão das tarefas rotineiras e a forma irreverente e descontraída na interação dos membros entre si.

Uma pesquisa realizada através de coleta de dados que realizamos no final de 2015, além de mostrar que a cidade conta com mais de 30 repúblicas espalhadas por toda Frutal, ainda apresentou que a sua maioria foi formada em período muito recentemente.

Morar em uma república tem seus prós e contras. Cada pessoa foi criada de uma forma, tem seus costumes, seus momentos, mas nem toda pessoa

está disposta a encarar essa diferença toda. As maiores reclamações estão quando se fala em limpeza de casa, afinal, todos gostam da casa bem limpinha, mas pensam no trabalho de limpar. Além do mais, invadir o espaço do outro com barulho, pegar coisas sem pedir, exigir demais não é nada elegante e são fatores que podem causar brigas entre os moradores.

Mas, quando se opta por morar em 'Rep', nunca se está sozinho. Sempre terá alguém ali para bater papo, fazer companhia, ser o colo quando se precisa chorar, compartilhar experiências e ensinar novas coisas. Quando se falta algo, na maioria das vezes, é quem mora com a outra pessoa que supre.

Contudo, há quem prefira morar só, mas quem mora ou convive em uma república estão sempre cercados de amigos. Afinal, todo mundo precisa de alguém, e quem mora com uma galera tem sempre quem.

Mas, Frutal tem um diferencial: é uma cidade muito acolhedora. Logo quando se inicia o semestre no começo de ano, os novatos do momento são muito bem recepcionados por seus veteranos. Quando se mora em república, a algazarra é total. A submissão dos “bixos” para com seus veteranos possui raízes

muito antigas. Os “bixos” possuem o dever de idolatrar seus veteranos, e aí começa a “zuação”.

Encontros nas repúblicas estudantis

A interação dos novatos com os mais velhos passa a ser uma relação muito significativa, pois os calouros se sentem acolhidos e ficam mais à vontade na nova cidade. Essas interações, seja em Frutal ou em outras cidades, acontecem por meio de encontros nas repúblicas. Pode-se considerar que as repúblicas possuem histórias repletas de novos “olás”.

O começo do semestre em Frutal é dedicado aos “bixos”. São semanas cheias de encontros nas repúblicas, saidinhas para tomar uma cerveja ou um open bar logo na quinta-feira da semana. Ao longo do ano também vão ocorrendo eventos, que são festas de maior porte, também organizada por alguma república, e que reúne um grande número de estudantes, sem falar da presença dos moradores da cidade.

Como Frutal é uma cidade pequena, os locais de lazer da cidade são bem restritos. A cidade, em si, não realiza eventos e, por isso, as festas dos estudantes estão no topo da lista dos locais que

possam ser frequentados no final de semana. Os estudantes sempre buscam reunir a “galera” em alguma república no sábado, já que grande parte dos estudantes se encontram longe de sua cidade natal, não podendo visitá-la muitas vezes ao ano. É claro que as redes sociais como *Facebook* e *WhatsApp* contribuem para a reuni-los.

As repúblicas mais “clássicas” são as que realizam as festas mais tradicionais, ou seja, os eventos que se repetem ano a ano. No entanto, os universitários não deixam para se encontrarem apenas nas festinhas. Muitas vezes, após um dia exaustivo de trabalho e aulas, acontece uma bebedeira em outro local.

Por ser uma cidade relativamente pequena, Frutal não oferece muitos “pontos de encontro”. Por isso, são poucos os locais da cidade frequentados pela juventude universitária; dos quais se numera: Galpão 87 (espécie de “bar” com música ao vivo), Mineirão (espécie de “boteco” localizado no Centro da cidade onde os estudantes se reúnem para uma cervejinha), Parque dos Lagos (um dos locais mais calmos e mais bonitos da cidade, onde os estudantes optam por realizarem caminhadas diárias), além dos restaurantes e lanchonetes que possuem um menor

preço e um bom ambiente para conversas, como por exemplo, Bar do Gato, Mr. Duck's, Água Doce Cachaçaria, Sorveteria Pingo de Mel e Coca Café.

As repúblicas que mais reúnem os estudantes para uma bebedeira tradicional da semana são as duas mais conhecidas: República Sóknela e República Vira-Lata, cujas festas mais típicas são, respectivamente: Ela Sai de Saia; Rolezinho na Sóknela e Pagode na Lata; Funk na Lata. Algumas repúblicas realizam parcerias uma com a outra e juntas realizam outros eventos no decorrer do ano.

Além dos citados acima, outras festas tradicionais acontecem com a participação da Besouteria.

Um rito de passagem: o trote

Quando se fala da interação dos “bixos” com seus veteranos, não se pode esquecer de um evento que é realizado todo ano e que para uns é “apavorante”: o trote anual. O trote estudantil é considerado por muitos alunos uma espécie de rito de passagem obrigatório para comemorar a aprovação no vestibular. Com o intuito de integrar os novos alunos na rotina do campus universitário, os

veteranos do curso promovem uma série de brincadeiras. E, não muito diferente, é organizado pelas repúblicas.

É claro que os “bixos” que moram em república são as maiores vítimas do trote. Muitas vezes as brincadeiras acabam sendo violentas, mas o trote sempre teve o intuito de ser o evento que mais interage os estudantes. Contarei um pouco sobre minha experiência quando cheguei na cidade e meu primeiro contato com os outros estudantes.

Todos esses marcos e acontecimentos são característicos dos anos de 2014 até o final do ano de 2015, já que a partir de agora outras pessoas farão parte do cenário da cidade e da universidade.

O encontro dos veteranos com os calouros acontece, primeiramente, através das Redes Sociais. No *Facebook* há um grupo de interação e repleto de informações (BIXOS-UEMG FRUTAL)⁵⁰. É um canal que auxilia os novatos nas dúvidas sobre o curso escolhido, sobre a matrícula, busca por moradia e demais serviços. É considerado o primeiro contato dos calouros com os veteranos, onde acontece uma série de brincadeiras que tem como

⁵⁰ <https://www.facebook.com/groups/bixosuemgfrutal/?fref=ts>

intuito a interação e apresentação dos novatos. As brincadeiras mais típicas são a postagem de uma foto 3x4 (de preferência a foto do RG) do calouro no seu Perfil do *Facebook* e a resposta de um questionário que vão de informações básicas a até mesmo informações mais ousadas.

É através desse mesmo meio que os veteranos fazem divulgação das repúblicas, dos eventos e dos serviços oferecidos pela universidade e pela cidade como um todo. As redes sociais são, assim, uma contribuição para que os estudantes, principalmente os calouros, tenham uma percepção maior da sua inserção na sociedade frutalense e na vida acadêmica, fator que também contribui para a relação universidade X cidade, já que são os estudantes que movimentam a economia da mesma e são os principais protagonistas do cenário de Frutal como cidade universitária.

Primeiras Considerações

Frutal levará a identidade de uma cidade universitária, diferente das outras porque isso é o legal da vida. Seja por sua calma, mas levará; pois em sua história, os protagonistas podem não ser os estudantes, mas eles apareceram na maior parte da “peça”. Pode-se dizer uma coisa que há de comum em relação a todas as cidades universitárias: são cidades carregadas de saudades. Saudade do que ficou e saudade do que há de ficar. Mas um desespero pelo futuro, pelo amanhã. Frutal ficará na lembrança de muitos.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.

ESTANQUE, Elísio. «Jovens, estudantes e ‘repúblicas’: Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra », **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 81 | 2008, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 15 Julho

2015. URL: <http://rccs.revues.org/645>; DOI : 10.4000/rccs.645.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

MACHADO, Otávio Luiz. **Repúblicas estudantis de Ouro Preto**. Frutal: Prospectiva, 2014.

PAIS, José Machado. “Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica”. **Análise Social**, vol. XXV (106-109). 1990 (4.º E 5.º) 591-644

_____. “Construção sociológica da juventude – alguns contributos”. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2º), 139-165.

PSICOLOGIA E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA: UM ENCONTRO POSSÍVEL⁵¹

Renata Cristina Ferreira⁵²

Michele Mileib de Vasconcelos⁵³

RESUMO: O artigo aqui apresentado busca compreender a Psicologia e a Experiência Religiosa na prática clínica psicológica como possibilidade hermenêutica e potencialmente favorecedora para a saúde e diminuição do sofrimento da pessoa atendida. O texto trata das temáticas religião, espiritualidade, fé, religiosidade e processo psicoterapêutico em busca da compreensão de como estas questões podem afetar a pessoa atendida em seu processo de vir-a-ser e constituir-se ou não, como ser livre e capaz de lidar com suas escolhas na relação consigo mesmo, com o transcendente e o mundo que a cerca. Foi utilizado método

⁵¹ Artigo apresentado ao curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis (MG), como requisito para obtenção de Título de Bacharel em Psicologia.

⁵² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis (MG), renatafefon@hotmail.com

⁵³ Professora Orientadora, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

misto de pesquisa como a revisão bibliográfica e análise de conteúdo na perspectiva da Psicologia Fenomenológica Existencial por via da descrição fenomenológica. Os recortes de casos apresentados são frutos dos atendimentos clínicos e emergencial hospitalar nas práticas de estágios curriculares realizados em instituições conveniadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis – MG, nos quais foi possível perceber a importância da abertura dos profissionais da Psicologia com relação ao encontro com a experiência religiosa das pessoas que procuram a clínica Psicológica.

Palavras Chave: Experiência religiosa. Espiritualidade. Hermenêutica. Psicologia Fenomenológica Existencial.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Fenomenológica Existencial compreende o homem como um ser biológico, social e psicológico, cuja tarefa primeira seria a busca de um sentido para a própria vida. Para o Existencialismo o homem se constrói no tempo pois é processo. Necessita tomar posse de si, é único, cria sentido, apropria-se de valores por si mesmo e na relação com o outro. Faz-se singular na diversidade do mundo de maneira coexistente. Desta forma, questões como a fé, a espiritualidade e a

religiosidade perpassam sua existência de formas diversas, mas, intrinsecamente relacionado a seu cotidiano por serem formas especificamente humanas de simbolização e construção de sentido.

Se considerarmos a espiritualidade e a religiosidade como dimensões da experiência humana, levando-se em conta os desafios da manutenção e da urgente construção de sentido diante dos desafios da pós-modernidade, faz-se necessário dentro de uma perspectiva Psicológica refletir sobre como estas questões podem influenciar na formação dos valores, das crenças, nas formas de estabelecimento de relações, nos modos de ser e estar no mundo de cada pessoa. Pensar então, como esses fatores podem influenciar na formação da subjetividade, e de que maneiras estas temáticas aparecem na clínica psicoterapêutica.

Foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, e embasado na perspectiva da Psicologia Fenomenológica Existencial foram realizadas análises de conteúdos de recortes de casos clínicos colhidos nas práticas de estágios curriculares realizados em instituições conveniadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis – MG,

A motivação para a escolha do tema desta pesquisa surge de minha parte, pela profunda admiração e respeito por questões relativas à expressão da fé, bem como por acreditar na possibilidade do encontro deste com as intervenções terapêuticas, dado a várias experiências vivenciadas nos estágios os quais atuei, e nos quais pude observar variadas perspectivas de credo ou expressões religiosas, que mostraram-se efetivos como instrumento de aproximação, intervenção e estabelecimento de profundos laços terapêuticos, considerando que na prática clínica, independente da matriz epistemológica o profissional Psicólogo deve buscar respeitar a cultura, os valores, costumes, crenças e expressões de fé da pessoa atendida.

Desta forma, caso esta temática se apresente de forma espontânea no processo psicoterapêutico, poderá configurar-se como um fator de benefício à saúde e à qualidade de vida, bem como, instrumento e possibilidade hermenêutica, conforme apontado pelo Conselho Federal de Psicologia, em Nota Pública de esclarecimento à sociedade e às psicólogas (os) sobre a Psicologia e religiosidade no exercício profissional, em Fevereiro de 2012:

Não existe oposição entre Psicologia e religiosidade, pelo contrário, a Psicologia é uma ciência que reconhece que a religiosidade e a fé estão presentes na cultura e participam na constituição da dimensão subjetiva de cada um de nós. A relação dos indivíduos com o “sagrado” pode ser analisada pela(o) psicóloga(o), nunca imposta por ela (e) às pessoas com os quais trabalha. (RÁDIO PSI, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

2 O CAMINHO

O presente trabalho busca estabelecer uma articulação entre Psicologia e experiência religiosa na prática clínica como uma possibilidade hermenêutica e potencialmente favorecedora para a saúde e diminuição do sofrimento da pessoa atendida na clínica psicológica. Para tanto serão utilizados métodos mistos como a pesquisa bibliográfica das temáticas religião, espiritualidade, fé, religiosidade e processo terapêutico; e a análise de conteúdo, a qual de acordo com Minayo (2010):

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas,

depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassar os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção de mensagem. (MINAYO, 2010, P.308).

O material a ser analisado constitui-se em recortes de casos de atendimentos psicológicos clínicos e emergencial hospitalar realizados em experiências práticas de estágio curricular em duas instituições na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, como exigência para formação acadêmica, dos alunos do curso de Psicologia, da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, nas quais os temas propostos se apresentaram dentro da clínica Psicológica, como possibilidade de estabelecimento de laço terapêutico e intervenção dentro do processo de emancipação, autonomia, construção e ressignificação do sentido e da formação do vir-a-ser da pessoa em atendimento.

Tal intuito terá como lente de observação e prática a perspectiva da Psicologia Fenomenológica Existencial, por via da descrição fenomenológica, a qual de acordo com Otto citado por Goto, (2004):

É o melhor método para explicar de forma não conceitual um fenômeno, porque se limita em descrever o visto, o sentido ou o vivido do sujeito, sem entrar no mérito do julgamento ou das avaliações. (OTTO apud GOTO, 2004, p.87).

Moreira (2002) aponta que via de regra se quisermos destacar a experiência de vida das pessoas, o mais adequado seria utilizarmos o método de pesquisa fenomenológico. Goto (2004, p. 126) diz que a Fenomenologia da Religião objetiva descrever a experiência religiosa na diversidade de manifestações, e compreender a “*estrutura específica do religioso inerente ao homem*”. Citando Otto o autor ainda apresenta a experiência religiosa como o que denominou de sentimento “*numinoso*”, o qual afirma que:

Só podemos falar da religião pela experiência numinosa, ou seja, a descrição ou entendimento da religião não vem a partir da razão, mas, sim da

vivência religiosa. Assim somente pelo numinoso é que chegamos à essência originária da religião. (OTTO apud GOTO, 2004, p.84).

Desta forma, a metodologia aqui utilizada não pretende pensar a experiência religiosa em seu encontro com a Psicologia de forma quantitativa ou explicativa, mas, para além, buscará utilizar destes métodos de investigação para descrever e analisar os sentimentos experimentados, vividos por pessoas que procuram por um atendimento psicológico e fazem dessa, uma via ou possibilidade de ressignificação de experiências dolorosas e, conseqüentemente restabelecimento da saúde. Pretende ainda, apontar o aparecimento das experiências com o transcendente na clínica para a pessoa atendida, bem como, para o psicoterapeuta como uma possibilidade hermenêutica e significativa, visto que, de acordo com Alves, (1975, p.25) “A linguagem científica pretende descrever o mundo. A linguagem religiosa exprime como o homem vive em relação ao mundo”.

3 SOBRE RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE, FÉ E ESPIRITUALIDADE.

“Eu ainda não amava, mas amava amar, eu buscava o que eu pudesse amar no meu amor pelo amor.” Santo Agostinho.

A religião é uma criação humana, construída culturalmente e se faz presente de formas diversas em todas as culturas e povos. A “presença de Deus” na história da humanidade foi marcada por momentos de total adesão, como no século XVI e também de queda desse poder no século XVIII no qual acontece um processo de dessacralização e o Estado antes regido pela Igreja Católica começa a tornar-se laico, a Igreja perde o controle da vida política, cultural e econômica, culminando com o fortalecimento do Estado democrático.

Com a “rejeição de Deus” na Modernidade surgem novas concepções de pensamento, e diversas teorias sobre a religião, a fé e a crença em Deus. Karl Marx se refere à religião como o “ópio do povo”. Darwin, com sua teoria sobre “A origem das

Espécies” suscitou dúvidas relativas à história bíblica sobre a criação do homem e da natureza. Freud, posteriormente, postulou que Deus seria fruto de uma projeção da figura paterna que estaria inculcada na mente humana desde a infância.

A construção dessas novas formas de pensar permitiu que no mundo moderno o homem refletisse sobre a existência de Deus, a política, a ética, a cultura e formasse seus próprios conceitos sobre tais questões; assim cabia agora às ciências e não mais à revelação divina dar explicações de forma racional e objetiva sobre os fenômenos do mundo que o cerca.

Imerso em um mundo desprovido de valores, em busca do ideal, em detrimento do real, o homem pós-moderno sente-se desencaixado, sem perspectivas, caracterizado pelo desaparecimento da subjetividade, pelo niilismo ou morte do sentido. A esse respeito, Evilázio Teixeira afirma:

Vivemos assim na chamada cultura dos simulacros, onde não há mais nada, não existem verdades, não há valores, tampouco crenças: nem naturais, nem sobrenaturais; não há convicções, mesmo no que diz respeito à ciência. Os grandes mistérios estão mortos, uma vez que não permitimos que afetem a nossa vida concreta. (TEIXEIRA, 2006, p.2).

De acordo com Dunker (2011), a sociedade pós-moderna está marcada pela perda da experiência, ou seja, pela dificuldade das pessoas em narrarem suas próprias histórias, há uma queda no referente, e conseqüente sensação de insegurança, mal-estar e solidão em meio à multidão e a uma multiplicidade de escolhas. Diante disso, o homem pós-moderno se percebe frente à necessidade de recriar sentidos em uma sociedade que privilegia o transitório e superficial. Eis que surge novamente, dentro dessa perspectiva reflexões acerca da espiritualidade, da relação com o divino, da busca por um referencial e do questionamento filosófico sobre sua existência. Nesse sentido, Michel Meslin afirma que as religiões podem servir como referência, como norte para significação das histórias pessoais e coletivas:

Toda a tradição religiosa é com efeito permanência do passado num presente individualizado em que já se prepara um futuro especial. Seria pois errado pensar que uma tradição religiosa é apenas simples transmissão quase mecânica de um depósito inerte e quase ossificado pelo passado. Muito pelo contrário: ela é comunicação de uma sabedoria e de uma fé por um ser vivo a um sujeito também vivo e inserido na

história. O intercâmbio entre eles é permanente. (MESLIN, 1992, p.316-317).

Existem várias teorias a respeito do que seja religião; há tempos pensadores como Friedrich Schleiermacher (1834), C. P. Tiele (1902), Helmuth Von Glasenapp (1963) apud Gaarden, Hellern e Notaker (p. 19-20, 2005), entre outros filósofos e teólogos tentam nomear tal conceito. Embora não haja consenso sobre a origem da palavra, um termo comumente utilizado vem do latim *religare*, que significa unir, ligar. De fato, o termo expressa um dos sentidos que lhes são atribuídos como afirma Meslin (1992), quando diz da religião como forma de relação do homem com o Absoluto, contudo, não necessariamente a relação apenas com o divino, mas, da experiência de tomada de consciência do homem em relação ao totalmente outro, ou o diferente, que não pode ser explicado de forma simples.

Alves (1984), descreve a religião como desvelamento de tesouros ocultos do homem, como um discurso ou rede simbólica com a qual este expulsa o medo e constrói barreiras contra o caos. Via de regra a religião é entendida como algo institucionalizado, com rituais e regras bem

definidas, rígidas, geralmente ligadas a denominações, seitas ou ordens religiosas. Um ponto comum entre quase todos os conceitos sobre religião seria a indagação e busca de respostas para questões existenciais como a criação, morte e pós-morte. Tais questões colocam o homem diante de algo que é transcendente, misterioso, Giovanetti in Mahfoud (1999), diz que:

A interrogação que o homem faz, do mais profundo do seu ser, sobre questões últimas do mundo e da realidade coloca-o ante o que denominamos “Sagrado”. Assim, a experiência religiosa é essa experiência que tem como ponto de partida a tentativa de dar uma resposta à interrogação que o homem estabelece com algo que transcende e se apresenta como superior a ele e até como misterioso. O objeto, aqui, aparece para o homem como algo que às vezes mobiliza mais seus sentimentos do que sua reflexão. (GIOVANETTI in MAHFOUD, 1999, p.94).

Para Amatuzzi (1999), experimentar não é simplesmente vivenciar de forma objetiva ou material a situação, a experiência requer minimamente um grau de consciência, e, está para além da simples elaboração de conceitos, mas na

proximidade com a realidade dos fatos podendo variar as interpretações de pessoa a pessoa. Portanto, a experiência religiosa ou espiritual tem a ver com as indagações subjetivas pelo sentido das coisas, pelo sentido da vida.

Ancona – Lopez citada por Oliveira (2006, p. 14) apresenta a religiosidade “como um conjunto de significados às questões suscitadas por nossa espiritualidade e que é expressa em sentimentos, raciocínios, crenças e comportamentos”. Desta forma, a religiosidade pode ser uma via de simbolização, uma forma de imprimir sentido às inquietações, dores e angústias do homem religioso ou não, como afirma Meslin (1996), o objeto de devoção só recebe o cunho de sagrado para o que nele investe qualidade e poder extranatural.

Goto (2004, p.59), aponta que a religião, de forma geral, fenomenologicamente identifica-se com o culto religioso por abranger e estruturar atos dirigidos ao sagrado seja por via da concepção de um ser transcendente, ou um Deus “antropomorfo, absoluto impessoal”.

A espiritualidade pode ser compreendida de forma mais ampla, com uma dimensão mais abrangente e universalizada, enquanto a religião

estaria mais na esfera particular relacionada à uma crença religiosa mais específica. Contudo, esses dois conceitos se perpassam e pode-se dizer que seria difícil separá-los. O homem é um ser religioso e espiritual, vive em contextos culturais nos quais existem diversas formas de simbolização e expressão da dimensão espiritual e religiosa; tais fatores adquirem valorização e significação com efeitos que podem influenciar positiva ou negativamente na formação da saúde mental da pessoa.

No ano de 1988 a Organização Mundial da Saúde (OMS) inseriu a dimensão espiritual dentro da conceituação multidimensional de saúde. Oliveira e Jungues (2012, p. 469-470), dizem que essa inserção se deu pela percepção da espiritualidade como importante fator ligado ao significado e ao sentido da vida, sem limitar-se às práticas ou cultos específicos, mas, como um “conjunto de emoções e convicções de natureza material, com suposições de que há mais no viver do que se pode ser percebido ou plenamente compreendido”.

O historiador Hobsbawm (2002) afirma que o século XXI inicia-se com um ocaso lúgubre, devido à desesperança pelo esgarçamento da compaixão, da cultura do egocentrismo, da fluidez nas relações.

Contudo, em meio ao desencantamento o ser humano demonstra uma enorme capacidade de desenvolver-se interiormente, e lançar novo olhar sobre o mundo que o cerca.

A espiritualidade, segundo Boff citado por Amatuzzi (2005), seria uma forma de nos mantermos com o olhar encantado diante do mundo, de enxergarmos possibilidades, de nos colocarmos em movimento. A espiritualidade seria, pois, algo que toca de maneira profunda o homem; está para além da esfera do humano, mas, o impulsiona à busca por captar esse mistério, que o transcende. A esse respeito Boff citado por Pessini e Barchifontaine (2008), propõe que:

O século XXI será um século espiritual que valorizará os muitos caminhos espirituais e religiosos da humanidade ou criará novos. Esta espiritualidade ajudará a humanidade a ser mais co-responsável com seu destino e com o destino da terra, mais reverente diante do mistério do mundo e mais solidária para com aqueles que sofrem. A espiritualidade dará leveza à vida e fará que os seres humanos não se sintam condenados a um vale de lágrimas, mas se sintam filhos e filhas da alegria de viver e juntos neste mundo, sob o arco-íris da graça e da benevolência divina.

(BOFF, apud PESSINI e BARCHIFONTAINE, 2008, p.8).

Se no decorrer do século XX o que a humanidade experimentou fora a decadência ou “morte de Deus”, na pós-modernidade se apresenta claramente a urgência de sentido, a necessidade da emergência da experiência religiosa como uma dimensão da existência humana, a espiritualidade não como algo alienante, mas, como fenômeno humano, realização de um desejo do homem pelo viver, pelo vir-a-ser.

Nesse sentido a Psicologia deve, como afirma Giovanetti (2001), perceber a experiência espiritual como uma gama de possibilidades linguísticas que podem significar a vida das pessoas, e suscitar formas diversas de interpretação:

Tal posição não implica a obrigatoriedade do “salto da fé”, nem significa que o psicólogo deva necessariamente assumir a religião como verdade indiscutível, movimentos que se mantêm no âmbito estrito de sua escolha pessoal. O movimento sugerido é o de reconhecer no discurso religioso um ponto de vista hermenêutico. (ANCONA LOPEZ, apud AMATUZZI, 2005, p.157).

3 SOBRE VIVÊNCIAS... DESCOBRINDO TESOUROS: EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS E SUAS EXPRESSÕES PRÁTICAS NA CLÍNICA

“Somente depois de ter andado por terras estranhas é que pude reconhecer a beleza de minha morada. A ausência mensura o tamanho do local perdido, evidencia o que antes estava oculto por força do costume. Padre Fábio de Melo.

Embora por vezes polêmico e controverso o tema Psicologia e Religião vem sendo discutido ao longo da história do desenvolvimento dessas áreas do saber. No campo psi tem como percursores os teóricos americanos Stanley Hall e Willian James que tratam da temática até meados de 1920. Nessa época devido à expansão das ideias behavioristas e psicanalíticas que consideravam o assunto de pouca importância pedagógica e prática foi “exilado” dos meios acadêmicos.

Atualmente é possível perceber uma abertura ou ressurgimento da temática, que infere a consideramos o fenômeno religioso como inerente à

dimensão e constituição humana enquanto ser social, cultural e espiritual, e, portanto, merecedor de atenção por parte do psicoterapeuta contemporâneo, este, que muito provavelmente deparar-se-à com esta temática na clínica. Valle citado por AmatuZZi (2005), aponta que:

A religião não é uma coisa que se tem ou não se tem, que é verdadeira ou não. Muito mais, “ela é um campo de experiência no qual crescemos ou deixamos de crescer [...] é o campo das indagações últimas, das indagações pelo sentido, que estão implicitamente presentes em todas as indagações ou movimentos humanos. Aproximações como esta deixam patente também a unilateralidade do positivismo vigente na psicologia e geram uma autocrítica capaz de reconhecer a “sabedoria” contida na linguagem simbólica das religiões. (VALLE apud AMATUZZI, 2005, p.88).

Nesse sentido, a reflexão que pretendemos realizar ao apresentarmos alguns casos práticos de atendimentos psicológicos dentro das experiências de estágio curriculares do Curso de Psicologia, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis, está na perspectiva de relacionar

espiritualidade, experiência religiosa e saúde na clínica psicológica, de maneira ética, como uma possibilidade de construção de caminhos para pensarmos formas de intervenção que favoreçam o estabelecimento do laço terapêutico. Além disso pretende-se ressaltar a percepção de como as crenças e ou vivências pessoais e subjetivas ligadas às questões religiosas afetam a pessoa atendida em seu processo de vir-a-ser e constituir-se ou não como ser livre e capaz de lidar com suas escolhas na relação consigo mesmo, com o transcendente e com o mundo ao seu redor. Shafranske e Malony citando Massimi e Mahfoud (1999), dizem de forma explícita que:

É imprescindível considerar a religiosidade do sujeito na clínica psicológica por quatro motivos: a relevância da religião na cultura, incidência do fenômeno religioso na clínica psicológica, relações entre religiosidade e saúde mental, consideração dos valores na prática clínica. (SHAFRANSKE e MALONY apud MASSIMI e MAHFOUD,1999, p.72).

O campo de estágio no qual se deu o atendimento abaixo relatado é uma instituição destinada ao cuidado de pessoas idosas. Dentro do projeto terapêutico apresentado à Instituição estava a

proposta de formação de rodas de conversa, para além dos atendimentos individuais. Os encontros eram realizados semanalmente na varanda de uma das residências maiores. O grupo composto por oito mulheres tinha o objetivo de criar um espaço de fala às idosas, proporcionar por intermédio de disponibilidade de escuta que elas se expressassem, partilhassem histórias de vida, angústias e alegrias. Nessa perspectiva as atividades contavam também com leituras de poesias e textos de interesses dos membros do grupo que possibilitassem discussões e reflexões também a partir desses. Durante os encontros assuntos diversos surgiram, os interesses foram ampliados e foram descobertas ricas surpresas.

Marta, (nome fictício que utilizaremos para preservação da identidade), é uma senhora de 80 anos, que a princípio mostrou-se um pouco receosa com a dinâmica do grupo. Nos dois primeiros encontros permaneceu calada, observando a fala das colegas, concordando às vezes e em outras fazendo expressões de descontentamento ou censura. Ao final do segundo encontro do grupo fiquei um tempo a mais do lado de fora da casa onde nos reuníamos. Dona Marta também permaneceu ali. Uma das moradoras e membro do grupo me convida para

visitar o seu quarto, Dona Marta nos acompanha. Ela mostra seus pertences, entre eles, em cima de uma penteadeira estava uma imagem de Nossa Senhora, ela então diz: *“essa é minha santinha, tenho uma fé nela minha filha! Nunca fico desamparada”* (SIC). Eu digo que também sou devota de Nossa Senhora, continuamos a conversa e Dona Marta se retira.

Ao sair da casa vejo Dona Marta na varanda, costurando uma colcha de retalhos, me aproximo e elogio o trabalho. Ela sorri e diz: *“ah, eu gosto muito de fazer essas colchas, aí vendo umas por R\$ 10,00, outras por R\$ 20,00, ou dou de presente para alguém que vem me visitar. A gente tem que inventar umas coisas pra distrair, pra passar o tempo, pra ficar menos triste”* (SIC). Pergunto, se ela tem se sentido triste frequentemente e nesse instante outra moradora interfere e diz: *“ah minha filha, a gente aqui perde o sonho, perde a ilusão, mas, acaba se acostumando né, fazer o que? Hoje mesmo a Marta tava aí chorando por causa do filho dela. Olha, eu falo, mal de nós se não é nossa Santinha e Nosso Senhor Jesus Cristo”* (SIC). Pergunto à Marta se ela gostaria de falar sobre seu sentimento e ela relata: *“Eu casei nova e não tive filho, mas, adotei um menino que é meu filho e sempre foi. Então eu*

cuidei, eduquei, ele cresceu e casou. Aí foi morar perto da minha casa e eu tive uns probleminhas de pressão, umas coisas assim né, então ele me levou pra morar com ele pra cuidar de mim. Só que depois a esposa dele adoeceu e ele não pôde mais cuidar de mim. Então ele procurou até, um lugar bom pra me colocar né, e achou aqui, mas, não falta de vir me ver” (SIC).

Após o relato ela comenta: *“olha, eu vi você falando com a minha colega que tem fé, que gosta de rezar; eu costumava benzer lá na minha terra, eu ainda gosto e sei um monte de orações, você quer aprender a benzer? Eu ensinei um moço que vinha aqui, psicólogo assim como você, se quiser é só trazer papel e caneta que te ensino” (SIC).* Desta forma, diante da oferta de Marta, e percebendo a possibilidade de aproximação com a mesma por via da coleta das orações entre outras, deixamos tudo acertado para o próximo encontro. Ao sair Dona Marta diz: *“óh, só não conte nada pra Irmã porque ela pode não gostar” (SIC).*

Ancona – Lopez in Massimi e Mahfoud (1999), aponta dificultadores na prática clínica quanto ao manejo das questões da religiosidade, devido à pouca disponibilidade de referenciais que

permitam ao psicólogo refletir, embasar ou auxiliá-lo no atendimento psicológico. Contudo, diante da demanda apresentada pela pessoa atendida cabe ao profissional acolhê-la e buscar formas de identificar no discurso deste, significantes em sua relação com a religiosidade e a espiritualidade que permitam um encontro autêntico mesmo com as possíveis limitações teóricas do psicólogo.

No encontro seguinte, durante as atividades em grupo ela disse algumas palavras, mas, não participou como os outros membros. Ao final, Dona Marta me aguardou no local combinado, então começamos a coleta das orações. Vários encontros individuais aconteceram, e à medida que o tempo passou sua participação no grupo também se tornou mais efetiva, tendo sido percebido pelas outras colegas a mudança.

Os encontros foram repletos de sentimentos, Dona Marta recitava cada palavra de oração com muita fé e respeito, sempre lembrando “*quão maravilhosas são as coisas de Deus*”. Entre uma oração e outra, aquela senhora que pouco falava de si começara a se abrir, a contar histórias passadas, lembranças da vida em sua cidade, com o marido, o filho; o laço terapêutico foi sendo fortalecido e a

confiança possibilitou que em um dos nossos encontros ela expressasse sua tristeza com relação ao filho e me confidenciasse o verdadeiro motivo de sua ida para a Instituição. Ao terminarmos a anotação de uma oração de São Bento ela diz: *“sabe minha filha, você ainda é muito nova, vai aprender muito da vida. Com o tempo vai acontecendo tanta coisa ruim na vida da gente, que se não for por muita fé em Deus a gente perde o sentido, perde a vontade de viver, a gente vai perdendo o encanto”* (SIC). Pergunto a ela o que quer dizer com “perder o encanto”, ela responde: *“ah, perder a vontade de fazer as coisas, de viver mesmo, e nessa hora é só Deus pra valer a gente. Eu rezo todos os dias pra Deus me manter com fé, pra ter força, porque não é fácil não minha filha. Aquele dia eu não tive coragem de te contar, mas, minha nora não adoeceu não, na verdade ela é muito metida e não quis essa velha empalhando a vida dela. Queria sair e passear e eu tava atrapalhando. E aí já viu né, entre eu e a esposa, o meu filho preferiu ela, e eu vim parar aqui, ele quase não vem me ver”* (SIC).

Nesse momento, confesso ter ficado muito emocionada, mas, me contive para continuarmos a conversa e para que eu tentasse fazer as intervenções

no sentido de ajudá-la a elaborar esse sentimento. Pela primeira vez, aquela senhora tão fechada, falava de si sem medo, sem barreiras. Aquilo que nos unira em um verdadeiro encontro terapêutico era também o que lhe motivava a seguir em frente, a perceber que embora tivesse perdido algo do brilho, do encanto como mesma disse, a fé em Deus, a esperança e o conforto das orações, benzeções e meditações lhe devolviam algo daquilo que se achava perdido. Ancona – Lopez in Massimi e Mahfoud (1999), discute e propõe o que é denominado por Wulff como as “Quatro atitudes básicas e seus efeitos na clínica psicológica”, seriam elas: Negação literal, Afirmação literal, Interpretação redutiva e Interpretação restauradora.

Sobre interpretação restauradora, a autora acima citada a descreve como um estágio da fé no qual a pessoa é capaz de refletir com criticidade sobre as crenças e valores introjetados e ressignificá-las, perceber outras possibilidades ou perspectivas a partir delas tornando-se assim capazes de formulações de conceitos. Quanto ao profissional (Ancona – Lopez in Massimi e Mahfoud, 1999, p.81) aponta que tal atitude requer humildade na perspectiva de produção do conhecimento para que

possa perceber a experiência religiosa como única, e de maneira ética respeitá-la e transformá-la em caminho para o diálogo na clínica psicológica.

No caso apresentado a atitude de interpretação restauradora foi fundamental para que durante o processo psicoterapêutico houvesse uma abertura de minha parte enquanto psicoterapeuta estagiária para que por intermédio de escuta atenciosa acolhesse as experiências de fé e religiosidade daquela senhora. E para além, sem objetivar julgamento de valores, ou moral religiosa pudesse intervir a partir das experiências partilhadas, trabalhando com a mesma de forma hermenêutica por via da evocação de lembranças significativas. Desta forma foi possível suscitar sua percepção para possibilidades de investimento de novos sentidos e ressignificação. Os encontros continuaram, e agora, pela partilha da palavra, da escuta como processo “curativo”, e a comunhão pela fé através das anotações das orações tornaram-se fecundos para aquela senhora e para mim como futura psicóloga.

Outro exemplo que deve ser ressaltado neste trabalho são as intervenções psicológicas nos Hospitais. Ainda dentro da proposta de estágio curricular foi possível observar como a experiência

religiosa se faz presente também dentro deste ambiente, e como cada vez mais é evidenciada a necessidade dos profissionais da Psicologia dentro destas instituições visto que, embora o que a priori esteja em evidência seja o adoecimento físico, o ser humano é inteiro, não há como dissociarmos corpo e mente, uma vez que o adoecimento para além das questões biológicas pode afetar significativamente o emocional, o espiritual e as relações interpessoais.

Ao se depararem com a fragilidade dos corpos e a possibilidade iminente da finitude, muitos pacientes tentam encontrar um sentido para sua existência, seja na experiência religiosa, na afirmação de que ainda não fizeram tudo que podiam pelos entes queridos, enfim, muitas são as situações expressas por estes e as quais o psicólogo poderá intervir de maneira a possibilitar a expressão da vivência desses sentimentos, buscar junto à equipe multiprofissional formas para melhoria na qualidade de vida destes, e trabalhar caso necessário, as questões sobre a morte e o morrer com os pacientes com ou sem possibilidades terapêuticas, conforme cita KOVÁCS in PESSINI e BARCHIFONTAINE:

Nos dias atuais, apesar do grande desenvolvimento tecnológico, muitas vezes o processo de morrer vem acompanhado de muito sofrimento. Pacientes no estágio final da vida podem ter medo da dependência, da dor, da degeneração, da incerteza, da solidão e do isolamento, da separação das pessoas queridas e de serem abandonadas pelos profissionais que deles cuidam. Vivem os processos de luto de si e das pessoas próximas... (KOVÁCS apud PESSINI E BARCHIFONTAINE, 2008, p.151-152).

Durante os atendimentos no Hospital foi possível constatar o que a autora acima aponta. Nas falas de vários pacientes o temor da morte era o que mais lhes afligia, e pôde-se perceber que a própria nomeação Morte era motivo de grande angústia, alguns pacientes tinham dificuldades inclusive de dizer de seu diagnóstico, e evitavam pronunciar o termo, e de forma quase unânime se apegavam à fé, às experiências religiosas e espirituais para prosseguirem com o tratamento.

Nos primeiros dias de estágio estive com uma paciente que denominarei Joana para preservar sua identidade. Ao entrar no quarto, Joana estava só, fazendo um procedimento de micro nebulização, desta forma, me apresentei e aguardei o término da

medicação para conversarmos. Indaguei à paciente o motivo de sua internação e a mesma afirmou estar passando por uma crise alérgica, disse que isso havia se tornado frequente.

Joana falou de si, do que gostava de fazer. Aos 67 anos, casada há 46 disse-se bastante ativa, e sua fala aponta para um comportamento de liderança na família e entre amigos. Relatou participar de um projeto do Corpo de Bombeiros da cidade, denominado “Bombeiros Sênior”, no qual entre outras realiza atividades físicas e cursos de atendimento e primeiros socorros. Afirmou gostar de escrever, fazer artesanatos e se mostrou orgulhosa por sempre ter cuidado dos afazeres domésticos, além de cuidar também de sua mãe, uma senhora idosa de 90 anos.

Com o estabelecimento da confiança, aos poucos, Joana se sentiu à vontade para se abrir, e aquela mulher aparentemente tão segura e positiva revelou sua angústia por estar vivendo sobre o “peso” de um diagnóstico recente de Câncer de pulmão, mas, não conseguiu pronunciar o termo dizendo: *“não é aquela doença não, essas palavras são fortes né? É um nódulo. Mas, tenho muita confiança na cura, Deus não me desampara nunca”*

(SIC). Em seguida à revelação Joana permite que de fato o medo do inesperado, da possibilidade de morrer venha à tona, ela diz com certo rancor do descaso do governo para com os idosos no país: *“eu acho que todo idoso deveria ter acompanhamento de um psicólogo, todo velho tem medo de morrer. Você pensa eu, por exemplo, tô com essa doença, eu sei que não vou viver tanto tempo como gostaria, eu tenho medo da morte, ela é uma coisa horrível. Os governos, os prefeitos deveriam olhar para os velhos, deveria porque temos medo de morrer, isso não é bom. Mas, eu pego firme com Deus, ele me dá forças, eu acredito”* (SIC). Em relação à fala de Joana, GENARO in PESSINI e BARCHIFONTAINE, diz:

(...) é nos momentos de grande dor e sofrimento que pode haver uma busca maior pela transcendência, do que extrapola a vida terrena, o cotidiano e a materialidade. Este contato com a transcendência pode ajudar no enfrentamento destas situações... (GENARO apud PESSINI E BARCHIFONTAINE, 2008, p. 152).

A paciente afirmou ainda que o que a mantém confiante em meio ao medo e à realidade do diagnóstico recebido é a confiança que tem em Deus,

na força da fé, nas atividades que realiza no Corpo de Bombeiros e a necessidade de se manter bem para ajudar nos cuidados com a mãe idosa, e diz: *“ela precisa muito de mim, tomo frente de tudo, preciso continuar a ajudá-la”* (SIC).

Outro caso no qual a temática da espiritualidade se fez presente é o de Dona Rebeca, 89 anos e que há 15 anos é portadora de Enfisema Pulmonar.

Minha aproximação de Rebeca se deu por indicação de um enfermeiro que solicitou a presença do serviço de Psicologia no quarto, pois, a filha da paciente estava angustiada com o choro da mãe. Desta forma, me dirigi ao quarto para atendê-la. A filha citada pelo enfermeiro estava do lado de fora, conversando pelo celular, e dizia a seu interlocutor que não se sentia cansada e que não sairia dali, pois, não deixaria sua mãe sozinha de forma alguma, *“ela fez tudo por mim, por nós. Não posso deixá-la sozinha nunca”* (SIC).

Ao final do telefonema a filha me convidou a entrar, antes disse de sua preocupação, *“em todos esses anos nunca vi minha mãe chorar”* (SIC), e completa dizendo que não conseguia ver aquilo, que

ela era uma mulher muito forte, e sua fragilidade a estava preocupando muito.

Me aproximei de Rebeca e perguntei como estava se sentindo, ela então respondeu: *“meu choro é de emoção, porque estou chegando ao fim da vida e gostaria de viver mais. Queria aproveitar mais a minha família, eu cuidei de todos os meus filhos lavando roupa e ajudando o pai deles que era militar, mas, naquela época ganhava muito pouco, era um homem bom, um marido excelente. Ele morreu e eu continuei na luta pra formar eles, e hoje eu tenho filho Coronel, Tenente, Dentista, e netos advogados e professores, tenho muito orgulho deles. É por isso que tô chorando, é de emoção, porque tô no fim da vida, e tô recebendo uma homenagem do meu neto que estuda em um Colégio militar e escreveu um livro com dedicatória pra mim, e eu não posso estar lá pra ver isso. Eu tive uma vida tão maravilhosa, Deus me abençoou tanto, eu não gostaria de deixar isso pra trás, não queria morrer, mas, eu sei que estou chegando ao fim da vida”* (SIC).

Diante da fala de Rebeca tentamos intervir no sentido de deixá-la expressar seus sentimentos, pois, como sempre fora “muito forte”, ainda não havia se

permitido chorar e refletir sobre todas essas questões, a possibilidade de demonstrar sua insegurança e o medo de deixar sua família tão amada. A princípio estas questões tornaram-se motivo de angústia para a filha, mas, durante o atendimento transformaram-se em um momento muito significativo para as duas. Lembranças e ressignificações possibilitaram ao final da nossa conversa em um momento descrito como misto de emoção, alívio e fé, os quais Rebeca expressou da seguinte forma: “*Deus me deu uma vida muito abençoada, devo muito à Deus e eu queria viver mais, mas, me sinto feliz porque sei que vou deixar bons frutos, minha família é um grande orgulho*” (SIC). De acordo com Kovács apud Lamosa (2012), vários doentes necessitam expressar sobre sua vida, retornar ao passado e reavaliá-lo diante de novas perspectivas e valores, de forma a buscar um sentido para sua dor, para seu sofrimento.

Foi possível perceber no ambiente hospitalar que questões como a fragilidade humana diante da doença são presentes e mexem tão profundamente com temas relacionados à fé, a morte e o morrer. Não raro, durante as intervenções, pacientes e familiares suscitavam questionamentos, faziam reflexões e buscavam respostas para esse processo. Heidegger

(2002) apresenta-nos a compreensão de que somos seres-para-a-morte, e esta vem acompanhada de angústia. Ao nos depararmos com a possibilidade do nada, da morte, do fim da vida, podemos experimentar sofrimento e dor. Desta forma, proporcionar momentos de escuta, acolhimento e atenção às pessoas que se encontram no leito do hospital faz do trabalho do Psicólogo um suporte também dentro dos cuidados paliativos, que poderão favorecer uma melhoria na qualidade de vida da pessoa que sofre bem como, de seus familiares. Martins (2008) diz que a vida é testemunhada pela dor e pela morte como processo:

Toda dor é lembrança, antecipação, participação, por pouco que seja por discreta e longínqua que seja do processo de morte. Essa participação e antecipação do fim pela dor tornam-se mais presente e forte no hospital, quando se está acometido por uma doença grave, principalmente se for incurável. No leito hospitalar a morte se torna real, próxima, e causa medo, pois, encontra a maioria das pessoas despreparadas, passavam (quase) toda a vida em uma existência inautêntica, não deixaram espaço para refletir o fim em primeira pessoa. (MARTINS apud PESSINI E BARCHIFONTAINE, 2008, p. 103).

Um ponto significativo a ser destacado como percepção nos atendimentos realizados durante o estágio no Hospital é a questão da fé como um conforto, esperança e sentido para a experiência do sofrimento. Nos momentos de angústia e medo da finitude, como exemplificado nos dois casos acima relatados foi possível perceber que a fé em Deus aparece como um fator muito importante para busca de aceitação e significação das “provações” diante da doença, e como um caminho para continuidade da existência diante da impossibilidade de cura pela ciência.

4 SEM PRETENSÕES DE CONCLUIR...

É meu amigo um desconhecido, alguém que não conheço.

Um desconhecido distante, distante.

Por ele o meu coração está cheio de saudades.

Porque ele não está junto a mim.

Talvez porque não exista de verdade?

Quem és tu que preenches o meu coração com tua ausência?

Que preenches toda a terra com a tua ausência.

(Par Lagerkvist apud Giussani, p.86, 2000).

É possível dizer que a atividade humana que se apresenta de forma mais variável, misteriosa e vasta é o que denominamos neste trabalho de Experiência Religiosa. Tratamos aqui do termo experiência não com a pretensão de comprovação de fatos, mas, como ponto de partida para a percepção da relação que o homem estabelece consigo mesmo, portanto, uma reflexão existencial e subjetiva, bem como, com a compreensão deste em relação ao sentido que imprime à sua ligação com o transcendente.

Na busca por respostas para a inquietude, a desilusão, a solidão, marcas da sociedade atual, o homem experimenta a fé, a espiritualidade e o caminho da religiosidade como algo que embora abstrato no sentido de validação científica pode se fazer eficaz no que tange as possibilidades de ressignificação e busca de sentido para as indagações existenciais por via de uma relação amorosa e profunda com o “desconhecido”, com o que transcende. A solidão por vezes sentida com relação às indagações últimas do ser humano encontra refúgio na companhia do mistério que é Deus e nas práticas religiosas.

Desta forma, nos recortes de casos clínicos relatados neste artigo foi possível observar nas falas e expressões de sentimentos e vivências, que para além de ter possibilitado o estabelecimento e fortalecimento do laço terapêutico durante os atendimentos, a relação hermenêutica que se deu com as questões religiosas apresentadas pelas pessoas durante o processo psicoterapêutico aponta para a efetividade do acolhimento desta temática em diversas perspectivas; sejam elas, o entendimento de que a religiosidade é algo inerente à experiência humana, e portanto, para o terapeuta faz-se necessário compreender como a pessoa se posiciona e estabelece relações a partir deste contexto, e, também, de que formas a Psicologia pode intervir no sentido de possibilitar à pessoa que busca atendimento atribuir sentido para transformações pessoais e na sua relação com o outro.

A Experiência Religiosa ultrapassa por vezes, nossa capacidade de entendimento racional, assim, a aprendizagem para a compreensão das vivências pessoais e mesmo coletivas destas exige do profissional Psicólogo abertura e construção de novas formas de conhecimento, para a valorização da simbologia do desconhecido, para a percepção do

homem em sua totalidade e um olhar para as metáforas que significam a vida e oferecem novos horizontes.

Para não concluir, e fazer um convite à reflexão, ainda, gostaria de citar Santo Agostinho quando diz que fomos feitos para Deus e nosso coração se inquieta por desejar retornar, ou descansar Nele. Alves (2010) descreve de maneira poética a busca do ser humano pela afirmação da existência do transcendente também como conforto e significação para a sua existência:

E assim, me atrevido a usar a ontologia de Riobaldo, posso dizer que Deus tem de existir. Tem beleza demais no universo, e beleza não pode ser perdida. Deus é esse vazio sem fim, gamela infinita, que pelo universo vai colhendo e ajuntando toda a beleza que há, garantindo que nada se perderá, dizendo que tudo que se amou e se perdeu haverá de voltar, se repetirá de novo. Deus existe para tranquilizar a saudade. Posso então responder a pergunta que me fizeram. É claro que acredito em Deus, do jeito como acredito nas cores do crepúsculo, do jeito como acredito na beleza da sonata, do jeito como acredito na beleza da criança que brinca, do jeito como acredito na beleza do olhar que me contempla em silêncio. Tudo tão frágil, tão

inexistente, mas me faz chorar. E, se me faz chorar, é sagrado. É um pedaço de Deus... (Alves, p. 21, 2010).

Perceber a riqueza da essência humana existente nas experiências religiosas das pessoas que encontramos na clínica psicológica exige que possamos desconstruir epistemologias já cristalizadas. Para a prática profissional se faz necessário o conhecimento das teorias e técnicas, contudo, eticamente, o que deve prevalecer é o verdadeiro encontro com o que há de mais humano em cada ser. Desta forma, sem pretensões de concluir os estudos e provocações aqui suscitadas, mas, desejando avançar em águas mais profundas no futuro, posso dizer que considero Psicologia e Experiência Religiosa; sim, como um encontro possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.
- ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O Enigma da Religião.**
2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **O Deus que conheço.**
Campinas, São Paulo: Versus, 2010.

AMATUZZI, Mauro Martins. **Psicologia e Espiritualidade:** Mauro Martins AmatuZZi (org.). – São Paulo: Paulus, 2005.

CECHINATO, Luiz. **Os Vinte Séculos de Caminhada da Igreja: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal estar, Sofrimento e sintoma: Releitura da diagnóstica Lacaniana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 1. 2011.

GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry. **O livro das religiões.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

GIOVANETTI, José Paulo, MASSIMI, Marina, MAHFOUD, Miguel D. (org.). **Diante do Mistério – Psicologia Senso Religioso.** São Paulo, Loyola, 1999.

GIUSSANI, Luigi. **O Senso religioso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GOTO, Tommy Akira. **O Fenômeno Religioso: a fenomenologia em Paul Tillich / Tommy Akira Goto**. – São Paulo: Paulus, 2004. – (Coleção Filosofia).

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. 11^a ed., Petrópolis, Vozes, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 448.

LAMOSA, Bellkiss Wilma Romano, **A Percursora da Psicologia Hospitalar no Brasil**. Disponível em:<

<http://cphd-centrodepsicologiahospitalar.blogspot.com.br/2012/07/bellkiss-wilma-romano-lamosa-precursora.html>> Acesso em: 22 de Setembro de 2015.

MELO, Fábio de. **Quem me roubou de mim? O sequestro da subjetividade e o desafio de ser pessoa** – . São Paulo: Editora Canção Nova, 2012.

MESLIN, Michel. **A Experiência Humana do Divino** – Fundamentos de uma antropologia religiosa – tradução Orlando Reis - ed. Vozes- Petrópolis, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 12^a ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na pesquisa**– São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Ana lúcia Ribeiro de. **Os sentidos da religiosidade de Idosos adeptos do catolicismo popular da região do Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Márcia Regina de, JUNGES, José Roque. **Saúde Mental e espiritualidade / religiosidade: a visão de psicólogos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/16.pdf> >
Acesso em: 22 de Setembro de 2015.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. 70^a ed. Lisboa, 1992.

PESSINI, Léo, BARCHIFONTAINE, Christian de Paul (org.). **Buscar Sentido e plenitude de vida: bioética, saúde e espiritualidade – 1. Ed.** – São Paulo: Paulinas, 2008.

RÁDIO PSI. Conselho Federal de Psicologia. **Nota Pública do CFP de esclarecimento à sociedade e às(o) psicólogas(o) sobre Psicologia e religiosidade no exercício profissional**. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/nota-pblica-do-cfp-de-esclarecimento-sociedade-e-so-psicologas-sobre-](http://site.cfp.org.br/nota-pblica-do-cfp-de-esclarecimento-sociedade-e-so-psicologas-sobre)

psicologia-e-religiosidade-no-exercicio-profissional/>Acesso em: 17 de Setembro de 2015.
TEIXEIRA, Evilázio. Pós – Modernidade e Nihilismo – Um diálogo com Gianni Vattimo. Disponível em:<
http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_DossieTeixeira.pdf> Acesso em: 22 de Setembro de 2015.

DIÁLOGO: SUA RELEVÂNCIA PARA A VIVÊNCIA CONJUGAL⁵⁴

Elma Adriana da Silva Alves⁵⁵

André Amorim Martins⁵⁶

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a importância do diálogo para casais acima de seis anos de matrimônio. Essa investigação constitui-se numa pesquisa de caráter qualitativa e exploratória, realizada a partir do Método Qualitativo proposto por Minayo (2010) e tem como referencial teórico a Psicologia Social. A escolha do tema deu-se a partir da prática de estágio curricular no período de abril a dezembro de 2013 na Estratégia Saúde da Família - ESF, no bairro Belvedere em Divinópolis - MG. Neste período, foi realizado um trabalho com um grupo de

⁵⁴ Trabalho de conclusão apresentado em 2.015 ao curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, unidade de Divinópolis.

⁵⁵ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, unidade de Divinópolis. Dezembro/2.015. Endereço eletrônico: elmaelza@yahoo.com.br.

⁵⁶ Professor Orientador, Pesquisador, Docente do curso de Psicologia na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, unidade de Divinópolis.

mães/esposas, titulado Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos. Participaram desta pesquisa cinco casais, que responderam a uma entrevista semi-estruturada; as mesmas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. A partir das entrevistas foi possível destacar três marcadores analíticos para a discussão: (a) como é o relacionamento dos casais, (b) a importância do diálogo, (c) os assuntos abordados entre eles e a disponibilização de tempo para o diálogo. Destacou-se a importância do diálogo, bem como a maneira e os temas abordados no cotidiano dos casais, na perspectiva de uma convivência mais harmoniosa e saudável. Com a realização deste trabalho, concluiu-se que o diálogo é de extrema relevância para o relacionamento conjugal.

Palavras-chave: Casamento. Diálogo. Conjugalidade. Relacionamento.

Introdução

Este artigo descreve uma pesquisa de caráter qualitativa e exploratória, realizada com cinco casais com o matrimônio acima de seis anos e tem como objetivo compreender a importância do diálogo, os assuntos abordados entre eles e a disponibilização de tempo para dialogar. A realização desta pesquisa é de extrema relevância, porque permitirá uma melhor compreensão acerca da vivência conjugal e

proporcionará aos participantes a oportunidade de expressarem o que sentem de forma clara e honesta.

Diálogo s.1. em geral, uma troca de ideias entre duas pessoas. 2. Na terapia da Gestalt, uma técnica em que o cliente trava uma conversa imaginária (a) com uma parte do corpo da qual ele se sente alienado; (b) com uma pessoa, como sua mãe ou pai, que é imaginada sentada em uma cadeira desocupada (ver técnica da cadeira vazia); ou (c) com um objeto associado a um sonho. A técnica costuma provocar sentimentos intensos. Também denominada técnica do diálogo. (VANDENBOS, 2010, p. 284)

A escolha do tema Diálogo: sua relevância para a vivência conjugal deu-se a partir da prática de estágio curricular no período de abril a dezembro de 2013, na Estratégia Saúde da Família - ESF, no bairro Belvedere em Divinópolis - MG. Foram vinte e oito encontros com base no referencial teórico da Psicologia Social e Saúde Coletiva. Neste período, realizou-se um trabalho com um grupo, titulado *Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos* que contou com a participação de seis mães/esposas que trouxeram demandas relacionadas ao contexto familiar. A partir de discussões,

dinâmicas e mensagens, foram trabalhados temas relevantes como: Autoconhecimento; Influências da modernidade na família; Papel da mãe e o papel do pai; Estrutura familiar, modelo tentacular; Relacionamento do casal; Vida social da família; Limite para com os filhos; Independência financeira; O valor da mulher, Diálogo e relação da família.

O grupo iniciou-se no dia 08 de abril de 2013, com encontros semanais, realizados no salão da igreja Nossa Senhora da Paz, bairro Belvedere e teve como objetivo proporcionar aos pais e cuidadores, informações e orientações necessárias para o desenvolvimento dos filhos e para o crescimento pessoal, esclarecendo a importância da saúde psíquica, a partir de atendimentos individuais e em grupo e com trabalhos direcionados à responsabilidade de ser mãe e pai. O grupo encerrou-se no dia 17 de Junho de 2013 e retornou às atividades no segundo semestre no mesmo ano.

Conforme afirma Carvalho (2005), a função da maternidade tem sido desempenhada mais conscientemente em razão dos conhecimentos de cada indivíduo, mulheres e homens. Desse modo, percebe-se a responsabilidade em ser mãe e pai, pois, a partir do nascimento do filho, o casal passa para

outro ciclo da vida. Tornar-se responsável por um filho é um processo com variadas emoções, significa passar por uma fase estabelecida por importantes mudanças que possibilitam a constituição de uma nova identidade: ser mãe e pai, representando uma extensão diferente da vida adulta.

No dia 12 de agosto de 2013, retomou as atividades no Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos, com novos temas: Diálogo; Espiritualidade; Alcoolismo e suas consequências; Qualidade do tempo; Morte, Auto-estima e Sexualidade. A enfermeira/coordenadora da Estratégia Saúde da Família - ESF - bairro Belvedere, realizou uma palestra para o grupo de mães/esposas sobre o tema: A saúde da Mulher. É relevante pontuar que nos encerramentos de cada semestre dos encontros realizou-se uma confraternização com a presença dos familiares das integrantes do grupo e o mesmo continua com suas atividades desde seu início em 2013.

Durante os encontros foram discutidas estratégias de como iniciar um diálogo com o cônjuge; o pensar e planejar antes de falar; a escolha do lugar e tempo para dialogar; a importância de saber realizar as críticas, mas também os elogios de

uma forma equilibrada e como conversar sobre uma situação de cada vez, estratégias estas que trouxeram mudanças no cotidiano dessas mães/esposas.

Ao nível do discurso essas estratégias assumem um caráter ora de enfrentamento ativo, ora de enfrentamento “camuflado“ através da fragilização (sua ou de outrem). A cada conflito vivenciado o cônjuge insatisfeito vai aprendendo que tipo de estratégia ‘funciona’ e qual não ‘funciona’. (GARCIA; TASSARA, 2001, p. 637)

Nos relacionamentos conjugais é possível perceber que as mulheres estão sempre atendendo à demanda do cônjuge e do contexto familiar. Com base no que foi pontuado, Perlin e Diniz (2005, p. 17-18) trazem que "na maioria das vezes, é a mulher quem tem que abdicar de seus interesses pessoais em favor dos planos do cônjuge ou das necessidades do grupo familiar. Essas diferenças na forma de conciliar família e trabalho, vividas por homens e mulheres". O que pode comprometer a satisfação no casamento e no trabalho ou até mesmo o pessoal e emocional da mulher. Por isso é preciso que o casal esteja sempre dialogando para saber como está a

relação conjugal; desse modo impedirá o surgimento de conflitos pessoais e familiares.

No imaginário social, evoca-se a idéia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco, com o objetivo de formar uma nova família incluindo, se possível, filhos. A relação conjugal dá-se, portanto, dentro de um contexto sócio-histórico e também familiar no qual o indivíduo, ao se socializar, internaliza pautas de ações psicossociais complexas. (FÉRES-CARNEIRO; NETO, 2010. p.270)

Um relacionamento não será duradouro sem uma boa comunicação entre o casal. Saber conversar é fundamental desde as grandes questões geradoras de conflitos até mesmo sobre os assuntos mais simples do cotidiano. Saber priorizar o diálogo a partir de uma conversa sincera é essencial para que haja uma relação saudável. Pois com o surgimento de problemas no relacionamento conjugal, se o casal não conseguir conversar, só tornará pior os conflitos, surgindo assim dúvidas e ressentimentos que interferem no contexto familiar. Nesse sentido, Garcia e Tassara (2001, p. 637) enfatizam que "a comunicação visa a advertir o outro sobre a quebra

do projeto desejado com a relação ou a não satisfação de alguma necessidade". Dialogar é, na maior parte das vezes, a solução, ao invés de se calarem, deixando algo tão simples se tornar algo que possa significar o fim da relação conjugal.

Este trabalho está vinculado à abordagem da Psicologia Social e ao Método Qualitativo proposto por Minayo (2010) que estuda as relações, percepções de como as pessoas pensam, sentem e vivem. Partindo disso, Andery (2001) ressalta a Psicologia na Comunidade como um novo processo e a instrumentalização de técnicas psicológicas e de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida do ser humano e dos grupos espalhados em diversas aglomerações de indivíduos pela grande cidade. O trabalho realizado com o Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos descreve esse papel da psicologia. Neste sentido, Andery (2001, p. 203) pontua como "um movimento de aproximação do cotidiano das pessoas principalmente nos bairros e instituições populares onde a grande parcela da população vive, organiza e cria seus canais de expressão".

Compete enfatizar que não se pretende, com este artigo, esgotar as discussões acerca dos temas

(relacionamento conjugal e diálogo dos casais), uma vez que esses eixos temáticos abrangem uma diversidade de assuntos que influenciam o relacionamento conjugal. O objetivo desse trabalho é realizar uma discussão a partir da pesquisa realizada com os cinco casais, ressaltando a importância do diálogo.

Método

A presente investigação constitui-se numa pesquisa de caráter qualitativa e exploratória que foi realizada a partir do Método Qualitativo proposto por Minayo (2010, p. 57), "que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam". A autora traz também que para a realização de uma pesquisa qualitativa é relevante que ocorra a objetivação.

Isto é, o processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, teoriza, revê criticamente o conhecimento acumulado sobre o

tema em pauta, estabelece conceitos e categorias, usa técnicas adequadas e realiza análises ao mesmo tempo específicas e contextualizadas. (MINAYO, 2010, p. 63)

A escolha do método qualitativo para pesquisa deve-se ao fato de que o mesmo é empregado quando o pesquisador compreende que, para o conceito ou fenômeno observado, haverá diferentes e variadas significações. Pois é um método que permite conhecer os processos sociais por ter fundamentos teóricos, proporcionando o surgimento de novas abordagens. "Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo estudado". (MINAYO, 2010, p. 57)

O instrumento utilizado para a investigação foi uma entrevista semi-estruturada com sete perguntas (em anexo), realizada com cinco casais com o matrimônio acima de seis anos. As entrevistas foram precedidas pelo esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), gravadas em áudio com a autorização dos participantes e transcritas na íntegra para análise. Foi enfatizado o

compromisso do sigilo e o respeito à privacidade. As entrevistas foram realizadas em setembro de 2015 na cidade de Divinópolis - MG, na residência dos casais, conforme agendadas por eles.

A partir de uma revisão sistemática, foi realizada uma pesquisa no banco de dados do site Scielo <www.scielo.com.br>, utilizando as palavras-chave: casamento, diálogo, conjugalidade e relacionamento, na busca por artigos que trazem discussões acerca da temática do diálogo dos casais; foram encontrados 54 artigos científicos. Após a leitura dos resumos, selecionaram-se 19 artigos para a discussão da pesquisa. Vale salientar que, de acordo com Sampaio e Mancini (2007, p. 84), "Revisão Sistemática é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema". Foram cinco casais entrevistados, dois que as mães/esposas participaram do Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos e três voluntários indicados pela comunidade. O critério de seleção é de que os casais devem ter no mínimo seis anos de vivência conjugal.

Reflexões acerca da vivência conjugal e do diálogo a partir da Psicologia Social

A Psicologia Social, no proceder de sua breve história, caracterizou-se pelo grande número de abordagens teóricas tomadas como referenciais autênticos para a produção de conhecimentos sociopsicológicos, a partir do binômio indivíduo-sociedade, estudo este sobre as relações das pessoas com a sua sociedade ou cultura e com outros indivíduos. Os psicólogos sociais priorizam os processos socioculturais como foco de suas preocupações.

A euforia deste ramo científico denominado Psicologia Social dura relativamente pouco, pois sua eficácia começou a ser questionada em meados da década de 60, quando as análises críticas apontavam para uma "crise" do conhecimento psicossocial que não conseguia intervir nem explicar, muito menos, prever comportamentos sociais. As réplicas de pesquisas e experimentos não permitiam formular leis, os estudos interculturais apontavam para uma complexidade de variáveis que desafiavam os pesquisadores e estatísticos - é o retorno às análises fatorias e novas

técnicas de análise de multivariância, que afirmam sobre relações existentes, mas nada em termos de "como" e "por quê". (LANE; CODO, 2001, p. 10-11)

No decorrer do tempo, no entanto, a Psicologia Social adota outros níveis de análise, tornando-se individualista ao focar mais nas ações intraindividuais e auxiliando diferentes modificações em relação ao desenvolvimento de abordagens que analisam eventos, processos históricos e culturais mais centrados e dinâmicos, a partir de trabalhos realizados em comunidades com grupos de pessoas e com atendimentos individuais.

A Psicologia na Comunidade é uma nova maneira de se pensar e praticar psicologia, pois vem para diferenciar do modo predominante como se praticava até os anos de 1950, no qual se tinha uma discussão mais acadêmica, pautada pelo atendimento de poucos indivíduos. Compete, portanto, à Psicologia na Comunidade, ir além, ao invés de visar apenas o tratamento e a reabilitação das desordens emocionais, tendo em vista a prevenção, trabalhando a autopercepção dos indivíduos e dos grupos, visando a conscientização.

Para a Psicologia na Comunidade, o impulso de sair dos consultórios e das gerências das empresas e ir para os bairros populares, e sua opção maior por indivíduos e grupos das classes populares, ao invés da clientela tradicional da classe média alta, significam redirecionar as pesquisas, descobrir novas técnicas de atuação e até reescrever, a partir do observado e vivido, muitas das teorias psicológicas. Nesse sentido, a Psicologia na Comunidade pode vir a ser uma nova maneira de fazer Psicologia que, dialeticamente, nega seu passado para reconstruir-se, aproveitando elementos desse passado e também do presente para constituir-se numa práxis e numa nova ciência psicológica, verdadeiramente, Psicologia Social. (ANDERY, 2001, p. 208)

O Trabalho desenvolvido com o Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos visou trabalhar a autopercepção com base nas demandas dos contextos familiares trazidas por essas mães/esposas. Buscou-se trabalhar a autonomia das integrantes do grupo, possibilitando a solução dos problemas a partir de estratégias executadas no cotidiano dessas famílias. Houve uma troca de experiências com depoimentos; assim conseguiram expressar suas inquietações e insatisfações.

Partindo disso, Andery (2001) traz que as experiências, em Psicologia na Comunidade, têm privilegiado também a posição desses grupos de mulheres em relação à troca de conhecimentos sobre problemas e assuntos os mais variados possíveis, como: a educação dos filhos, os relacionamentos afetivos dos casais, problemas ligados a prática sexual, questões que envolvem o contexto familiar.

A partir do que foi mencionado acima, surge a necessidade de realizar uma investigação sobre o tema mencionado anteriormente. Pois no relacionamento conjugal, os casais serão sempre induzidos a uma comunicação (diálogo); a convivência fará com que isso ocorra frequentemente. É relevante pontuar que a relação conjugal está associada ao desenvolvimento emocional das crianças e que é fundamental a participação dos pais na vida dos filhos. Féres-Carneiro (1998) afirma que na maior parte dos casos de crianças com problemas emocionais, para que haja uma absolvição dos sintomas infantis será de extrema relevância tratar os pais visando o bem estar dos filhos.

Para que seja um relacionamento saudável, prazeroso, em harmonia é importante que haja um

equilíbrio entre o casal, o diálogo, o amor, a amizade, a capacidade de lidar com as falhas de cada um, o companheirismo, o apoio para juntos superar as dificuldades do cotidiano são fundamentais; esses pontos são os alicerces para a construção de uma relação sólida. Os casais precisam gostar de estar juntos e devem se conhecer a cada dia, a partir da troca de carinho e confiança.

Por relacionamento de casal é entendido todo relacionamento amoroso e/ou sexual com uma outra pessoa, que possua algum grau de estabilidade. Podem ser considerados relacionamentos de casal os namoros, noivados e casamentos, bem como relacionamentos mais informais como casamentos não-oficiais ou namoros sem compromisso (o que se chama de “ficar”, especialmente no meio jovem). (WACHELKE, *et al*, 2004, p. 11 - 12)

Outro ponto importante é a sexualidade. É preciso saber o que o outro pensa, sobre sexo, desejos e fantasias. Se houver flexibilidade e compreensão acerca do desejo de cada um na relação como casal e individualmente, o relacionamento ocorrerá com menos conflitos. Assim, o diálogo será um instrumento bastante relevante para as relações

conjugais, em se tratando de problemas e obstáculos que permitam a aproximação, a compreensão, o respeito entre eles e a aceitação.

Conversar diariamente pode evitar que ocorra o acúmulo de sentimentos desagradáveis e também auxilia na liberação de energias negativas. Essa comunicação proporcionará um conhecimento sobre si e sobre o outro, mas pode também causar embates de informações, caso ocorra uma interpretação errada do que foi dito. Nesse sentido, quanto melhor e mais dinâmica a comunicação, melhor será a convivência conjugal e familiar.

Os relacionamentos da contemporaneidade visam outras questões que estão sendo colocadas como primordiais e que sofrem influências externas e econômicas. O espaço de destaque no mercado de trabalho, conquistado pela mulher, a independência financeira, visando o bem-estar pessoal e profissional. Segundo Pereira e Silva (2013), a independência e a liberdade conquistada pelo gênero feminino propiciaram a busca por igualdade dos gêneros, trazendo o bem-estar e a satisfação pessoal, de maneira que o afeto, o amor e o prazer são muito valorizados nas relações conjugais contemporâneas e na escolha do companheiro. Nesse sentido, no

decorrer dos anos, tornam-se nítidas as mudanças nos casamentos.

O processo de escolha do cônjuge no Brasil, assim como em outras culturas ocidentais, tem sofrido mudanças ao longo da história, especialmente no tocante à esfera feminina. Podemos dizer que essa evolução resulta de transformações nos âmbitos político, econômico, cultural e social que proporcionaram à mulher a adoção de novos papéis, além de autonomia e liberdade nas decisões envolvendo as relações conjugais. (PEREIRA; SILVA, 2013, p. 408)

A constituição do casamento parte de uma valorização da família, e a construção da mesma, é valorizada culturalmente. As mudanças profissionais, socioculturais e financeiras induzem os casais a serem mais flexíveis na escolha de suas configurações conjugais como, por exemplo: a opção de terem ou não filhos. No entanto, é preciso ter cuidado para não cair no individualismo, pois trata-se de um relacionamento conjugal e juntos, a partir do diálogo, encontrarão as respostas para diversas questões acerca da completude do ser humano.

Em uma sociedade na qual ficamos cada vez mais reféns da tecnologia, torna-se constante a falta de comunicação entre as pessoas, principalmente quando se trata de relação conjugal, o que pode gerar desconforto e insegurança no relacionamento. É comum os casais entrarem em crise por causa da falta de diálogo ou por uma má compreensão do que foi relatado, por não conseguirem expor suas opiniões, pois os mesmos se sentem sufocados e desvalorizados como ser humano, sem poder dizer o que sentem e isso pode causar depressão em ambos. Conforme afirmam Garcia e Tassara (2003, p. 130), "todo esse conjunto de problemas vividos repercute sobre o padrão de comunicação do casal, marcados por queixas e cobranças que nem sempre resultam nas mudanças desejadas".

O diálogo é uma condição de vida de extrema relevância para o ser humano, bem como suas relações sociais que implicam em relações intencionais estabelecidas a alguém, especialmente quando se trata de uma vivência conjugal. Saber dialogar é fundamental para a harmonia conjugal, expor as opiniões entre o casal pode ajudar a resolver os problemas; um precisa contar com o outro, pois os problemas vão surgir e, se houver um bom diálogo,

conseguirão contornar, mas facilmente a situação. É preciso que o diálogo esteja sempre presente, pois o casal precisa demonstrar seus sentimentos em todos os contextos. Se não houver essa troca entre os cônjuges, essa confiança entre eles, não haverá como funcionar essa relação, onde ambos não sabem o que se passa com o outro.

O diálogo apresenta-se, assim, como um espaço para se obter um maior número de informações sobre o parceiro e se coloca como uma estratégia de tolerância feminina em relação ao mesmo, sendo compatível com uma concepção de união conjugal representada como um espaço de entendimento entre os pares. (SOUZAS; ALVARENGA, 2001, p. 27)

Dialogar deve ser um hábito contínuo para que torne a vida conjugal mais agradável e estruturada para auxiliar na construção de um ambiente saudável e sem inseguranças. O diálogo é a base da escuta, o não falar e, além disso, é o alicerce do relacionamento conjugal que pode esclarecer sentimentos, desvendar interesse ou expectativas, pois é possível conhecer e respeitar as opiniões um do outro. Isso tornará as relações verdadeiras e duradouras. Para saber dialogar é preciso primeiro

saber ouvir, sem interferir na fala e sem corrigir o que está sendo relatado. Todo ser humano precisa ser ouvido e necessita da atenção de alguém que o acolha e escute atentamente seus sofrimentos e ambições. De acordo com Garcia e Tassara (2001, p. 635), "o estilo de comunicação utilizado para informar ao outro a insatisfação, o sentido de direção que imprimiram à sua história e a significação que deram às suas palavras formataram todo o conjunto de estratégias".

A interação comunicativa está relacionada ao diálogo que ocorre a partir de uma conversa clara e objetiva, o que possibilita uma resposta adequada ao que foi informado; caso isso não ocorra, pode desencadear incompreensões e equívocos geradores de conflitos pessoais e emocionais de tal modo que o diálogo irá até determinado ponto, encontrando assim diversas barreiras que farão com que o casal inicie uma discussão ou pare com o diálogo. Segundo Garcia e Tassara (2003, p. 130), "o que comunicar e o como comunicar é um desafio dentro de um cotidiano marcado, às vezes, por desencontros e divergência. Nesse cenário, evitar a comunicação, constitui-se em estratégia de minimização das insatisfações".

A comunicação do casal se torna importante em vários aspectos, conforme relatado pelas mães/esposas no decorrer dos encontros do Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos, pois elas sentem necessidade de compartilhar sentimentos e informações do cotidiano com os cônjuges, pois, elas consideram os companheiros um suporte emocional que traz certa segurança. Além disso, o desejo de ter um bom relacionamento conjugal, a vontade de expressar o que sentem contribui de maneira significativa para as relações conjugais e familiares.

Satisfação conjugal é, sem dúvida, um conceito subjetivo, implicando em ter as próprias necessidades e desejos satisfeitos, assim como corresponder, em maior ou menor escala, ao que o outro espera, definindo um dar e receber recíproco e espontâneo. (NORGREN, *et al.*, 2004, p. 576)

O silêncio de um dos cônjuges pode ser visto como uma indiferença ao sentimento do companheiro; essa falta de diálogo pode interferir no matrimônio. O diálogo se torna um fator ímpar para um relacionamento bem sucedido. Quando existe uma relação conjugal, os dois devem juntos trocar informações visando o bem estar em comum e um

futuro como casal, o que se faz necessário para saber a opinião do outro, o que se pode esperar e desejar do outro. Uma conversa sincera e honesta somente acontecerá a partir do diálogo.

A partir do que foi pontuado até o presente momento, é importante elucidar que a pesquisa realizada com os casais trouxe essa discussão sobre o relacionamento conjugal e o diálogo e também sobre os assuntos do cotidiano que os participantes consideram fundamentais a serem dialogados. Pois eles enfatizam uma relação conjugal baseada em diversas prioridades como: o cuidado um com o outro e com os filhos, o companheirismo, a troca de carinho e cumplicidade, a importância da espiritualidade para o bem estar familiar, objetivos e amadurecimento como casal, a constante busca por um relacionamento saudável e a preocupação com o futuro dos filhos.

Resultado

Após a transcrição na íntegra dos áudios das entrevistas e a leitura das mesmas, foram destacados três marcadores para a análise de conteúdo: (a) como é o relacionamento desses casais, (b) a importância

do diálogo, (c) os assuntos abordados entre eles e a disponibilização de tempo para o diálogo. "Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material" (MINAYO, 2010, p. 308).

Como é o relacionamento dos casais.

Foi verificado na pesquisa, que os participantes pontuaram como um relacionamento normal, a partir da observação dos seus contextos familiares (pais, irmãos, tios, etc.), pois acreditam que é natural haver algumas brigas e discussões. Nessa perspectiva Garcia e Tassara (2001, p. 637), enfatizam que, "vivendo um período marcado pela certeza de que se têm problemas, competiria aos indivíduos identificá-los e buscar formas de superá-los". (P2) *"o relacionamento é bom, tem algumas brigas, discussões que é normal do casal, mas a gente é uma família católica que procura sempre colocar Deus em primeiro lugar, procuramos passar isso para as nossas filhas e procuramos viver bem, sem abusar de nada, de gastos, de nada, procuramos*

ter uma vida tranquila e o nosso objetivo mesmo como casal é viver bem".

Parte-se da premissa que a estratégia é definida pela configuração do que é problema que, por sua vez, é delineado a partir da existência de um padrão de desejabilidade projetado para a relação conjugal. Esse padrão de desejabilidade é histórica e socialmente definido e delimita aquilo a que se deve aspirar e aquilo que não se vai alcançar numa relação afetivo-sexual. A aproximação ou distanciamento desse padrão definiria, então, o que é problema e as possibilidades e limites para sua superação. (GARCIA; TASSARA, 2001, p. 636)

Com base no que foi pontuado cabe salientar que segundo as duas mães/esposas que participaram dos trabalhos do grupo, a troca de experiências e a compreensão de estratégias contribuíram para a melhoria de seus relacionamentos, tornando possível a resolução de problemas que antes geravam impasses na relação conjugal. A autora Minayo (2010, p. 176) traz que "relação dinâmica entre teoria e empiria se expressa no fato de que a realidade informa a teoria, que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a

distinta, num processo de distanciamento, aproximação e reorganização".

Percebe-se que os participantes avaliam seus relacionamentos como bom e excelente, a partir da busca por estratégias de convivência e bem estar familiar (P2) *"a gente procura sempre quando um chega nervoso, um chega e fala, olha, você não está certo, pensa direito, coisa que antigamente a gente não conseguia. Em mim a principal mudança foi depois que eu fiz o trabalho no grupo de mães. Tanto com as meninas, fiquei mais calma para lidar com elas, para falar com elas, antes era gritando, xingando e depois aos poucos na igreja, depois que a gente fez o ECC"*.

O Encontro de Casais com Cristo - ECC é um projeto desenvolvido pelas igrejas católicas direcionado à relação conjugal. "O ajustamento conjugal, as formas de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos empregadas pelo casal influenciam o desenvolvimento de padrões de cuidado dos filhos e a qualidade das relações entre os genitores e suas crianças". (BRAZ; DESSEN; SILVA, 2005, p. 151).

(P3) *"nosso relacionamento é excelente, acho que evoluímos gradativamente, casamos imaturos, fomos amadurecendo com o passar dos anos, na verdade o que faltava um pouco para a gente era achar nossa espiritualidade, somos católicos, acho que isso agora a gente vem alimentando e vem com mais força, acho que hoje estamos amadurecidos como casal, eu acho que a gente se conhece só de olhar um para o outro".*

Observamos que os participantes que definiram seu relacionamento como excelente enfatizam a maturidade como algo decorrente de oito anos de matrimônio (tabela em anexo); a convivência e a busca pela espiritualidade (participação no ECC e em Retiro de Casais) acrescentaram no conhecimento de ambos e na relação conjugal. "Pode-se pensar que o sistema de crenças que se baseia nas religiões dá apoio para os membros do casal encararem o casamento como uma aliança, um compromisso" (NORGREN, *et al*, 2004, p. 580). Os participantes ressaltam o tempo como a maior sabedoria do ser humano, e a espiritualidade algo fundamental que não pode faltar na vida conjugal.

A importância do diálogo.

Observou-se que os participantes compreendem que o diálogo é primordial na relação conjugal, uma maneira de expor sentimentos e um melhor entendimento do casal, (P1) *"o diálogo na vida da gente é primordial, você tem que colocar ele em tudo, se você não consegue dialogar como vai fazer e às vezes a gente deixa, por bobeira, deixa para lá, não conversa e vai naquela de deixar para lá, mas é muito importante, tem que ter diálogo, apesar de que a gente não tem muito"*. As autoras Garcia e Tassara (2001, p. 635) expõem que "o estilo de comunicação utilizado para informar ao outro a insatisfação, o sentido de direção que imprimiram à sua história e a significação que deram às suas palavras formataram todo o conjunto de estratégias".

Percebe-se que os participantes também avaliam o diálogo como a base de tudo e de extrema relevância, no entanto, algo difícil de ser realizado, mas necessário para a manutenção do casamento. (P4) *"sem conversa a gente não entra em acordo de nada no casamento, então temos que conversar bastante mesmo e todos os tipos de assuntos, não é*

só da família, só da filha. Nós conversamos sobre todos os assuntos".

(P2) "se não tiver diálogo, não tem casamento, não tem união, não tem família, não tem nada, tem que ter diálogo! Tem que conversar mesmo, colocar os pingos nos i, tem que trocar ideia, senão não vai, o diálogo é primordial para um casamento, sim! Não é fácil, se não gostar mesmo e se não tiver Deus na causa, não vai, não tem jeito".

Um projeto de vida em comum vivenciado pelos parceiros, o que não se relaciona com a anulação da subjetividade. Pelo contrário, é na valorização da alteridade que se pode construir algo genuíno. Pode-se dizer que a efetividade desse projeto deve ocorrer de forma dinâmica, o que implica que o casal tenha certa flexibilidade para fazer ajustes e rever o que planejou. (NEVES; DIAS; PARAVIDINI, 2013, p. 84)

(P5) "eu como esposa, considero muito importante, tudo conversado é entendido, tudo conversado e explicado, é mais prático, é necessário conversar, eu fico na cola para conversar com ele". Nesse sentido, a participante chama a atenção do companheiro para a importância do diálogo, (P5) *"tem que conversar, porque se cada um for para um*

lado, fica em estradas diferentes, ai não da certo, tem que andar os dois na mesma estrada, senão, não dá certo, é tudo concordando um com o outro, umas coisinhas acontece de ser sem concordar, mais é muito pouco, o mínimo".

Notou-se que os participantes consideram o diálogo importante para corrigir os erros do relacionamento conjugal. (P3) *"Porque se a gente for largando chega a um ponto que é isso que acontece com muitos casais, se separam, vai largando, até que não dá mais para resolver uma coisa que era tão simples, é preciso conversar no início do problema para resolvê-lo o mais rápido possível. O diálogo traz o respeito. Na verdade, as pessoas são completamente diferentes uma das outras e quando vai morar juntos, ai que a gente vê o tão gritante são as diferenças, se não tiver conversa, aproximação, entendimento, solidarização um com outro e sem comunicação nunca vai haver respeito. O diálogo é a melhor forma".*

Os cônjuges, independente de classe social e sexo, têm uma visão similar acerca do que pode levar as relações íntimas a serem bem ou mal sucedidas, isto é, presença ou ausência de negociação e de similaridade,

respectivamente. Portanto, o que sustenta um casamento satisfatório é a capacidade de os parceiros entrarem em acordo e cederem diante de situações conflituosas e, também, o fato de eles possuírem características em comum. (BRAZ; DESSEN; SILVA, 2005, p. 160).

Verificou-se que os participantes da pesquisa enfatizaram o quanto é necessário o diálogo no relacionamento, mesmo com algumas pontuações da existência de falhas nessa comunicação, eles conseguem se comunicar, transmitindo, assim, um para o outro, o que desejam visando uma boa convivência conjugal e um futuro como casal. "As narrativas de vida nunca serão uma verdade sobre os fatos vividos e, sim, uma versão possível que lhes atribuem os que vivenciaram os fatos, a partir dos dados de sua biografia, de sua experiência, de seu conhecimento e de sua visão do futuro" (MINAYO, 2010, p. 154). Nesse sentido, é importante ressaltar que o ser humano não consegue estar bem o tempo todo nas suas relações conjugais, não somente nos relacionamentos, em questões pessoais, sociais, profissionais, entre outras. Mas a partir do momento que decidem buscar estratégias para uma melhor

convivência familiar, já se entende como um avanço para a relação.

Os assuntos abordados entre eles e a disponibilização de tempo para o diálogo

Refere-se à existência de assuntos relevantes para serem dialogados no cotidiano do casal e da família, bem como a disponibilização de tempo para o diálogo. Os participantes pontuaram que conversam sobre tudo (filhos, família, dinheiro, doenças no contexto familiar, entre outros assuntos). Já em relação ao sexo somente um casal fez referência ao tema, os outros participantes não enfatizam esse tópico como um dos assuntos conversados na relação conjugal. "O fato é que quando o assunto gira em torno da vida sexual existem tabus em nossa sociedade que dificultam o aprofundamento dessas questões". (NASCIMENTO; TRINDADE, 2002, p. 113)

Conforme afirmam Duarte e Rocha-Coutinho (2011, p. 121) "a sexualidade é negociável, isto é, não precisa ser necessariamente monogâmica ou heterossexual e o sexo deve proporcionar prazer e satisfação para ambos os parceiros" Os participantes

(P4) chamaram-nos a atenção pela maneira como destacam a importância do diálogo, *"tem que conversar sobre tudo, desde família, filho, vizinho, sexo. Tem que ser um diálogo aberto e geral, desde uma coisa muito seria até uma coisinha simples, banal. O diálogo é fundamental, isso sem sombra de dúvidas, principalmente no sexo tem que conversar bastante, porque cada um tem uma forma de se adaptar e até descobrir a do outro. O sexo manda muito no casamento, por que hoje em dia ou até antes, não sei, o sexo no casamento é uns 60% ou 50%. A pessoa tem que ter diálogo para descobrir um ao outro, então eu acho que o diálogo é a base, principalmente na área sexual"*.

Percebe-se que os participantes enfatizam a relevância de conversar sobre tudo (P2) *"a gente não toma nenhuma decisão sem falar um com o outro, para comprar uma bala, um conversa com o outro, tudo que a gente vai fazer, fala com o outro, é tudo junto, porque se não for assim não é casamento, parece que são pessoas solteiras cada uma para um lado"*. Partindo disso, é pertinente pontuar que Féres-Carneiro (1998) chama a atenção para a constituição e a manutenção do casamento, sobre os ideais contemporâneos de uma relação conjugal que

ressalta mais a autonomia e a satisfação individual dos cônjuges, do que os laços de dependência um do outro.

Outro ponto bastante relatado entre os casais foi o dinheiro. De acordo com Henchoz (2011, p. 624), "a gestão do dinheiro permanece muitas vezes submissa a uma repartição sexuada dos papéis (o dinheiro masculino sendo geralmente mais valorizado que o dinheiro das mulheres) e das responsabilidades". Sobre o tema sexo Jablonski (2010, p. 269) traz que "a quase ausência de referência à sexualidade. Ou os sujeitos partem da premissa que o sexo é obviamente parte integrante do casamento e que, por isso, nem precisa ser citado, ou esse não é um elemento importante para a manutenção do casamento".

Em relação à disponibilização de tempo para o diálogo, observou-se que há alguns participantes que têm essa disponibilidade, outros não; e eles têm como justificativa a falta de tempo. "A comunicação tem uma importante tarefa, que é o revelar-se ao outro" (Oltramari, 2009, p. 675). (P5) *"O tempo é muito curto com essa peleja com os meninos, escola, trabalho, o serviço aqui de casa, são muitas coisas. Eu levanto todos os dias às 05h25min da manhã,*

levanto cedo demais, por isso que é muito pouco o diálogo, é muito difícil. Mas tem diálogo!". "As mães são as principais responsáveis pelas atividades relativas ao cuidado dos filhos e pela execução das tarefas domésticas" (BRAZ; DESSEN; SILVA, 2005, p. 156).

Percebeu-se que não há um tempo determinado para o diálogo, (P3) *"sempre quando há possibilidades conversamos, nunca deixamos de conversar, não temos um tempo determinado porque trabalhamos em comércio, a vida é muito corrida, mas a gente vai conversando quando está em casa, durante as refeições. Na verdade, não perdemos tempo, quando estamos juntos tentamos nos aproximar o máximo possível, nem que seja uma conversa sobre uma distração, um entretenimento, a gente vai conciliando tudo para conversamos e para nos aproximarmos cada vez mais e também conversamos muito sobre o nosso filho".*

Compreendemos a existência de uma diferença entre a vivência e a não vivência da conjugalidade. É que os sujeitos estabelecem relações de conjugalidade e perspectivam a construção de um projeto de vida em comum com aqueles que elegem como amados, enquanto aqueles que vivenciam relacionamento sem

conjugalidade não o elaboram. (OLTRAMARI, 2009, p. 676)

Em relação aos assuntos, percebe-se que os participantes dão grande importância aos filhos, pois todos relataram como o principal assunto dialogado, especialmente quando se trata de adoecimento no contexto familiar. Os casais dialogam mais, para que juntos solucionem os problemas relacionados à saúde dos filhos. Foi possível observar que nenhum dos participantes trouxe como tema o relacionamento conjugal. Notou-se que eles não demarcaram um tempo para cuidar da relação conjugal.

De acordo com Minayo (2010), vários estudiosos apontam a fala como a maneira de comunicação exclusiva da sociedade humana, porque possibilita que seja um discurso que contenha experiência permitindo o entendimento intersubjetivo e social e, por sua densidade, estabelecendo em si, e no fato social: "no princípio era o verbo" esse relato bíblico enfatiza que o ser humano nasce com a fala e ao mesmo tempo em que surge a comunidade para refletir sobre suas condições, probabilidades, aspirações e anseios.

Conclusão

A realização deste trabalho foi de extrema relevância, pois a partir do resultado da pesquisa, percebe-se que a base do relacionamento conjugal é o diálogo. Não há como saber o que o outro pensa sem dialogar. É importante ter esse momento para resolver os assuntos e para o casal se conhecer, para que seja uma relação conjugal saudável com menos conflitos. Pois o diálogo ajuda os cônjuges a saberem o que é relevante na vida um do outro e um forte aliado na resolução de problemas, pois a rotina pode atrapalhar a convivência diária dos casais. No entanto, notou-se que ainda há casais que sofrem com o problema da falta de diálogo. Os participantes da pesquisa fizeram relevantes pontuações acerca dessa temática, contudo constatou-se que todos priorizam o bem estar familiar.

Foi possível constatar que existe uma grande cumplicidade entre os casais, mas percebe-se que eles buscam se encaixarem em um padrão que consideram o relacionamento normal, a partir de uma comparação realizada pelos participantes de que nos seus contextos familiares (pais, irmãos, tios), também ocorre discussões e brigas, o que é normal na relação

conjugal, e isso é observado por eles a partir das gerações. Os participantes vêem como uma repetição do que lhes foi colocado pelos familiares como algo cultural da sociedade na qual estão inseridos.

A maneira como os assuntos são abordados e o tom da voz são importantes para a compreensão de ambos, a disponibilidade que têm um com o outro e uma relação saudável são importantes para a manutenção do casamento. É preciso saber dialogar. Há momentos que devem ser reservados somente para o casal, é isso que pode acrescentar no relacionamento, pois algo que é aparentemente simples, que pode ser resolvido por meio do diálogo, se não houver conversa, o cônjuge acaba por colocar a culpa no outro, gerando diversas outras circunstâncias. A falta de diálogo não acomete somente os casais, hoje em dia as pessoas estão deixando de conversar, o diálogo está ocorrendo mais através de mensagens (celular, internet, etc.), já não há tanto uma comunicação pessoal direta.

O desenvolvimento do projeto Grupo de Orientação aos Pais - Educação dos Filhos possibilitou um melhor entendimento acerca do relacionamento dos casais, pois essas mães/esposas, que desde o início dos encontros pontuavam a falta

de diálogo com os companheiros como um gerador de impasses na relação, conseguiram perceber que ficar reclamando do parceiro não é uma solução; cobrar conversas e dizer que não há diálogo não ajuda a resolver os problemas. Poderia até dar certo, mas não é o correto, e foi a partir das rodas de conversas, dinâmicas, mensagens e troca de experiências, que elas perceberam possibilidades de mudanças e, com o auxílio de algumas estratégias, conseguiram dialogar com os cônjuges.

Os participantes da pesquisa demonstraram-se conscientes no que se refere aos pressupostos de uma relação conjugal satisfatória, como esforço, resolução de conflitos e impasses e superação de desafios que contribuem de forma significativa para a relação conjugal. A partir do caráter exploratório e qualitativo da pesquisa e a pouca literatura referente ao diálogo dos casais, espera-se que a presente pesquisa tenha contribuído para uma melhor reflexão acerca do tema; também como um incentivo para a continuidade de investigação na área.

Referências

ANDERY, Alberto Abib. A Práxis do Psicólogo/Psicologia na Comunidade. In: LANE, Silvia T. M. ; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense-, 2001. 3ª reimpr. da 13ª ed. de 1994. Parte 4, p. 203-221. ISBN 85-11-15023-4.

BRAZ, Marcela Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara Liana Pereira. **Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), p. 151-161, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27465.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. **Pais na creche: a arte do diálogo entre educadores e família**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 689-693, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a20v2691.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

DUARTE, Juliana Puppim; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **"Namorado": uma forma**

contemporânea de conjugalidade?. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol.23, n.2, p. 117-135, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pc/v23n2/08v23n2.pdf>.

Acesso em: 12 out. 2015. ISSN 0103-5665

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.** Psicologia: Reflexão e Crítica. Psicol. Reflex. Crit. vol.11, n.2, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 jul. 2015.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; NETO, Orestes Diniz. **Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais.** Revisão Crítica da Literatura. Paidéia. vol. 20, no. 46, p. 269-278. Mai/Ago, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/13.pdf . Acesso em: 21 jul. 2015.

FERREIRA, Maria Cristina. **Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais.** Psicologia: Teoria e Pesquisa vol. 26 n. especial, p. 51-64. 2010. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a05v26ns.pdf>.

Acesso em: 13 out. 2015.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** Colaboração: MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris. 9ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 263 p. ISBN: 978-85-423-0008-6.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **Estratégias de Enfrentamento do Cotidiano Conjugal.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 14(3), p. 635-642. 2001. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/prc/v14n3/7849.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **Problemas no casamento: uma análise qualitativa.** Estudos de Psicologia, 8(1), p. 127-133, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17242.pdf>>.

Acesso em: 21 jul 2015.

HENCHOZ, Caroline. **O dinheiro no casamento: questões de gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): p. 623-625, Mai/Ago, 2011.

Disponível em:

[<www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a25.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a25.pdf).

Acesso em: 12 out. 2015.

JABLONSKI, Bernardo. **A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento**. Psicologia Ciência e Profissão, 30 (2), p. 262-275, 2010. Disponível em: [<www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf).

Acesso em: 22 set. 2015.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 3ª reimpr. da 13ª ed. de 1994, 221 p. ISBN 85-11-15023-4

MINAYO; Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010, 407 p. ISBN: 978-85-271-0181-3.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araujo. **“O que Fazer Quando o Coração Aperta?” A Dinâmica Conjugal Pós-infarto**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. vol. 18 n. 1, p. 107-115. Jan/Abr, 2002. Disponível em: [<www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a12v18n1.pdf>](http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a12v18n1.pdf).

Acesso em: 12 out. 2015.

NEVES, Anamaria Silva; DIAS, Andrezza Siskoneto Ferreira; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. **A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade.** Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 25, n.11, p. 73-87, 2013. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/pc/v25n2/v25n2a05.pdf>.

Acesso em: 12 out. 2015. ISSN 0103-5665.

NORGREN, Maria de Betânia Paes; *et al.* **Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível.** Estudos de Psicologia, 9(3), p. 575-584, 2004. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a20v09n3.pdf>.

Acesso em: 21 jul. 2015.

OLTRAMARI, Leandro Castro. **Amor e conjugalidade na contemporaneidade.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p. 669-677, Out./Dez. 2009. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a07.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2015.

PEREIRA, Isabella da Silva Arantes; SILVA, Janaina Cassiano. **Escolha Conjugal Feminina: Uma análise intergeracional segundo uma perspectiva crítica da Psicologia.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 3, p. 407-417, Jul/Set. 2013. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/pe/v18n3/v18n3a02.pdf>.

Acesso em: 21 jul. 2015.

PERLIN, Giovana; DINIZ, Gláucia. **Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?** PSIC. CLIN., Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p.15 - 29, 2005.

Disponível

em:

<www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a02.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2015. ISSN 0103-5665.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Jan/Fev. 2007. Revista Brasileira de Fisioterapia. Disponível

em: <www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12>. Acesso em: 21 jul. 2015. I S1S1N n 1. 411,3 -23050557.

SOUZAS, Raquel; ALVARENGA, Augusta Thereza. **Da negociação às estratégias: Relações conjugais e de gênero no discurso de mulheres de baixa renda em São Paulo.** Saúde e Sociedade 10 (2): p. 15-34, 2001. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/sausoc/v10n2/03.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

VANDENBOS, Gary R. (Org.). **Dicionário de Psicologia da APA.** Tradução de BUENO, Daniel; VERONESE, Maria Adriana Veríssimo;

MONTEIRO, Maria Cristina. Revisão Técnica de NUNES, Maria Lúcia Tiellet; FRIZZO, Giana Bitencourt. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1040p. ISBN 978-85-363-2107-3.

WACHELKE, João Fernando Rech, *et al.* **Medida da satisfação em relacionamento de casal.** Psico-USF, v. 9, n. 1, p. 11-18, Jan./Jun. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pusf/v9n1/v9n1a03.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

Anexos:

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

Dados para a construção do perfil dos casais

Nome:

Idade:

Tempo de casados:

Profissão:

Filhos: Idade dos filhos:

Questionário Semi-Estruturado

- 1 - Como é o relacionamento do casal?
- 2 - Como é o diálogo entre o casal?
- 3 - Qual a importância desse diálogo?
- 4 - Geralmente vocês conversam sobre o quê?

5 - Vocês já deixaram de resolver algo por falta de diálogo?

6 - Vocês disponibilizam um tempo para o diálogo?

7 - Vocês desejam acrescentar algo que não foi falado e que vocês consideram importantes?

Tabela com os dados dos participantes (casais)

(Dados obtidos em setembro de 2015):

Participantes	Idade dos casais	Tempo de casados	Profissão dos casais	Filhos	Idade dos filhos
Participantes 1	Mulher: 35 anos Homem: 43 anos	9 anos	Vendedora de seguros Produtor rural	2 filhos	6 anos e está a espera do segundo filho que nascerá na primeira semana

					a de novem bro de 2015
Participantes 2	Mulher: 30 anos Homem: 36 anos	13 anos	Dona de casa, manicure e cabeleireira Supervisor de laboratório	2 filhas	13 anos e 9 anos
Participantes 3	Mulher: 29 anos Homem: 29 anos	8 anos	Farmacêutica Gerente de supermer	1 filho	5 meses

			cado		
Participantes 4	Mulher: 26 anos Homem: 33 anos	10 anos	Cabeleireira e Motoboy	1 filha e está na segunda gestação	7 anos e está a espera da segunda filha que nascerá em janeiro de 2016
Participantes 5	Mulher: 39 anos Homem: 45 anos	15 anos	Auxiliar de cozinha e Motorista de ônibus	2 filhos	9 anos e 3 anos

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT: UM CAMPO ASSISTENCIAL A SER CONSTRUÍDO⁵⁷

Vitor Silva de Oliveira Bolina⁵⁸

Cristiane Santos Souza Nogueira⁵⁹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de promover a discussão acerca do processo de construção da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, sua importância e seus desafios de consolidação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso da população LGBT aos dispositivos de saúde mental. Busca também mostrar como a exclusão social, a discriminação, a intolerância e o preconceito contra as orientações sexuais e identidades de gêneros que fogem do padrão heteronormativo são fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida

⁵⁷ Trabalho apresentado ao curso de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia.

⁵⁸ Estudante do curso de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

⁵⁹ Professora da UEMG, mestre em psicologia e professora orientadora do trabalho de conclusão de curso da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) campus Divinópolis.

do indivíduo. Ainda, busca evidenciar o vazio assistencial presente nos dias atuais no que diz respeito às práticas de saúde mental voltadas para a população LGBT. No intuito de investigar a realidade através da reflexão crítica, a metodologia utilizada possui caráter exploratório, fazendo uso de revisão bibliográfica disponível sobre a temática.

Palavras-chave: Política LGBT. Saúde mental. SUS. Orientação sexual. Identidade de gênero.

1 INTRODUÇÃO

Há décadas os movimentos sociais no Brasil vêm lutando para a garantia de direitos e justiça, desempenhando papel de extrema importância política e social, moldando o contexto da nossa sociedade visando à melhoria da qualidade de vida de toda a população. Alguns exemplos de movimentos sociais importantes para a mudança sócio-política brasileira são os grupos que lutam pela garantia dos direitos dos índios, dos negros, das mulheres, dos deficientes, dos idosos, das crianças, dos adolescentes e da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT nasceu como resultado das lutas de grupos organizados que reivindicavam o

direito de cuidados de saúde e o acolhimento nas instituições públicas. A construção dessa política contém um histórico marcado por conquistas da população LGBT como resposta à marginalização dos direitos básicos que lhes eram negados.

Visto que se trata de uma política de caráter integral da saúde, o presente artigo objetiva investigar como a saúde mental acolhe a população LGBT em seus dispositivos de saúde. A partir do momento em que a política se propõe à integralidade do atendimento a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a saúde mental deverá ser pensada enquanto ação.

O principal objetivo da Política LGBT é ser uma ferramenta que ofereça a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), com o propósito de diminuir as desigualdades e a discriminação presentes na sociedade e, nessa situação, nos dispositivos de saúde pública, considerando que o processo de saúde-doença dessa população é fortemente influenciado pelos efeitos da exclusão, da homofobia e da violência.

A discussão sobre o assunto se faz urgente e indispensável, pois para além de ser uma ferramenta de acolhimento e cuidado da saúde da população de

lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a política foi criada também com o intuito de enfrentar e diminuir toda a discriminação. Segundo o Ministério da Saúde:

[...] enfrentar toda a discriminação e exclusão social implica em promover a democracia social, a laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, exige ampliar a consciência sanitária com mobilização em torno da defesa, do direito à saúde e dos direitos sexuais como componente fundamental da saúde (BRASIL, 2010).

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi de caráter exploratório, utilizando como base revisões bibliográficas, interpretação de textos e a reflexão crítica acerca do tema. O trabalho, assim, busca enfatizar o vazio assistencial no âmbito da saúde mental que ainda existe nos dias de hoje.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE NO BRASIL E NO MUNDO

Primeiro será necessário definirmos alguns conceitos, bem como voltarmos ao processo histórico que resultou na criação da Política LGBT para então

demarcarmos a responsabilização dos agentes da saúde mental para com esta população, uma vez que se constata que o sofrimento psíquico e a violência vivenciada por LGBTs é real e acontece todos os dias, em vários âmbitos da sociedade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão sanitário internacional especializado integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito de saúde é definido como o “[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez” (OMS, 1946). De acordo com essa definição, podemos entender que a saúde torna-se um valor para a sociedade e não apenas do indivíduo. É a harmonia do homem com o meio em que ele convive.

De acordo com a Carta de Ottawa de 1986, promoção da saúde diz respeito às atividades que visam a capacitação das pessoas e das comunidades para que saibam identificar e modificar determinantes da saúde que visem o bem-estar comum. Com isso, ao falarmos sobre promoção da saúde também falamos sobre protagonismo, pois oferece às pessoas o poder de se responsabilizarem pela construção de um estilo de vida saudável que

traga benefícios para toda a comunidade (WHO, 1986).

A saúde é o resultado da construção de ações do governo, da sociedade em geral e também de cada cidadão. O desenvolvimento social, segundo esse conceito, se relaciona diretamente com a qualidade de vida da população, pois a saúde sendo também produto social, as condições de vida dos indivíduos e do coletivo são influenciadas por esse fator. Assim, agindo positivamente nas relações entre indivíduos, coletivos e instituições, projeta-se o bem-estar social e a promoção da saúde.

No Brasil, a saúde é um direito de todos, garantido pela Constituição de 1988, fruto das lutas do Movimento da Reforma Sanitária. Nesse sentido, deve-se entender que a saúde não se limita à assistência médico- sanitária, mas a diversos outros fatores como a promoção, a prevenção e a integralidade da assistência em saúde.

O SUS se ancora em três princípios fundamentais e constitucionais que são a universalidade, a integralidade e a equidade. A universalidade diz respeito ao acesso universal ao sistema de saúde por todo cidadão em todos os níveis da assistência, sem preconceitos ou privilégios. A

integralidade da atenção em saúde pode ser entendida como a articulação das ações e serviços preventivos e curativos que vise a interlocução de vários outros serviços que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida. A equidade significa tratar as diferentes demandas e especificidades das pessoas de formas diferentes a fim de contemplar um atendimento mais justo (BRASIL, 1990).

3 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBT E SEU ENCONTRO COM O SUS

Para compreendermos como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi concebida, é necessário traçarmos o percurso histórico que contribuiu para a luta do reconhecimento de direitos da população LGBT no Brasil e no mundo no âmbito da saúde e da doença.

De acordo com Paoliello (2013), a partir do século XIX, num momento de reforma interna dentro da psiquiatria, a medicina começou a classificar os diversos tipos de doenças mentais a fim de diagnosticar os pacientes ao invés de simplesmente observá-los. No ano de 1952, a Associação

Americana de Psiquiatria (APA) publicou seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM), que incluiu o diagnóstico de homossexualismo⁶⁰, como era chamado, como sendo um desvio sexual, classificado na categoria de “Perturbações Sociopáticas de Personalidade” (PAOLIELLO, 2013).

Em sua segunda edição, em 1968, o DSM continuou classificando o homossexualismo na categoria de Desvios Sexuais. Até o ano de 1973, o DSM, mesmo após várias reedições, manteve o diagnóstico de homossexualismo como comportamento patológico.

Ainda de acordo com a autora, a partir da pressão de movimentos sociais americanos e a partir da não sustentação científica de que a homossexualidade se caracterizava como patologia, a APA a retirou no ano de 1973 das categorias de doença mental, orientando seus profissionais a considerá-la como uma vivência normal da sexualidade humana assim como a

⁶⁰ Na medicina, o sufixo “ismo” designa doença, enquanto o sufixo “dade” se relaciona como um modo de ser, comportamento.

heterossexualidade, e não mais como desvio sexual ou doença mental (PAOLIELLO, 2013).

Na terceira edição do DSM, em 1980, foi incluído o diagnóstico de “Transtornos psicosexuais” que era subdividido em: transtornos da identidade de gênero, parafilias, disfunções psicosexuais e outros transtornos psicosexuais. Nessa categoria, o termo “Homossexualidade Egodistônica” foi apresentado como nova nomenclatura e se referia a homossexuais que se encontravam em sofrimento por causa de seu desejo sexual. Em suas próximas revisões, a APA derrubou também este termo diagnóstico.

Paralelo a esses acontecimentos, a OMS publicou em sua sexta edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID), em 1948, a homossexualidade pertencendo à subcategoria de Desvio Sexual. Ainda em sua nona edição em 1975, enquanto a APA já se posicionava em relação a não sustentação da homossexualidade enquanto desvio sexual em seus manuais, a OMS a classificava na categoria de “Desvios e Transtornos Sexuais”, na subcategoria “Homossexualismo” (PAOLIELLO, 2013).

Foi somente no dia 17 de março de 1990 que a OMS decidiu através da Assembleia Mundial de Saúde – que é o principal órgão decisório da organização – a não incluir a homossexualidade em sua décima edição da CID, que foi publicada em 1992. Desde então, o dia 17 de março se tornou o “Dia Internacional contra a Homofobia”.

Apesar de relativamente nova, tendo sido aprovada em 2009 e instituída em 2011, a Política LGBT tem suas raízes na década de 1970, que marcou o início da luta pelo reconhecimento de diferentes direitos à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil. A história dessa política se entrelaça com a história do nascimento do SUS, que também foi resultado de reivindicações da sociedade.

Em 1978 foi lançado o jornal O Lampião da Esquina: o primeiro jornal homossexual do Brasil que circulou até o ano de 1981. Segundo Facchini (2002) o jornal foi importante, pois foi através dele que se criou, em São Paulo, o SOMOS que foi o primeiro grupo de militância LGBT responsável por propostas de politização da questão da homossexualidade (FACCHINI, 2002).

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1979 aconteceu no Rio de Janeiro o I Encontro de Homossexuais Militantes. A principal reivindicação desse encontro foi pela retirada da homossexualidade como condição patológica da lista de doenças mentais utilizadas nos principais manuais diagnósticos da época, como o DSM da APA e a CID da OMS.

Na década de 1980 a maioria dos grupos e ativistas do movimento gay militava pelo acesso ao tratamento e ao atendimento da população homossexual frente à proliferação do vírus HIV/AIDS, reivindicando o acesso digno à saúde. Através desse diálogo entre agentes de saúde e grupos de militância é que foi possível que vários direitos fossem incorporados nas políticas públicas no país nos anos seguintes.

Já na década de 1990 começaram a surgir demandas específicas relacionadas à saúde de lésbicas e mulheres bissexuais. O aumento da incidência de casos de HIV/AIDS nessa população fez com que ativistas se preocupassem mais com os cuidados com as infecções advindas da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A partir disso, o movimento de lésbicas tomou

partido em reivindicações por maior atenção por parte do governo para esse e vários outros tipos de demandas em saúde.

Em 1996 foi criado o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), e o reconhecimento de direitos e a prevenção à violência contra homossexuais foi incluída. Enfatiza-se que em 1999, através da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) número 001 de março de 1999, o conselho determinou que “[...] os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (CFP, 1999).

Na segunda edição do PNDH, lançado em 2002, estratégias de maior alcance com referências aos direitos da população LGBT foram incluídas, como sugestões ao enfrentamento da violência homofóbica.

Entre os dias 07 e 11 de dezembro de 2003 foi realizada a 12ª Conferência Nacional de Saúde, onde pela primeira vez foram discutidos alguns temas pertinentes à inclusão da questão da orientação sexual e da identidade de gênero nas políticas públicas de saúde, como o enfrentamento da

discriminação e dos problemas de saúde da população LGBT (BRASIL, 2004).

Em 2004 foi criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República o programa Brasil Sem Homofobia, que visava combater a violência e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Esse programa se constituía de várias ações que tinham o intuito de promover a equidade do acesso à saúde. Através desse programa o Ministério da Saúde constituiu o Comitê Técnico da Saúde da População de LGBT, ainda em 2004, que seria responsável por formular uma proposta para a Política Nacional de Saúde da população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (UNA-SUS, 2015).

Em 2006 o segmento LGBT conquistou a representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa conquista histórica diz muito sobre como a força das representações sociais contribuíram para a construção de políticas que englobam a saúde dessa população no âmbito do SUS.

Foi realizada, em 2008, a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Nessa conferência foram discutidos diversos temas que se relacionavam a vários

ministérios do governo federal. O Ministério da Saúde apresentou então, junto à participação popular, os princípios da Política LGBT e em novembro de 2009, após ser aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde por unanimidade, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais se reafirmou como resultado de um processo democrático e participativo da população brasileira.

Para além da conquista de uma política pública de saúde voltada à população LGBT, ela também se comprometia a combater a discriminação, a intolerância e o preconceito que eram responsáveis pelo afastamento de considerável parcela dessa população aos cuidados em saúde.

Segundo o UNA-SUS (2015) a homofobia é caracterizada pela intolerância, preconceito e discriminação contra homossexuais, ou seja, pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. A lesbofobia é caracterizada pela discriminação e pela intolerância contra lésbicas, mulheres que se relacionam com mulheres. A bifobia é o preconceito e a intolerância contra bissexuais, que são pessoas que se relacionam com outras de ambos os sexos.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, a transfobia:

[...] representa a intolerância e o preconceito a travestis e a transexuais. Geralmente, esse grupo é mais discriminado por sua expressão de gênero do que pela orientação sexual. Assim, encontramos uma resistência ao reconhecimento da mulher trans como mulher e do homem trans como homem, da mesma forma que a travesti sofre preconceito por ter o corpo biológico masculino e se identificar como travesti (UNA-SUS, 2015).

A homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia podem ser manifestadas de várias maneiras e configuram formas de violência que podem ser danosas ao ser humano. As consequências de crescer rodeado de crimes de ódio motivados por essas formas de preconceito pode se caracterizar como um grande estressor para o sujeito e se tornar um agravante para um processo de repressão individual, contribuindo para um possível adoecimento físico e/ou psíquico.

A sociedade, em conformidade com seu contexto histórico, cria padrões de comportamento que regulam o modo de ser dos indivíduos de acordo

com aquilo que consideram ser o mais correto. Para o filósofo Michel Foucault (1984) a sexualidade seria um instrumento que estabeleceria uma rede de poder entre os indivíduos que agiria de certa forma como um controlador da sociedade e produziria padronizações nos modos de vida e comportamento (FOUCAULT, 1984). No primeiro volume de sua obra intitulada História da Sexualidade ele nos diz que:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1984).

Nesse sentido, tudo aquilo que é considerado desviante dos padrões de comportamento sexual na sociedade, encontra resistência. A luta pela diversidade sexual busca romper com o paradigma da heteronormatividade, que acaba provocando

sofrimento para algumas pessoas que não se encaixam nessa norma. Segundo Foster (2001):

Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001).

De acordo com Butler⁶¹, citado por Lionço (2009, p. 48):

[...] o alinhamento entre sexo-gênero-desejo é a estrutura fundante da heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória. Um corpo biologicamente sexuado nascido teria como destino unívoco a expressão do gênero que lhe seria correspondente, que por sua vez determinaria a

⁶¹ BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

característica do objeto de amor ou do erotismo: o outro sexo ou sexo oposto (BUTLER apud LIONÇO, 2009 p. 48).

A necessidade da atenção à saúde para a população LGBT se torna evidente a partir do momento em que percebemos que o modelo heteronormativo vigente em nossa sociedade, que supõe um padrão sobre as relações afetivas e sexuais, não inclui os indivíduos considerados “desviantes” dessa norma, causando sofrimento que contribui para a perda da qualidade de vida.

4 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

Através da portaria nº 2.836, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi instituída no âmbito do SUS no dia 1º de dezembro de 2011, com o objetivo de promover a equidade, a universalidade e a integralidade da atenção à saúde (BRASIL, 2011).

Ela decorre também do compromisso do Ministério da Saúde com uma das medidas de

promoção da saúde do Programa Mais Saúde – Direito de Todos de 2008, que propunha a realização de ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde para grupos populacionais de negros, quilombolas, GLBTT⁶², ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros (BRASIL, 2008).

Essa Política foi formulada através dos avanços das lutas dos movimentos sociais LGBT, que nas últimas décadas vêm ganhando visibilidade política, reivindicando melhorias no acesso à saúde e aos direitos civis. Ela entende que o processo de exclusão e discriminação dessa população afeta o processo saúde-doença, objetivando-se, então, a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde.

Segundo o Ministério da Saúde:

Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso

⁶² Sigla para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

à educação, saúde, lazer cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença (BRASIL, 2010).

Há diversos casos de travestis e transexuais que se submetem a aplicação de silicone industrial a fim de feminizar o próprio corpo, resultando em graves consequências para a saúde, às vezes ocorrendo até mesmo a morte. O sofrimento de não se reconhecer em seu corpo biológico é um agravante que poderá causar transtornos psíquicos a milhares de travestis e transexuais, que por vezes chegam a tentar a automutilação ou até mesmo o suicídio.

O uso clandestino e sem orientação qualificada de hormônios pode acarretar ao abuso da medicação que poderá resultar em acidente vascular cerebral e outros tipos de adoecimento. Outro tipo de violência comum é a falta de respeito ao nome social escolhido por essas pessoas, contribuindo ainda mais para a discriminação e marginalização de parte da população.

Nesse sentido, a Política LGBT toma como desafio a valorização do respeito e da não discriminação como fundamentos para garantir o acesso, o atendimento digno, a prevenção de doenças e a promoção da saúde de toda a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, respeitando sua orientação sexual e identidade de gênero.

A portaria nº 2.836 de 2011 que instituiu a Política LGBT no âmbito do SUS traz em uma das suas várias considerações a necessidade de atenção especial à saúde mental dessa população, além de ter como um dos objetivos específicos a redução dos problemas relacionados à saúde mental, a drogadição, o alcoolismo, a depressão e o suicídio entre essas pessoas (Portaria nº 2.836, 2011).

Nesse sentido, é responsabilidade dos órgãos públicos de saúde de âmbito federal, estadual e municipal criar estratégias que visem promover o cuidado à saúde mental, além de acolher e oferecer apoio a LGBTs, prevenir casos de adoecimento em população vulnerável bem como orientar os trabalhadores de saúde a realizarem atendimento humanizado e sem discriminação nos dispositivos de

saúde respeitando a orientação sexual e identidade de gênero de cada indivíduo.

O SUS oferece desde 2008 a cirurgia de transgenitalização que contempla diversos procedimentos tanto para transexuais femininos e travestis como para transexuais masculinos. Além da cirurgia, é oferecido atendimento multidisciplinar aos pacientes. No Brasil apenas quatro hospitais são capacitados a realizar esse tipo de procedimento pelo SUS, esses hospitais se localizam em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Goiânia (GO) (BRASIL, 2013).

Se considerarmos a dimensão territorial do Brasil, ainda temos muito que caminhar para que o direito ao acesso ao processo transexualizador seja efetivo e contemple todas as regiões do país e alcance maior número de usuários necessitados.

O Plano Operativo, conforme consta na Resolução nº 2 de 6 de dezembro de 2011, que estabelece estratégias e ações que orientam a Política LGBT no âmbito do SUS, estabelece que deve ser considerado o espaço geográfico que engloba as identidades culturais, econômicas e sociais e também a descrição dos recursos de cada região para ocorrer

o planejamento das ações e dos serviços (BRASIL, 2011).

Esse Plano Operativo tem como base quatro eixos estratégicos que sustentam as ações dos serviços de saúde. São eles: o acesso da população à Atenção Integral à Saúde; as ações de promoção e vigilância em saúde; a educação permanente e educação popular em saúde como foco na população LGBT; e o monitoramento e avaliação das ações de saúde para esta população.

O primeiro sobre o acesso da população à ação integrada à saúde instrui a criação e a prática de abordagens e intervenções que acolha a população nas redes de saúde, incluindo também a rede ampliada de Atenção à Saúde Mental.

O segundo eixo, que fala das ações de promoção e vigilância em saúde para a população LGBT, engloba a qualificação dos indicadores de violência e saúde específicos desta população para que estratégias de promoção sejam criadas para a tomada de decisões no combate à violência e discriminação, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de atenção e controle em saúde.

O terceiro eixo fala sobre a educação permanente e educação popular em saúde, que visa

incentivar a criação de conhecimento acerca da população LGBT pelos profissionais de saúde e população em geral. Uma das medidas tomadas como exemplo a esse eixo é o curso on-line e gratuito sobre a Política LGBT oferecido a toda população pelo Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), com foco em trabalhadores da área da saúde atuantes no SUS.

O quarto e último eixo nos diz sobre o monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT, que tem como objetivo monitorar as ações e seus resultados de acordo com as prioridades e especificidades de cada região.

Na atualidade, compreende-se a orientação sexual e a identidade de gênero enquanto determinantes sociais das condições de saúde. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma nota técnica que reconhece a importância da discussão sobre gênero e orientação sexual como processo social constituinte da identidade de cada sujeito. Segundo o MEC:

Estudantes não-heterossexuais, em especial aqueles e aquelas que transgridem mais fortemente as expectativas de comportamento de gênero, enfrentam

processos de discriminação e exclusão em sua trajetória escolar que prejudicam seu desempenho, quando não inviabilizam seu direito à educação. A experiência educacional destes sujeitos, descrita em diferentes estudos, é atravessada por várias formas de violência física e simbólica (agressões físicas e verbais, discriminação, isolamento, negligência, assédio) que acontecem dentro do espaço escolar, perpetradas não só por estudantes, como também por gestores e profissionais da educação (MEC, 2015).

Deve-se entender que a identidade de gênero e a orientação sexual também são considerados determinantes sociais que oferecem influência à qualidade de vida do indivíduo em vários âmbitos de sua vida como no da família, da educação, do trabalho, da saúde, lazer etc.

Quando falamos de uma política de saúde integral à população LGBT, sugere-se que esta política englobe o acesso aos diversos dispositivos de saúde disponíveis atualmente para toda a população. Porém, no que diz respeito ao acesso à saúde mental por parte dessa população nota-se que ainda existe um grande vazio assistencial.

É necessário reconhecer que condições sociais, econômicas e culturais também causam a perda da

qualidade de vida e geram adoecimento ao sujeito. O processo de perda da saúde não é somente causado por fatores patogênicos.

5 SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT

Ao falarmos de uma Política Nacional de Saúde Integral LGBT entende-se que o objetivo desta política é acolher o sujeito em todos os dispositivos e em todas as esferas no âmbito da saúde, ou seja, de forma integral. Uma vez que um dos princípios fundamentais do SUS é a integralidade da assistência que tem como objetivo a articulação das ações entre os vários serviços que repercutem na qualidade de vida do sujeito, a Política LGBT deve olhar para o sujeito em sua totalidade, considerando suas especificidades e o contexto social em que ele convive para entender e assim atender as suas necessidades.

O indivíduo LGBT que procura os serviços de saúde deve ser atendido de forma integral, compreendendo sua realidade e respeitando suas particularidades com o intuito de oferecer um ambiente digno, acolhedor. O cuidado em saúde mental para essa população se revela como

imprescindível na busca de melhorias na sua qualidade de vida.

Deve-se entender também que o conceito de saúde mental não é um conceito dissociado do de saúde geral. Nesse sentido, as queixas de saúde mental diversas vezes surgem juntamente com as queixas dos pacientes que chegam até aos serviços de saúde, principalmente na Atenção Básica. Por esse ângulo, Duarte (2012) nos fala que:

[...] o profissional de saúde mental, no cotidiano do cuidado aos usuários LGBT nos serviços de saúde, deve promover o respeito às diferenças singulares como princípio ético imanente da condição humana e por isso as mesmas não podem ser usadas como instrumento de reprodução dos tratamentos desiguais e discriminatórios (DUARTE, 2012).

A Política Nacional de Saúde Mental no Brasil foi criada a partir de movimentos que buscavam mudar a realidade dos manicômios onde viviam milhares de pessoas com transtornos mentais. A proposta é que o atendimento aos portadores de sofrimento mental seja realizado de forma descentralizada, evitando o modelo hospitalocêntrico baseado no saber biomédico.

Atualmente os dispositivos de saúde mental acolhem e atendem os pacientes que apresentam demandas de transtornos mentais e/ou dependência de álcool e outras drogas, com a presença de equipes multidisciplinares que trabalham objetivando oferecer ao paciente tratamento digno, melhor qualidade de vida e inserção social.

O Ministério da Saúde reconhece que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores que determinam e condicionam situações de vulnerabilidade social, pois a discriminação, o estigma, a intolerância e a homofobia geram sofrimento à população LGBT ao mesmo passo que limita o acesso aos cuidados da saúde.

São fatores de vulnerabilidade por exporem essa população a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e de exclusão social, violando seus direitos à dignidade, à autonomia e ao livre desenvolvimento.

A Rede Feminista de Saúde (2006) em seu dossiê sobre a saúde das mulheres lésbicas diz que “[...] níveis elevados de sofrimento psíquico e de experiência de violência física na família, no trabalho e em lugares públicos têm sido apontados como proporcionalmente altos em vários estudos, quando

comparados à população heterossexual” (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2006).

No que diz respeito ao abuso de álcool e drogas, o mesmo estudo diz que os índices também têm se apresentado proporcionalmente altos na população LGBT em comparação à população heterossexual:

Os determinantes desse padrão devem ser buscados, menos nas características individuais e específicas dessa população, e mais no contexto social marcado por estigma e discriminação, que gera um cotidiano repleto de experiências de preconceitos em várias instâncias da vida, na família, no trabalho, na escola, nos serviços de saúde. Um cotidiano marcado pela ansiedade e pela vivência – em geral, pouco compartilhada da experiência homossexual – relacionadas ao medo e expectativa de rejeição decorrente da homofobia presente na sociedade (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2006).

Sobre a saúde mental da população do homossexual masculino, Nunan (2004) fala que o modo como a sociedade se posiciona em relação ao homossexual influenciará na vivência desse sujeito que poderá apresentar disfuncionalidades, como

baixo autoestima, desvalor e até o ódio a si mesmo. Ela ainda cita que esses fatores gerados pelo preconceito e pela discriminação são capazes de desencadear:

[...] episódios depressivos, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, abuso de álcool e drogas, distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida (NUNAN, 2004).

Com relação à saúde de travestis e transexuais, em seu estudo sobre a relação das travestis e seus corpos realizado e publicado em 2008, o psicólogo Wiliam Siqueira Peres nos diz que:

No tocante à saúde mental encontramos evidências de sofrimentos psíquicos que podem estar associados inicialmente com as dificuldades em poder se transformar e ser aceitas pelas pessoas em seu entorno, na maioria das vezes seus familiares e seus amigos mais próximos [...] Os sintomas psicológicos mais frequentes que temos observado diz respeito a crises de ansiedades, angústias e quadros graves de depressão, que muitas vezes levam as travestis a

recorrer ao uso abusivo do álcool e das drogas, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõe aos riscos de estigmatização, violências, exclusão e morte, assim como, de exposição à infecção às hepatites, as DSTs, ao HIV e à AIDS (PERES, 2008).

Com relação à violência e à discriminação, segundo o relatório de 2014 do Grupo Gay da Bahia (GGB) que vem realizando esse levantamento desde a década de 1980 através de notícias de jornais, internet, TV e testemunhas:

O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes motivados pela homo/transfobia: segundo agências internacionais, 50% dos assassinatos de transexuais no ano passado foram cometidos em nosso país. Dos 326 mortos, 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (T-lovers). Foram igualmente assassinados 7 heterossexuais, por terem sido confundidos com gays ou por estarem em circunstâncias ou espaços homoeróticos (GRUPO GAY DA BAHIA, 2014).

De acordo com Hersch citado por Sanders (1994, p. 228) a população jovem de gays e lésbicas tende às tentativas de autoextermínio três vezes mais

que jovens heterossexuais, e quando se diz respeito ao total de suicídios que acontecem na adolescência, até 30% dos casos podem estar relacionados à orientação sexual e/ou identidade de gênero (HERSH apud SANDERS, 1994 p. 228).

Segundo Toledo e Pinafi (2012) por causa de sistemas rígidos presentes em vários âmbitos da sociedade em que a população LGBT está inserida, esses processos podem ser prejudiciais para o sujeito:

A vivência da homossexualidade pode se expressar de forma irresponsável, como: colocar-se em situações de risco em que possa sofrer violências homofóbicas ou práticas de sexo não-seguro, passando também pelo consumo descomedido de drogas e álcool – comportamentos possibilitados pela não consciência da internalização da homofobia. (TOLEDO & PINAFI, 2012).

Para Dinis (2011) a homofobia ainda é um tipo de preconceito “tolerado” por grande parte da população, o que poderia justificar a grande ocorrência de discriminação e violência ainda hoje em nossa sociedade. Segundo o autor, é fácil nos lembrarmos de nomes da política nacional ou de movimentos sociais que defendem abertamente o

direito de vários grupos minoritários como os sem-terra, os indígenas, os presidiários, as pessoas com necessidades educativas especiais etc, mas quando se fala sobre a defesa dos direitos de LGBTs e o combate à violência homofóbica não há a mesma comoção (DINIS, 2011).

Conforme o autor:

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. [...] Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina (DINIS, 2011).

A homofobia pode ser expressa através de várias formas, desde a mais sutil até a mais explícita. São exemplos: a negligência, as agressões verbais, as agressões psicológicas, o prejuízo a bens patrimoniais, agressões físicas que podem ocasionar

até mesmo a morte etc. A ocorrência da violência e da discriminação em ambientes públicos contribui para o afastamento de parte da população LGBT ao acesso aos dispositivos do SUS.

Em um estudo realizado em Portugal por Moleiro e Pinto (2009) onde foram realizadas entrevistas com indivíduos que se declararam homossexuais, os resultados revelaram que a presença de episódios discriminatórios na vida desses sujeitos se configurava como fator estressor e ameaçador da saúde mental (MOLEIRO & PINTO, 2009).

O desrespeito e o não reconhecimento da identidade de gênero por parte da sociedade também leva ao sofrimento psíquico travestis e pessoas transexuais que ainda sofrem pela marginalidade que lhes é conferida, pela negação da diversidade da expressão de gênero produzida pela heteronormatividade e pela falta de cuidados dignos aos seus corpos físicos.

A alta proporção do uso de drogas lícitas e ilícitas por essa população também é um indicador que sugere um contexto social estigmatizado que gera ansiedade e sofrimento psíquico, uma vez que experienciam várias formas de preconceito

diariamente. A baixa qualidade de vida e o adoecimento mental da população LGBT estão diretamente ligados à vivência da homofobia e da discriminação em diversos contextos de suas vidas, influenciando negativamente no bem estar pessoal e social dessa população.

Nesse sentido, a Política LGBT é uma grande conquista, mas é preciso atentar para o cuidado em saúde mental. Há uma carência de produção teórica que se reflete na ausência de ações de acolhimento e tratamento da população LGBT nos dispositivos de saúde mental. Ainda pouco se trabalha para o atendimento à demanda dessa população que por vezes acaba sendo novamente marginalizada na saúde mental.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido no que se diz respeito ao acolhimento da população LGBT aos dispositivos de saúde, ao acesso à educação básica (principalmente no caso da população de travestis e transexuais), ao mercado de trabalho, aos espaços de lazer etc.

A partir do momento em que a sociedade se organiza e se propõe a combater efetivamente as diversas manifestações de homofobia e discriminação em seus vários espaços sociais e

institucionais, os casos de adoecimento da população LGBT consequentes desse processo poderão então ser diminuídos.

Nesse sentido, ainda há muito trabalho a ser feito para que o acolhimento à população LGBT pelos dispositivos de saúde mental seja efetivo. É necessária a criação de ações que humanizem o acolhimento a essa população no âmbito do SUS, que tratem o sujeito de forma integral e com igualdade de direitos considerando suas particularidades e suas vivências, que desconstrua o modelo heteronormativo binário e que alcance as especificidades dessas pessoas que têm o direito integral à saúde.

No ano de 2010, o cuidado em saúde mental da população LGBT foi tema de discussão na IV Conferência Nacional de Saúde Mental e Intersetorial, no qual foram aprovadas e elencadas propostas que contemplam essa temática, como:

240. Desenvolver e divulgar estudos e pesquisas acerca da saúde mental da população LGBT [...] e os impactos das violências em detrimento das opressões das orientações sexuais e identidades de gênero diversas dos padrões/referências historicamente impostas;

593. Garantir a inclusão e o acesso universal aos cuidados em saúde mental e atendimento diferenciado nos serviços de saúde para as pessoas idosas, pessoas vivendo com HIV/AIDS, populações quilombolas e indígenas, LGBT [...];

791. Incluir tema dos direitos das pessoas LGBT [...] nos cursos de formação dos trabalhadores em saúde mental;

1013. Garantir sensibilização de gestores e trabalhadores da saúde para implantação da política de saúde LGBT como forma de enfrentamento da LGBTfobia (fobia de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e como forma de diminuir o sofrimento psíquico desta população afeta ao preconceito e discriminação (BRASIL, 2010).

Garantir que essas e outras propostas relacionadas à temática LGBT sejam efetivadas nas práticas de saúde mental no Brasil, nas Redes de Atenção Psicossocial, é um desafio que se coloca e um dever e compromisso de todos os profissionais que estão envolvidos nessas redes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas LGBTs são marcadas diariamente pela vivência do preconceito, da discriminação e da marginalização em vários âmbitos da sociedade, inclusive no âmbito da saúde. Essa discriminação afasta esses cidadãos dos cuidados em saúde mental, colaborando para a perda da qualidade de vida e adoecimento tanto físico como também psíquico.

A criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, nesse sentido, oferece a possibilidade de uma atenção específica e especializada para essa população que muitas vezes têm seus direitos básicos negados. A importância de sua criação, além do seu histórico marcado por conquistas de grupos e manifestações sociais, é enorme, pois visa à promoção da universalidade, da integralidade e da equidade do acesso ao SUS.

Por se tratar de uma política relativamente muito nova, ainda há muito que ser feito principalmente no que diz respeito ao acesso da população LGBT aos dispositivos de saúde mental, mas há também certa urgência no acolhimento a

essas pessoas, visto à realidade de vulnerabilidade social em que estas pessoas estão inseridas.

Atualmente no Brasil há uma escassez no que concerne às práticas de saúde mental voltadas para a população LGBT, bem como carência de publicações e estudos científicos sobre essa temática, se configurando assim como um campo promissor a ser construído tanto do ponto de vista da teoria como da prática.

O compromisso com o cuidado em saúde mental dessa população no Brasil se faz urgente e necessário, haja vista que as condições provenientes do preconceito e da discriminação acarretam a perda da qualidade de vida e o adoecimento psíquico dessas pessoas. É necessário que busquemos conhecer e entender cada vez mais sobre os processos de construção da subjetividade da população LGBT bem como os seus processos de saúde-doença e situações causadoras de sofrimento a fim de construirmos práticas que revelem modos de ofertar cuidados efetivos no cotidiano do nosso trabalho e que contribuam para a promoção do bem-estar e melhoria da qualidade de vida dessa população.

Também se faz necessário que busquemos construir um maior volume de saber teórico que contribua para a ampliação da discussão dessa temática, visando a melhor compreensão do assunto e aprimorando a assistência de pessoas LGBTs que procurem os serviços de saúde mental.

Sendo assim, é de grande importância o papel do psicólogo e de tantos outros profissionais de saúde mental no que diz respeito à promoção do bem estar social e da qualidade de vida, contribuindo para a supressão da intolerância, da discriminação, do preconceito e da violência. Somente através de práticas e ações que promovam efetivamente o acolhimento e o respeito é que poderemos contribuir para a promoção da saúde dessas pessoas.

Ao promovermos saúde à população, estamos promovendo dignidade, cuidado e respeito. A saúde é um direito constitucional no nosso país. Assim sendo, todos, sem exceção, têm o direito ao acolhimento com qualidade, digno, zeloso e integral nos dispositivos de saúde do SUS. Mas para que isso ocorra, é necessário que nós, enquanto profissionais da área de saúde, saibamos atuar junto à população contribuindo para que ninguém se sinta negado do direito de ser cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e das outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 set. 1990.

_____. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Direitos Humanos. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica n. 24/2015**. Brasília, 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: conferência Sérgio Arouca: relatório final. Brasília, 2004. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/r_elatorio_12.pdf>. Acesso em 21 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/r_elatorio_final_IVcnsmi_cns.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde Mental. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Ministério da Saúde. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008-2011**. Brasília: Ministério da Saúde, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mais_sa

ude_direito_todos_3ed.pdf>. Acesso em 29 out. 2015.

_____. Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 dez. 2011.

_____. Portaria GM nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 nov. 2013.

_____. Resolução nº 2, de 6 de dezembro de 2011. Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 dez. 2011.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 32, n. 3, pp. 552-563, 2012.

Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n3/v32n3a03.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP no. 001/99. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, 22 mar. 1999. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>.

Acesso em 03 out. 2015.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, pp. 39-50, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2015.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de Letrinhas"?** – **Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90:** um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 304f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

FOSTER, David William. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura

latinoamericana. **Letras: literatura e autoritarismo**, Santa Maria, n. 22, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014**. [S.l.: s.n], 2014. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>>. Acesso em 15 out. 2015.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pp. 43-63, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2015.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2008, pp. 11-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 15 out. 2015.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 20, 2009, pp. 159-172. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0874-55602009000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2015.

NUNAN, Adriana. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? Revista PSICO, PUC-RS, v. 35, n. 1, 2004, pp. 69-78.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde, 1946. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>
Acesso em: 03 set. 2015.

PAOLIELLO, Gilda. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antônio & JORGE, Marco Antônio Coutinho (Orgs.). **As homossexualidades na psicanálise - na história de**

sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma Editores, 2013. Cap. 2, pp. 29-46.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. pp. 1-7.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf. Acesso em 21 set. 2015.

SANDERS, Gary L. O Amor que Ousa Declarar seu Nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, Evan. **Os Segredos na Família e na Terapia Familiar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pp. 137-163, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

56652012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UNA-SUS. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis. 2015. Disponível em: <<https://moodle.uerj.unasus.gov.br/aimoodle/cursos/lgbt02/timeline/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). The Ottawa charter for health promotion. Geneve: WHO; 1986. Disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>>. Acesso em 15 nov. 2015.

**ÁREA DE
LINGUAGEM,
LETRAS, ARTES E
COMUNICAÇÃO**

ARTE, MEMÓRIA E POÉTICA MUSEAL

Celina F. Lage⁶³

Luana Stephanie da Costa⁶⁴

O sentimento de isolamento em relação ao seu país de origem é comum entre os migrantes, frente à situação de enfrentamento de uma nova realidade cultural, social, econômica e política, muitas vezes bastante diferente da realidade do seu país de origem. O sentimento da alteridade leva-o a uma reconstrução de sua própria identidade, uma reinvenção de si mesmo, a qual é absolutamente necessária para que ele se adapte à estas novas condições.

Numa perspectiva sociológica da identidade, a mesma é formada pela interação entre o ser e o corpo social. Com o advento da globalização, que desencadeou uma multiplicidade de espaços

⁶³ Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Escola Guignard.

⁶⁴ Estudante da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Escola Guignard.

possíveis ao ser, essa construção torna-se muito variável e contingente. Desse modo o indivíduo passa a expressar identidades múltiplas ao longo de seu processo histórico, identidades estas que são por muitas vezes desconexas e pouco resolvidas (HALL, 2001, p. 12).

A inserção em um novo meio e a reformulação da identidade é um processo delicado e na maioria das vezes difícil. Muitas razões dificultam essa inserção, entre elas à desvalorização da bagagem cultural que o indivíduo possui, na medida em que ela é menosprezada pela população nativa deste novo espaço. Por consequência, além de lidar com as mudanças é necessário lidar também com o preconceito e outras formas de discriminação social. Deste modo, a identidade dos indivíduos que vivem no exterior vai sendo constantemente modificada. De acordo com Hall,

assim, em vez de falar da identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginávamos ser vistos

por outros. Psicanaliticamente, nós buscamos a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade, porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, p.39)⁶⁵

Pensando na necessidade de valorizar a bagagem cultural e preservar a memória dos brasileiros que vivem no exterior, foi proposto no ano de 2013 um projeto⁶⁶ para a criação do Museu Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior. O projeto tratou de construir um Ponto de Memória no exterior, através da construção de uma plataforma virtual interativa (<http://memoria.eu.org>), que reúne depoimentos audiovisuais e outros arquivos digitais enviados pelo próprio público. Durante o processo de criação do Museu foram investigados vários conceitos, alguns dos quais serão expostos no decorrer deste artigo. Os conceitos analisados se tornaram a base do projeto curatorial, que foi

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ Projeto premiado em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Museus e pelo Ministério da Cultura, dentro do programa Pontos de Memória no Exterior.

desenvolvido por uma equipe de pesquisadores ligados à Universidade do Estado de Minas Gerais⁶⁷.

Memória e reinvenção

A criação de um museu de narrativas pessoais pressupõe a necessidade da compreensão dos modos de funcionamento da memória no ser que a constitui. Os migrantes e seus descendentes possuem uma memória dual, que condensa as lembranças do país de origem, (do qual ele já estava inserido ou do qual ele ouviu diversas histórias), e as lembranças recentemente vividas no país no qual ele vive. As lembranças do país de origem são por muitas vezes nostálgicas, possuem uma aura diferente, que lhes confere um valor especial frente às adversidades que muitas vezes estão presentes no novo espaço de moradia. Bachelard se pergunta:

os fatos tiveram o valor que lhes dá a memória? A memória distante não se lembra deles senão dando-

67 Projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo PaPq da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

lhes um valor, uma auréola de felicidade. Apagando o valor, os fatos já não se sustentam. Existiram? Uma irrealidade se infiltra na realidade das lembranças que estão na fronteira entre nossa história pessoal e uma pré-história indefinida. (BACHELARD, 2008, p. 72)

A aura associada ao fato desencadeia na reinvenção do mesmo. O aspecto de irrealidade da memória citado por Bachelard (2008) nos leva a compreensão de uma inventividade inerente à narração das lembranças. A interferência do tempo que se esvai, distanciando o indivíduo do fato acontecido, aliada ao valor sentimental que o indivíduo confere ao fato lembrado podem gerar inúmeras histórias e ficcionalizações com o passar dos anos.

Viviane Mosé (2012) ilustra bem esse comportamento da memória que reinventa o fato com o devir tempo. Ela relata a experiência de um casal que faz uma viagem a Paris, mas chegando lá passam por várias adversidades, dessas que podem acontecer a qualquer momento, e tais adversidades fazem com que a viagem não alcance a expectativa de ambos, deixando-os completamente frustrados. Ao retornarem para seu país de origem, frente às

indagações de seus amigos, o casal diz que a viagem foi boa, mas houveram alguns acontecimentos desagradáveis. Alguns meses depois eles responderam a mesma pergunta com maior positividade na narrativa, e anos depois, quando perguntaram a eles novamente como foi a viagem, ambos responderam que foi a melhor que fizeram em suas vidas.

A memória do fato acontecido sempre estará ligada a algum devaneio. Luis Buñuel em sua autobiografia chama atenção para esse aspecto da memória de transformar a “mentira” em verdade devido à tendência em acreditar no imaginário, enfatizando a não importância em diferenciar tais memórias, pois ambas foram vividas por quem conta (BUÑUEL, 1982, p. 12).

Outro aspecto observado em relação à memória, é que esta não se dá no tempo, e sim no espaço, visto que neste o tempo se condensa (BACHELARD, 2008, p. 28). A duração real do fato vivido não será lembrada de forma objetiva e concreta por quem conta, logo, a tentativa de situar a memória no tempo linear e não no tempo abstrato se relacionam ao modo biográfico de lidar com as lembranças, que não corresponde absolutamente ao

processo interior vivenciado pelo sujeito no processo de rememoração.

Neste sentido inferimos que a memória não é um registro de fatos passados (BACHELARD, 2008, p. 88). Devido a este aspecto criativo, a memória é instância poética e inventiva do momento presente, visto que o acontecimento passado se torna maleável, é reinventado e reconfigurado sempre que lembrado. Os valores, as configurações de espaço, as cores, os acontecimentos estarão sempre dispostos e expostos à novidade e à reinvenção, que cumpre a função de prover uma reatualização pela narrativa a fim de preencher as lacunas do esquecimento. A memória é um corpo cheio de lacunas, as quais são preenchidas pelo imaginário de modo não linear.

Poética museológica

A origem etimológica mais conhecida da palavra museu vem do grego *mouseion*, que significa o templo das Musas na Grécia Antiga. Esta origem denota sua relação com as artes poéticas, musicais, teatrais, além da oratória, da geografia, da astronomia e da história, que eram frequentemente associadas às estas deusas na Antiguidade. No

entanto, há uma outra origem menos conhecida da palavra que faz referência a um personagem mitológico, o Museu, discípulo de Orfeu. Conta o mito que Orfeu (GRIMAL,1992. p.340) era músico e poeta e que todos se encantavam ao ouvi-lo. Museu, como seu discípulo, também possuía estes mesmos dons artísticos. O museu, portanto, tal como o conhecemos atualmente, guarda em suas origens este aspecto poético, o qual se manifesta de diversas formas.

Cury (2005, p. 24) ao analisar o museu e suas práticas através da perspectiva do museu-poeta fala sobre a sensibilidade de seletividade necessária ao olhar museológico, comparando-o ao olhar do poeta, visto que este olhar ressignifica as coisas. Esta seletividade é o que corresponde a uma parcela importante do processo de musealização, como explicitado por Chagas:

As coisas assim selecionadas, reunidas e expostas ao olhar (no sentido metafórico do termo) adquiriram novos significados e funções, anteriormente não previstos. Essa inflexão é uma das características marcantes do denominado processo de musealização que, grosso modo, é dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a

uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais. Em outros termos: do imensurável universo do museável (tudo aquilo que é passível de ser incorporado a um museu), apenas algumas coisas, a que se atribuem qualidades distintas, serão destacadas e musealizadas. (CHAGAS, 2003, p.18).

Percebendo o trabalho do curador de musealização dos objetos como uma atividade poética, Cury (2005, p. 26) subdivide este processo de cinco ações, que seriam a aquisição, a pesquisa, a conservação, a documentação e a comunicação, condensando-os em três momentos, sendo o primeiro deles reconhecer e recortar a poesia das coisas do mundo. Esta primeira atividade poética curatorial propõe a transformação do objeto, retirando-o dentre as formas do cotidiano.

A segunda atividade poética visa estabelecer relações entre esses recortes retirados do mundo. Cada recorte possui um ponto de maior potência poética, logo, a busca do curador tem por objetivo identificá-los para colocar esses pontos potenciais em diálogo. Ao estabelecer o diálogo, o recorte passa a ser transformado pelas relações do conjunto,

fortalecendo assim o caráter de comunicação e documentalidade (CURY, 2005, p.25).

O terceiro momento trata da comunicação que o objeto estabelece com o público. Este momento possui uma profunda relação com o segundo, visto que as interpretações acerca do objeto exposto estão diretamente ligadas ao sentido criado pelo diálogo dos recortes escolhidos. O sentido criado no modo de conexão dos objetos é o que estabelecerá comunicação e possibilitará o diálogo com o público, para que este, através de tal relação consiga acessar o sentido proposto e inaugure novas poéticas pelo viés do contato.

Cury (2005, p. 35) ao defender essa perspectiva de sentidos criados pelas conexões entre os objetos, dirige uma crítica a institucionalizações de coleções privadas por museus públicos. Segundo ela a conexão entre as obras das coleções expostas e o sentido que elas estabelecem é completamente particular, advinda do dono das obras, o que faz com que aquela exposição só estabeleça comunicação com uma pequena elite conhecedora de arte e se feche num sentido único. Tal fato nos faz perceber que a exposição por si só, isolada dos elementos contextuais que a constituíram, diz pouco.

O direito às coleções não garante que essas coleções sejam apropriadas, pois as intenções do seu formador (quando selecionou) eram pessoais, de seu próprio modo de ver e entender o mundo. A coleção privada era exposta para poucos e expandir seu público não significou, necessariamente, democratizá-la, pois o sentido permanecia basicamente o mesmo [...]. (2005, p.35).

A democratização do objeto exposto se dá com a comunicação que ele consegue estabelecer através de seu sentido. É importante ressaltar que o uso da palavra sentido não pressupõe uma explicação e sim uma chave de leitura possível para o objeto exposto. A conexão estabelecida entre os objetos deve permitir com que o público também inaugure seus próprios sentidos de acordo com suas experiências, permitindo assim, um público ativo. Conclui-se, portanto, que uma exposição não deve apenas comunicar um sentido único, e sim estabelecer diálogos, possibilitando que novas poéticas surjam a partir destes.

Considerações Finais

Tratando-se da pesquisa curatorial que serviu como base para a criação deste Museu Virtual, que compõe-se de narrativas audiovisuais enviadas pelo público, o processo de incorporação do acervo e sua exposição pede um olhar apurado para perceber o ponto de maior força de cada narrativa e como elas se articulam umas com as outras, estabelecendo um diálogo e uma rede de memórias. Neste sentido, há que se considerar que talvez o ponto de maior potência de uma memória seja seu valor de devaneio, o seu valor poético, que é o que a sustenta no tempo.

Através da conexão da potência poética das memórias elas se fortalecem no espaço, logo, ao criar um museu de narrativas pessoais é necessário compreender que, como diz Bachelard (2008, p.112), “os valores deslocam os fatos”. Por consequência, a construção do museu considerou o aspecto histórico dos fatos narrados como uma instância secundária, visto que as realidades inventadas posteriormente seriam a maior potência comum das memórias constitutivas do acervo.

Considerando-se a especificidade do acervo em construção que está sendo proposto por este Museu Virtual, compreende-se a necessidade e importância de lidar com a memória em seu tempo abstrato, visto que não visamos conhecer detalhes que situariam a narrativa em um tempo histórico, mas sim pretendemos dar relevo ao caráter inventivo que o indivíduo estabelece para reinventar sua própria lembrança.

Compreendemos que fazer o acervo do museu acessível a todos ainda não pressupõe e concretiza sua democratização. A prova disso podemos ver na contemporaneidade, onde os museus abrem suas portas para todos, a grande maioria deles é gratuita, mas só uma pequena minoria de pessoas frui destes espaços. Neste sentido, o Museu de Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior só pode existir com a participação dos indivíduos e do estabelecimento das conexões que forem despertadas no público pela proposta curatorial. É necessário que os indivíduos se constituam como os atores fundamentais que movem a existência do museu, conferindo-lhe sentido e alimentando-o

continuamente com novos materiais audiovisuais. A função poética curatorial é, assim, compartilhada com o público, à medida que este constrói o seu acervo.

Por isso, estabeleceu-se como base do projeto curatorial a interatividade, o que permite que o público crie uma relação direta com o conteúdo. O ciberespaço, “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2000, p. 92), nos parece o local mais adequado para a existência do museu, visto que promove a mobilidade e a acessibilidade - desta forma o acervo pode ser acessado independentemente da presença física. Para Lévy,

a internet abriga a cada ano mais línguas, culturas e variedades. Cabe a nós continuar a alimentar essa diversidade e exercer nossa curiosidade para não deixar dormir no fundo do oceano informacional, as pérolas de saber e de prazer diferentes para cada um de nós, que esse oceano contém. (Idem ibidem, p.92).

A criação do Museu de Brasileiros e Brasileiras no Exterior visa a busca destas pérolas citadas por Lévy, que neste caso específico trata das

vivências, narrativas e expressões artísticas dos Brasileiros que vivem no exterior. Em conjunto, as memórias se constituem como fonte de conhecimento e prazer, em uma rede capaz de fundar um espaço de inserção social, que promove a formação de uma identidade partilhada, dando voz e valorizando a bagagem cultural de cada um dos indivíduos, que antes se sentiam isolados. A memória, entendida como patrimônio imaterial e ato poético, passa a ser preservada e compartilhada de forma ativa, não constituindo um acervo que pertence apenas aos Brasileiros do exterior, mas que também se insere no conjunto das narrativas e práticas artísticas que configuram novos sentidos culturais da humanidade como um todo.

Referências Bibliográficas:

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

BUÑUEL, Luis. *Meu último suspiro*. Editora Nova Fronteira. 1982.

CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. 2003. 307 f. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2.Ed. São Paulo. Editora 34, 2000.

MOSÉ, Viviane, LIMA, Dani. Café Filosófico – O que pode o corpo. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oE3aoW2xp4w>

>. Data de acesso: 17/11/2014

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de mitologia greco-romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1976.

REVISÃO E EDIÇÃO CRÍTICA DA CANÇÃO RENASCENÇA DE EDMUNDO VILLANI-CÔRTEES⁶⁸

Andréa Peliccioni Sobreiro⁶⁹

RESUMO: O presente trabalho tem como principal objetivo a revisão e edição crítica da canção *Renascença* para canto e piano, de Edmundo Villani-Côrtes. Após a abordagem de considerações pertinentes à questão partitura-obra musical, baseada no segundo manuscrito da canção, segue-se a digitalização da mesma. Durante o processo de digitalização, a canção sofreu pequenas alterações, que podem auxiliar na interpretação, sem discordar das intenções do compositor. Ressalta-se que Edmundo Villani-Côrtes, apesar de ser um dos compositores brasileiros mais relevantes da atualidade,

⁶⁸ Artigo apresentado à Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Música com habilitação em Canto. Em 2010. Orientador: Prof. Dr. Guilherme Silveira do Nascimento

⁶⁹ Mestranda em Educação Musical - UFMG Especialista em Princípios e Recursos Pedagógicos em Música - UEMG
Bacharel em Música com Habilitação em Canto – UEMG.
Soprano

possui a maior parte de sua obra ainda registrada sob a forma de manuscrito.

Palavras-chave: Edmundo Villani-Côrtes, *Renascença*, música brasileira, música brasileira de câmara, canto e piano.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa acadêmica sobre música nas universidades brasileiras tem privilegiado a música brasileira (BORÉM & CAVAZOTTI, 2000 apud DUTRA, 2001:01)⁷⁰, mas verifica-se uma tendência de concentrar-se em obras de compositores falecidos. Entretanto, ainda há no país uma carência de estudos sobre os compositores brasileiros vivos. Geralmente, as partituras de alguns desses compositores se encontram na forma manuscrita, em acervos particulares em suas próprias residências, a espera de serem estudadas. Em alguns casos são esquecidas até mesmo pelo próprio compositor.

Dentre os inúmeros compositores vivos, destaca-se a produção musical do compositor,

⁷⁰BORÉM, F., CAVAZOTTI, A. *Editorial. I seminário nacional de pesquisa em música*. Anais. Belo Horizonte: Editora UFMG, abril de 2000. Apud DUTRA, 2001:01.

pianista, regente, arranjador e professor, Edmundo Villani-Côrtes, autor de inúmeras obras.

Edmundo Villani-Côrtes, teve sua obra reconhecida no Brasil e no exterior a partir de 1963, com o disco *Chegou a minha vez de amar*⁷¹. Entretanto, sua música permanece um tanto quanto ignorada pelos interpretes brasileiros da atualidade, até mesmo em Minas Gerais, estado onde nasceu.

A motivação para esta pesquisa surgiu através da necessidade de desenvolver um repertório de música de câmara brasileira dentro da universidade. O interesse pela obra de Edmundo Villani-Côrtes surgiu quando da descoberta de seu repertório para canto e piano, praticamente desconhecido no meio musical acadêmico. Após uma revisão bibliográfica verificou-se que, até o momento, poucos trabalhos foram desenvolvidos sobre a obra musical de Villani-Côrtes.

Portanto, foi necessária a realização de algumas entrevistas com o compositor e a visita

⁷¹COELHO, Carlos Francisco. *Música contemporânea brasileira: Edmundo Villani-Côrtes*. São Paulo: Discoteca Oneyda Alvarenga, 2006.

de seu acervo pessoal. O presente trabalho visa realizar uma revisão e edição crítica da canção *Renascença*, para canto e piano, composta em 1979 na cidade de São Paulo. Uma edição crítica presta-se, dentre suas funções óbvias de resgate de uma parte – embora pequena, mas importante – da produção musical do compositor que ainda encontra-se em manuscrito. Auxiliam, assim, na divulgação desta canção, uma vez que revisar e digitalizar, sua circulação torna-se mais fácil e objetiva para despertar um maior interesse pela obra do compositor. Vale a pena ressaltar que iniciativas do gênero são relativamente escassas no meio acadêmico atualmente.

O manuscrito original de 1979 contém a parte do canto e apenas as cifras dos acordes. Para a realização do piano contam os seis primeiros compassos, o intermezzo e os últimos compassos. Para a presente edição, será utilizado um segundo manuscrito, também de 1979, escrito uma quarta justa acima do original. A escolha deste manuscrito para a presente edição se deu pelo fato de ser o primeiro manuscrito da canção no qual o compositor escreveu a totalidade da parte do piano. Existem outros manuscritos posteriores com diferentes

transcrições, que serviram para comparações e esclarecimentos quanto a possíveis erros de grafia e para acréscimos de indicações interpretativas.

Por fim, este trabalho procura estimular e mostrar a importância de uma pesquisa sobre obras de compositores brasileiros vivos, principalmente dos que possuem um riquíssimo acervo, como é o caso de Edmundo Villani-Côrtes.

2 ANÁLISE

Villani-Côrtes compôs a canção *Renascença* no ano de 1979. Inicialmente ela foi escrita para ser executada com canto e piano, mas devido à demanda da época, ele resolveu criar alguns arranjos da mesma. Uma das adaptações feitas pelo compositor é para canto e orquestra de câmara. Esta versão continua, ainda hoje, inédita. (Primeira página da partitura em anexo) É importante salientar que além da música, o texto também é de Villani-Côrtes. Ele afirma, com a singeleza que lhe é peculiar: “Eu faço

a música e a letra juntos, eu vou cantando e tocando ao mesmo tempo.”⁷²

Em 1981, a canção foi apresentada pela primeira vez ao público, com um arranjo feito para a Banda da Rádio e TV Cultura e Soprano. Neste mesmo ano, a canção foi vencedora do Concurso Feira Livre da MPB, patrocinada pela TV cultura, e Villani-Côrtes escolhido como regente, arranjador, autor e compositor para representar o Brasil no 10º Festival da OTI⁷³ - *Organización de Televisión Iberoamericana*⁷⁴, realizado na cidade do México, ficando em 5º lugar na classificação. A canção também foi interpretada pela cantora Efigênia Côrtes, esposa do compositor, no ano de 1983 (em anexo, folha de rosto e 1ª página da partitura do arranjo feito especialmente para o festival). Villani-Côrtes fala de sua maneira de compor uma canção:

⁷² Entrevista cedida à autora do presente trabalho, em 31 de março de 2010.

⁷³ Disponível em:
<<http://movimento.com/mostraconteudo.asp?mostra=3&codigo=2046>>.

⁷⁴ Disponível em:
<http://es.wikipedia.org/wiki/Festival_OTI_de_la_canción>.

Procuro fazer um encadeamento harmônico que tenha uma certa lógica e uma certa originalidade e uma certa beleza. Com aquele encadeamento harmônico eu tenho uma certa melodia que anda de mãos dadas com ela, se você tiver uma letra que não seja muito significativa, a música acontece. A canção *Renascença* foi escrita desta maneira. A canção foi escrita pela ordem natural das coisas. O meu jeito de compor está ligado a minha vida. A composição surgiu para mim como forma de expressão. Descobri que aquelas coisas que eu tinha vontade de dizer eu ia conseguir através da música.⁷⁵

Villani-Côrtes afirma que na canção *Renascença*, escreveu a letra e a música juntas, ou seja, o poema surgiu ao mesmo tempo em que a música. Ele afirma: “Não penso prioritariamente no literário, penso prioritariamente no musical. Eu penso mais na música do que na letra, eu submeto às vezes a prosódia em função da música.”⁷⁶

⁷⁵ Entrevista cedida à autora do presente trabalho, em 31 de março de 2010.

⁷⁶ *Idem*.

Observe, na figura abaixo (página 8), que o poema é estruturado em versos de métrica irregular, isto é, o poema não obedece a uma mesma métrica.

Renascença		
Seção A	Seção B / Seção B'	Seção A' / Seção A''
1-Quis em vão alcançar	11-E quanta coisa eu quis te dizer	19-Sim, o tempo vai passar
2-Quis meus sonhos encontrar	12-Mas tive que guardar	20-Tudo vai se acabar
3-Uma nuvem se formou	13-A espera de um gesto teu	21-E o azul que se perdeu
4-E o azul do nosso céu se acabou	14-A espera de um teu olhar	22-Vai ficar no verso meu
5-Sei que um dia vais saber	15-Pra meus sonhos te dar	23-Na esperança que morreu
6-Dos caminhos que andei	16-E/Pra só te amar em paz	24-Mas sempre viverá
7-Dos atalhos que aprendi	17-Mas no azul do céu	25-Pois se transformará
8-Das horas que vivi	18-Ficou um	

<p>9-A espera de encontrar 10-Os braços teus que não são meus</p>	<p>infinito véu de dor</p>	<p>26-Em sons de mil canções 27-E o amor renascerá</p>
---	----------------------------	--

Fig. 1 – Poema

Villani-Côrtés diz não ter se preocupado com a relação texto/música⁷⁷. Portanto, mesmo tendo ocorrido de maneira inconsciente, verifica-se que em alguns trechos, o poema exerce grande influência nas modificações de dinâmica e no andamento da música.

Como observado na figura 1, o texto foi dividido em três partes, e os respectivos versos foram enumerados para facilitar a localização. É importante observar que todo o texto é apresentado logo na primeira parte da canção. Na segunda parte verifica-

⁷⁷ Idem.

se somente a re-exposição da segunda e terceira parte do poema. É importante ressaltar que há uma pequena variação no verso de número 16. Na primeira vez ele utiliza o verso: “E só te amar em paz”, enquanto que na segunda, “Pra só te amar em paz” (fig. 2 e 3).

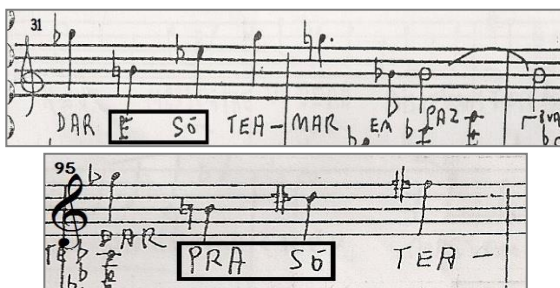


Fig. 2 – Seção B (cp.31 - 33) Fig. 3 – Seção B” (cp.95)

A canção divide-se em duas partes, sendo: Parte I (Introdução – A – B – A’) e Parte II (Intermezzo – B’ – A’). Dessa maneira, a introdução abrange os compassos 1 ao 6, os compassos 7 a 25 correspondem à seção A, os compassos 26 a 37 correspondem à seção B, os compassos 38 a 56 à seção A’, os compassos 57 a 89 serão denominados

intermezzo, os compassos 90 a 101 à seção B' e os compassos 102 a 122 correspondem à seção A”.

A canção inicia-se em compasso quaternário e o andamento sugerido é o *Moderato*. O valor metronômico da semínima não foi indicado pelo compositor. Pode-se dizer então, que a canção deve ser executada de forma tranqüila, o que favorece uma maior expressividade nas linhas melódicas.

Observa-se que na escrita de Edmundo Villani-Côrtés, a utilização de um perfil melódico extremamente econômico. Villani-Côrtés utiliza melodias simples com poucas notas e ritmos bem parecidos em quase todas as seções da canção.

Na introdução da canção, encontra-se elementos melódicos que serão empregados no final das seções B e B' com algumas variações. A introdução busca criar um clima triste (fig. 4), antecipando sua reaparição na seção B e B', quando o texto diz: “... em paz, mas no azul do céu ficou um infinito véu de dor” (fig. 5).

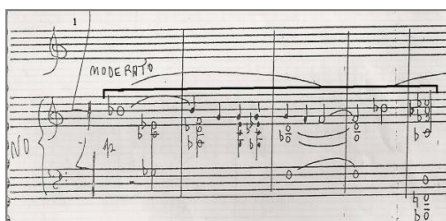


Fig. 4 – Trecho da introdução Fig. 5 – Trecho da seção B
(cp.1 – 5) (cp. 31 – 37)

Observa-se que Villani-Côrtes escolheu trabalhar com um fragmento temático (fig. 6, p. 10) e

desenvolvê-lo de modo que tenha fluência e coerência.

The image displays a handwritten musical score for voice and piano. It consists of two systems of music, each with a vocal line and a piano accompaniment. The lyrics are in Portuguese. The first system includes the lyrics: "QUIZ EM VÃO TER ALGUM CAR" and "QUIZ MEUS O - NHO ENCON". The second system includes: "TRAR", "V - MA N - VEM SE FOR - MOV", and "E O AZUL DO NOSSO". The score is written on a page with a header that reads "MÚSICAS E INSTRUMENTAIS" and "LÉCIA MARINHO C. A." in the bottom left corner.

Fig. 6 – Trecho da seção A (cp. 7 – 13)

Ele afirma que apesar de usar um tema simples na linha do canto, a canção apresenta uma harmonia que enriquece a música. Villani diz: “Precisa haver um

perfeito entrosamento entre as duas coisas, para formar um todo muito forte. A boa melodia é aquela que traz implícita uma boa harmonia. E a boa harmonia é aquela que traz implícita uma boa melodia.⁷⁸

Vale ressaltar que, na maioria das vezes em que o verbo aparece no imperativo, existe um salto descendente na melodia do canto, e quando aparece no passado, o compositor escreve a mesma nota provinda de um salto ascendente (fig. 7 e 8).



Fig. 7 – cp. 7 e 8 Fig. 8 – cp. 11 e 12

Durante a interpretação, deve-se atentar a alguns aspectos da seção A: uma vez que não há indicações detalhadas e freqüentes de dinâmicas,

⁷⁸ Idem.

observa-se o quanto é importante o uso de um colorido diferente em alguns trechos. No compasso 8 (fig. 9, p. 11) a mão direita poderia ser tocada em pianíssimo, o que permitiria ouvir com mais clareza cada palavra do poema cantado. Nota-se a importância de realçar o contracanto que aparece na mão esquerda do piano, enquanto que na melodia do canto há uma nota longa. Podemos dizer que, esta melodia prolonga a melodia do canto, dando uma idéia de diálogo entre a melodia do canto e a do piano. A partir do compasso 11, figura 10 percebemos que existe um dobramento de vozes entre o canto e o piano (mão direita). A mão direita toca a melodia do canto ao mesmo tempo, isso se torna bastante evidente a partir do compasso 13, onde a mão direita toca exatamente a melodia escrita para o canto.

The image contains two musical staves. The left staff (Fig. 9) shows a piano accompaniment for measure 8. It features a treble clef with a piano dynamic marking 'p' and a bass clef with a longer note. The lyrics 'AR' and 'Qui' are visible. The right staff (Fig. 10) shows a piano accompaniment for measure 13. It features a treble clef with a piano dynamic marking 'p' and a bass clef with a longer note. The lyrics 'E A ZVL DO NASSO' are visible. Both staves show a melodic line in the treble clef and a bass line in the bass clef.

Fig. 9 – compasso 8 Fig. 10 – compasso 13

Nos compassos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22 e 23, deve-se cantar sempre a voz superior da mão direita, fazendo sobressair a melodia do contexto acordal em que se insere (fig. 11, p. 12). Do compasso 20 ao 24, na interpretação é conveniente observar um crescendo natural, devido ao dobramento de vozes entre o canto e a mão direita do piano, nos respectivos compassos. O crescendo ganha ênfase nos compassos 22 e 23 onde a mão direita toca oitavas paralelas dobrando a melodia do canto em movimento ascendente (fig. 11, p. 12).

Handwritten musical score for voice and piano, showing measures 14-25. The score includes lyrics in Portuguese and various musical notations such as notes, rests, and dynamic markings. Three specific sections of the piano accompaniment are highlighted with rectangular boxes, and two circled annotations are present in the lower system.

Lyrics:
 14: céus en-cha-Bou Sei que en-di - a vaíssa BER Dos ca-mi-nhos que a-vi-
 18: Dei Dos a-ta-lhos que a-pa-re-ri DAS HORAS que vi VI RES PERA DEEMOON
 22: TRAR OS BRAÇOS TEUS QUE NÃO SÃO MEUS

Fig. 11 – Trecho da seção A (cp. 14 – 25)

Na interpretação torna-se interessante fazer uma gradual e sutil elevação de intensidade, chegando ao compasso 24 (fig. 11) com uma nota longa na melodia do canto, que permanece ligada à colcheia do próximo compasso escrito em 2/4. Neste

momento observamos uma diminuição gradual da intensidade e do andamento, indicando a partir desse momento, uma preparação para a seção B. O fato de ser apenas um compasso escrito em 2/4, e ser formado por um tempo e meio de pausa na parte do canto, faz com que se tenha a sensação de um momento de reflexão do texto. O verso apresentado nesse momento diz: “os braços teus que não são meus”. Observa-se, portanto, o compositor pontua a negação colocando um tempo e meio de pausa. Isso faz com que tenhamos a sensação de expectativa dentro do clima de inconformismo gerado pelo poema (cf. fig. 11).

A seção B começa, portanto, na indicação *menos* e *piano* no compasso 26 (fig. 12, p. 13), com um caráter mais lírico e mais brilhante, bem contrastante em relação à seção A e em compasso 4/4. Percebe-se que o andamento mais lento favorece aqui a maior expressividade das linhas melódicas. A escrita sugere um toque *legato* e *cantabile*, tanto para a melodia do canto, quanto para o acompanhamento do piano (fig. 12, p. 13).

Handwritten musical score for voice and piano. The score is on three staves. The top staff is for the voice, with lyrics in Portuguese: "E QUANTA COISA EU QUIZ TE DIZER MAS BEM VE QUE LUTAR". The middle staff is for the piano, showing arpeggiated chords. The bottom staff is for the bass. The score is numbered "26" in the top left corner. There are annotations "(A EVAS)" above the first measure and "(ON EVAS)" above the second measure.

Fig. 12 – Trecho da seção B (cp.26 e 27)

Nota-se que nos primeiros compassos desta seção, é apresentada uma idéia nova no acompanhamento. A sequência de arpejos que podemos observar no piano, sugere um movimento mais rápido e fluente, dando a sensação de acompanhamento de harpa (fig. 12). Porém, o texto introspectivo e triste desta seção parece contradizer a idéia de um movimento mais rápido e fluente.

Observa-se que nessa seção, o compositor chora por um amor não correspondido, isso fica bem claro quando ele coloca primeira vez, uma pausa de colcheia no terceiro tempo do compasso 24 (fig. 12) e depois nos compassos 30, 33 e 35 (fig. 13, p. 14). Talvez estas pausas indiquem respirações do texto poético, criando uma expectativa para o verso

seguinte. Veja como no compasso 24, ele retoma logo depois da pausa fazendo um ritmo mais acelerado em relação ao do início da seção (fig. 13, p. 14). Neste momento, ele revela o que sentia pela amada e lamenta por não ter alcançado o seu objetivo.

A grande variedade de ritmos utilizados na melodia do canto durante os compassos 27 ao 37 (fig. 13, p. 14), pode sugerir o quanto ele estava desesperado nesse momento da composição. Vale ressaltar que durante esta seção o texto tem grande influência na música, mesmo sabendo que o compositor não se preocupou com a relação texto e música.

28 DAR A ES - PE RE DE UM GES TO TEU A ES PE RE DE UM TEU O L HAR PAI MEUS S O HOS YE

31 DAR E SG TEA - MAR EA CAZ - VA MAS NO A ZUL DO CEU Fi

35 COU UM IN FI - (vi - TO VEU DE DUA

Fig. 13 – Trecho da seção B (cp.28 – 37)

Ainda na seção B, observamos que ele utiliza graus conjuntos ascendentes para os verbos no imperativo (fig. 14), enquanto que na seção A, ele utilizou saltos descendentes (cf. fig.7, p. 10).

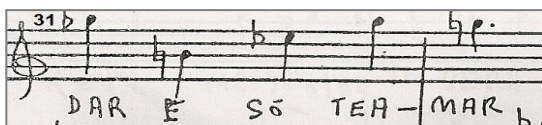


Fig. 14 – Trecho da seção B (cp. 31 e 32)

Os elementos musicais desta seção se modificam com relação ao padrão do material utilizado até então, objetivando criar uma função condutora e de ligação para a seção A'.

Verifica-se que a seção A' apresenta os primeiros compassos quase idênticos aos da seção A, porém, com o texto diferente e mais vigoroso em relação ao apresentado na seção A (cf. fig.1, p. 8). Percebe-se que quando ele escreve “Mas sempre viverá, pois se transformará”, surge um crescendo natural devido ao dobramento de vozes entre o piano e o canto (fig. 15, p. 15). Esse crescendo vai até o primeiro tempo do compasso 50, escrito em 2/4. Verifica-se que o primeiro tempo desse compasso é uma pausa, talvez o objetivo do compositor nesse momento fosse criar uma expectativa para o próximo verso. O verso “em sons de mil canções”, que aparece após a pausa de semínima, deve ser cantado de forma bem expressiva e tranqüila como se fosse

um recitativo. Talvez ele queira com isso, provocar a sensação de uma anacruse.

Após o aparecimento do último verso do poema, “o amor renascerá”, o andamento acelera. Talvez pela esperança sentida pelo compositor nesse momento.

A seção A' apresenta uma série de verbos no futuro. Para os mesmos, o compositor utilizou a mesma nota provinda de um salto descendente. Porém quando o texto diz: “o amor renascerá”, escolhe os saltos de terça ascendente (fig. 15).

The image shows a handwritten musical score for voice and piano. It consists of three systems of music. The first system (measures 47-49) has the lyrics "R EU MASSEN PRE VI VERD PUISSE REVS FOR M H R H" and "EM". The second system (measures 51-52) has the lyrics "SONS DE MIL CAN GÉSÉS" and "EVA MOR RE ANS C.E". The third system (measures 55-56) has the lyrics "RA" and "MAIS RÁ PIDU". A circled "h" is visible in the first system. The score includes vocal lines and piano accompaniment with various musical notations such as notes, rests, and accidentals.

Fig. 15 - Trecho da seção A' (cp. 47 – 49)

No Intermezzo, percebe-se a versatilidade de Villani-Côrtes na organização dos fraseados, o qual se mostra às vezes bem sistemático quanto à dimensão de frases, semi frases ou motivos consecutivos diferentes, e outras vezes se apresenta bastante irregular, sucedendo frases e/ou motivos de dimensões bem distintas, o que exige frequentemente o recurso da alternância de compassos 4/4 e 2/4 (fig. 16, p. 16).

The image displays a musical score for an Intermezzo, spanning measures 57 to 70. The score is written on four systems of staves. The first system (measures 57-60) features a 4/4 time signature. The second system (measures 61-64) transitions to a 2/4 time signature. The third system (measures 65-68) returns to 4/4. The fourth system (measures 69-70) is marked 'meno' and continues in 4/4. The notation includes various rhythmic values, rests, and dynamic markings such as 'p' (piano) and 'meno'.

Fig. 16 – Fragmento do Intermezzo

No intermezzo, Villani-Côrtes cria uma suspensão emocional, preparando a re-exposição de partes do poema nas seções B' e A'' (fig. 16)

Na seção B' a indicação de andamento sugerido pelo compositor continua sendo o *menos*, comparando com B, porém, a dinâmica passa de *p* para *f* na melodia do canto, enquanto que no piano *mf*. É importante observar que na seção B', o compositor utiliza blocos de notas na parte do piano, enquanto que na seção B faz o uso de arpejo. Isso faz com que o acompanhamento tenha uma massa sonora maior do que a apresentada na seção B (fig. 17 e 18)

The image contains two musical score excerpts. The left excerpt, labeled Fig. 17, shows measures 26, 27, and 28. It features a vocal line and a piano accompaniment. The lyrics 'QUANTA COISA EU QUIZ' are written below the vocal line. There are handwritten annotations: 'MENOS' in a circle above measure 26, and 'MENOS' in a circle above measure 27. The piano part has a circled 'p' and a 'b' below it. The right excerpt, labeled Fig. 18, shows measures 90, 91, and 92. It features a vocal line and a piano accompaniment. The lyrics 'QUANTA COISA EU QUIZ' are written below the vocal line. There are handwritten annotations: 'f' in a circle above measure 90, and 'MENOS' in a circle above measure 91. The piano part has a circled 'mf' and a 'b' below it.

Fig. 17 – Trecho da seção B (cp. 26) Fig. 18 – Trecho da seção B' (cp.90)

Na última seção da canção verifica-se a repetição da seção A', portanto, chamaremos esta

seção de A”, pelo fato dela apresentar algumas modificações rítmicas e de dinâmicas em relação à seção A’. Verifica-se que o primeiro tempo do compasso 48 é formado por duas colcheias, enquanto que no compasso 112, ele escreve duas colcheias nas notas mais agudas imitando o ritmo do canto e uma semínima na duas notas mais graves (fig. 19 e 20)

Ainda na seção A”, verificou-se a presença de alguns acentos nos versos: “Em sons de mil canções” e “E o amor renascerá”. Observou-se também que esta seção é formada por dois compassos a mais que as seções A e A”, os dois últimos compassos servem para concluir o pensamento harmônico apresentado durante toda a obra.

47
Aqui MISSÃO PAZ VI VERDA PASSAMOS FORA PARA EM
51
SOM DE PAZ COM GÊNES EVA MAR RE NOS CIE
55
RA
MARIS RÁ PÍD

112
A LUZ DA PAZ PASSAMOS PARA A LUZ EM SOM DE PAZ COM
116
GÊNES EVA MAR RE - NOS - CIE -
120
RA
122
Ped.
E. P. 1979
S.P. 1979

Fig. 19 – Fragmento da seção A' (Cp. 47 – 56) Fig. 20 – Fragmento da seção A'' (Cp.112 – 122)

3 SUGESTÕES INTERPRETATIVAS

Após observar a ausência de indicações de dinâmicas e de andamento, nota-se uma grande dificuldade no processo interpretativo da canção, porém Villani-Côrtes discorda desta opinião e afirma:

Quando a pessoa tem musicalidade, tem gosto, não precisa escrever nada, o interprete consegue interpretar. O expressionismo primou pelo excesso de indicações. Tanta indicação fez com que a música ficasse muito seca, então os interpretes, principalmente os de música contemporânea acostumaram seguir rigorosamente o metrônomo, as indicações de dinâmicas e de andamento, e se ele fez isso ele interpretou a música bem. Isso é uma mentira, porque ele pode seguir tudo o que está escrito ali, e sair tudo ruim. Então o que aconteceu? – As pessoas ficaram afeitas a esse tipo de música que é feito meio fábrica de intelectualidade, e acreditam que para ser um bom interprete é necessário seguir rigorosamente isso, aí quando não tem nada escrito, ele não sabe o que fazer, porque ele não se conhece, ele não é ele, é uma máquina repetidora. O que tem acontecido é isso, as

pessoas que entram nesse campo, viram máquina de repetição e esquecem que o ser humano tem coração.⁷⁹

Decidiu-se, então, que o acréscimo de algumas indicações de dinâmica e andamento, facilitaria a interpretação da canção. Ao longo da seção A, sugerimos que o piano mantenha a indicação de dinâmica em *piano*, isso pelo fato de a melodia do canto, movimentar-se a maior parte do tempo na região de seu registro médio, o que leva a uma intensidade sonora baixa e constante (fig. 21).

A escolha de dinâmica pode, entretanto, ser levemente alterada por um crescendo natural no movimento ascendente realizado pelo canto, entre os compassos 7 – 14 até a palavra “céu”. Observamos que neste momento aparece a nota mais aguda da seção, talvez pelo fato da palavra céu nos remeter a altura (fig. 21 e 22).

⁷⁹ Entrevista cedida à autora do presente trabalho, em 31 de março de 2010.

The image displays two pages of a handwritten musical score. The top page (Fig. 21) is marked '1' and 'MODERATO'. It features a piano accompaniment with a circled '1/2' time signature and a vocal line. The lyrics on this page are: 'QUIZ EM VÃO TER ALGUM FAR' and 'QUIZ MAS SE - NÃO ENCON'. The bottom page (Fig. 22) is marked '14' and continues the piano accompaniment and vocal line. The lyrics on this page are: 'TERRA U - MA NO - VEM SE FOR - MOU E O A ZUL DO MESSO', 'CÉU SEN - CH - BOU SEI QUE ENDI - A VAIS SA BER', and 'DOS CA MI - NHOS QUE EN'. At the bottom of the first page, there is a note: 'BÓDAS E INSTRUMENTAIS LÍZIAS MAMON S. A'.

Fig. 21 - Trecho da seção A (cp. 1 – 13) Fig. 22 –
Trecho da seção A (cp. 14 – 17)

Observam-se na canção *Renascença* alguns planos sonoros bem definidos. Na seção A encontra-

se o primeiro plano tímbrico. Na seção A (fig. 21, p.18) a mão direita do piano toca uma seqüência de tríades que se apresentam em colcheias na mesma oitava e caminham em movimento paralelo. Pelo fato de estar na região média, percebe-se um timbre claro, para que sobre esta base, seja traçada a melodia vocal. Verifica-se que o compositor modifica o formato do acompanhamento em alguns compassos das seções B e B'. Na seção B faz o uso de arpejos, enquanto que na seção B', o compositor utiliza blocos de notas na parte do piano. Com isso, chamamos a atenção dos interpretes para a importância de se interpretar diferentemente as seções B e B', sendo a segunda mais intensa e dramática que a primeira (cf. fig.17 e 18, p. 16).

Deve-se atentar às pausas e às mudanças nas fórmulas de compasso, respeitando sempre o tempo indicado pelo compositor. Como observamos durante a análise da canção, subentende-se que algumas pausas estão relacionadas à estagnação⁸⁰ (fig. 23), enquanto outras à reflexão do texto poético (fig. 24).

⁸⁰ Por estagnação nos referimos a paralisar-se.

31

DAR E S6 TEA-MAR DE PAZ MAS N6 H ZUL-DO C6 O F1

35

COV UN IN FI-NI-TO VEU DE D6 R

Detailed description of Figure 23: This figure shows two systems of a handwritten musical score. The first system, labeled '31', contains a vocal line with lyrics 'DAR E S6 TEA-MAR DE PAZ MAS N6 H ZUL-DO C6 O F1' and a piano accompaniment. A circled note in the vocal line is marked 'Lento'. The second system, labeled '35', contains a vocal line with lyrics 'COV UN IN FI-NI-TO VEU DE D6 R' and piano accompaniment. A circled note in the vocal line is also marked 'Lento'. The piano part features various chords and dynamics like 'p' and 'f'.

26 (A E N 6 S)

E QUANTA COI SA EU QUIZ TEDI ZER MAS TIVE QUE GUAR

(A E N 6 S)

Detailed description of Figure 24: This figure shows two systems of a handwritten musical score. The first system, labeled '26 (A E N 6 S)', contains a vocal line with lyrics 'E QUANTA COI SA EU QUIZ TEDI ZER MAS TIVE QUE GUAR' and a piano accompaniment. A circled note in the vocal line is marked 'Lento'. The second system, labeled '(A E N 6 S)', continues the vocal and piano parts. The piano part includes chords and dynamics like 'p' and 'f'.

Fig. 23 – Fragmento da seção A' (Cp. 31 – 37) Fig 24 – Fragmento da seção B (Cp. 26 e 27)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo da edição deve-se atentar ao texto musical de acordo com as convenções de expressão da época em que foi escrito e a intenção criativa do autor para a interpretação de sua obra. Editar, segundo James Grier, “consiste de uma série de escolhas eruditas, escolhas informadas criticamente; em resumo, o ato da interpretação. Editar, além disso, consiste na interação entre a autoridade do compositor e a autoridade do editor”. (GRIER, 1996:02 apud GOLDBERG, 2002:03)⁸¹.

Essa autoridade do editor reside no conhecimento e competência em realizar avaliações nos tipos de fontes apresentadas e na determinação do que elas transmitem. Dessa forma, Grier afirma que:

Aqui encontra-se o ponto de interação entre a autoridade do compositor, como transmitido nas fontes, e a autoridade do editor no decorrer da avaliação e interpretação dessas fontes. Editar,

⁸¹ GRIER, James. *The Critical Editing of Music – history, method, and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 02. Apud Goldberg, 2002, p.03.

portanto, compreende um balanço entre essas duas autoridades. Além disso, o balanço exato presente em qualquer edição particular é o produto direto do engajamento crítico do editor com a peça editada e suas fontes. (GRIER, 1996:03 apud GOLDBERG, 2002:03)⁸².

É importante frisar que essas sugestões apresentadas durante o presente trabalho baseiam-se na contextualização das partituras existentes com relação à situação histórica que lhes deu origem e que devem moldar as decisões editoriais. Segundo James Grier são quatro os princípios da natureza da edição musical:

- 1) A edição é crítica por natureza;
- 2) Criticismo, incluindo a edição, é um questionamento histórico;
- 3) Editar implica a avaliação crítica do conteúdo semiótico do texto musical; essa avaliação é também um questionamento histórico;
- 4) O árbitro final da avaliação crítica do texto musical é a concepção de estilo musical do editor; essa concepção, também, é

⁸² GRIER, James. *The Critical Editing of Music – history, method, and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 03. Apud Goldberg, 2002, p.03.

baseada no entendimento histórico da obra. (GRIER, 1996:08 apud GOLDBERG, 2002:03)⁸³.

Dessa forma, a contextualização da canção *Renascença* e conseqüente avaliação dos manuscritos existentes tornará clara a relação do compositor com seu meio social e cultural, bem como fornecerá subsídios para o entendimento do trabalho criativo de Edmundo Villani-Côrtes.

Devido ao tipo de análise abordada neste trabalho, pode-se dizer que ela pretende fornecer ao intérprete algumas informações básicas sobre a canção *Renascença*, contribuindo assim para um maior entendimento a obra.

Tendo em vista que toda primeira edição de uma partitura baseia-se em fontes manuscritas, foi feita uma análise cuidadosa de todos os detalhes abordados pelo compositor antes de se iniciar a digitalização. Vale ressaltar que o fato de termos entrevistado o compositor antes de iniciarmos a edição, contribuiu para uma melhor compreensão, decisões e posturas interpretativas.

⁸³ GRIER, James. *The Critical Editing of Music – history, method, and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 08. Apud Goldberg, 2002, p.03.

Embora este trabalho não tenha focado na relação texto/música, o que seria evidente em um trabalho que se trata de uma peça para canto e piano, verifica-se que este é um tema importante, porém ultrapassa o escopo deste trabalho.

Creemos que este trabalho poderá contribuir para mostrar a forma pela qual o compositor molda suas idéias musicais e o real valor dessa obra no conjunto de sua produção artística contribuindo para a construção da musicologia brasileira.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. *Aspectos da música brasileira*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

BARRAUD, Henry. *Para Compreender as Músicas de Hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BENNET, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BORÉM, F., CAVAZOTTI, A. Editorial. *Anais do I seminário nacional de pesquisa em música*. Belo Horizonte: Editora UFMG, abril de 2000.

COELHO, Carlos Francisco. *Música contemporânea brasileira: Edmundo Villani-Côrtes*. São Paulo: Discoteca Oneyda Alvarenga, 2006.

COTTA, A. H. G. *O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, UFMG (Dissertação de Mestrado), 2000.

DUTRA, Luciana Monteiro da Castro Silva. *Crepúsculo de Outono op.25 n° 2, para cano e piano de Helza Camêu: Aspectos analíticos, interpretativos e biografia da compositora*. Belo Horizonte: Escola de Música, UFMG (Dissertação de Mestrado), 2001.

GOLDBERG, Luiz Guilherme Duro. As Valsas Humorísticas de Alberto Nepomuceno: uma –edição crítica. Belo Horizonte: *Per Musi*. v.3, 2002. pp. 78-102.

LIMA, Sonia Albano de. *Uma Metodologia de interpretação musical*. São Paulo: Musa Editora, 2005.

HARNONCOURT, Nikolas. *O discurso dos sons: caminhos para uma nova compreensão musical*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KOELLREUTTER, H. J. *Harmonia Funcional – Introdução à teoria das funções harmônicas*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1980.

MAGNANI, Sergio. *Expressão & Comunicação na linguagem da música*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1989.

MARCONDES, Marcos Antônio & RIBEMBOIM, Ricardo. *Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular*. São Paulo: Art Editora, 1998. p.215.

MARIZ, Varco. *A canção brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Catedra, 1980.

MED, Bohumil. *Teoria da música*. Brasília: Thesaurus, 1980.

TRENCH, Luis Roberto A. *Villani-Côrtes: compositor mineiro em ascensão*. São Paulo: Jornal O Dia, 7 de dezembro de 1998.

VILLANI-CÔRTEZ, Edmundo. *Entrevista concedida pessoalmente a Andréa Peliccioni Sobreiro*. São Paulo, 31 de Março de 2010. (Gravações em CD e DVD e anotações)

Partituras:

VILLANI-CÔRTEZ, Edmundo. *Renascença*. 1979. (1º Manuscrito de 1979 – versão canto e piano)

_____. *Renascença*. 1979. (2º Manuscrito de 1979 – versão canto e piano)

_____. *Renascença*. 1979. (3º Manuscrito de 1979 – para Orquestra de Câmara)

_____. *Renascença*. 1979. (4º Manuscrito de 1979 – para o 10º Festival da OTI)

Fotografias:

Facsímile das partituras manuscritas

Fotos dos manuscritos do acervo do próprio compositor. São Paulo 31 de Março de 2010.

Sites consultados:

Dicionário da Língua Portuguesa Online

<

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php/>>. Acessado em 13 de outubro de 2010.

Dicionário da Língua Portuguesa Online

<

http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acessado em 13 de outubro de 2010.

SBU – Biblioteca digital da UNICAMP

<<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000470549>>. Acessado em 04 de outubro de 2010.

http://es.wikipedia.org/wiki/Festival_OTI_de_la_canción. Acessado em 18 de outubro de 2010.

<http://www.apca.org.br/premiados.asp>. Acessado em 19 de Outubro de 2010.

<http://movimento.com/mostraconteudo.asp?mostra=3&codigo=2046>. Acessado em 25 de outubro de 2010.

ANEXO I

Breve biografia de Edmundo Villani-Côrtes

Breve biografia de Edmundo Villani-Côrtes

Edmundo Villani-Côrtes nasceu na cidade mineira de Juiz de Fora, em 8 de novembro de 1930. Villani-Côrtes atua como compositor, pianista, regente, arranjador e professor. Filho de pai flautista e mãe pianista, fez com que ele estivesse sempre em contato com a música. Aos 17 anos começou a se dedicar aos estudos de piano, embora já tocasse violão intuitivamente. Foi para o Rio de Janeiro onde

se formou em piano no ano de 1954, pelo Conservatório Brasileiro de Música. Ainda no Rio de Janeiro, começou sua atividade profissional como pianista. Aperfeiçoou seus estudos de piano com o mestre José Kliass em São Paulo. Atuou como solista e compositor da Orquestra Filarmônica de Juiz de Fora. Ainda em Juiz de Fora foi diretor do Conservatório Brasileiro de Música. Villani-Côrtes desenvolveu intensa atividade como arranjador de gravadoras e programas de televisão. Seu acervo com cerca de 300 obras abrange peças para piano solo, música de câmara, além de uma grande variedade de obras para Banda Sinfônica e Orquestra Sinfônica. Mestre pela Escola Nacional de Música da UFRJ e Doutor pela UNESP, além de l ureas em Concursos de Composição, recebeu em 1989, 1995, 1997, o Pr mio Conferido pela APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte⁸⁴ como melhor compositor do ano. Suas Obras, além de executadas, encontram-se gravadas em cerca de 40 CDs em diversos países como: Japão, França, Inglaterra, Itália, USA e Brasil. A partir de 1973, ficou responsável pela cadeira de música funcional da Academia Paulista de Música.

⁸⁴ Disponível em <<http://www.apca.org.br/premiados.asp>>.

De 1970 a 1980 atuou como arranjador na TV Tupi de São Paulo. Em 1975 começou a lecionar arranjos e improvisação na Academia Paulista de Música. Em 1978 venceu o concurso Noneto de Munique, Alemanha⁸⁵. Em 1982 foi convidado a lecionar composição e contraponto no Instituto de Artes da UNESP, Universidade do Estado de São Paulo. Em 1988 concluiu mestrado de Composição na Escola de Música da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1990 recebeu prêmio da APCA, pela melhor peça vocal, com *Ciclo Cecília Meireres*⁸⁶. Nesse ano e no ano seguinte, atuou como regente da Orquestra Jazz Sinfônica do Estado de São Paulo. Em 1993 foi vencedor do Concurso Mário de Andrade, patrocinado pela prefeitura de São Paulo, com a Composição *Rua Aurora*, baseada em texto do poeta. Em 1995 recebeu novamente Prêmio APCA pela apresentação de *Postais paulistanos*, considerada a melhor obra sinfônica coral do ano⁸⁷. Atualmente reside na cidade de São Paulo, onde

⁸⁵ MARCONDES, Marcos Antônio & RIBEMBOIM, Ricardo. *Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular*. São Paulo: Art Editora, 1998. p.215.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

desenvolve seus trabalhos dentro de uma linha que caminha entre o erudito e o popular.⁸⁸

ANEXO II

Revisão crítica

Para o presente trabalho realizou-se uma edição da canção *Renascença*, crítica e revisada, com alterações que visam maior praticidade para sua execução musical. O programa de digitalização de partitura utilizado foi o *Finale* versão 2009.

A formatação da partitura obedeceu ao seguinte padrão: partitura, com mudanças e comentários. Na primeira parte da partitura decidiu-se pela seguinte formatação: título da canção centralizado, logo abaixo do título a respectiva formação e abaixo local e ano de composição, nome do compositor e letrista à direita, com respectivo ano de nascimento. A duração da canção, estimada pelo compositor, está entre colchetes ao pé da última

⁸⁸ Entrevista cedida à autora do presente trabalho, em 31 de março de 2010.

página à direita. Essa indicação é aproximada e pode sofrer pequenas variações.

Algumas decisões foram tomadas para essa edição, diferenciando-a do manuscrito, que foi base para este trabalho. O texto foi adaptado às regras atuais da língua portuguesa, especialmente no que tange às regras de ortografia. Algumas notas sofreram mudanças de posição devido ao fato de o programa não oferecer recursos suficientes para manter a escrita do compositor.

Algumas ligaduras foram mudadas de posição para uma melhor visualização e clareza da partitura. As bandeirolas de colcheia e semicolcheia no manuscrito aparecem ora ligadas ora separadas. Decidiu-se então, em alguns casos, ligá-las, facilitando assim a digitalização da obra, devido aos recursos oferecidos pelo programa.

A canção apresenta 122 compassos no manuscrito, porém, na edição digitalizada verifica-se que a canção deveria conter 123 compassos, isto pelo fato da última nota apresentar quatro tempos que extrapolam a duração do último compasso. Decidiu-se, então, criar um novo compasso para facilitar a compreensão.

19

Dox a - ta - bus qua - prin - di Das ho - ras que vi - vi A - gu - pe - ra de - um con -

19

Pno.

22

tra - ce - tra - que - tas que não são suas

22

Pno.

24

(ritard.) E quan - ta coi - sa em nós te di - zar mas ti - ve que guar -

24

(ritard.)

Pno.

28

dar à es - pe - ra de um ges - to teu - si - pe - ra de um

28

Pno.

30

tu o-lhar pra mim ao-sobu to dar a só te-a - mar - am pas

Pno.

31

mas no a - nd do oho fi - cõe sem se - fi - ti - vo võe de dar *lento* *lento*

Pno.

32

Sim o tam - po vai pas - sar Tu - do vai se a - ca - har

Pno.

33

E, o a - col - que se per - deu vai fi - car - no ver-so meu

Pno.

21

ma, si - peccati - ca qui noc - tu ma, si - peccati - vi - va - ri - poe se tran-

Piano

22

fir - ma - ti Et in conde mi ca - glo

Piano

23

mor tu - tas - ca - ri

Piano

Allego ripeto

24

Piano

60

Pno.



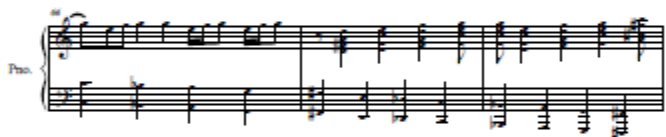
61

Pno.



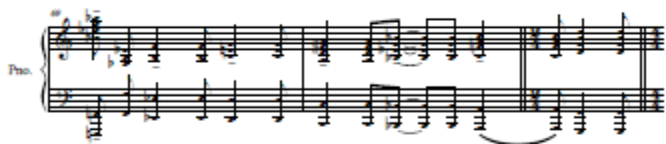
62

Pno.



63

Pno.



64

Pno.



34
Pno. *p* *cruc*

36
Pno. *p* *come prima*

38
Pno.

40
Pno.

42
Pno. *ff*

80

f quan - ta coi - sa eu quis te di - zar mas si - ve que guar - dar à es - pe - ra do um

mf manco

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

112

Sin - o tem - po vai pas - sar Tu - do vai se a - ca - bar

113

Prco. *allegro*

114

É o a - zel - que se per - deu vai fi - car - no ver - so meu

115

Prco.

116

sa - os - por - to - ra que mor - reu mas sem - pre vi - ve - rá - pois se tra -

117

Prco.

118

se - ma - rá Em aos do cel - can -

119

Prco.

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

143

ANEXO IV

Quadro de alterações

	Partitura digitalizada	Manuscrito
Cp. 20, 2º tempo	Na melodia do canto, Lá suspenido.	Lá bequadro.
Cp. 105	Ligadura na mão esquerda do piano.	Sem ligadura.
Final da canção	Indicação de duração da obra.	Sem indicação.

ANEXO V
Partitura original completa – Segundo
Manuscrito de 1979
Primeiro manuscrito da canção com a totalidade
do piano

RENAASCENÇA

PARA CANTO PIANO - LÉINE MÚSICA DE - EDMUNDO VILANI-CORRÊA

C. P. 172

MODERATO

QUIZ EM VÃO TE ALCANÇAR QUIZ MEUSO - AHS ENCAN

TARR U - MA NV - VEM SE FOR - MOV E O A ZVL DO MESSO

MÚSICAS E INSTRUMENTAIS
 CASA MANON S. A.
 RUA 24 DE MAIO, 242
 SÃO PAULO - BRASIL

Handwritten musical score on a spiral-bound notebook. The score is written in black ink on aged paper. It consists of four systems of music, each with a vocal line and a piano accompaniment line. The lyrics are in Portuguese. The first system includes the lyrics: "cEUS CA - Bou SEI QUE EN DI - A VAIS SA BER DO SA MI M HO SUE RA". The second system includes: "DEI DOS A - TA - I HO SUE RA EN DI DAS HO RAS QUE VI VI DES PE RA DE EN CAU". The third system includes: "TRAR OS BR AÇOS TE US QUE NÃ O SÃ O ME US". The fourth system includes: "(A EN OS) E QU AN TA COI SA EU QUI Z TE DI ZER MAS B IVE QUE GU AR". The piano accompaniment features various chords and rhythmic patterns, including some triplets and dynamic markings like *mf* and *f*. The key signature has one flat (B-flat), and the time signature is 4/4.

DAR A ES - PE RA DE UM GES TO TEU A ES PE RA DE UM TEU O L HAR PRA MEUS SAO HO SE
 DAR E SE TEA - MAR EA PAZ MAS NAO ZUL DO CEU FI
 COU UM IN FI - VI - TU VEU DE DOR MAS NAO ZUL DO CEU FI
 Sim o TEMPO VAI PAS SAR TU DO VAI SE ACH A BAR

MÚSICAS E INSTRUMENTAIS
 CASA MANON S. A.
 RUA 24 DE MAIO, 242
 SÃO PAULO - SP

E O A ZUL QUE SE PRA DEU VIRI FI CHR NOVER SO MEU MA SE PER AN CA QUE M...
 REU MAS SE PRE VI VERA POIS SE KRAN FOR MA RA EM
 SONS DE MIL CAN COES E O A MOR RE NAS CE
 RA
 MAIS RA PIDO

A handwritten musical score on ten staves, likely for a piano or similar instrument. The notation includes treble and bass clefs, various note values, rests, and dynamic markings. Key annotations include:

- meno* (written as "menos") above a staff, indicating a decrease in dynamics.
- resc* (written as "resc") below a staff, likely an abbreviation for *rescendi*.
- come prima* (written as "come prima") below a staff, indicating a return to the initial dynamic.

The score is written in ink on aged paper with a spiral binding on the left side. The handwriting is clear and professional.

Handwritten musical score on a spiral-bound notebook page. The score is written in treble and bass clefs and includes lyrics in Portuguese. The lyrics are: "E QUANTA COISA EU QUIZ TE DIZER MAS TIVE QUE GUARDAR ALES PERA DE UM MENOS GOSTO TEU ALES PERA DE UM TEU OLHAR PRA MESMO HOSTE PRA SÓ TER -". The score features various musical notations, including triplets, slurs, and dynamic markings such as *sf* and *mf*. A handwritten note "GLISS. MA" is present in the lower right section of the score.

AHR ÉM BIZ T BUA MASMA ZUL DO CÉU FI COU UM INFI MI TO VEU DE
 SIM O TEM - PO VAI PAS - SAR
 TU DO VAI SE ACH - BAR EO A ZUL QUE SE PER DEU
 VAI FICAR NO VERSO MEU MA ESPERAN SA QUE VEMO R EU MAS SEMPRE

Musical score details:
 - Key signature: B-flat major / D minor (one flat)
 - Time signature: 4/4
 - Tempo markings: *RALL* (Ritardando), *A TEMPO* (Allegretto)
 - Performance instructions: *Lento*, *rit.*, *rit.*
 - Dynamics: *f* (forte), *mf* (mezzo-forte), *ff* (fortissimo)

X

VIVE RA POISSETRANS FORMA RA Em SONS DE MIL CAN

ES DES MOR RE - NAS - CE -

RA

(CANTATA PIANO)

ff

1 PED.

E. Colson piano G. Colson
S.P., 1979

ANEXO VI
Partitura original completa – Primeiro
Manuscrito de 1979
Linha melódica do canto sem letra e cifras na
parte do piano

"A RENASCENÇA"

2

Piano

(A)

Handwritten musical score on a page with a circled 'B' at the top right. The score consists of six systems of music, each with a treble clef and a key signature of one flat (Bb).

The first system contains four measures of music with the following chords: Eb, D, C, and F9. A circled 'B' is written above the final measure.

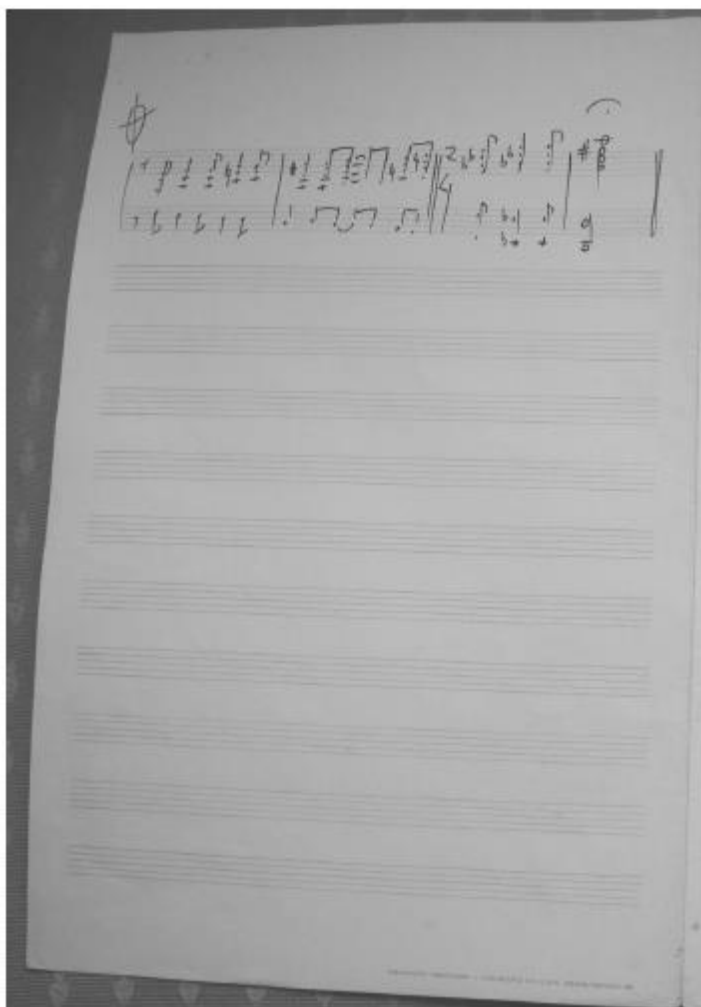
The second system contains four measures with chords: F7, G, A-D9, Bb, Eb, and C4.

The third system contains five measures with chords: F7, D4, G, Eb, Bb, F, Gb, and Fb.

The fourth system contains four measures with chords: Bb, Db, E, G, B, Bb, A7, and Gb7.

The fifth system contains four measures of music with various chordal textures and a repeat sign.

The sixth system contains four measures of music with various chordal textures and a repeat sign.



ANEXO VII
**Primeira página do arranjo feito para orquestra
de câmara**

ANEXO VIII
Primeira página do arranjo feito para o 10º
Festival da OTI

I

MODERATO

C HARMONY

4/4

TRUMPETES I & II

CLARINET

FLUTE

SAX TENOR

HORN BONES I & II

CORO

CANTO

PIANO

GUITARRA

BAXO

BATERIA

RALL

RALL

RALL

DE PACTA

DESIGN, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE: CONEXÃO E APLICAÇÃO DOS CONCEITOS EM UM AMBIENTE

Letícia H. Guimarães⁸⁹

Kátia R. Bastani⁹⁰

Nadja Mourão⁹¹

RESUMO: o resgate e a conservação da memória - conjunto de sensações, lembranças e experiências que as pessoas guardam – é hoje um dos maiores patrimônios existentes e pode possibilitar a sustentabilidade futura. Buscou-se então, compreender como o ambiente pode auxiliar no resgate da cultura e memória, e entender em que medida este espaço e a sustentabilidade podem agregar valor à uma cidade. Cada local possui peculiaridades, mas todos possuem uma história sobre sua construção, seus marcos importantes, seus habitantes e cultura. Faz-se necessário para entender o contexto e formas de conservar esta memória e também como

⁸⁹ Mestranda em Design, Inovação e Sustentabilidade, UEMG; Graduada em Design de Ambientes; Escola de Design / UEMG; hg.leticia@gmail.com

⁹⁰ Mestre em Arquitetura e Urbanismo, UFMG; Pós Graduada em Educação Ambiental e Sustentabilidade, Graduada em Design de Ambientes; Docente em Design de Ambientes - Escola de Design/UEMG; katiabastani@gmail.com

⁹¹ Mestre em Design, Inovação e Sustentabilidade, UEMG; Docente Escola de Design/UEMG; nadjamourao@gmail.com

estas recordações podem fazer-se presentes hoje e no futuro, fortalecendo aspectos sustentáveis, e entender como o ambiente pode contribuir para que esta memória eternize-se, no espaço que a expresse. Foi efetuado um estudo de caso para entender a eficácia do assunto proposto. Como métodos apresentamos o embasamento teórico, que consta a revisão bibliográfica; e a etapa exploratória - visitas técnicas no local e em espaços similares e entrevistas aos moradores da cidade escolhida para o estudo de caso. Procura-se ainda entender a eficácia da associação entre o design sistêmico e a sustentabilidade na conservação da memória e cultura através do ambiente.

Palavras-chave: Design; Memória; Sustentabilidade; Conexão; Cultura.

Introdução

O estudo de formas de conservação e resgate da memória, produtos e costumes de determinadas regiões, vem sendo cada vez mais presentes nos dias atuais. Como cita Krucken (2009), ‘A valorização de recursos e produtos locais é um tema muito rico e complexo, pois produtos envolvem simultaneamente dimensões físicas e cognitivas’.

O objeto de estudo deste artigo busca entender como o ambiente pode apoiar no resgate e expressão da cultura/memória de uma cidade. Vê-se relevância

de um estudo de caso para que se identifique como a metodologia do Design pode favorecer ambientes representativos e que o passado possa ser transmitido às novas gerações de forma interativa, mantendo viva a cultura de uma época.

Martins (2006) discorre acerca da importância da história da cidade, descrevendo a região de Pedro Leopoldo, cidade escolhida para o estudo de caso, como um local que ‘[...] teve uma rica pré-história, a cidade e o município também possuem histórias interessantes, cujo conhecimento é uma necessidade para todos os seus moradores. Sem compreender sua história local, os pedroleopoldenses terão dificuldades para constituir sua memória social e sua identidade coletiva’.

Assim como em outras cidades interioranas, que possuem muitas histórias a se contar, mas que se perderam na época tecnológica, em que os diálogos tornam-se mais escassos e momentos em família cada vez mais raros, culturas perdem-se por não serem mais recontadas. Como diz Martins (2006), ‘[...] as cidades [...] se parecem. Mas a cidade da gente é diferente, há um mundo de coisas que nos prende a ela, há uma infinidade de coisas que a torna mais bonita... Só se vê bem com o coração’. O estudo

de caso proposto na cidade de Pedro Leopoldo é uma amostragem de um estudo que pode ser realizado, através da mesma metodologia em outras cidades, em que a história é rica, e que tem sido esquecida pelos mais jovens.

A metodologia da pesquisa consta de referencial teórico, estudo de caso em um ambiente através de projeto de memória na cidade de Pedro Leopoldo e dinâmicas e questionários aplicados na comunidade, para diversas faixas etárias.

O designer, como mediador de novos caminhos, possui grandes e eficazes ferramentas que podem através de diversos projetos apoiar de forma cultural, agregando lazer e conhecimento de maneiras inovadoras e atrativas, conectando passado e futuro, história e presente. Conectar gerações em um único local, em uma única história. Norman Potter diz sobre esta ação do profissional: ‘A responsabilidade do designer é na verdade o lugar do valor em um mundo de fatos’ (POTTER, 1999).

Desta forma, buscou-se novos pensamentos de design que podem ser eficazes nesta abordagem como Design Sistêmico, Design Estratégico, Design Thinking e Design de Experiência, de forma a conecta-los as necessidades identificadas.

Memória, Cultura e Consumo.

A memória de um povo, cidade ou local é a história e cultura que transformou o espaço em como é atualmente. Este pensamento recorrente explicita para o fato de que sem entender o passado, cidades e povos não teriam evoluído e desenvolvido métodos tecnológicos e imprescindíveis para os dias atuais. E este conteúdo de tamanha importância traz em pauta uma importante questão: Se a memória de um local é tão importante para sua sustentabilidade, porque a mesma parou de ser repassada de geração em geração?

Sem o conhecimento da cultura de uma cidade, não se valoriza dados importantes como sua construção, emancipação e progresso, enfim, as conquistas dos antepassados. O resgate da cultura local é importante para lembrar e descrever às novas gerações como vivia-se a décadas atrás, e para futuramente, estes fatos registrados para novas gerações e estruturarem novas conquistas.

Segundo Martins, no livro Pedro Leopoldo: memória histórica, o autor discorre sobre a importância do resgate da memória:

O resgate da memória histórica da região de Pedro Leopoldo é uma demanda que cresceu bastante ao longo dos últimos anos, expressa por diversos tipos de manifestações produzidas por vários segmentos da população local. Seja por intermédio de matérias veiculadas nos jornais da cidade, pela realização de mostras de documentos e fotografias antigas, pela publicação de obras de memorialistas ou por iniciativas oficiais do Poder Público Municipal, o interesse pela história de Pedro Leopoldo alcança cada vez mais pessoas e entidades culturais. (MARTINS, 2006).

Qual o valor dos fatos se quando esquecidos não são repassados aos filhos e netos? De que forma consome-se este conhecimento hoje? A partir da nova geração muitos valorizam o “TER” e não o “SER”. Então pergunta-se, quão melhor cidadão será um morador consciente de sua história? Fatos importantes da cultura agregam em quem uma pessoa realmente é, de onde vem, e como seus familiares viviam. O “TER”, que muitos buscam a cada dia, preenche o momento presente, deixando a “lacuna” do passado em branco, sem referências.

Pastori (2009) diz que ‘Atualmente, a cultura do consumo questiona a premissa de que consumir é viver’.

Prestes e Figueiredo (2011), defendem a ideia de que,

Designers, como os profissionais que fazem interface entre produção/consumo, encontram novas direções em sua atuação, tornando-se capazes de desenvolver sistemas que incentivam pessoas a expressar suas capacidades, ao invés de permanecerem focados em um consumo crescente de produtos [...] como agentes de desenvolvimento local.

Esta proposta sobre o design como articulador também é descrita por Krucken: ‘A perspectiva do design vem justamente ajudar nessa complexa tarefa de mediar produção e consumo, tradição e inovação, qualidades locais e relações globais’ (KRUCKEN, 2009, p.17).

O design como mediador da cultura, pode então apoiar para criar-se o meio termo no contexto atual, relembrando o passado de forma inter-relacionada através de um pensamento sistêmico agregando o âmbito social, ambiental e econômico.

Design: Conceitos e Aplicações

Baseado nos tópicos acima citados buscou-se conceitos que apoiem as soluções projetuais. Como Design Sistêmico, Design de Experiência, Metaprojeto, Design Estratégico e Design Thinking, que serão discutidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

O design sistêmico, como discorre Mourão (2011) ‘estimula o desenvolvimento de uma visão ampla e inovadora, de combinações de produtos e serviços, estabelecendo uma intensa rede entre o sistema de produção e o sistema de consumo, que contribui para a sustentabilidade’. Desta forma, a associação deste conceito no processo projetual agrega novos caminhos e novas visões abrangentes em um sistema como um todo.

Prestes e Figueiredo (2011) completam a o pensamento de Mourão (2011) quando afirmam que ‘A abordagem sistêmica permite a visualização dos personagens envolvidos e suas atuações no sistema produtivo, facilitando a conexão de serviços locais e a identificação, para futura criação, de serviços inexistentes’.

Apoiando o pensamento sistêmico Melo Filho (2009) discorre quanto a inovação e à criatividade, dizendo que:

[...] o design não pode ser colocado simplesmente como uma ferramenta, mas sim um processo inovador que usa a informação e o conhecimento a respeito de arte, ciência e comportamentos sócio-culturais. Tem-se como claro, portanto, a sua ação multidisciplinar, com efetivas possibilidades de prática comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento, atuando em sinergia e focando um objetivo comum. [...] (MELO FILHO, 2009)

Com o pensamento direcionado então de forma sistêmica e multidisciplinar, sugere-se que espaços que visem resgatar tradições e culturas ofereçam experiências dentro destes locais, tornando-os assim mais reais e atrativos à população. Cardoso e Pereira dizem sobre o Design de experiência:

O design de experiência visa explorar as relações entre pessoa e projeto considerando o ser humano como ponto fundamental para o sucesso. Considera-se o usuário desde as menores etapas do projeto, tendo assim que todas as decisões projetuais devem ser

pensadas. Nenhum aspecto deve ser acidental. (CARDOSO E PEREIRA, 2011).

Locke também fala sobre a importância da experiência em processos de aprendizado e assimilação de conteúdo.

Todas as idéias vêm da sensação ou reflexão. Suponhamos que a mente seja, como dizemos, um papel em branco, um vazio de carácter, sem nenhuma idéia: - Como vem ele a ser guarnecido? De onde vem este vasto estoque de fantasias constantes e ilimitadas, pintadas pelo homem com praticamente infinita variedade? Onde estão todos os materiais da razão e conhecimento? Para isso eu respondo em uma palavra: da EXPERIÊNCIA. (LOCKE, 1952, p. 121)

Como visto através de Cardoso e Pereira e Locke, a experiência possibilita através de projetos voltados ao usuário momentos que fornecem conhecimento futuro através das recordações dos momentos experimentados. Garret (2003) discorre bem sobre esta junção de conceitos quando diz sobre o Design de experiência ser uma nova forma de pensar o Design e uma das características que

definem sua importância é por ser voltado para os usuários.

Dentro da mesma linha de pensamento de Garret (2003), Brown diz sobre os design thinkers.

[...] os pensadores projetuais (design thinkers) sabem que não existe um único jeito para se desenvolver o processo. Existem úteis pontos iniciais e marcadores auxiliares ao longo do caminho, mas o contínuo da inovação é mais bem representado por um sistema de espaços que se sobrepõe do que por uma sequência de passos ordenados (BROWN, 2009).

Pastori (2009) discorre e compara por meio do pensamento estratégico e da tendência fenomenológica de Bertola (2004), Deserti (2006) e Celaschi (2006), e conclui

[...] pode-se afirmar que Design Estratégico é aquele que, além de buscar soluções de problemas de design em uma empresa/organização em vista de seus resultados internos (problematizados no briefing), expande-se para o mercado por intermédio da interação empresa/design/sistema produto-serviço/consumidor. Nessa expansão, ressalta-se a relevância da dimensão estratégica do design (e não só

de sua operacionalidade técnica) constituída no conceito de metaprojeto. (PASTORI, 2009).

Metaprojeto, conceito explanado por Moraes (2006) pode ser entendido como

Metaprojeto: que vai além do projeto, que transcende o ato projetual, trata-se de uma reflexão crítica e reflexiva sobre o próprio projeto a partir de um cenário em que se destacam os fatores produtivos, tecnológicos, mercadológicos, materiais, ambientais, socioculturais e estético-formais, tendo como base análises e reflexões anteriormente realizadas através de prévios e estratégicos recolhimentos de dados. Pelo seu caráter abrangente, o metaprojeto explora toda a potencialidade do design, mas não produz out-puts como modelo projetual único e soluções técnicas pré-estabelecidas. Neste sentido, o metaprojeto pode ser considerado o ‘projeto do projeto’ ou, melhor dizendo, ‘o design do design. (MORAES 2006).

Todos estes conceitos agregam-se a ideia projetual por apresentarem por diversos ângulos, novos caminhos do pensamento do design, capazes de gerar inovações sociais a partir de projetos, mas não restritos a ele.

Centro de Memória: Uma Demanda Percebida

Uma demanda pode ser apresentada ao designer, ou como ator social ativo, pode reconhecer uma necessidade e desta forma perceber e desenvolver um projeto em cima desta demanda.

Identificada a demanda, buscou-se conhecimento para compreender os possíveis usuários, o local e qualificou-se técnicas e conceitos que apoiam o projeto para o local. Considera-se que o ato de projetar em design, segundo Dantas e Campos (2006) ‘envolve muitas variáveis interdependentes e dinâmicas, que necessitam ser compreendidas como parte do processo e não como elementos isolados independentes’.

Para IIDA (2006), ‘[...] cabe aos designers projetar objetos funcionalmente adequados, com aplicação dos conhecimentos técnicos e da ergonomia. Entretanto, os mesmos também devem ter qualidades estéticas e simbólicas, para que sejam atraentes ao consumidor’.

Baseado nos conceitos apresentados percebe-se a necessidade de aplicação dos mesmos em um local através de um estudo de caso, que visa buscar a eficácia da metodologia do design como articulador e

peça importante no resgate e conservação de memórias e tradições de uma cultura.

Caracterização do local

O local escolhido para o estudo de caso fica situado na cidade de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte e circunvizinha a Confins, que é porta de entrada do Estado de Minas Gerais. Segundo o IBGE – 2010, a cidade possui 58.740 mil habitantes, e está localizada a 40 km da capital mineira. Com acesso principal através da Rodovia MG 424, a cidade possui importantes indústrias como a Precon e a Camargo Corrêa, o que traz impactos financeiros positivos, porém fortes impactos negativos ambientais. Encontram-se importantes pontos turísticos históricos, como a Gruta do Baú, a Casa de Fernão Dias, em Fidalgo, o Parque Nacional Lagoa do Sumidouro, em que encontram-se pinturas rupestres raras mundialmente e o circuito Chico Xavier, que apresenta locais importantes e conservados, relacionados ao “maior

Brasileiro de todos os tempos”, segundo SBT⁹² , entre outros locais que somados resultam em 20 pontos turísticos oficiais na cidade e 7 tombamentos em âmbito municipal e 3 em âmbito Estadual⁹³ .

Segundo IBGE, 2010, Pedro Leopoldo possui extensão de 291,038 quilômetros quadrados, seu bioma predominante é o cerrado, está localizado a 902 metros de altitude e seu clima é Tropical Úmido e foi emancipada em 1924. Seus principais pontos turísticos são: Alicerce da cada de Borba Gato, a Cachoeira Grande, Capela Nossa Senhora do Rosário, Casa de Fernão Dias, Fazenda Poço Azul, Gruta do Baú, Gruta da Lapa Vermelha, a Igreja dos Bexigentos, a Lagoa e Lapa do Sumidouro e o circuito Chico Xavier.

Entre as manifestações culturais destacam-se o Festival de Verão e o boi da Manta, festas que relembram as raízes mineiras folclóricas e religiosas típicas, além de retretas da corporação musical Cachoeira grande, fundada em 1913.

⁹² Em matéria publicada no dia 04 de Outubro de 2012, o ícone espírita obteve 71,4% dos votos do público pela internet e via SMS.

⁹³ Fonte: Divisão de cultura Esporte e Lazer – Conselho do Patrimônio Cultural e Natural, 2005.

A mais tradicional atividade fabril de Pedro Leopoldo, nas primeiras décadas do século XX, é representada pela Fábrica de Tecidos Cachoeira Grande, que está associada à origem da cidade e ao seu desenvolvimento. Somente na década de 1950, a cidade contou com nova atividade industrial: a Companhia de Cimento Portland Cauê. Em 1963, a Precon, também integrou o grupo das grandes indústrias do município, na época uma pequena fábrica de estacas para fundação, as primeiras peças pré-fabricadas do estado de Minas Gerais, Segundo a cartilha do cidadão . E em 1975, foi inaugurada a Fábrica de Cimento Ciminás, que apoiou a transformação do mundo agrário para o urbano.

A fazenda Modelo, fundada em 1918, local em que se sugere a instalação do Centro de Memória, possuiu grande importância a algumas décadas atrás. Comprova-se esta afirmação no trecho retirado do Atlas Escolar do Município de Pedro Leopoldo:

Nos tempos antigos, lá pelas décadas de 30, 40 e 50, os pedroleopoldenses poderiam copiar o adágio e dizer: a pessoa que visse a Pedro Leopoldo, perderia a oportunidade de conhecer um dos recantos mais lindos de Minas Gerais, onde havia de quase todas as espécies e raças de animais úteis ao homem. O plantel

da antiga fazenda era enorme e se dedicava a multiplicação das espécies, para abastecimento de reprodutores aos criadores em todo o estado de Minas Gerais. (ALESSANDRO DE SÁ, 2012).

Após a urbanização, a fazenda perdeu seu prestígio e variedades de criações e mudou seu foco inicial. Atualmente administrada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, o espaço oferece apoio aos estudantes de Veterinária da Escola e outros cursos, desenvolvendo pesquisas. Com área de 448 hectares, o espaço possui quatro prédios principais, sendo que um está desativado até que pinturas antigas sejam analisadas e catalogadas como patrimônio histórico. Propõe-se então abrigar o Centro de Cultura e Memória, em um dos prédios existentes, o “casarão”, que hoje abriga a administração provisoriamente até a reforma de outro espaço.

Identificação da demanda e diretrizes para aplicações do Design

O design, como se percebeu nas descrições anteriores, possui a possibilidade de assumir

importante papel no resgate e preservação da memória e cultura, além de possibilitar ao usuário vivenciar diferentes experiências através dos produtos e ambientes projetados.

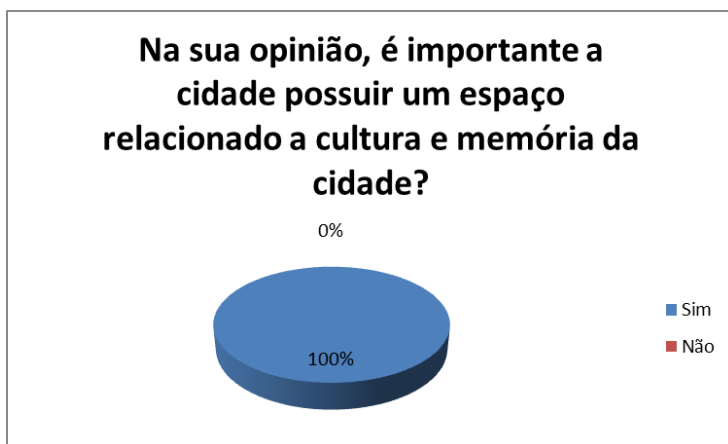
Como aborda Krucken, 2009 “Para dinamizar os recursos do território e valorizar seu patrimônio cultural imaterial, é fundamental reconhecer e tornar reconhecíveis valores e qualidades locais”. Com base em todos os levantamentos, acredita-se ser plausível a proposta do estudo de caso ser o projeto de um Centro de Cultura, que integre lazer, conhecimento e resgate da memória, de forma a apoiar e incentivar o uso do espaços que agreguem lazer e conhecimento de forma prática e interativa, que retomaria este vínculo e importância dentro da cidade, que se perdeu com o tempo.

Como forma de identificar o público usuário deste espaço e suas necessidades, aplicou-se um questionário através de formulário online e o mesmo formato impresso para atingir os que não têm acesso a este recurso. A amostragem deste processo obteve 65 respostas ao total, sendo que em ambas as aplicações, não houve interferência por parte da pesquisadora nas respostas.

Dentro das perguntas apresentadas, comprovou-se a necessidade e anseio dos moradores atuais, dos quais já residiram e depois se mudaram do local, dos que frequentam a cidade para alguma atividade e de locais circunvizinhos.

A opinião de todos os entrevistados é que foi percebido como importante a cidade possuir um espaço relacionado à cultura e memória da cidade, conforme mostra a Figura 1, abaixo:

Figura 1: Gráfico referente à aceitação do projeto
(Fonte: Letícia H. Guimarães)



Outro aspecto abordado no questionário foi relativo ao público alvo do projeto. Através do

resultado quantitativo, pode-se concluir que a população compreende o local como espaço importante inicialmente aos adultos, que possivelmente visitariam mais o local, e subsequente a este resultado, tem-se que todas as faixas etárias devem ser beneficiadas, e que todas frequentariam o espaço (ver Figura 2). É interessante analisar os gráficos resultantes da metodologia aplicada, pois percebe-se que a população reconhece a necessidade de um espaço que resgate e conserve a memória, porém, a maior parte não aponta todos os públicos, como as crianças, que segundo enquete informal, são as que tem menor acesso às tradições da cidade.

Figura 2: Gráfico referente à opinião quanto aos principais usuários do local (Fonte: Letícia H. Guimarães)



Optou-se para a identificação das necessidades das crianças, uma dinâmica, em que se propôs um momento, no ambiente escolar, com crianças na faixa etária entre oito e nove anos, em que foram perguntas sobre três tópicos correlacionados, e em cada momento, elas desenhavam o que achavam que representava e exemplificava a resposta.

A primeira pergunta foi referente a como a cidade é vista por elas, o que gostam e o que não gostam. Neste primeiro momento conseguiu-se interpretar como as crianças estão consumistas e os locais de passeio estão normalmente ligados ao comércio em geral. As crianças não reconheceram as tradições e culturas da cidade, ou a valorização de espaços públicos. No segundo momento perguntou-se sobre como gostaria que a cidade fosse o que poderia ter de diferente que não tem ainda. Foi um grande reconhecimento, ao se perceber a carência de atividades motoras que elas sentem. As principais exemplificações recorrentes foram de animais (zoológicos), natureza, quadras de futebol e locais de diversão, como parques, circo e playgrounds.

A última pergunta foi referente feita com o intuito de identificar como seria um espaço ideal relacionado à cultura e ao aprendizado, para tanto,

perguntou-se: se a escola pudesse ser diferente, como seria? As respostas foram singelas, reais e demonstram o nível de integração com os assuntos que permeiam seus interesses. As crianças reconheceram o local que estudam, dizendo gostar de lá, mas identificaram que poderia ter aulas de artes e educação física, que foram recentemente retiradas da grade do ensino público do estado, expressa a falta de dinâmicas e mais atividades práticas durante os horários de estudo. Um dos resultados da dinâmica, FIG 3.

Figura 3: Desenho realizado durante dinâmica com crianças (Fonte: Letícia H. Guimarães)



Através de outra ferramenta da metodologia do Design conhecida como visita de locais análogos, visitou-se locais que apresentam proposta similar para entender o contexto e técnicas utilizadas. Para tal, foram realizadas visitas técnicas ao Museu Abílio Barreto, BH e ao Museu Casa de Guimarães Rosa, Cordisburgo. Em ambos os locais, encontrou-se técnicas interessantes de fácil implementação que despertam a curiosidade no usuário, envolvendo-o mais com o conteúdo, e espaços externos estruturados, podendo receber atividades que também atraíam visitantes para o local.

Considerando a metodologia apresentada, afirma-se que muito conteúdo sobre os usuários foi analisada, compreendendo melhor o local do estudo de caso e adquirindo conhecimento para junto aos conceitos de Design de experiência, sistêmico, possa-se projetar voltado para os reais usuários, a fim de suprir uma real necessidade.

Considerações Finais

Neste artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica principalmente referente à memória, seu resgate e armazenamento, sobre o pensamento

sistêmico, gestão de design, incentivo ao turismo e design de experiência.

Por meio de técnicas de questionários, enquetes e dinâmicas, percebeu-se a necessidade e anseios da população com relação à proposta do local e pode-se comprovar a demanda identificada pela percepção do design.

Através de visitas análogas, reconheceram-se modelos que funcionam, e técnicas de fácil aplicação que atraem e agradam todas as faixas etárias através da curiosidade e apressos aos detalhes. E, considerando as características do local, a proposta é viável nos âmbitos sociais, econômicos, sustentáveis e culturais, criando um espaço de lazer, cultura e referência de conservação da memória.

Ferramentas sensoriais, espaços que proporcionem atividades ao ar livre, espaços de exposição e de integração, espaço externo preferencialmente para atividades que requerem espaço e jardim como ambientes de resgate às percepções e memórias, são colaborações previamente identificadas como fortes aliadas no desenvolvimento futuro desta proposta projetual.

Portanto, percebeu-se como o pensamento e ferramentas do Design podem apoiar a criação e

disseminação de ideias e projetos que apoiem o resgate e conservação da memória e cultura de um local.

Referências

Artigos em periódicos e capítulos em livro

BUARQUE, S. C. 2002. Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 177 p.

BROWN, T. 2009. Change by design: how design thinking transforms organizations and inspires innovation. New York: Harper Collins Publishers.

CARDOSO, Natália Pizzetti, PEREIRA , Alice Theresinha Cybis.2011. Design de experiência como estímulo para o desenvolvimento de hipermidias voltadas a satisfação do usuário. RS.

DANTAS, D.; CAMPOS, A. 2006. Autonomia projetual: um novo olhar sobre as estratégias de ensino de metodologia de projetos em design. In: Revista Design em Foco, v. III n.2, jul/dez 2006.Salvador: EDUNEB, p. 129-141.

DZIOBCZENSKI, P. R. N., Lacerda, A. P., Porto, R. G., SEFERIN, M. T., Batista, V. J. Inovação. 2011. Através do Design: Princípios Sistêmicos do

Pensamento Projetual. UFRGS.

FILHO, J. Issa. 2002. Coisas do Reino de Pedro Leopoldo 3 /. – Pedro Leopoldo: Editora Tavares. 352 p.

GARRETT, Jesse James. 2003. The elements of user experience: user-centered design for web. New York: New Riders.

IIDA, Itiro. 2006. MÜHLENBERG, Poema. O Bom e o Bonito em Design. 7º Congresso de Pesquisa & Desenvolvimento em Design. Paraná.

KRUCKEN, L. 2009. Design e Território: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Novel.

LEOPOLDO, Prefeitura Municipal de Pedro, 2005. Inventário Turístico/Plano Diretor. Pedro Leopoldo.

Locke, John. 1952. An essay concerning human understanding. In: HUTCHINS, R. M. (Ed.) Great books of the western world: Locke, Berkeley, Hume. Chicago: William Benton. V.35, p. 85 – 395.

MARTINS, Marcos Lobato. 1994. Pedro Leopoldo: memória histórica. Câmara Municipal de Pedro Leopoldo. Belo Horizonte: Personal Editora Gráfica.

Martins, Marcos Lobato. 2006. Pedro Leopoldo: memória histórica. Câmara Municipal de Pedro Leopoldo. 2ª edição e ampliada. Pedro Leopoldo.

MORAES, D. de. 2006. Metaprojeto: o design do design. In: CONGRESSO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 7, Curitiba, 2006. Anais... Curitiba, p. 1-6.

PASTORI, Douglas Onzi, MERKER, Fábio, LOPES, Joeline Maciel, SEZERA, Juliano, MONTAÑA, Misael Paulo, VISONÁ, Paula Cristina, BALEM, Tiago. 2009. Strategic management process design e o pensamento sistêmico: a emergência de novas metodologias de design. Porto Alegre, RS.

POTTER, N. 1999. Qué es un diseñador: objetos, lugares, mensajes. Buenos Aires: Paidós.

Sá, Alessandro de. 2012. Atlas Escolar simplificado do Município de Pedro Leopoldo. 1ª edição. Pedro Leopoldo, MG.

SENGE, P. 1995. A Quinta Disciplina: caderno de campo - estratégias e ferramentas para construir uma organização que aprende. Rio de Janeiro, Qualitymark Ed., 544 p.

Livros e material não-publicado

MOURÃO, Nadja Maria. Sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais: Uma

aplicação prática de design sistêmico no cerrado mineiro. BH.

Referências da Internet

IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em Junho 2013.

Melo Filho, Álvaro de. Designing Marketing. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.

19, n. 3/4, p. 307-324, mar./abr. 2009. Disponível em:

seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/994/696

PRESTES, M. G. Figueiredo, L. F. G.. UFRGS. 2011. Novas Perspectivas para o Design: Designers como Agentes de Desenvolvimento Local. Disponível

em:<http://www.pgdesign.ufrgs.br/designetecnologia/index.php/det/article/view/61>. Acesso em Junho de 2013.

SBT.2013 - Disponível em: <http://www.sbt.com.br/omaiorbrasileiro/fiquepordentro/>. Acesso em Junho 2013.

UFMG. 2013 - Disponível em: http://www.vet.ufmg.br/fazendas/exibe/1_20070314111050/. Acesso em Junho 2013.

A UTILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES SUPERHIDROFÓBICAS EM PRODUTOS E EMBALAGENS ALIMENTARES COM FOCO NA REDUÇÃO DE RESÍDUOS

Kamila Rodrigues de Oliveira⁹⁴

Artur Caron Mottin, M.Sc.⁹⁵

RESUMO: Estima-se que hoje cerca de 40% dos alimentos se perdem na etapa de varejo e consumo, pensando nisso este artigo busca abordar uma possibilidade para maximizar a utilização de produtos alimentícios embalados em recipientes plásticos. Inúmeras embalagens plásticas dificultam a utilização total dos alimentos contidos nelas, seja pelo formato dos frascos, seja pela aderência entre o conteúdo e a embalagem. Uma saída para este problema são as superfícies superhidrofóbicas, que permitem termos materiais auto-limpantes. Neste artigo, apresentamos os conceitos sobre hidrofobicidades, exemplos de aplicações das superfícies superhidrofóbicas em produtos variados, e estudamos a utilização de um polímero biodegradável, combinado com a técnica de eletrofiação para criar uma superfície

⁹⁴ Graduanda do Curso de Design de Produto – Escola de Design – UEMG.

⁹⁵ Professor do Curso de Design de Produto – Escola de Design – UEMG.

superidrofóbica e auto-limpantes, visando a aplicação em embalagens plásticas.

Palavras-chave: eletrofiacção; design de embalagens; design de produto

Introdução

Cerca de um terço de todo o alimento que se produz a cada ano no mundo para o consumo humano, o que equivale a aproximadamente 1300 toneladas, se perdem ou se desperdiçam segundo dados divulgados pela FAO. A produção total de alimentos per capita para consumo humano se dá em aproximadamente 900 kg anual nos países ricos, o que equivale a quase o dobro em comparação com os 460 kg produzidos nas regiões mais pobres. Nos países em desenvolvimento 40% das perdas ocorrem nas fases pós-colheita e processamento, enquanto nos países industrializados, mais de 40% das perdas ocorre ao nível de vendas e consumo⁹⁶.

Além disso, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente o desperdício de comida também gera um grande desperdício de outros recursos como, água, terra, energia, mão de

⁹⁶ <http://www.fao.org/news/story/es/item/74327/>

obra e capital, além da emissão de gases do efeito estufa que contribuem para a mudança do clima⁹⁷.

As causas das perdas de alimentos variam em diferentes partes do mundo e dependem das condições específicas e a situação local de cada país. Em termos gerais as perdas de alimentos estão relacionadas às escolhas feitas na produção de cultivos e seus padrões, na infraestrutura e as capacidades internas, nas cadeias comerciais e os canais de distribuição assim como as compras dos consumidores e o manuseio dos alimentos (GUSTAVSSON *et al*, 2011).

De acordo com o caderno temático “A nutrição e o consumo consciente” do Instituto Akatu (2003), cerca de 64% de tudo que é plantado no Brasil é perdido ao longo da cadeia produtiva, sendo que 20% são perdidos na colheita, 8% no transporte e armazenamento, 15% na indústria e no processamento, 1% no varejo, e 20% no processamento culinário e nos hábitos alimentares. Analisando os dados chega-se a conclusão de que o brasileiro desperdiça em média 20% dos alimentos que compra semanalmente o que remete a uma perda

⁹⁷ <http://www.unep.org/portuguese/wed/quickfacts/>

de aproximadamente US\$ 1 bilhão por ano, o que é suficiente para alimentar 500 mil famílias.

O estudo “Pérdidas y desperdício de alimentos em el mundo” divulgado pela FAO em 2011 diz que nos países industrializados 40% das perdas de alimentos se da no varejo e no consumo. O estudo mostra também que o desperdício de alimentos durante a fase de consumo é maior que nas fases de produção agrícola, manejo pós-colheita e armazenagem, processamento e embalagem e distribuição em diversas partes do mundo. Chegando a conclusão de que a forma com que as pessoas manuseiam os produtos em casa é responsável pelo maior índice de desperdício.

Na tentativa de minimizar as perdas de produtos principalmente alimentares, vêm se desenvolvendo ao longo dos anos estudos que visam melhorar as condições de armazenamento dos alimentos nas embalagens usando a nanotecnologia para desenvolver um sistema que promove a melhor conservação dos alimentos chamada embalagens chamadas ativas ou inteligentes.

Embalagens ativas (Tabela 1) são aquelas que além de atuarem como barreiras procuram corrigir deficiências existentes nos outros tipos de

embalagens. Elas podem ser definidas como embalagens aonde outros elementos foram incluídos no material ou no espaço livre da embalagem para melhorar seu desempenho (ROBERTSON, 2006). As embalagens inteligentes (Tabela 2) são aquelas que captam e medem variações no ambiente, na embalagem e no seu conteúdo e comunicam estas alterações (BRODY, 2001).

Tabela 1: EXEMPLOS DE EMBALAGENS ATIVAS E SUAS APLICAÇÕES

Embalagens ativas	Principais componentes	Aplicações
Absorvedor de oxigênio	Pó de ferro, ácido ascórbico, glicose-oxidase, etanol-oxidase	Produtos de panificação, café, leite em pó, queijo.
Absorvedor de etileno	Permanganato de potássio, carvão ativado, sílica gel, argila	Frutas e hortaliças
Absorvedor de umidade	Propilenoglicol, poli(alcool vinílico), sílica gel, argila	Frutas, vegetais, alimentos de panificação, congelados
Absorvedores de dióxido de carbono	Hidróxido de potássio, óxido de cálcio, sílica gel	Café torrado e produtos desidratados
Emissores de etanol	Etanol	Produtos de panificação e peixes
Liberadores e conservantes antimicrobianos	Sorbatos, benzoatos, propionatos, etanol, oxalato, peróxidos, antibióticos, enzimas	Carnes, peixes, frutas secas, queijos e produtos de panificação
Emissores de dióxido de carbono	Ácido ascórbico, carbonato de ferro + haleto metálico	Frutas e hortaliças, peixes, carnes e aves

Fonte: BRAGA; PERES, 2003.

Tabela 1: EXEMPLOS DE EMBALAGENS INTELIGENTES E SUAS APLICAÇÕES

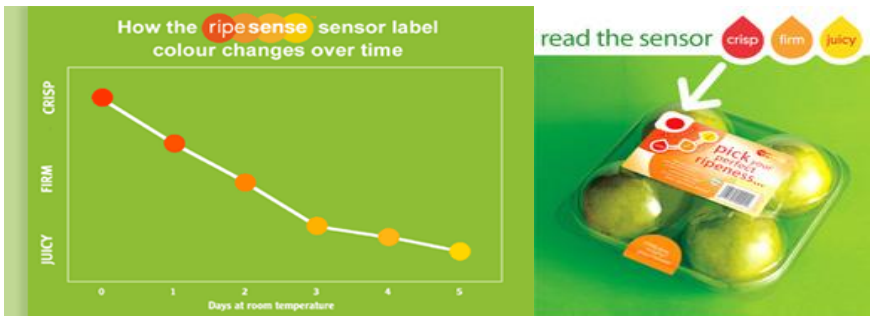
Embalagens Inteligentes	Principais Componentes	Aplicações
Indicadores de crescimento de microorganismos	Corantes de pH, todos os tipos de corantes reagem com metabólitos (voláteis ou não voláteis)	Alimentos perecíveis (carnes, peixes e aves)
Indicadores de oxigênio	Tintas redox, enzimáticos, corantes de pH	Alimentos estocados em baixas concentrações de oxigênio
Indicador de dióxido de carbono	Químicos	Embalagens de alimentos com atmosfera modificada ou controlada
Indicadores de tempo-temperatura	Mecânicos, químicos e enzimáticos	Alimentos congelador e refrigerados
Indicadores Patogênicos	Vários métodos químicos e imunoquímicos reagem com toxina	Alimentos perecíveis (carnes, peixes e aves)

Fonte: BRAGA; PERES, 2003

Como ilustrações dos indicadores dos sistemas de embalagem abordadas estão os indicadores de temperatura, que no Brasil tem uma grande importância, já que no país o transporte de carga é predominantemente rodoviário, o que promove situações adversas prejudiciais à manutenção da segurança e qualidade dos produtos (VIEIRA, 2011). Os filmes de Quitosana contendo clorofila são exemplos de indicadores calorimétricos de temperatura que podem ser usados em embalagens. Ele funciona como indicador específico para faixa de 50°C a 75°C, mudando irreversivelmente de verde para amarelo quando submetido a esta temperatura. Além disso, ele tem como vantagem sua

biodegradabilidade e a simples fabricação (MACIEL; FRANCO; YOSHIDA, 2012).

Outro exemplo são as embalagens com indicadores de amadurecimento e frescor. Tais sensores exibem sinais visuais de alerta ao consumidor, com mudança de cor, por meio de reações com voláteis liberados pelos alimentos durante o processo de amadurecimento. Através da coloração do sensor é possível que o consumidor escolha o grau de maturação de sua preferência sem o risco de cometer enganos como mostrado na Figura 1 (SARANTÓPOULOS, MORAES, 2009).



(a) (b)

Figura 5: (a) Curva de maturação para peras presente nas embalagens ripeseense. (b) Indicação da localização do sensor

que indica através da variação da coloração o grau de maturação da fruta. Fonte: Site ripeseense⁹⁸

Também estão disponíveis no mercado embalagens com biossensor que consiste em um dispositivo analítico que detecta, registra e transmite informações sobre as reações químicas (KERRY, O'GRADY e HOGAN, 2006). Tais sensores podem ser colocados no interior das embalagens de alimento ou mesmo integrados dentro do material da embalagem. O ToximGuard™ desenvolvido pela Toxin Alert no Canadá é um exemplo comercial destes biossensores, ele é um sistema de diagnóstico visual capaz de detectar *Salmonella* sp., *Campylobacter* sp., *E coli* 0517 e *Listeria* sp (PERES; BRAGA, 2010)

Como citado anteriormente as embalagens estão diretamente ligadas ao desperdício de produtos durante o consumo. Levando em consideração os resíduos de produtos que ficam presos dentro das embalagens, tem-se uma quantidade enorme de dinheiro que é desperdiçado junto ao produto que não foi consumido.

⁹⁸ http://www.ripeseense.com/ripeseense_howitworks.html

Além disso, embalagens de produtos com alta viscosidade, aonde sua retirada é dificultada, usam de mecanismos como tampas ou bombas de sucção para permitir a retirada do produto. Estes mecanismos tornam o produto mais caro, porque aumentam seu tamanho e gastam mais materiais, mas poderiam ser descartados caso o material da embalagem facilitasse sua retirada. Assim, as embalagens que diminuem a retenção de produtos diminuem também o desperdício de alimentos, bem como o desperdício de dinheiro e ainda ajudam no processo de reciclagem.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente os resíduos deixados nas embalagens são complicadores da reciclagem. A lavagem ineficiente da embalagem, por exemplo, acarreta um odor característico, principalmente em embalagens de óleo. Quando o resíduo é inflamável a utilização de solventes se torna inaplicável. Além disso, o transporte inadequado de embalagens como as de óleo e agrotóxicos pode resultar em vazamentos que prejudicam o meio ambiente⁹⁹.

99

Assim a eliminação de resíduos das embalagens se torna importante para o meio ambiente e para o consumidor de forma direta e indireta. Diretamente na diminuição do desperdício não só do produto, como do seu valor monetário. E indiretamente em valores embutidos no produto referentes ao transporte de embalagens com tamanho maior que o necessário, já que os produtos não podem ser muito concentrados devido a sua viscosidade e interação com a embalagem, além da eliminação de tampas com sistemas para a remoção do produto de dentro da embalagem, que poderiam dar lugar a sistemas mais simples e conseqüentemente mais baratos.

Ângulos de contato, molhabilidade e superfícies superhidrofóbicas

O controle da molhabilidade de superfícies sólidas é uma questão importante que vem atraindo cada vez mais interesse no âmbito funcional e prático adequando a topografia da superfície e a composição química das superfícies (WANG;HASHIMOTO;FUJISHIMA et al, 1997).

A molhabilidade é comumente mensurada através da medida entre o ângulo de contato, a superfície sólida e a água. Deste parâmetro, em relação à água tem-se que superfícies hidrofílicas são aquelas que apresentam o ângulo de contato menor a 90° , sendo consideradas compatíveis com o líquido em contato com sua superfície. As superfícies hidrofóbicas são denominadas quando seu ângulo de contato é igual ou maior a 90° , podendo ser ainda descritas como superhidrofóbica quando os ângulos de contato são iguais ou superiores a 150° (JUSTINO; WEIBEL, 2013) como mostrado na Figura 2.

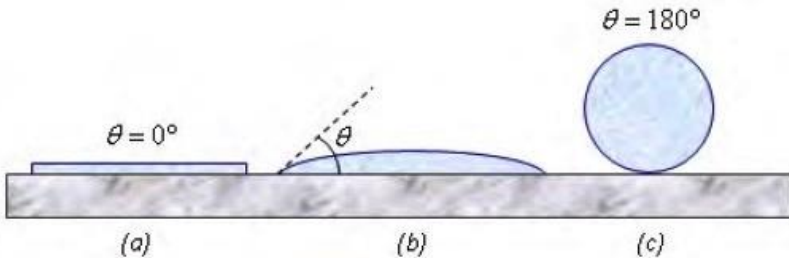


Figura 6: Condições de molhabilidade de uma superfície. (a) Superfície superhidrofílica $\Theta \leq 10^\circ$. (b) Superfície com hidrofílicidade parcial $10^\circ < \Theta \leq 90^\circ$. (c) Superfície superhidrofóbica $\Theta \geq 150^\circ$. Fonte: Justino;Weibel, 2013.

O ângulo de contato é relacionado às tensões superficiais por meio da equação de Young. Em seus estudos Thomas Young obteve uma equação que trabalha com parâmetros na relação de interação sólido-líquido. Esta equação relaciona o ângulo de contato (Θ) entre o líquido e a superfície sólida através das tensões superficiais entre líquido vapor (γ_{LV}), sólido-vapor (γ_S) e sólido líquido (γ_{SL}) como mostrado na Figura 3 (ROURA; FORT, 2004 e BURKARTER, 2010).



Figura 7: Definição de ângulo de contato e tensões superficiais presentes na equação de Young. Fonte: Burkarter,2010.

Segundo o trabalho de Willard Gibbs, em 1880 a tensão superficial resulta de uma energia livre para a realização de trabalho sobre as vizinhanças, que pode ser associada aos átomos da superfície de um líquido. Assim para a compreensão da molhabilidade e em especial da superhidrofobicidade é necessária à

compreensão do conceito de energia de superfície (JHONSON, 1958).

O conceito de energia de superfície pode ser explicado usando um líquido como exemplo. Os átomos e moléculas de um líquido podem se mover livremente procurando um lugar aonde as forças estejam em equilíbrio. Mas as partículas da superfície experimentam apenas as forças dirigidas para dentro do líquido, tal comportamento faz com que a superfície líquido-vapor esteja sobre tensão, esta tensão é medida em N/M (Newtons por metro). Como exemplificado na Figura 4 (WU, 1971).

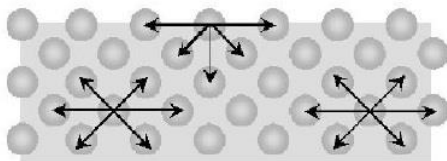


Figura 8: Comportamento da Energia de Superfície de um Líquido. Fonte: Burkarter, 2010.

Os ângulos de contato podem ainda ser divididos em dois tipos que são: Os ângulos de contato estáticos e os ângulos de contato dinâmicos. O primeiro é medido através de gotas paradas em cima de uma superfície plana, enquanto o segundo é medido depositando e retirando a gota da superfície.

Esta dinâmica para medir o ângulo de contato é mensurada através da viscosidade e aderência da gota, sendo esta o fator chave como antiaderência e repelente de água (TUFFY, 2008).

Outro parâmetro para a caracterização da molhabilidade é a histerese do ângulo de contato que é a diferença entre os valores encontrados nos dois tipos de ângulo de contato já mencionados, tal propriedade está associada a capacidade da gota deslizar para fora de uma superfície. Neste caso as superfícies superhidrofóbicas possuem baixa histerese de ângulo de contato (BURKARTER, 2010).

A baixa energia de superfície como já abordado é o maior fator para a contribuição da superhidrofobicidade, mas a rugosidade também tem sua participação, ajudando a energia de superfície a promover este tipo de fenômeno. Alterando apenas a energia de superfície se consegue produzir ângulos de contato de 120° . Quando se tem uma superfície rugosa pode-se haver uma diminuição ainda maior da energia de superfície podendo produzir materiais superhidrofóbicos com ângulo de contato de 180° . Em outras palavras, se você aumentar a rugosidade, aumenta-se a área de superfície do sólido e diminui a

energia de superfície (TUFFY, 2008). Está é a base para uma das teorias que serão descritas a seguir.

Modelos teóricos

Modelo Wenzel

Em 1936 Robert N. Wenzel publicou o chamado modelo de Wenzel que tem como objetivo entender a relação entre a rugosidade e a molhabilidade. Neste modelo o autor considera que a água preenche todos os contornos que caracterizam a rugosidade da superfície (Figura 5). Ainda segundo ele esta rugosidade é capaz de aumentar tanto o caráter hidrofílico quando o caráter hidrofóbico dependendo da química da superfície. Seu modelo pode ser descrito pela equação: (WENZEL, 1936).

$$\cos \Theta_a = F \cos \Theta.$$

(2.1)

Para a melhor compreensão da equação de Wenzel (2.1) é preciso compreender o seu fator rugosidade dado por (F) que é descrito como a razão entre a área total e a área projetada.

$$F = \frac{\text{área total}}{\text{área projetada}}$$

(2.2)

Então, de acordo com a equação (2.2) um aumento na rugosidade implicaria em um aumento da área total resultando em um decréscimo na energia por unidade de área podendo resultar em um aumento no ângulo de contato, este novo ângulo de contato é o ângulo de contato aparente θ_a . (WENZEL,1936 e X; REINHOUDT;CALAMA, 2007)

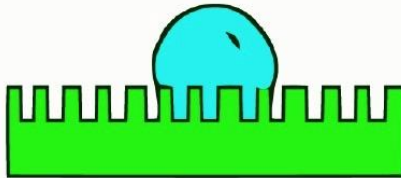


Figura 9: Comportamento de gota sobre superfície hidrofóbica segundo o modelo de Wenzel. Fonte: Tuffy, 2008.

Modelo Cassie-Baxter

O chamado Modelo Cassie-Baxter, publicado por Cassie e Baxter em 1944 se baseia no fato de que em uma superfície rugosa, a água fica suspensa pela porção de ar presa sobre os cilindros que caracterizam a rugosidade da superfície assim como mostrado na Figura 6. (CASSIE;BAXTER, 1944)

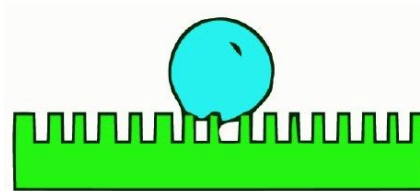


Figura 10: Comportamento de gota sobre superfície superhidrofóbica segundo o modelo de Cassie-Baxter. Fonte: Tuffy, 2008.

Neste modelo, o ângulo de contato aparente devido à rugosidade é dado por:

$$\cos \theta_a = f (1 + \cos \theta) - 1 \quad (2.3)$$

Onde θ_a é o ângulo de contato aparente e f é a fração da superfície com o qual a gota tem contato. (CASSIE; BAXTER, 1944)

Assim, levando em consideração os modelos de Wenzel e Cassie-Baxter conclui-se que para o desenvolvimento de superfícies superhidrofóbicas é necessário um ângulo de contato elevado e uma rugosidade considerável (LI; REINHOUDT; CALAMA, 2007 e BURKARTER, 2010).

Ainda se tratando da coexistência entre os dois métodos Koish *et al.* (2009) abordaram em seus estudos a coexistência e transição dos métodos nos

pilares de uma superfície hidrofóbica mostrando que existe uma altura crítica para os pilares de uma superfície superhidrofóbica aonde a gota pode coexistir nos estados Wenzel/Cassie-Baxter, e ressaltam que é importante considerar a barreira de energia livre que é o que separa os dois estados. Os autores justificam esta importância dizendo que os conhecimentos dos resultados alcançados resultarão em benefícios para futuros projetos sobre superfícies superhidrofóbicas e aplicações práticas em nano fluídos.

Eletrofiação

A eletrofiação vem ganhando popularidade nos últimos dez anos em grande parte pelo aumento de interesse pelas funções das propriedades da escala nanométrica, bem como da sua variedade de aplicações em materiais poliméricos (SUBBIAH; BACH; TOCK; 2005 e RENEKER; YARIN, 2008). Entre os formatos mais estudados estão as nanofibras e nanotubos que permitem uma vasta aplicação. A eletrofiação é um método bastante conveniente devido a sua simplicidade e baixo custo de produção (PHAM; SHARMA, 2006 e COSTA *et al.*, 2012).

Este método que inicialmente foi proposto por Formhal em 1938 e redescoberto por Reneker e Doshi tem como proposta básica de instalação uma bomba de seringa, uma fonte de alta voltagem e um coletor como mostrado na figura 7 (DOSHI; RENEKER 1995 e RENEKER; CHUN, 1996). A bomba ligada à seringa é utilizada para controlar a taxa de fluxo da solução de polímero. A fonte de alimentação da corrente contínua de alta tensão é conectada a uma agulha metálica, que por outro lado é conectada a seringa. Quando a alta voltagem é aplicada ao polímero que emana da agulha metálica as partículas carregadas começam a se concentrar na superfície da gota de polímero, resultando no excesso de acumulação de partículas carregadas (SAHAY; THAVASI; RAMAKRISHNA, 2011).

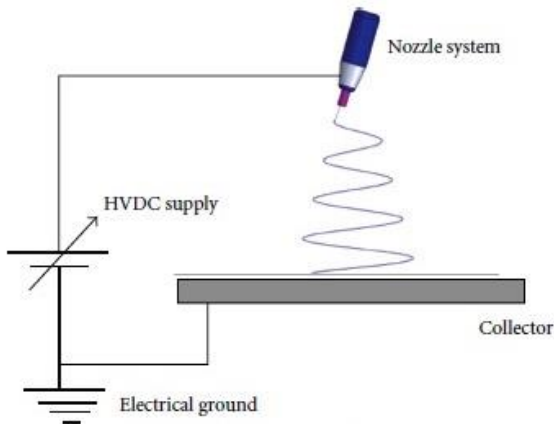


Figura 11: Esquema básico da eletrofição. O sistema da seringa consiste em uma agulha metálica e uma bomba de seringa. Aonde há um suporte da HVDC para a corrente contínua de alta tensão. Fonte: SAHAY; THAVASI; RAMAKRISHNA, 2011.

Para a instalação da eletrofição trabalha-se com diversos tipos de coletores, podendo ser rotativos ou estáticos. A Figura 8 ilustra três exemplos destes coletores, sendo dois rotativos e um estático, tais coletores resultam em fibras na configuração apresentada na Figura 9.

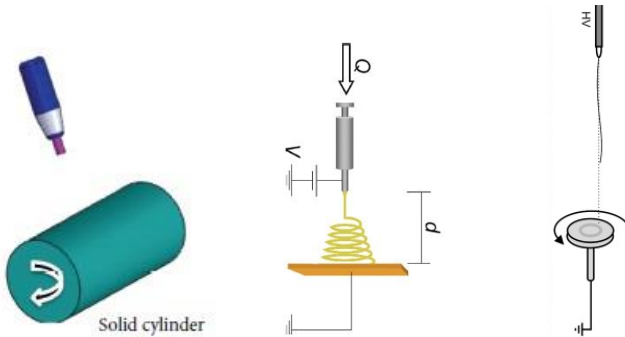
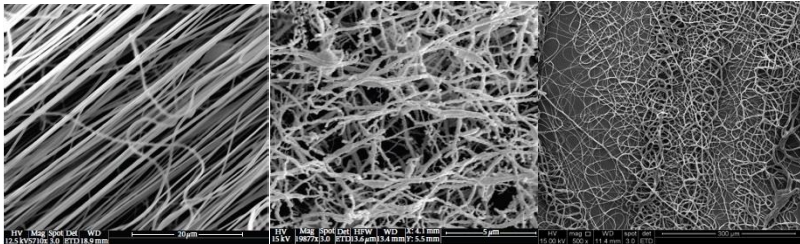


Figura 12: Coletores envolvidos no processo de eletrospiação, sendo o primeiro um coletor cilíndrico de alta velocidade, o segundo um coletor estático e o terceiro um coletor rotativo. Fonte: SAHAY; THAVASI; RAMAKRISHNA, 2011.



(a) (b) (c)

Figura 13: (a) Nanofibra coletada a partir de um coletor rotativo de alta velocidade. (b) Nanofibra coletada a partir de um coletor estático. (c) Nanofibra coletada a partir de coletor rotativo. Fonte: SAHAY; THAVASI; RAMAKRISHNA, 2011.

Esta tecnologia também é amplamente utilizada para produzir fibras de polímeros com diâmetro de 2 nm a vários micrometros usando soluções de polímeros (AHN;PARK; *et al* 2006 e LANNUTTI; *et al* 2007). Suas potenciais aplicações incluem membranas de filtração, sensores baseados em fibras, tecidos de engenharia (HUANG; ZHANG *et al* 2013) além da produção de diversos polímeros como poli(vinilpirrolidona) (MCCHAN; LI; XIA, 2005), poli(ácido láctico)(PICCIANI *et al*, 2009), poli(álcool vinílico) (COSTA; RIBEIRO; MATTOSO, 2010), entre muitos outros.

Nanofibras de PHB

Atualmente a preocupação com o meio ambiente é cada vez mais crescente, com isso se investe muito em biomateriais como o poly[(R)-3-hydroxybutyrate] também chamado de PHB, que se trata de um polímero termoplástico natural produzido por muitas espécies de microrganismos. Um dos setores aonde sua aplicação é importante são os tecidos por causa do seu comportamento biocompatível e biodegradável (WANG; HSU; WHANG, 2008).

Uma ampla variedade de copolímeros de PHB, chamados de PHAs (poly(hydroxyalcanoate)s) podem ser produzidos apenas controlando as condições das culturas dos microrganismos que produzem o PHB. Como os PHAs tem alta força, resistência mecânica e baixo grau de toxicidade eles são muito usados na medicina em cirurgias de sutura, por exemplo, (WILLIAMS; MARTIN, 2002).

Devido às boas propriedades do PHB, principalmente o fato dele não agredir o meio ambiente da mesma forma que alguns outros polímeros e a facilidade de implementação e baixo custo da técnica de eletrofição, já comentadas neste estudo, vários autores se propõem a estudar as propriedades das nanofibras de PHB produzidas através deste processo.

KIM *et al* (2007), estudaram o efeito da eletrofição sobre as alterações conformacionais das fibras de PHB afim de fornecer insights sobre a natureza do processo de eletrofição. ISHII *et al* (2007) investigaram a morfologia da fibra de PHB eletrofiada, a estrutura cristalina e o comportamento da degradação enzimática *in vitro* afim de mostrar que dois tipos de conformações moleculares são formados em nanofibras de PHB.

Além destes, Naveen *et al* (2010) desenvolveram em seu estudo nanofibras de PHB carregadas com um antibiótico hidrofílico. O objetivo dos autores era que este pudesse servir como modelo para a regeneração de tecidos, e posteriormente como um portador de drogas visando à prevenção de aderências pós-operacionais depois de sua adesão.

Os trabalhos apresentados, e muitos outros que vem sendo desenvolvidos evidenciam a versatilidade do PHB quando trabalhado junto ao processo de eletrofiação, podendo trazer melhorias em diversas áreas, com um processo simples, barato e não agressivo ao meio ambiente.

Superhidrofobicidade e design de produto

Como já abordado neste trabalho cada vez mais cresce o interesse de pesquisadores, engenheiros e designers nas propriedades das superfícies superhidrofóbicas. Muito disso se da por causa de suas características, além da sua facilidade de obtenção e inúmeras possibilidades de aplicação. É possível encontrar facilmente exemplos destas superfícies aplicadas, principalmente na engenharia

de materiais com tecidos tecnológicos, utensílios médicos ou na tecnologia do LiquiGlide, também já abordadas neste trabalho. O que chama a atenção é a união do design de produtos com a engenharia de materiais. Esta parceria pode trazer para o mercado não só bons produtos pelas suas propriedades repelentes de água, mas projetos com funções, intenções e estética voltada diretamente para o seu usuário, gerando produtos inovadores e interessantes e até inaugurar uma nova tendência de produtos que não precisam ser lavados.

Um dos exemplos da incorporação da superhidrofobicidade pelo design é o Ekoportal 2035 desenvolvido pelo escritório de design sueco Tomorrow Machine¹⁰⁰. O projeto se trata de um copo e um prato que são feitos de uma cera desenvolvida a partir de alta temperatura e pressão, e devido a sua nanoestrutura são capazes de repelir água e óleo, dispensando água e sabão para fazer a limpeza (Figura 10).

¹⁰⁰ [http://www.tomorrowmachine.se/#Ekoportal 2035](http://www.tomorrowmachine.se/#Ekoportal_2035)



Figura 10: Ekoportal 2035 – Utensílios desenvolvidos pelo escritório Tomorrow Machine com características superhidrofóbicas. Fonte: Site Tomorrow Machine <http://www.tomorrowmachine.se/#Ekoportal2035>

A Silic T-shirt criada pelo estudante e empresário da cidade de San Francisco na Califórnia, Estados Unidos, Amir Patel é outro bom exemplo da aplicação da nanotecnologia em produtos para torná-los superhidrofóbicos (Figura 11). Neste caso, o produto é um tecido que utiliza nanopartículas de sílica ligadas às fibras do tecido a nível microscópico, assim o tecido cria uma barreira impedindo possíveis acidentes do dia a dia.

Segundo o seu criador, o processo de incorporação da sílica ao tecido não oferece nenhum risco a saúde, como alguns outros processos que

podem ser encontrados no mercado. Além disso, o seu produto, ao contrario de outros concorrentes que após um tempo de uso perdem sua característica hidrofóbica não perde nunca esta característica, uma vez que não se trata de um revestimento, mas de uma tecnologia incorporada à própria fibra da camiseta¹⁰¹.



Figura 11: Demonstração da tecnologia da Silic T-shirt. Fonte: Site Silic T-shirt: <http://silicshirts.com/>

¹⁰¹

<http://www.mnn.com/green-tech/research-innovations/blogs/student-invents-self-cleaning-t-shirt>

Até a marca estadunidense Oakley, altamente reconhecida pelas inovações tecnológicas aliadas ao design, se rendeu a esta tecnologia a usando para melhorar o desempenho das lentes de seus óculos (Figura 12). A marca criou um revestimento hidrofóbico que previne o acumulo de umidade, combate manchas e repele as impurezas além de facilitar a limpeza das lentes.

Segundo a marca, nenhuma lente no mundo por melhor que seja consegue desempenhar bem o seu trabalho se estão cobertas por água, suor ou poeiras por exemplo. Assim a tecnologia desenvolvida preserva as qualidades óticas das lentes, além de manter o conforto do usuário que é muito importante para a marca, já que ela lida com esportes de alto nível (Figura 13).



Figura 12: Jawbone, óculos de corrida de ciclismo que apresenta utiliza o revestimento hidrofóbico em suas lentes.

Fonte: Site Oakley: <http://www.oakley.com.br/>



Figura 13: Comparação entre a lente dos óculos Oakley com revestimento superhidrofóbico e uma lente comum. Fonte: Site Oakley: <http://www.oakley.com.br/>

Resultados e Discussões

Para a obtenção dos resultados para esta pesquisa foram produzidas amostras eletrofiadas do polímero Poli(hidroxibutirato) tipo 1000-0 fornecido pela empresa PHB Industrial, que depois foram submetidos a um ensaio de ângulo de contato estático realizado em equipamento específico utilizando uma gota de água destilada de 10 μ L. Estas mesmas amostras também foram analisadas por microscopia eletrônica de varredura (MEV) aonde posteriormente foram aferidos o diâmetro das fibras e comparado aos outros resultados.

As amostras, bem como suas análises foram produzidas a fim de completar o trabalho que propõe

a utilização das nanofibras de PHB em embalagens para solucionar o problema tratado. Os resultados das análises estão apresentados a seguir respeitando a seguinte ordem: Análise MEV, gráfico de diâmetro das fibras e ensaio de ângulo de contato. Os parâmetros de produção de cada amostra bem como o ângulo de contato obtido estão descritos embaixo de cada imagem.

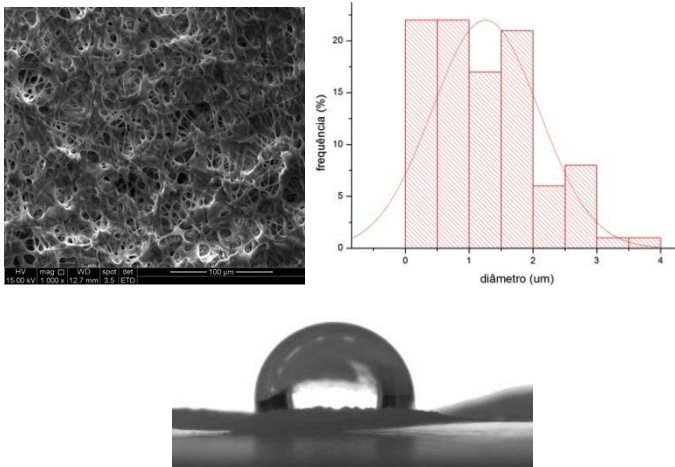


Figura 14: Amostra 15A. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15A (Figura 14) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção

10,3mm/h - 1,1ml/h, agulha 22G e distância coletor 5cm. O ângulo de contato obtido foi 93,1°.

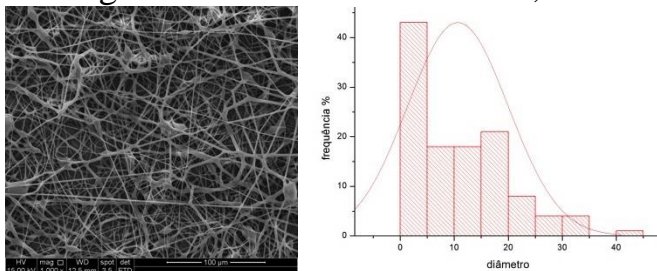


Figura 14: Amostra 15B. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15B (Figura 15) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 10,3mm/h - 1,1ml/h, agulha 22G e distância coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 123,7°.

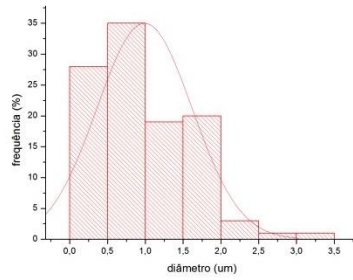
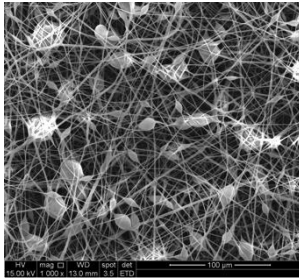


Figura 16: Amostra 15C. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15C (Figura 16) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 10,3mm/h - 1,1ml/h, agulha 22G e distância coletor 15cm. O ângulo de contato obtido foi 123,9°.

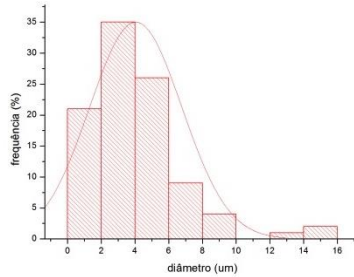
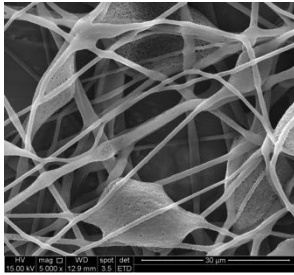


Figura 15: Amostra 15D. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15D (Figura 17) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 10,3mm/h - 1,1ml/h, agulha 22G e distância coletor 15cm. O ângulo de contato obtido foi 122.3°.

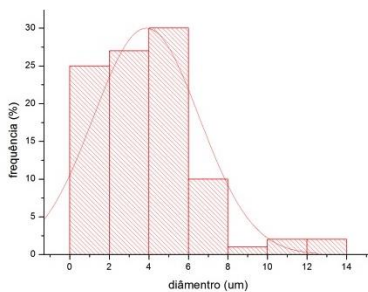
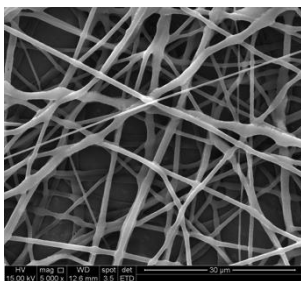


Figura 16: Amostra 15E. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15E (Figura 18) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 13,5kV, taxa injeção 6,3mm/h - 0,7ml/h, agulha 22G e distância coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 115,6°.

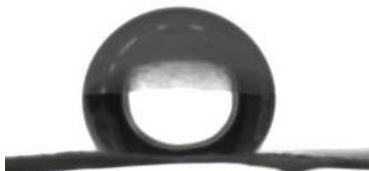
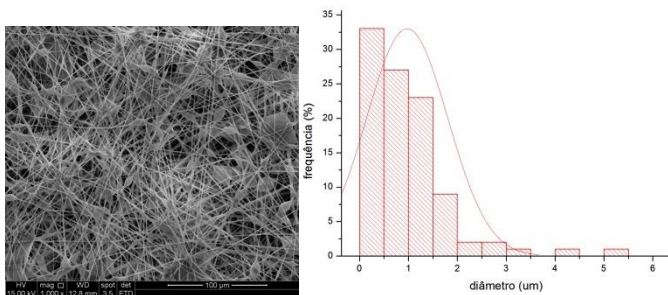


Figura 17: Amostra 15F. Fonte: Próprio autor.

A amostra 15F (Figura 19) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 10,5kV, taxa injeção 6,3mm/h - 0,7ml/h, agulha 22G e distância coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 129,9°.

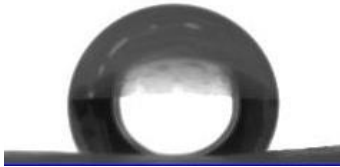
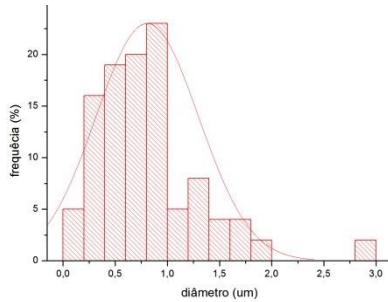
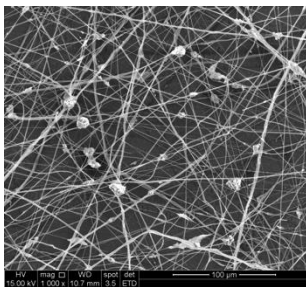


Figura 18: Amostra 16A. Fonte: Próprio autor.

A amostra 16A (Figura 20) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 10,3mm/h - 1,1ml/h, agulha 22G e distância do coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 118,5°.

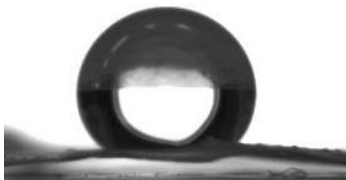
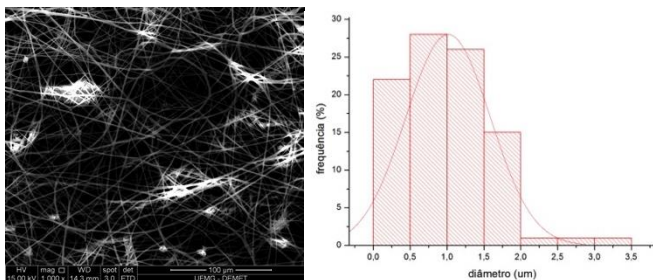


Figura 19: Amostra 17A. Fonte: Próprio autor.

A amostra 17A (Figura 21) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 7mm/h - 0,7ml/h, agulha 22G e distância coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 132,5°.

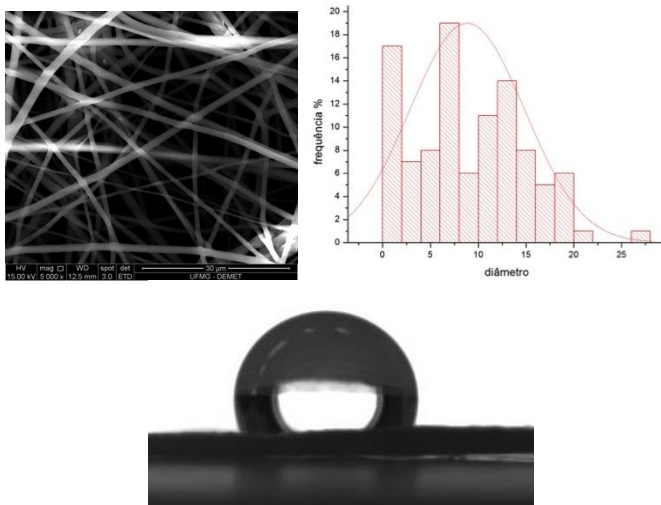


Figura 20: Amostra 17B. Fonte: Próprio autor

A amostra 17B (Figura 22) foi produzida nos seguintes parâmetros: tensão 14kV, taxa injeção 7mm/h - 0,7ml/h, agulha 22G e distância coletor 10cm. O ângulo de contato obtido foi 108,5°.

As imagens acima mostram os parâmetros e resultados da análises das amostras produzidas. Como se pode observar nenhuma das amostras chegou ao ângulo de contato necessário para se tornar uma superfície superhidrófoba. A amostra que mais se aproximou deste tipo de superfície foi a 17A, demonstrada na Figura 21, com ângulo de

134,5°. Isto aconteceu principalmente pelo diâmetro das fibras, aonde mais de 25% delas tem diâmetro de aproximadamente 1 um. Ao se comparar os dados de dimensões apresentados nos gráficos com os dados do ensaio de ângulo de contato pode-se perceber que os maiores ângulos de contato foram obtidos nas amostras com as menores dimensões de fibras.

CONCLUSÃO:

Como abordado, o problema do desperdício de alimentos no mundo hoje é gravíssimo e tem consequências em vários âmbitos, como o social quando se pensa na diferença entre os países que desperdiçam muito alimento e os países que não tem como alimentar toda a sua população, o ambiental quando se pensa nas dificuldades geradas para reciclar as embalagens e em possíveis contaminações dependendo do conteúdo dessa embalagem, e o econômico quando se pensa que ao se jogar fora um alimento vai com ele uma grande quantidade de dinheiro que não foi consumido e nos valores de perda computados ao longo da cadeia de produção.

Quando este problema é pensado de forma local, como quando se foca no caso do Brasil

percebe-se que há problemas ao longo de toda a cadeia produtiva dos alimentos até o consumo, e que estes problemas são os grandes responsáveis pelos índices expressivos de desperdício no país. Assim, não adianta pensar em uma solução que atinja apenas a camada dos consumidores, se toda a cadeia anterior é deficiente, principalmente por falta de capacitação e investimento em tecnologia.

O ideal seria que este problema fosse erradicado por completo, mas esta é uma solução quase utópica uma vez que o problema do desperdício é causado por várias vertentes diferentes. Mas algumas destas vertentes podem ser trabalhadas visando à diminuição do impacto deste problema.

As embalagens são uma destas vertentes, trabalhando em conjunto com os sistemas inteligentes, ativos e as superfícies super-hidrofóbicas consegue-se uma tipologia de embalagem que diminui a retenção de produto no seu interior, reduzindo assim o desperdício, os ciclos de lavagem para a reutilização do material e a perda de dinheiro.

Em países desenvolvidos onde o problema do desperdício está mais ligado aos hábitos dos consumidores do que aos problemas ao longo da

cadeia de produção e distribuição, e existem tecnologia e recursos disponíveis, esta seria uma solução viável e inovadora, que comportaria também os problemas secundários abordados.

Mas no caso dos países em desenvolvimento como o Brasil, precisa-se pensar e melhorar os setores que apresentam índices maiores de desperdício antes de se pensar em uma solução que trabalhe com os hábitos dos consumidores e com os problemas secundários. Além disso, a falta de recursos financeiros e tecnológicos limita a utilização de novas abordagens como esta. O investimento neste tipo de proposta, sem a diminuição previa dos impactos causados ao longo da cadeia de produção e distribuição, seria um desperdício de recursos em setores que impactam minimamente o problema se comparado aos outros setores. Assim a proposta só seria viável em países em desenvolvimento para a utilização em larga escala após a minimização dos outros problemas mais graves.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica a aluna bolsista do projeto.

REFERENCIAS:

AHN, Y.C.; PARK, S.K.; KIM, G.T.; HWANG, Y.J.; LEE, C.G.; SHIN, H.S.; ET AL. Development of high efficiency nanofilters made of nanofibers. *Curr Appl Phys* 2006; 6:1030–5

AKATU, Instituto. Site sobre consumo consciente. Disponível em: <<http://www.akatu.net>>. Acessado em: Out, 2014.

BRAGA, L.R., PERES, L. Novas Tendências em Embalagens para Alimentos: Revisão. B. Ceppa, Curitiba, v. 28, n. 1, p. 69-84, 2010.

BRODY, A. L. Whats active about inteligente packaging. *Food Technology*, Chicago, v. 55, n.6, p. 76-78, 2001.

BURKARTER, Ezequiel. Desenvolvimento de Superfícies Superhidrofóbicas de Politetrafluoretileno. Curitiba [sn]. p 1-138, 2010.

CASSIE, A. B. D.; BAXTER, S.. Wettability of porous surfaces. Transactions of the Faraday Society, 40, 546, 1944.

COSTA, R. G. F.; RIBEIRO, C.; MATTOSO, L. H. C. - J. Nanosci. Nanotechno., 10, p.5144 (2010). <http://dx.doi.org/10.1166/jnn.2010.2405>

COSTA, R.G.F., *et a*: Eletrofição de Polímeros em Solução. Parte I: Fundamentação Teórica: Ciência e Tecnologia [On-line] 2012, 22 (Sin mes) : [Data de consulta: 7 / abril / 2014] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=47022798014>> ISSN 0104-1428

DOSHI, J.; RENEKER, D.H. Electrospinning process and applications of electrospun fibers. J. Electrostat. 35, 151,1995.

GUSTAVSSON, JENNY *et al*. Pérdidas y Desperdicio de Alimentos En El Mundo: Alcance, Causas Y Prevención. Roma: Orgnaização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, p. 1-42, 2011.

Hidrofóbico. Oakley. Disponível em: <http://www.oakley.com.br/inovacao/superioridade_otica/hydrophobic> Acesso em: 22. Jul.2014

HUANG, Z.M.; ZHANG, Y.Z.; KOTAKI, M.; RAMAKRISHNA, S.. A review on polymer

nanofibers by electrospinning and their applications in nanocomposites. *Compos. Sci. Technol.* 63, 2223, 2003.

In: Doi, Y., Steinbüchel, A. (Eds.), *Biopolymers*, vol. 4: Polyesters III—Applications and Commercial Products. Wiley-VCH, Weinheim, p. 91–128, 2002.

ISHII, D *et al.* Fine structure and enzymatic degradation of poly[(*R*)-3-hydroxybutyrate] and stereocomplexed poly(lactide) nanofibers. *Journal of Biotechnology* 132. p. 318–324. 2007

JHONSON, R. E: *Conflicts Between Gibbsian Thermodynamics and Recent Treatments of Interfacial Energies in Solid-Liquid-Vapor Systems*. *Interfacial Energies in Solid-Liquid-Vapor Systems* 63, 1655, 1958.

JUSTINO, MARCO. A; WEIBEL, DANIEL. E. Produção de tecidos de poliéster/algodão superhidrofóbicos via funcionalização superficial. 12° Congresso Brasileiro de Polímeros. 2013.

KERRY, JP., O'GRADY, M.N.; HOGAN, S.A. Past, current and potential utilization of active and intelligent packaging systems for meat and muscle-based products: a review. *Meat Science*, v. 1, n. 74, p. 113-130, 2006.

KIM, G.M; MICHLER, G.H; HENNIN, G.S; RADUSCH, H.J; WUTZLER. A. Thermal and Spectroscopic Characterization of Microbial Poly(3-hydroxybutyrate) Submicrometer Fibers Prepared by Electrospinning. Journal of Applied Polymer Science, Vol. 103, 1860–1867, 2007.

KOISH,T.; YASUOKA, K.; FUJIKAWA, S.; EBISUZAKI, T.; ZENG,X. Coexistence and transition between Cassie and Wenzel state on pillared hydrophobic surface. Xiao Cheng Zeng Publications. Paper 92. 2009

LANNUTTI, J.; RENEKER, D.; MA, T.; TOMASKO, D.; FARSON, D.. Electrospinning for tissue engineering scaffolds. Mater Sci Eng C, 2007; 27:504–9.

LI, X., REINHOUDT, D., CALAMA, M. C.: *What do we need for a superhydrophobic surface? A review on the recent progress in the preparation of superhydrophobic surfaces.* Chem. Soc. Rev. 36, 1350, 2007.

MACIEL, VINICIUS. B. V; FRANCO, TELMA. T; YOSHIDA, CRISTIANA. M. P, Sistemas Inteligentes de Embalagens Utilizando Filmes de Quitosana como Indicador calorimétrico de temperatura. vol. 22, n. 4, p. 318-324, 2012

McCann, J. T.; LI, D.; XIA, Y. N. - J. Mater. Chem., 15, p.735 (2005). <http://dx.doi.org/10.1039/b415094e>

NAVEEN.N *et al.* *Synthesis of Nonwoven Nanofibers by Electrospinning : A Promising Biomaterial for Tissue Engineering and Drug Deliver.* Advanced Engineering Materials, 12. n. 8. p 380-387. 2010

PHAN, Q.P., SHARMA. P., MIKOS. A.G. Electrospinning of Polymeric Nanofibers for Tissue Engineering Applications: A Review: Mary and Liebert Inc. v. 12. n 5. p. 1197- 1211. 2006.

PICCIANI, P. H. S.; SOARES, B. G.; MEDEIROS, E. S.; SOUZA JUNIOR, F. G.; WOOD, D. F.; ORTS, W. J. & MATTOSO, L. H. C. - Macromol. Theor. Simul., 18, p.528 (2009). <http://dx.doi.org/10.1002/mats.200900053>

RENEKER, D. H.; YARIN, A. L.. Polymer, **49**, p.2387, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.polymer.2008.02.002>>

RENEKER, D.H.; CHUN, I. Nanometre diameter fibres of polymer, produced by electrospinning. Nanotechnology, 7, 216, 1996.

ROBERTSON, G. L. Food Packaging: Principles and Practice. Boca Raton – FL: CRC Press, 2006, 550 p.

ROURA, P., FORT, J.: Local Thermodynamic Derivation of Young's Equation. Journal of Colloid and Interface Science . p.272- 420, 2004

SAHAY, R; THAVASSI, V; RAMAKRISHNA, S, Design Modification in Electrospinning Setup for Advanced Applications. Journal of Nanomaterials. p. 1-17, 2011.

SARANTÓPOULOS, CLAIRE. I. G. L; MORAES, BEATRIZ B. Embalagens Ativas e Inteligentes Para Frutas e Hortaliças, vol. 21, n°. 1, p. 1-7, 2009.

SILIC: The shirt that cleans itself. SILIC. Disponível em: < <http://silicshirts.com/about-silic-waterproof-shirts/> > Acesso em: 22. Jul.2014

SUBBIAH, T.; BHAT, G.S.; TOCK, R.W.; PARARNESWARAN, S.; RAMKUMAR, S.S. Electrospinning of nanofibers. J. Appl. Polym. Sci. **96**, 557, 2005.

TOMORROW MACHINE. Ekoportal 2035. Disponível em: < [http://www.tomorrowmachine.se/#Ekoportal 2035](http://www.tomorrowmachine.se/#Ekoportal_2035) > Acesso em: 03. Jul. 2014

TUFFY, Brian. Superhydrophobic Surfaces by Simple Products Methods. Dublin City University. 2008.

VIEIRA, MACIEL V. B, Sistemas Inteligentes e Biodegradáveis: Incorporação de Indicadores de Temperatura, Campinas: [s.n], 2011.

WANG, C; HSU. CH; HWANG, H.I. Scaling laws and internal structure for characterizing electrospun poly[(R)-3-hydroxybutyrate] fibers. Polymer 49. p. 4188-4195. 2008.

WANG, R.; HASHIMOTO, K.; FUJISHIMA, A.; CHIKUNI, M.; KOJIMA, E.; KITAMURA, A.; SHIMOHIGOSHI, M.; WATANABE, T.. Nature 388 (1997) 431.

WENZEL, R. N.: *Resistance of Solid Surfaces to Wetting By Water*. Industrial and Engineering Che. 28, 8, 1936.

WILLIAMS, S.F.; MARTIN, D.P.. Applications of PHAs in medicine and pharmacy.

WU, S.: J. Surface Energy. Polym. Sci. Part C 34, 19, 1971.

**ÁREA DE
EXATAS E
BIOLÓGICAS**

ESTUDO DE ÁREAS DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA MINEIRA ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DA ORNITOFAUNA

Vitor Pinheiro Herdy

João Victor Motta de Souza e Andrade Salerno

Luiz Fernando de Souza Júnior

Daniel da Silva Ferraz¹⁰²

Michel Barros Faria¹⁰³

RESUMO: A conservação da Mata Atlântica é considerada prioritária, devido à fragmentação de seus ambientes aliada à alta riqueza de espécies e aos significativos níveis de endemismo. A área onde foi realizado o inventário da ornitofauna destaca-se por sua localização no corredor central da Mata Atlântica entre dois importantes parques, o Parque Nacional do Caparaó (PNC) e o Parque Estadual Serra do

¹⁰² Participantes das atividades do Museu de Zoologia Newton Bação de Azevedo. Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola. Praça dos Estudantes, 23. Bairro Santa Emília. 36800-000. Carangola, Minas Gerais, Brasil.

¹⁰³ Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade de Carangola. Departamento de Ciências Biológicas. Praça dos Estudantes, 23. Bairro Santa Emília. 36800-000. Carangola, Minas Gerais. Autor correspondente: Michel Barros Faria (michel.faria@uemg.br)

Brigadeiro (PESB). Também se destaca por ser um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica de Floresta Estacional Semidecidual Submontana ainda em bom estado de conservação. O objetivo desse trabalho foi inventariar a avifauna em uma área de grande importância do corredor ecológico da Mata Atlântica e analisar a riqueza das espécies na matriz de fragmentos das diferentes coberturas fitofisionômicas dos dois parques em questão, assim, indicar prioridades no contexto da conservação dessas áreas e de sua fauna associada. A identificação das aves foi feita visualmente, com auxílio de binóculo e acusticamente. Foi calculada a abundância relativa e o índice de diversidade de espécies. A área estudada apresentou uma riqueza biológica com 115 espécies de aves. Desse total, 38 espécies são endêmicas da Mata Atlântica e seis espécies estão ameaçadas. Através da comparação entre o número de riqueza de espécies, endemismo e grau de ameaça foi possível estabelecer prioridades para ações de conservação de remanescentes de Mata Atlântica. As espécies que compõem a comunidade de aves indicam com clareza a sua importância no contexto da manutenção da diversidade das espécies ameaçadas, e endêmicas do bioma Mata Atlântica. Este estudo aponta a importância de estabelecer novos limites e diretrizes para se estabelecer a interligação da região, o que se traduz na efetiva implementação do corredor ecológico da Mata Atlântica na Zona da Mata de Minas Gerais.

Palavras chave: Conservação, Ornitofauna, Parque Nacional do Caparaó, Parque Estadual do Brigadeiro, Corredor Ecológico

1. Introdução

A questão sobre a problemática ambiental no Brasil, e em particular sobre a conservação dos recursos naturais é particularmente complexa devido à sua vasta dimensão territorial e à grande variedade de biomas e ecossistemas naturais (IBGE, 1997). A Mata Atlântica é um bioma exclusivo do Brasil, representando um dos ecossistemas mais ricos em diversidade e endemismos de espécies, constituindo-se também em um dos mais ameaçados do planeta (Cullen JR et al., 2000; Galindo-Leal & Câmara, 2005). Em virtude dessa riqueza biológica e níveis de ameaça, associados a um alto índice de perda de habitat, a Mata Atlântica foi indicada por especialistas como um dos 25 *hotspots* mundiais (Mittermeier et al., 1999; Myers et al., 2000), ou seja, uma das prioridades para a conservação de biodiversidade em todo o mundo.

Porém, a falta de inventários e diagnóstico da biodiversidade da Mata Atlântica, através de pesquisas, dificulta extremamente a identificação mais precisa da biodiversidade deste bioma, bem como o monitoramento do ritmo de declínio e/ou

extinção das espécies em escalas regionais, que tem aumentado ao longo dos cinco últimos séculos, e que atualmente contribuiu para quadros alarmantes de extinções locais (Myers et al., 2000). Soma-se a isso, o desconhecimento sobre os grandes problemas ambientais e suas consequências sobre a biodiversidade, que certamente dificultam iniciativas de preservação e conservação do meio ambiente e comprometem a conservação das espécies.

Atualmente, os estudos sobre a Mata Atlântica, principalmente em Minas Gerais, têm sido realizados, em sua maioria, através de linhas individuais de pesquisa e sem uma instituição especificamente comprometida em concentrar esforços e informações sobre este bioma. Deste modo, as aves, juntamente com outros táxons de vertebrados oferecerem informações rápidas em diagnósticos ambientais para o monitoramento de áreas de relevância biológica (Lawton, 1996).

Inserido na problemática de ameaça e na biodiversidade da Mata Atlântica estão as aves, grupo de animais extremamente representativo neste bioma, contando com 682 espécies (Stotz et al., 1996). Mesmo num grupo de notório poder de dispersão, como as aves, o número de espécies

endêmicas chega a 199 espécies ou 29% do total da Mata Atlântica (Stotz et al., 1996).

Sabendo-se da importância de melhor conhecer a atual situação das aves na Mata Atlântica, este trabalho teve como objetivo fazer o levantamento da ornitofauna e verificar a importância ecológica das áreas estudadas com base na presença de espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção, e assim apontar o seu grau de importância para a conservação.

2. Metodologia

2.1. Áreas de estudo

A área de estudo, composta de Mata Atlântica na região da Zona da Mata Mineira é formada por vegetações florestais preservadas, classificada com Floresta Estacional Submontana (Veloso et al., 1991) sendo grande parte dessa vegetação ainda primária. Trata-se de uma região estratégica por vários motivos, (1) não existem inventários da fauna para o táxon proposto, (2) se localiza entre duas importantes áreas de preservação permanente, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Parque Nacional do Caparaó, possibilitando a conexão entre as

populações destas duas áreas preservadas da Mata Atlântica (Figura 1). Esta região é classificada como “Potencial” dentro das áreas prioritárias para conservação das aves de Minas Gerais (Drummond et al., 2005). Assim, comparações da composição ornitológica, entre estes dois parques e a área estudada, irá contribuir para uma melhor compreensão do papel dessa área na dinâmica da Mata Atlântica.

A área estudada situa-se no município de Alto Jequitibá, não região da Zona da Mata de Minas Gerais, é composta por duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) denominadas de RPPN Santuário Ecológico Mata dos Jacus, com uma área de 38,96 hectares (RMJ) e RPPN Refúgio dos Sauás (RS), com área de 38,95 hectares (RSA). A altitude varia entre 800 a 1400 metros.

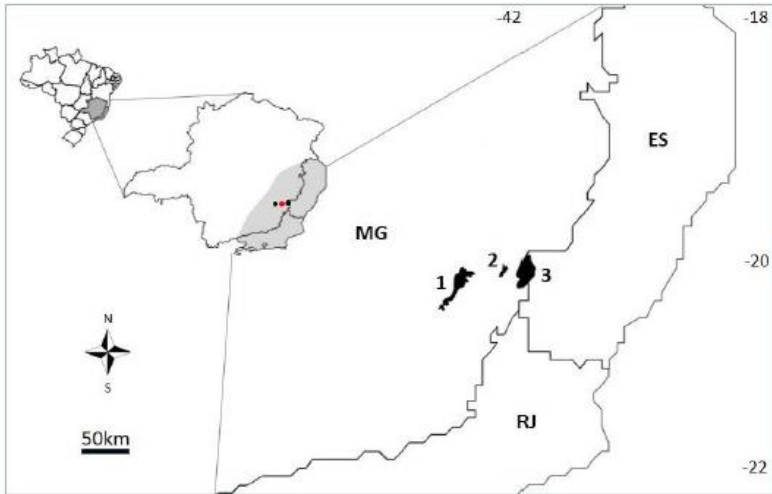


Figura 1: Mapa da área de estudo. Em (1) Parque Estadual Serra do Brigadeiro, (2) área de estudo, complexo RPPNs - RPPN Santuário Ecológico Mata dos Jacus e RPPN Refúgio dos Sauás e (3) Parque Nacional do Caparaó.

2.2. Coleta de dados

2.2.1. Listas de Mackinnon

Segundo Mackinnon e Philips (1993), com modificações, diferente de outros métodos, como a amostragem por ponto ou por transecção, este método permite o levantamento de espécies da avifauna durante todas as horas do dia, sendo por

isso o mais adequado para o plano de trabalho estabelecido. Nele, o especialista percorre a área durante todo o dia tomando nota das espécies detectadas auditiva e visualmente, criando listas de 10 espécies, de acordo com o proposto por Herzog et al. (2002) e Ribon (2010). Deve-se atentar para não repetir espécies na mesma lista ou superestimar a amostra com o mesmo indivíduo em listas diferentes.

A partir desses dados foi possível criar uma tabela de todas as espécies registradas nas áreas e estabelecer o Índice de Frequência nas Listas (IFL). Este índice é calculado pela divisão do total de registros de determinada espécie pelo número total de listas realizadas na área. Dessa forma, é possível obter valores aproximados de abundância sem a exigência das correções de probabilidade de detecção necessárias para métodos como o de ponto de escuta ou de transecção. Entretanto, o IFL não permite comparações aprimoradas de densidade entre as espécies ou de uma espécie em diferentes ambientes (Bibby et al., 1997). Para complementar os dados, foi coletado também o tipo de registro realizado (visual ou auditivo) e o habitat em que a espécie foi identificada (Ribon, 2010).

A identificação foi feita visualmente com auxílio de binóculos (Guepardo 12x32, Nikon 10x50) e posteriormente comparadas com guias de campo especializados e dentro dos conformes do CBRO, 2014. As vocalizações foram gravadas com auxílio de gravadores Panasonic RR- US551 e Sony ICD-PX333 e microfone Yoga HT-81. Os registros por imagens digitais foram feitos com o auxílio de três câmeras digitais (Nikon D90 / Lente 70-300 mm f/4.5-5.6 G IF-ED AF-S VR, Nikon D7000 / Lente 70-300 mm f/4.5-5.6 G IF-ED AF-S VR e Canon SX50HS PowerShot).

2.3. Amostras

Durante oito meses foram realizadas quatro excursões de coleta de dados (uma a cada dois meses) em um complexo de mata formado principalmente por duas RPPNs na Mata Atlântica localizadas em pontos estratégicos como acima mostrado na área de estudo. Em cada área foi instalado um transecto linear no interior da vegetação de 1.000m de comprimento, onde foram empregadas as metodologias de estudo para o grupo em questão.

O esforço mínimo foi de três dias/noites de amostragem por campanha.

Métodos de capturas de aves com redes de neblina são mais precisos e práticos, dando mais segurança na identificação das espécies capturadas por serem de fácil manuseio e eficientes em diversos ambientes, podendo capturar espécies pouco conspícuas e difíceis de observar (Keyes & Grue, 1982; Gosler, 2004). A utilização dessas redes elimina o erro do pesquisador e padronizam as amostragens em áreas diferentes, sendo vantajoso o estudo dos padrões espaciais e temporais nas taxas de captura e riqueza de espécies (Silkey et al., 1999; Blake & Loiselle, 2001).

Foram utilizadas três redes de neblina (*mist-nets*) com medidas de 12x3m, abertas imediatamente após o amanhecer, sendo monitoradas a cada 20 minutos e fechadas por volta de 14h00min, com reabertura em outro local às 15h00min e fechadas às 17h00min. Cada indivíduo de ave capturado foi coletado e acondicionado em sacos de algodão e de coloração opaca para processamento posterior. As aves capturadas foram medidas, pesadas e fotografadas, sendo então acondicionadas em cones de papel.

A coleta do material de pesquisa teve licença do ICMBio através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), número 41265-1. Todo o material coletado ao longo das expedições foi preparado como testemunho e depositado no acervo do Museu de Zoologia Newton Bação de Azevedo da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Carangola.

3. Resultados

Durante a amostragem foram realizadas 16 listas de Mackinnon nas áreas de estudo, que totalizou 115 espécies de aves, distribuídas em 37 famílias com destaque para 10 que foram mais abundantes (Figura 2). Esse resultado representa 14,38% das 800 espécies do estado de Minas Gerais (Mattos et al., 1993). As espécies da avifauna que foram encontradas nas áreas amostrais, assim como o seu índice de frequência na lista, estão listadas no (anexo 1).

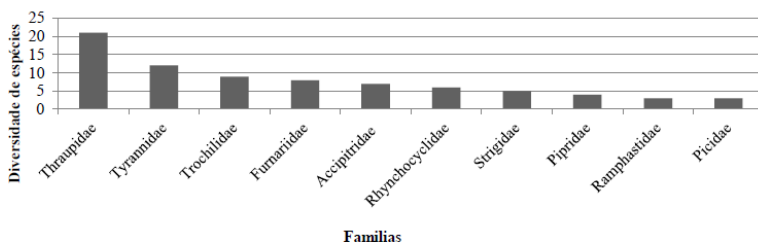


Figura 2. Diversidade de espécies e distribuição das 10 famílias mais abundantes registradas durante o presente estudo nas RPPNs Santuário Ecológico Mata dos Jacus e Refúgio dos Sauás, município de Alto Jequitibá, Minas Gerais.

4. Espécies de interesse neste estudo

A espécie mais comum na área de estudo foi o *Crypturellus obsoletus* (inhambuquaçu), uma ave que apesar de não ser considerada ameaçada de extinção sofre com a pressão antrópica, e ainda é visada por caçadores de animais silvestres. Menos comum mas que sofre pressão antrópica parecida foi *Saltator similis* (trinca-ferro). A Tabela 2 ilustra as 10 espécies mais comuns registradas e que conseqüentemente tiveram os maiores valores de IFL.

Tabela 2. As 10 espécies de aves mais comuns observadas durante o trabalho amostral nas RPPNs Santuário Ecológico Mata dos Jacus e Refúgio dos Sauás, município de Alto Jequitibá, Minas Gerais. As espécies estão na ordem crescente do Índice de Frequência na Lista (IFL).

Táxon	Nome popular	IFL
<i>Chondrohierax uncinatus</i>	caracoleiro	0,13
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	0,19
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul	0,19
<i>Ilicura militaris</i>	tangarazinho	0,19
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará	0,19
<i>Hemitriccus diops</i>	olho-falso	0,19
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	0,19
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	0,19
<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuguaçu	0,25
<i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	0,25

Mesmo com um baixo esforço empregado no estudo os resultados apontam as áreas estudadas como de grande importância para a preservação e conservação das espécies, devido ao alarmante número de espécie com grau de ameaça encontrado (Tabela 3).

De maneira geral a maioria das espécies de aves observadas na área de estudo está associada a ambientes florestais (60,9%) e corrobora o estudo de Stoltz (1996). As espécies que apresentaram mais de um ambiente típico foram consideradas generalistas e corresponderam a 25,3% das espécies registradas, seguidas por 13,1% de espécies típicas de áreas abertas, e 0,9% de ambiente aquático.

Tabela 3. Espécies da avifauna ameaçadas de extinção e com ocorrência para a região de estudo, RPPNs Santuário Ecológico Mata dos Jacus e Refúgio dos Sauás, município de Alto Jequitibá, Minas Gerais. *Status* de conservação atualizado em nível nacional (MMA, 2014), estadual (COPAM, 2010) e mundial (IUCN, 2014). EN = Ameaçada, VU = Vulnerável, NT = Quase Ameaçada, Com traço = Não Ameaçada.

Táxon	Nome popular	Status MMA 2014	Status COPAM 2010	Status IUCN 2014
<i>Strix hylophila</i>	coruja-listrada	-	EN	NT
<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana	-	VU	NT
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	-	EN	VU
<i>Sporophila frontalis</i>	pixoxó	VU	EN	VU
<i>Sporophila falcirostris</i>	cigarra-verdadeira	VU	EN	VU
<i>Hydropsalis forcipata</i>	bacurau-tesoura-gigante	-	EN	-

5. Discussão

A listagem da IUCN e do IBAMA apontam números alarmantes sobre o grau de ameaça de aves na Mata Atlântica, principalmente pelo alto endemismo (MMA, 2014; IUCN, 2014), e alertam que são necessários esforços urgentes para conservar a enorme riqueza biológica ainda existente neste Bioma. De forma semelhante, a região da Zona da Mata Atlântica Mineira sofre de intensa e constante devastação florestal. As áreas estudadas apesar da evidente ameaça sofrida, apresentou uma lista espécies com elevado grau de registros de aves ameaçadas e/ou endêmicas. Pode-se dizer que área é detentora de uma rica biodiversidade de aves ao ser

comparada com outros estudos de levantamento já realizados (Willis, 1991; Simon et al., 1999; Drummond et al., 2005). Este resultado, possivelmente foi alcançado devido ao complexo de fragmentos bem conservado das áreas. Aliado a este resultado, a localização da área reforça ainda mais a sua importância para conservação, por se inserir no corredor ecológico da Mata Atlântica entre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Parque Nacional do Caparaó.

Aves são de crucial importância para corredores ecológicos devido à capacidade de voo, que permite dispersão para áreas mais distantes, mantendo conexão entre fragmentos (Marini, 2001), porém algumas espécies não se deslocam fora desses fragmentos, sendo de grande importância para a manutenção da diversidade em ambientes com pressão antrópica (Marini, 2001). Estudos sobre efeitos da fragmentação em população de aves brasileiras são realizados a mais de três décadas (Willis, 1979) e de acordo com Olmos (2005), a maior parte das espécies ameaçadas de extinção não ocorre ou está inadequadamente protegida em unidades de conservação. Deste modo, a presença de corredores florestais é de vital importância para a

manutenção das espécies mais seletivas (Marini, 2001).

Foi registrada a predominância de espécies com baixa, média e alta sensibilidade à fragmentação, com número de registro que diminui na ordem respectiva de sensibilidade, sendo apenas oito espécies registradas como de sensibilidade alta. Sabe-se que a resposta das aves à fragmentação varia bastante entre as categorias de sensibilidade (Stoltz, 1996), assim, os resultados apontam que o ambiente estudado já está alterado, mas ainda mantém capacidade suporte de espécies mais exigentes. É importante destacar que a maioria das espécies da avifauna registrada (60,9% do total) possui preferência por habitats florestais e normalmente apresentam baixa capacidade de dispersão, dados que alertam para a importância da área para manter a riqueza da avifauna existente.

Foi possível constatar que existe influência antrópica nas áreas inventariadas, causada pela caça e utilização indiscriminada dos recursos naturais através da expansão agrícola e ao crescimento das áreas urbanas. Esses dados preocupam a riqueza ainda existente e corrobora o que se conhece como a

principal ameaça para as espécies de aves brasileiras, a perda e a fragmentação de habitats (IUCN, 2014).

Dentre as espécies registradas, várias merecem destaque pelo grau de ameaça (vide Anexo 1), dentre elas o trinca-ferro (*Saltator similis*) e o Inhambuquaçu (*Crypturellus obsoletus*) que além de ser vítima da fragmentação, são também capturadas para o tráfico de animais silvestres. Trata-se de espécies que podem ser encontradas em matas secundárias e bordas de mata e que vem desaparecendo aos poucos pela ação de passarinheiros (Ramiro, 2008).

6. Conclusão

Foram registradas espécies ameaçadas de extinção tanto em nível estadual, nacional e mundial. Também espécies consideradas alvo de tráfico ilegal para criação doméstica e ameaçadas pela caça. Os resultados desse trabalho destacam a relevância das áreas amostradas para conservação de aves em duas áreas do Corredor Central da Mata Atlântica, situadas na Zona da Mata Mineira.

O endemismo diagnosticado e o número de espécies em grau elevado de ameaça no estudo

indicam fortemente que são necessários esforços em curto prazo para conservar a riqueza biológica dos fragmentos de Floresta Atlântica na Zona da Mata Mineira. Também foi possível indicar as áreas como importantes como prioritárias para a conservação de aves.

Dentro do esforço de criação e manutenção do “Corredor Central da Mata Atlântica”, se faz necessário um projeto que conecte o a área de estudo ao PNC e ao PESB, utilizando uma análise espacial, com auxílio de imagens de satélite para identificar fragmentos que permitiriam esta conexão.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos proprietários Carlos Alberto Monteiro e Rita de Cássia pelo apoio logístico e participação ativa neste estudo; à todos os integrantes do Projeto Resgate que de forma direta colaboraram com este estudo. Agradecemos em especial à Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola, pelo apoio logístico. Também ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela licença de captura de espécies concedida.

8. Referências bibliográficas

- AURICCHIO, P. & SALOMÃO, M.G. 2002. Técnica de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos. São Paulo: Instituto Pau Brasil de História Natural. 348p.
- BICUDO, C.E. & MENEZES, N.A. 1996. Biodiversity in Brazil: a first approach. São Paulo. 313-321 pp.
- BLAKE, J.G. & LOISELLE, B.A. 2001. Variation in Resource Abundance Affects Capture Rates of Birds in Three Lowland Habitats in Costa Rica. *The Auk*, 108: 114-130.
- BROWN, J.H. & MAURER, B.A. 1995. Macroecology: the division of food and space among species on continents. *Science* 243: 1145-1150.
- BROWN, J.H. 1989. *Macroecology*. University of Chicago Press, Chicago, USA.
- COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS. 2014. Listas das aves do Brasil. 11^a Edição, 1/1/2014, Disponível em <<http://www.cbro.org.br>>. Acesso em: [06/04/2014].

- COPAM (Conselho de Política Ambiental). 2010. Deliberação Normativa COPAM nº 147, de 30 de abril de 2010: Aprova a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna do Estado de Minas Gerais. Diário do Executivo do Estado de Minas Gerais. 04/05/2010.
- CULLEN JR., L.; BODMER, R.E. & PADUA, C.V. 2000. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic forest, Brazil. *Biological Conservation*, Liverpool, 95: 49-56.
- DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; MACHADO, A.B.M.; SEBAIO, F.A. & ANTONINI, Y. 2005. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas.
- FERREIRA, C.D. 2011. Aves do Parque Nacional do Caparaó. I Simpósio Sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica.
- GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA, I.G. 2005. Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Eds. Carlos Galindo-Leal, Ibsen Gusmão Câmara. Trad. Edma Reis Lamas. São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 472p.

- GOSLER, A. 2004. Birds in the hand. P. 85-118, In Sutherland. W.J. NEWTON, I. & GREEN, R.E. (Eds) Bird ecology and conservations: a handbook of techniques. Oxford University Press, New York.
- HERZOG, S.K.; KESSLER, M. & CAHILL, T.M. 2002. Estimating Species Richness of Tropical Bird Communities From Rapid Assessment Data. The Auk, v. 119, n. 3, p. 749-769,
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria no 62, de 17 de junho de 1997. Inclui, no artigo 1o da Portaria no 1.522 de 19/12/89, item 1 - Mammalia, espécies de morcegos ameaçados de extinção.
- IUCN 2014. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2013.2. <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: [15/04/2014].
- KARR, J.R. 1979. On the use of mist nets in the study os birds communities. Inland Bird Banding.
- KEYES, B.E. & GRUE, C.E. 1982. Capturing birds with mist nets: a review. North American Bird Bander, 7 (1): 2-14.

- LAWTON, J.H. 1996. Population abundance, geographic ranger and conservation: 1994 Witherby Lecture Bird study 43: 3-19.
- MACKINNON, J. & PHILLIPS, K. 1993. A field guide to the birds of Sumatra, Java and Bali. Oxford: Oxford University Press.
- MARINI, M. A. 2001. Effects of forest fragmentation on birds of the cerrado region, Brazil. *Bird Conservation International*, v. 11, p. 13-25, mar.
- MITTERMEIER, R.A.; MEYERS, N.; GIL, P.R. & MITTERMEIER, C.G. 1999. Hotspots: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Mexico City: CEMEX, 430p.
- MMA, 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Portaria nº 444 de 17 de dezembro de 2014 - Anexo I. Diário Oficial da União - Seção 1, 18/12/2014.
- MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A. & KENT, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403: 853-858.

- PADUA, C.V. 2000. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic forest, Brazil. *Biological Conservation*, Liverpool, 95: 49-56.
- RAMIRO, M.J.C. 2008. Avaliação do comércio do trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*, Lafresnaye e D'Orbigny, 1837) (Passeriformes: Cardinalidae) em Minas Gerais, com ênfase na cidade de Belo Horizonte. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.
- RIBON, R. 2010. Amostragem de aves pelo método de listas de Mackinnon. Páginas: 1-12 In: Von Matter, S., Straube, F. C., Accordi, I., Piacentini, V. e Cândido Jr, J. F. (Orgs.). *Ornitologia e conservação: ciência aplicada, técnicas de pesquisa e levantamento*. Editora Technical Books. Rio de Janeiro.
- RUSCHI, A. 1978. Mamíferos e Aves do Parque Nacional do Caparaó. *Boletim do Museu de Biologia, Professor Mello Leitão. Série Zoologia*-Nº95:1-27.
- SILKEY, M.; NUR, N. & GEUPEL, G.R. 1999. The use of mist-net capture rates to monitor annual variation in abundance: a validation study. *Condor* 101, 288-298.

- SIMON, J.E.; RIBON, R.; MATTOS, G.T. & ABREU, C.R.M. 1999. A avifauna do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Revista Árvore* 23(1): 33-48.
- STOTZ, D.F.; FITZPATRICK, J.W.; PARKER III, T.A. & MOSCOVITS, D.K. 1996. *Neotropical Birds Ecology and Conservation*. University of Chicago Press, Chicago. 478 p.
- VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. 1991. Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE. 123 p.
- VILELA, V.L.D. & FERREIRA, S.A. 2012. Apresentação do Projeto de Extensão do Museu da Fap Como Instrumento de Ensino Não Formal. *Revista Eletrônica de Educação*; Ano V; n. 10.
- WILLIS, E.O. & ONIKI, Y. 1991. Avifaunal transects across the open zones of northern Minas Gerais, Brazil. *Ararajuba* 2: 41-58.

ANEXO 1: Espécies da ornitofauna registradas nas RPPNs Santuário Ecológico Mata dos Jacus e Refúgio dos Sauás, município de Alto Jequitibá, Minas Gerais. Táxon segue ordem, família e espécie. Tipo de Registro: Au = Auditivo, V1 = Bem visualizado ou visualizado parte diagnóstica, V2 = mal visualizado, G= Gravado, F = Fotografado, C= Coletado. Tipo de ambiente: a: Paisagens resultantes de ações antrópicas, (pastagens, capoeiras, culturas) b: Áreas úmidas c: Campos de altitudes, Ma = Mata.

Táxon	Nome popular	Tipo de Registro	Ambiente	IFL
Tinamiformes				
Tinamidae				
1. <i>Crypturellus obsolens</i>	inhambuagaçu	Au, G	Ma	0,25
Pelecaniformes				
Ardeidae				
2. <i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande	V1	Ma	0,06
Cathartiformes				
Cathartidae				
3. <i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	V1	Ma	0,06
4. <i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	V1	Ma	0,19
Accipitriformes				
Accipitridae				
5. <i>Leptodon cayanensis</i>	gavião-de-cabeça-cinza	Au, V1	Ma	0,06
6. <i>Chonabrierax uncinatus</i>	caracoleiro	Au, V1, F	Ma	0,13
7. <i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	Au, V1, F	Ma, a	0,13
8. <i>Ictinia plumbea</i>	soti	Au, V2	Ma	0,06
9. <i>Geranoospiza caeruleascens</i>	gavião-pernilongo	V1, F	Ma	0,06
10. <i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	Au, C	Ma, a	0,13
11. <i>Geranoaetus albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	Au, V2	Ma, a	0,06
Charadriiformes				
Charadriidae				
12. <i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	Au	a	0,06
Columbiformes				
Columbidae				
13. <i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira	Au, V1, F	Ma	0,06
Strigiformes				
Tyttonidae				
14. <i>Tyto furcata</i>	coruja-da-igreja	Au, V2	Ma, a	0,06
Strigidae				
15. <i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato	Au	Ma, a	0,06
16. <i>Pulsatrix koeniswaldiana</i>	marucutu-de-barriga-amarela	Au	Ma	0,06
17. <i>Strix hylophila</i>	coruja-listrada	Au, V1, F	Ma, a	0,06
18. <i>Strix humula</i>	coruja-preta	Au, G	Ma	0,06
19. <i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda	Au	Ma, a	0,06
Caprimulgiformes				
Caprimulgidae				
20. <i>Hydropsalis albicollis</i>	bacurau	Au	Ma	0,06
21. <i>Hydropsalis forcipata</i>	bacurau-tesoura-gigante	V1, F	a	0,06

Apodiformes					
Apodidae					
22.	<i>Streptoprocne zonaris</i>	taperuçu-de-coleira-branca	Au, V1	Ma	0,06
23.	<i>Streptoprocne biscutata</i>	taperuçu-de-coleira-falha	Au, V1	Ma	0,06
Trochilidae					
24.	<i>Phaethornis ruber</i>	rabo-branco-rubro	Au, V1, F, G	Ma	0,13
25.	<i>Phaethornis pretrei</i>	rabo-branco-acanelado	Au, V1	Ma, a	0,06
26.	<i>Phaethornis euynome</i>	rabo-branco-de-garganta-rajada	Au, V1	Ma	0,06
27.	<i>Thalurania glaucopis</i>	beija-flor-de-fronte-violeta	V1, C	Ma, b	0,06
28.	<i>Leucochloris albicollis</i>	beija-flor-de-papo-branco	V1	Ma, a	0,06
29.	<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-verde	Au, V1	Ma	0,06
30.	<i>Amazilia lactea</i>	beija-flor-de-peito-azul	Au, V2	Ma, a	0,06
31.	<i>Cytolasma rubricauda</i>	beija-flor-rubi	Au, V2	Ma	0,06
32.	<i>Calliphlox amethystina</i>	estrelinha-ametista	V1, F	Ma, a	0,06
Trogoniformes					
Trogonidae					
33.	<i>Trogon surrucara</i>	surucua-variado	Au, V1	Ma	0,06
Momotidae					
34.	<i>Baryphthengus nificapillus</i>	jurruva-verde	Au	Ma	0,06
Galbuliformes					
Bucconidae					
35.	<i>Nystalus chacuru</i>	joão-bobo	Au	a	0,06
Piciformes					
Ramphastidae					
36.	<i>Ramphastos dicolorus</i>	tucano-de-bico-verde	Au, V2	Ma, a	0,13
37.	<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana	V2	Ma	0,06
38.	<i>Pteroglossus aracari</i>	araçari-de-bico-branco	Au	Ma, a	0,06
Picidae					
39.	<i>Picumnus cirratus</i>	pica-pau-anão-barrado	Au, V2	Ma, a	0,06
40.	<i>Piculus aurulentus</i>	pica-pau-dourado	Au	Ma	0,06
41.	<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	Au, V1	a	0,06
Cariamiformes					
Cariamidae					
42.	<i>Cariama cristata</i>	seriema	Au, V2	b	0,06
Falconiformes					
Falconidae					
43.	<i>Mivago chimachima</i>	carrapateiro	Au, V1	Ma, a	0,06

Passeriformes

Thamnophilidae					
44. <i>Thamnophilus caeruleescens</i>	choca-da-mata	Au, V1	Ma	0,06	
45. <i>Pyrgilena leucoptera</i>	papa-toca-do-sul	Au, V1, G	Ma	0,19	
46. <i>Drymophila ferruginea</i>	trovoada	Au, G	Ma	0,13	
Conopophagidae					
47. <i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	Au, V1, F	Ma	0,13	
Rhinocryptidae					
48. <i>Scytalopus speluncae</i>	tapaculo-preto	Au	Ma	0,06	
Fornicariidae					
49. <i>Chamaeza campizsona</i>	tovaca-campeinha	Au	Ma	0,06	
50. <i>Chamaeza meruloides</i>	tovaca-cantadora	Au	Ma	0,06	
Scleruridae					
51. <i>Sclerurus scanzor</i>	vira-folha	Au, V2	Ma	0,06	
Dendrocolaptidae					
52. <i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	Au, V1	Ma	0,13	
53. <i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto	Au	Ma	0,13	
54. <i>Lepidocolaptes squamatus</i>	arapaçu-escamado	Au, V2	Ma, a	0,06	
Furnariidae					
55. <i>Lochmias nanatura</i>	joão-porca	Au, V1, C	Ma, a, b	0,06	
56. <i>Anabazenops fuscus</i>	trepador-coleira	Au	Ma	0,13	
57. <i>Philydor rufum</i>	limpa-folha-de-testa-baixa	Au, V2	Ma	0,06	
58. <i>Synalaxis rufocapereolata</i>	trepador-quiete	Au	Ma	0,06	
59. <i>Synalaxis ruficapilla</i>	pichororé	Au, C	Ma	0,06	
60. <i>Synalaxis cinerascens</i>	pi-pui	Au	Ma	0,06	
61. <i>Synalaxis spixi</i>	joão-teneném	Au, V1	Ma, a	0,13	
62. <i>Cramolinuca pallida</i>	arredio-pálido	Au	Ma	0,06	
Pipridae					
63. <i>Ilicura militaris</i>	tangarazinho	Au, V1, F	Ma	0,19	
64. <i>Manacus manacus</i>	rendeira	Au, V1	Ma	0,06	
65. <i>Chiroxiphia caudata</i>	tmgará	Au, V1, F, G, C	Ma	0,19	
Tityridae					
66. <i>Pachyrhamphus castaneus</i>	caneleiro	V1	Ma, a	0,06	
Cotingidae					
67. <i>Procnias ludicolis</i>	araponga	Au	Ma	0,06	
Platyrinchidae					
68. <i>Platyrinchus mystaceus</i>	patinho	Au, V1, F	Ma, a	0,13	
Rhynchocyclidae					
69. <i>Leptopogon amarocephalus</i>	cabeçudo	Au, V1	Ma	0,13	
70. <i>Phylloscartes ventralis</i>	borboletinha-do-mato	Au, V2	Ma	0,06	
71. <i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	Au, V1	Ma, a	0,13	
72. <i>Poecilornis plumbeiceps</i>	tororó	Au	Ma, a	0,06	
73. <i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	Au, V1	Ma	0,25	
74. <i>Hemitriccus diops</i>	olho-falso	Au, V2	Ma	0,19	
Tyrannidae					
75. <i>Attila rufus</i>	capitão-de-saím	Au, V2	Ma	0,06	
76. <i>Myiarchus swainsoni</i>	irré	Au, V1	a	0,06	
77. <i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira	Au	a	0,13	
78. <i>Syrizus sibilator</i>	gritador	Au	Ma	0,13	
79. <i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	Au	a	0,13	

80. <i>Machetornis rixosa</i>	suíriri-cavaleiro	Au, V2	a	0,06
81. <i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	Au	a	0,06
82. <i>Tyrannus melancholicus</i>	suíriri	Au, V1	a	0,06
83. <i>Empidonomus varius</i>	peítica	Au, V2	Ma	0,06
84. <i>Colonia colonus</i>	viurvinha	Au, V1	a	0,06
85. <i>Lathrotriccus eulari</i>	enferrujado	Au, V2	Ma	0,06
86. <i>Muscipipra vetula</i>	tesoura-cinzenta	Au, V1	Ma	0,06
Vireonidae				
87. <i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	Au, V1	Ma, a	0,13
88. <i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	Au, V1	Ma, a	0,06
Turdidae				
89. <i>Turdus flavipes</i>	sabiá-uma	Au, V1, C	Ma	0,06
90. <i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	Au, V1, C	Ma	0,19
Mimidae				
91. <i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	Au, V1	a	0,06
Passerellidae				
92. <i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	Au, V1	a	0,13
93. <i>Arremon semitorquatus</i>	tico-tico-do-mato	Au	Ma, a	0,06
Parulidae				
94. <i>Bastileuterus culicivorus</i>	pula-pula	Au, V1, C	Ma	0,19
Thraupidae				
95. <i>Coereba flaveola</i>	cambacica	Au, V1	Ma, a	0,06
96. <i>Saltator similis</i>	trinca-ferro-verdadeiro	Au, V2	Ma	0,06
97. <i>Lanio melanops</i>	tiê-de-topete	Au, V1, C	Ma	0,06
98. <i>Tangara cyanoventris</i>	saira-douradinha	Au, V2	Ma	0,06
99. <i>Tangara desmaresti</i>	saira-lagarta	Au, V1	Ma	0,13
100. <i>Tangara cayana</i>	sauhaçu-cinzento	Au	Ma, a	0,06
101. <i>Tangara ornata</i>	sauhaçu-de-encontro-amarelo	Au, V2	Ma	0,06
102. <i>Tangara cayana</i>	saira-amarela	Au, V1	Ma, a	0,06
103. <i>Cissopis leverianus</i>	tietinga	Au	Ma	0,06
104. <i>Schistochlamys ruficapillus</i>	bico-de-veludo	V1	Ma	0,06
105. <i>Tersina viridis</i>	sai-andorinha	V2	Ma	0,06
106. <i>Dacnis cayana</i>	sai-azul	Au, V1	Ma, a	0,06
107. <i>Hemithraupis ruficapilla</i>	saira-ferrugem	Au, V1	Ma	0,13
108. <i>Haplospiza unicolor</i>	cigarrá-bambu	Au, V1, F, G	Ma	0,13
109. <i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro	Au, V1	a	0,06
110. <i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	Au, V2	a	0,06
111. <i>Sporophila frontalis</i>	pinoxó	Au, V1, G	Ma	0,13
112. <i>Sporophila falcirostris</i>	cigarrá-verdadeira	Au, V1, F, G	Ma	0,06
113. <i>Sporophila nigricollis</i>	baiano	Au, V1	Ma, a	0,06
114. <i>Sporophila ardesiaca</i>	papa-capim-de-costas-cinzas	V1	Ma	0,06
115. <i>Tiaris flavigenus</i>	cigarrá-do-coqueiro	Au, V2, G	Ma	0,06

SILVICULTURA DE EUCALIPTO NA REGIÃO DO VALE DO CARANGOLA, MINAS GERAIS

Jaquelina Alves Nunes¹⁰⁴
Carolina Pinheiro Lourenço¹⁰⁵

RESUMO: O *Eucalyptus* é um gênero vegetal exótico e bastante conhecido no Brasil, apresenta uma grande diversidade e variedade em madeira. Pode ser usado para diversas finalidades que vão desde o uso como lenha, o uso crescente da celulose e papel e também na produção de móveis. Este estudo realizou um levantamento de uso de DCC (Declaração de Colheita e Comercialização) de produtos e subprodutos do cultivo de silvicultura na região do Vale do Carangola, nos anos de 2013 e 2014, sobre o licenciamento de extração dos eucaliptos do Instituto Estadual de Floresta-IEF, núcleo de Carangola, abrangendo onze municípios: Carangola, Espera Feliz, Divino, Pedra Dourada, Orizânia, Tombos, Caiana, Fervedouro, Caparaó, São Francisco do

¹⁰⁴ Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola, Departamento de Ciências Biológicas, Praça dos Estudantes, 23 Bairro Santa Emília, Carangola, MG 368000-000 (jaquelina.nunes@uemg.br) 32 91165500. Autor correspondente

¹⁰⁵ Graduada em Ciências Biológicas

Glória e Faria Lemos. De uma maneira geral foi solicitado, nos anos de 2013 e 2014, um total de 96.325,37m³ de lenha de eucalipto na região do Vale do Carangola. Houve uma tendência onde a maioria dos municípios obteve valores similares nas solicitações de eucalipto, com uma ou duas solicitações feitas por produtores rurais com valores discrepantes das demais. No ano de 2013 foram requeridos pelos produtores, na totalidade, 42.904,5m³ de lenha de eucalipto ao IEF em todos os onze municípios analisados. O município de Caparaó apresentou 298m³ de lenha e Faria Lemos obteve 13.100m³, menor e maior valor obtido para o ano, respectivamente Já no ano de 2014 foi obtido o valor de 53.420,87m³, com destaque para o município de Fervedouro que apresentou 23.775,87m³ (44,5%) do total de solicitações nesse ano. Os produtores da região exercem atividades diversificadas para geração de renda como a cafeicultura e agropecuária, indústria ou uso da silvicultura. A madeira do eucalipto representa mais uma fonte de renda alternativa. A região do Vale do Carangola, Minas Gerais têm relevante participação no mercado florestal, na indústria de eucalipto, visto que pequenas participações abastecem o mercado da silvicultura nacional.

Palavras - chave: eucalipto, economia florestal, zona da mata.

INTRODUÇÃO

O *Eucalyptus* é um gênero exótico e bastante conhecido no Brasil, com uma grande diversidade e variedade em madeira. Nativo da Austrália apresenta mais de 700 espécies que se adaptam facilmente a diversas condições de solo e clima (CIB, 2014). Podem ser usadas com diversas finalidades, que vão desde o uso como lenha, o uso crescente da celulose e papel e também na produção de móveis.

Diversos fatores, na década de 50, como a escassez de grandes áreas para o plantio, baixa taxa de crescimento anual das árvores e os elevados custos de exploração nas zonas temperadas (Lerner et al., 2007) impulsionaram as novas plantações, de maneira que fossem implantadas preferencialmente nas regiões tropicais e subtropicais.

No Brasil a introdução do gênero *Eucalyptus*, ocorreu no início do século XIX, com evidências de que as primeiras árvores teriam sido plantadas em 1825, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Pereira et al., 2000). No entanto, acredita-se que em 1904 e 1909 na cidade do Horto de Jundiáí-SP, o eucalipto se destacou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro para lenha em suas locomotivas (Pereira et al.,

2000). Enquanto que, em Minas Gerais, o eucalipto foi introduzido por volta de 1937 pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (Vale, 2004).

Com a lei de incentivos fiscais, na década de 60, foram plantados 470.000 hectares de eucalipto em todo o Brasil, sendo 80% no Estado de São Paulo (Pereira et al., 2000). Dessa forma foi possível ampliar a área reflorestada no Brasil e as espécies do gênero *Pinus* e *Eucalyptus* foram as que tiveram o maior plantio devido ao crescimento rápido, à qualidade da madeira, à adaptabilidade ao clima e ao solo das Regiões Sul e Sudeste (Antonângelo & Bacha, 1998).

A produtividade da eucaliptocultura cresceu 129% entre 1968 e 1988, passando de 17,5 para 40,0 estéreos/há/ano, respectivamente no Brasil (Antonângelo, 1996). Dessa forma, o Brasil foi ganhando competitividade de países tradicionais no ramo de celulose, que tradicionalmente ocupavam posições de destaque no mercado florestal mundial (Valverde, 2000). Além disso, a indústria de madeira necessita investimentos relativamente baixos, mão-de-obra com pouco treinamento, e pode alimentar a indústria moveleira com grande potencial exportador e absorvedor de mão-de-obra (Ponce, 1995).

Nesse contexto, o Brasil se tornou um dos países mais reflorestadores do mundo, com florestas de eucaliptos, pinus, acácia, seringueira e araucária, entre outras espécies, plantadas em cerca de 0,6% a 0,7% do território nacional (Blum, 1979). Segundo Silva (2003), o eucalipto compunha 61,7% das florestas plantadas do país. Um terço deste total estava localizado em Minas Gerais e um quarto em São Paulo (Rezende, 1987). Atualmente a área de floresta plantada no Brasil corresponde a 9.364.427 ha com *Eucalyptus*, *Pinus* e outras espécies. O estado de Minas Gerais possui 1.713.576 ha com plantações de *Eucalyptus* e 47.557 ha corresponde a plantações com *Pinus* (IBGE, 2015).

De acordo com as normas do Instituto Estadual de Florestas “Pessoas físicas e jurídicas que utilizam produtos e subprodutos da flora nativa e plantada em Minas Gerais, como madeira, lenha, eucalipto e carvão, devem ter cadastro e registro junto ao Instituto Estadual de Florestas. (IEF).” Tal exigência aplica-se àqueles produtores que exploram, produzem, utilizam, consomem, transportam, transformam, industrializam, comercializam, beneficiam ou armazenam esses produtos e subprodutos (IEF).

Dessa forma, este estudo realizou um levantamento de uso de DCC (Declaração de Colheita e Comercialização) de produtos e subprodutos do cultivo de silvicultura na região do Vale do Carangola, nos anos de 2013 e 2014, sobre o licenciamento de extração dos eucaliptos através Instituto Estadual de Florestas - IEF.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Zona da Mata Mineira é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, localizada no sudeste do estado, próximas as divisas dos estados de Minas Gerais. Do total de 148 municípios da região, 124 são produtores de café, correspondendo a cerca de 25% do Estado. Trata-se da segunda região produtora de café de Minas Gerais. A agropecuária representa 9,1% do PIB da Zona da Mata, sendo Carangola e Manhuaçu, os municípios de maior destaque e que abastecem a agroindústria. Na pecuária destacam-se a produção de leite e a criação de bovinos, suínos e aves. Como destaque na produção de leite, temos as indústrias Vale do Carangola. Historicamente a Zona da Mata foi a região menos reflorestada do estado, sendo que a

agrossilvicultura com eucalipto apareceu como alternativa para o desenvolvimento florestal sustentável da zona da Mata (Vale, 2004).

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi realizada através de análise de processos de DCC (Declaração de Colheita e Comercialização) pelos produtores rurais, realizados na jurisdição do IEF – Instituto Estadual de Florestas, núcleo de Carangola, abrangendo onze municípios: Carangola, Espera Feliz, Divino, Pedra Dourada, Orizânia, Tombos, Caiana, Fervedouro, Caparaó, São Francisco do Glória e Faria Lemos.

Os dados para realização desse trabalho foram cedidos pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF referente aos anos de 2013 e 2014.

ANÁLISE DE DADOS

A compilação dos dados cedidos pelo IEF foi realizada no programa Microsoft Excel versão 2007 para cada ano estudado (2013 e 2014).

Os cálculos de volumetria de metragem cúbica, de lenha, torete, tora, madeira pra celulose e carvão, de autorizações sobre corte do eucalipto, em cada processo de DCC (Declaração de Colheita e

Comercialização) foram realizados através das análises de cada processo de DCC no NRA/ IEF - Carangola (Núcleo de Regularização Ambiental/ Instituto Estadual de Florestas), através dos dados de volumetria requeridos por cada produtor rural no período.

De posse das metragens de todos os processos realizados no ano de 2013 e 2014, foram construídas tabelas com os dados mensais. Em seguida foram somados todos os valores da volumetria requerida de lenha de eucalipto por ano no IEF, considerando cada mês, afim de se obter o valores trimestral e anual requerido por cada um dos 11 municípios analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No geral foi solicitado, através dos processos obtidos pelos métodos legais de regularização no IEF, nos anos de 2013 e 2014, um total de 96.325,37m³ de lenha de eucalipto na região do Vale do Carangola. Houve uma tendência em que a maioria dos municípios obteve valores similares nas solicitações de eucalipto por ano, com uma ou dois municípios apresentando valores discrepantes dos demais (Quadro 1). A silvicultura representa uma

boa alternativa de renda (Valverde et al., 2012), especialmente em áreas impróprias onde pequenas e médias propriedades rurais têm para o desenvolvimento de lavouras temporárias (Fisher et al., 2015).

Quadro 1- Total de lenha de eucalipto em onze municípios da região do Vale do Carangola, MG

MUNICÍPIOS	2013	2014
Caparaó	298	434
São Francisco do Glória	785	2155
Caiana	1135	1495
Tombos	2526	1360
Pedra Dourada	2616	1513
Espera Feliz	2932	5354
Fervedouro	4184	23775.87
Divino	4704	5010
Orizânia	4895	1000
Carangola	5729.5	8244
Faria Lemos	13100	3080
TOTAL	42904.5	5342.87

No ano de 2013 foram requeridos pelos produtores, 42.904,5m³ de lenha de eucalipto ao IEF em todos os onze municípios analisados. Com

relação ao número de solicitações realizadas para cada município, foi possível observar diferença, onde a maioria dos municípios possui números relativamente menores quando comparados com demais municípios analisados. Os municípios de Espera Feliz, Pedra Dourada, Tombos, Fervedouro, Divino, Orizânia e Carangola, juntos, somam 64,29% das solicitações de lenha de eucalipto no ano de 2013. Enquanto que o município de Caparaó apresentou em seu total 298m³ de lenha e Faria Lemos obteve 13.100m³, menor e maior valor obtido para o ano, respectivamente. (Figura 1; Quadro 1). A silvicultura apresenta boa alternativa como fonte de renda, tem características ambientais que a tornam preferível a outras atividades rurais, podendo ser explorada em terrenos declivosos (Valverde et al., 2012) como apresentado nesse estudo.

Quadro 2. Total de lenha de eucalipto trimestrais em onze municípios, na região do Vale do Carangola, MG no ano 2013. Tri=trimestre

Municípios	1° Tri 2013	2° Tri 2013	3° Tri 2013	4° Tri 2013
Caparaó	0	290	0	8
Caiana	790	345	0	0
São Francisco do Glória	645	100	40	0
Pedra Dourada	995	341	1270	10
Tombos	0	1196	905	425
Orizânia	4305	40	450	100
Espera Feliz	1015	887	330	700
Divino	2240	624	1240	600
Carangola	838,5	840	2171	1880
Faria Lemos	10,090	910	2100	0
Fervedouro	527	2077	880	700

Já no ano de 2014, no total dos onze municípios analisados, foi obtido o valor de 53.420,87m³, com destaque para o município de Fervedouro que apresentou 23.775,87m³ (44,5%) do total de solicitações no ano (Figura 1; Quadro 3), o que pode ser explicado por uma única e grande solicitação feita no segundo trimestre por uma empresa de celulose (12.200m³), valor correspondente a mais que a metade do valor anual feito pela mesma cidade (Quadro 3). Além disso, podemos ressaltar os municípios de Carangola, Espera Feliz e Divino com solicitações acima de 5000 m³. Por outro lado, o levantamento de lenha de

eucalipto em metragem cúbica no município de Caparaó foi muito menor que as demais cidades analisadas em ambos os anos, fato que se deve a poucas solicitações em um período do ano (Figura 1; Quadros 2 e 3).

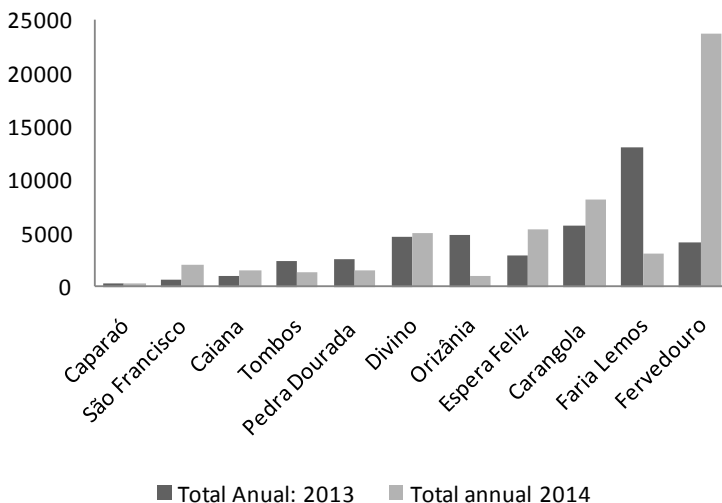


Figura 1- Total de lenha de eucalipto em metragem cúbica nos anos de 2013 e 2014 nos municípios atendidos pelo Instituto Estadual de Floresta- IEF, regional Carangola.

Considerando cálculos trimestrais para os anos de 2013 e 2014, houve diferença na solicitação de metragem cúbica de eucalipto não só entre

municípios, mas também ao longo do ano em um mesmo município. Essa diferença pode ser notada claramente no município de Caparaó (Quadros 2 e 3), onde foi realizada solicitação de valor baixo em único trimestre em 2013 e baixos valores solicitados em 2014. Os produtores do município de Caparaó exercem atividades diversificadas para geração de renda, tendo a madeira do eucalipto apenas como mais uma fonte de renda alternativa. Podendo passar um ou mais trimestres sem nenhuma solicitação, possivelmente devido a outras atividades realizadas pelos produtores rurais locais em época coincidente. Dessa forma, a exploração de eucalipto tende a ser menor, uma vez que representa uma fonte de renda alternativa, fazendo assim a economia da cidade ser gerada também por outros tipos de atividades exploratórias.

Quadro 3. Total de lenha de eucalipto trimestrais em onze municípios, na região do Vale do Carangola, MG, no ano 2014. Tri=trimestre

Municípios	1º Trim 2014	2º Tri 2014	3º Tri 2014	4º Tri 2014
Caparaó	0	160	114	160
Caiana	1250	0	35	210
São Francisco do Glória	1600	250	305	0
Pedra Dourada	500	0	268	745
Tombos	260	0	600	500
Orizânia	500	0	500	0
Espera Feliz	1480	561	1155	2158
Divino	660	800	400	3150
Carangola	2870	2194	348	2832
Faria Lemos	2,280	0	600	200
Fervedouro	12200	1791	800	8984.87

Estudos revelam que a agroindústria mineira destaca-se no cenário nacional pela competitividade auferida nos segmentos industriais já consolidados, como o do café, cachaça, carnes e laticínios (Vale, 2001). No caso da cidade de Caparaó a renda se deve a cafeicultura e agropecuária e não pela indústria ou uso da silvicultura (Figura 2). A região da cidade corresponde as temperaturas baixas e de uma grande altitude, favorecendo então o cultivo de café, sendo o café arábico mais cultivado. As regiões altas, acima de 900m, correspondem a 8% da área total de cafés da região, apesar de terem produções baixas devido a

variações climáticas que podem ocorrer no período da florada.

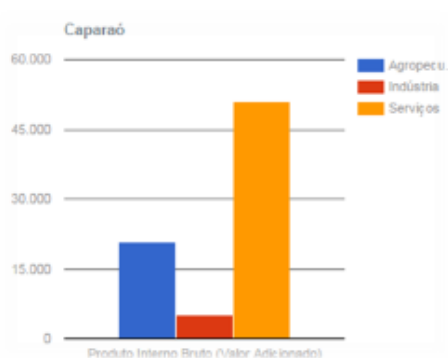


Figura 2 – Atividades desenvolvidas no município de Caparaó-MG. Azul: agropecuária, vermelho: serviços e laranja: indústrias. Fonte: IBGE.

O relevo da Zona da Mata é composto, basicamente, pelo planalto de Viçosa, por parte da bacia do rio Doce, pelas escarpas da depressão formada pela bacia do Rio Paraíba do Sul, pelo prolongamento da serra do Caparaó e por uma porção da serra da Mantiqueira (Correa, 1984), o que contribui para a execução desse tipo de economia. Existem produtores que realizam o cultivo de grãos selecionados, tendo um produto de maior qualidade e sendo algumas vezes exportados a outros países. Segundo Oliveira (1971) o clima favorável e o relevo

montanhoso fazem com que a exploração de madeira se torne uma alternativa potencial para essas áreas, que não são recomendadas para outras atividades agrícolas, porque se gastaria tempo e um alto custo para a tentativa para a recuperação da fertilidade dos solos.

Dessa forma, a agrossilvicultura com eucalipto é uma forma de alternativa para o desenvolvimento florestal sustentável da Zona da Mata e também em outras regiões, uma vez que, proporciona uma diversificação da produção, possibilitando a os produtores rurais obterem uma renda alternativa com outros tipos de espécies agrícolas enquanto está no processo de crescimento da floresta, isso tudo acontecendo na mesma unidade de área (Vale, 2004)

Além disso, essa produção de manejo acaba gerando empregos nos campos, e benefícios para o meio ambiente, sabendo assim aproveitar o mesmo espaço com dois ou mais tipos de cultivos, fazendo assim acontecer menos desmatamento. Conforme Baggio (1997), a atividade silvipastoril aumenta a oferta de trabalho no meio rural, na implantação, no manejo das árvores, na colheita e no processamento da produção que pode gerar.

Na cidade de Faria Lemos, a grande metragem cúbica referente a 2013 (10.090m³), se deve a uma solicitação de um grande produtor para a produção de carvão (Figura 1; Quadro 2). Tal desigualdade se deu não por uma junção de pequenas solicitações feita por vários produtores, mas por uma única grande solicitação de um único importante produtor, o que impactou o valor na totalidade de metragem cúbica de eucalipto no ano de 2013 em relação aos demais municípios. O estado de Minas Gerais como grande parque siderúrgico, com carvão vegetal e a sua poderosa indústria de celulose, é o maior consumidor brasileiro de matéria-prima florestal, são múltiplas as indústrias de móveis, inúmeras serrarias (Vale, 2004). A cadeia produtiva de madeira para fins industriais contempla a produção de madeira para energia (lenha e carvão vegetal) (Galvão, 2000). Faria Lemos se destacou, com uma diferença de 7.307,5 m³ superior que a segunda cidade, Carangola (Figura 1, Quadro 1).

No ano de 2014, houve uma solicitação representativa de um único produtor da cidade de Fervedouro, essa solicitação foi para fins da obtenção de celulose (Quadro 3). Estudos apontam que a madeira de eucalipto e de pinus são as mais indicadas

para a extração da celulose, pois resultam em maior produtividade e em produtos de alta qualidade (Piotto, 2003 *apud* Rocha, 2006). O Eucalipto é um recurso muito utilizado na produção florestal do procedimento para obtenção da celulose, matéria – prima necessária em muitos processos para fabricação de materiais, como papéis diversos.

Na década de 1970, dentro do contexto do Programa Nacional de Papel e Celulose, criado pelo Governo Federal, surgiu a primeira fábrica de celulose no estado mineiro, a Celulose Nipo-Brasileira S.A (CENIBRA). O reflorestamento ganhou novo impulso, orientado pela grande demanda por madeira para a produção de fibra. Assim, a área plantada no estado sofreu um aumento significativo (Guerra, 1995).

O eucalipto além de ser matéria para o carvão vegetal, celulose, também está diretamente ligado ao setor madeireiro, e tem como seu maior representante o pólo moveleiro de Ubá, que juntamente com mais oito cidades da região, constitui o terceiro pólo moveleiro do Brasil e o primeiro de Minas (Vale, 2004).

Carangola possui uma média de volume cúbico considerável de lenha cortado por ano. Nos

anos de 2013 e 2014 teve o rendimento de 13.973,5m³, com maior valor para o ano de 2014 (Quadro 3). Porém representam uma junção de pequenas solicitações feitas por vários produtores, situação oposto ao município de Faria Lemos e Fervedouro que tiveram grandes solicitações feitas por empresas. A esse respeito, podemos citar as cidades de Divino, Espera Feliz que também seguem a mesma tendência que a cidade de Carangola (Quadro 3). Esse cenário, onde pequenos produtores com pequenas produções de eucalipto representa um importante forma de abastecimento na silvicultura nacional. Segundo a FAO (Food..., 2001), as florestas plantadas tem um papel cada vez mais importante no abastecimento de madeira em substituição às florestas nativas em todo o mundo. Essa tendência pode ser percebida em cada caso. Além disso, diversos setores são abastecidos por matéria oriunda de plantios da silvicultura, como é o caso dos setores de madeira processada mecanicamente, de painéis de madeira industrializada, móveis, carvão vegetal, lenha e a indústria de papel e celulose. Em escala menor, a silvicultura fornece outros produtos, como cavaco,

maravalha, serragem, briquetes, palanques e postes (Fisher et al., 2015).

Atividades diversificadas, como o sistema agroflorestal, permitem aumentar a produção total e combinar, simultaneamente ou de uma maneira escalonada, cultivos agrícolas com florestas e, ou, com criações, aplicando as práticas de manejo compatíveis com os padrões culturais da população local (Bene et al., 1977).

Além disso, o principal benefício da cultura do eucalipto é oferecer alternativas para suprimento de madeira aliviando a pressão sobre as florestas nativas, pois no Brasil o consumo de madeira para os diversos fins é estimado em 282 milhões de metros cúbicos por ano, dos quais apenas 75 milhões são supridos com florestas plantadas e o restante, ainda provém de matas nativas (Couto, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Vale do Carangola, Minas Gerais têm relevante participação no mercado florestal, na indústria de eucalipto, visto que pequenas participações abastecem o mercado da silvicultura nacional.

A silvicultura aparece como fonte de renda alternativa para os pequenos produtores do Vale de Carangola onde o cultivo do café e agropecuária prevalecem.

Destaque para cidade de Faria Lemos e Fervedouro que caracterizam uma situação presente no país, na qual uma exploração marcante pelas empresas que fazem grandes solicitações do produto, acabam se destacando mediante as solicitações dos pequenos produtores que ainda que produzam maior volume do produto gerado, a metragem cúbica final produzida é menor.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, regional de Carangola, que gentilmente nos cedeu os dados para elaboração do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antonangelo, A. 1996. *As inovações tecnológicas na silvicultura brasileira e seus impactos sobre a expansão desta atividade.* Piracicaba,

- Esalq/USP.(Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada) .
- Antonangelo, A.; Bacha, C.J.C. 1998. *As fases da silvicultura no Brasil*. Revista Brasileira de Economia, 52 (1):207-23.
- Baggio, A.J. 1997. *Pesquisa revela: árvores no pasto beneficiam a produção pecuária*. Folha da Floresta, (10):.4-6.
- Bene, J.G.; Beal, H.W.; Cote, A. 1977. *Trees food and people: Land management in the tropics*. Ottawa, Canada: International Development Research Centre. (Report IDRC-084e).
- Blum, W.E.H. 1979. *Processos termodinâmicos na relação planta-solo em ecossistemas florestais subtropicais e tropicais e conseqüências para a avaliação edáfica e o melhoramento florestal*. 99 In: Seminário Sif: [Fertilização e Melhoramento Florestal] 10. Belo Horizonte. Anais. Viçosa: Sociedade de Investigação Florestal.
- Conselho de Informação sobre Biotecnologia – CBI. 2014.*Guia do Eucalipto: oportunidade para um desenvolvimento sustentável*.
- Correa, G. F.1984. *Modelo de evolução e mineralogia da fração argila de solos do planalto de Viçosa, MG*. 87 f. Dissertação (Mestrado Solos

- e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Couto, L.; Daniel, O.; Garcia, R.; Bowers, W.; Dube, F. 1998 *Sistemas agroflorestais com eucaliptos no Brasil: uma visão geral*. Viçosa: SIF. 49 p. (Documento SIF, 17).
- Fischer, A.; Surdi, A.P.; Junior, S.S.; Winck, C.A. 2015. *A Silvicultura Madeireira na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba – SDR de Joaçaba*. Desenvolvimento Em Questão. Editora Unijuí, 13 (29): 225-256.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO. *Global forest resource assessment 2000 (FRA 2000)*. Rome, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/004/Y1997E/y1997e06.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- Galvão, A.P. M. 2000. *Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais*. Brasília: Embrapa/Comunicação para Transferência de Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 351 p.
- Guerra, C. 1995. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. 2. ed. Associação Agência Terra. 142 p.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. *Área da Floresta Plantada no Brasil*. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/as-florestas-plantadas>. Acesso em: 11 de março de 2015.
- Lerner, F.; Diesel.; Quoos, R.D. 2007. *Investimento florestal e transformações territoriais: o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul – Brasil*. In: V Jornadas Interdisciplinarias de Estudos Agrarios y Agroindustriales.2007. Buenos Aries. Desarrollo y Transformaciones Regionales. Buenos Aries: Facultad de Ciencias Económicas, UBA.
- Oliveira, A.J. 1971. *Análise econômica da exploração florestal e sua combinação com outras atividades, pela programação linear, Zona da Mata, Minas Gerais*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Pereira, J.C.D.; Sturion, J.A.; Higa, A.R.; Higa R.C.V.; Shimizu, J.Y. 2000. *Características da madeira de algumas espécies de eucalipto plantadas no Brasil*. Colombo: Embrapa Florestas, 113p. (Embrapa Florestas. Documentos, 38).

- Ponce, R.H. 1995. *Madeira Serrada de Eucalipto: Desafios e Perspectivas*. Seminário Internacional de Utilização da Madeira de Eucalipto Para Serraria.
- Rezende, J. L.P. 1987. *Técnicas de análise econômica usadas nas tomadas de decisões referentes à reforma de eucaliptais*. In: SEMINÁRIO SOBRE ASPECTOS TÉCNICOS E ECONÔMICOS DA REFORMA DE POVOAMENTOS DE EUCALIPTO. Belo Horizonte.
- Rocha, S.S. 2006. *Sustentabilidade no setor brasileiro de papel e celulose: uma análise comparativa entre empresas nacionais e transnacionais*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Silva, J.R. 2003. *Compactação do solo exercida por tráfego de colheita e transporte de madeira*. Botucatu. 134 p. Tese (Doutorado / Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista.
- Vale, R.S.; Macedo, R.L.G.; Venturin, N.; Mori, F.A.; Morais, A.R. 2001. *Efeito da desrama artificial no crescimento de clones de eucalipto em*

- sistema agrossilvipastoril*. Revista *Árvore*, Viçosa-MG, 25 (4): 419-429.
- Vale, R.S. 2004. *Agrossilvicultura com eucalipto como alternativa para o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Minas Gerais*. 2004. 101p. , Viçosa: UFV.
- Valverde, S.R. 2000. *A contribuição do setor florestal para o desenvolvimento sócio-econômico: uma aplicação de modelos de equilíbrio multissetoriais*. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG.
- Valverde, S.R.; Mafra, J.W.A.; Souza, C.S. Vasconcelos, D..C.2012. *Silvicultura brasileira: oportunidades e desafios da economia verde*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. FBDS – Evolutiva Estudo (Boletim Técnico).

INFLUÊNCIA DO FLUXO NO TRATAMENTO DE ÁGUA CONTAMINADA UTILIZANDO LÂMPADA GERMICIDA¹⁰⁶

Luciana Claudia Martins Ferreira Diogenes¹⁰⁷

Allynson Takehiro Fujita¹⁰⁸

Rodrigo Ney Millan¹⁰⁹

Thaís Bernardes da Cunha Rosa¹¹⁰

RESUMO: O trabalho apresentado teve como objetivo analisar a eficiência do tratamento de água por lâmpadas germicidas com potências de 15 W e 30 W para quatro fluxos diferentes. A água é proveniente de um manancial no município de Frutal-MG apresentando quadro de contaminação por bactérias termotolerantes. Um equipamento simples e de baixo custo foi projetado sem utilização de bombas para que a água fluísse pelas colunas de PVC e fosse

¹⁰⁶ *Esse trabalho contou com o apoio do CNPq (edital 04/2014 CNPq).*

¹⁰⁷ Professora do Departamento de Ciências de Exatas e da Terra da UEMG – Unidade Frutal. E-mail:

¹⁰⁸ Professor do Departamento de Ciências de Exatas e da Terra da UEMG – Unidade Frutal. E-mail:

¹⁰⁹ Professor do Departamento de Ciências de Exatas e da Terra da UEMG – Unidade Frutal. E-mail:

¹¹⁰ Tecnóloga em Produção Sucroalcooleira pela UEMG – Unidade Frutal. E-mail:

captada após o contato com a radiação UV. O tratamento mostrou-se eficiente para todos os casos analisados. Os nutrientes como amônia, nitrito, nitrato e fósforo foram quantificados antes e após o tratamento e comparados com os valores máximos permitidos de acordo com resoluções e portarias existentes.

Introdução

Importante recurso natural e indispensável para a manutenção da vida no planeta, a água está diretamente associada à saúde humana, sendo utilizada para consumo, higiene e produção de alimentos. A presença de substâncias nocivas e tóxicas nos recursos hídricos leva a alterações das características físicas, químicas e biológicas nos mananciais (PEIL et al., 2015). Um dos principais agentes causadores de degradação dos recursos hídricos é a atividade antrópica, marcada pelo uso inadequado do solo, poluição urbana e lançamento de efluentes, tanto industriais quanto agrícolas (QUEIROZ et al., 2015). Desta forma, um monitoramento prático, constante e confiável da qualidade da água dos mananciais é necessário, buscando identificar as fontes causadoras de poluição para que se alcance medidas que respeitem a saúde

ambiental e atendam ao desenvolvimento social, estabelecendo uma base para a prevenção e controle da poluição das águas superficiais (JI et al., 2016).

Inúmeros fatores podem atuar na degradação dos sistemas hídricos, sendo divididos em fontes pontuais e não pontuais de poluição. As fontes de poluição não pontuais são associadas a eventos naturais, como o escoamento superficial, que podem arrastar poluentes do solo para a água, apresentando difícil identificação. Já as fontes pontuais são os efluentes rurais, municipais e industriais, mais fácil de serem identificados (LENART-BORÓN et al., 2016).

Uma das preocupações quando se fala em qualidade de água é a presença de bactérias termotolerantes, grupo de microrganismos utilizado mundialmente para identificação de contaminação da água por material fecal. Estes microrganismos estão presentes nas fezes de animais homeotérmicos, indicando contaminação recente, quando encontrados em sistemas hídricos. A detecção destes organismos em água é relativamente simples, rápida e confiável. Os coliformes termotolerantes são definidos como o grupo de coliformes capazes de fermentar a lactose a 44-45°C, compreendendo os gêneros *Escherichia*,

Klebsiella, *Enterobacter* e *Citrobacter*, sendo somente a *E. coli* considerada especificamente de origem fecal (FOPPEN and SCHIJUEN, 2006). O grande risco de se encontrar coliformes termotolerantes em água é que outros microrganismos patogênicos encontrados nas fezes de animais podem estar presentes também, tornando a água um importante agente de disseminação de doenças associadas a microrganismos entéricos, transmitidos pela via fecal-oral, ou seja, eliminados nas fezes de indivíduos infectados e ingeridos na forma de água ou alimento (contaminado por água poluída por fezes) (NÓBREGA et al., 2015).

Para que a água seja adequada ao consumo é necessário, em muitos casos, que se faça a desinfecção, ou seja, inativação ou destruição de microrganismos patogênicos. Há milhares anos (500 a.C.) ocorreram os primeiros relatos de processos para desinfecção da água, utilizando-se a fervura. Em época mais recente, passou-se a utilizar outros meios para a desinfecção da água, como: (1) tratamento físico, aplicando-se calor, irradiação ou luz ultravioleta; (2) íons metálicos, através da aplicação de cobre e prata; (3) compostos alcalinos; (4) compostos tensoativos, utilizando-se sais de amônia

quaternários; (5) substâncias oxidantes, como halogênios (cloro) e ozônio (MEYER, 1994).

Dentre os processos citados, o mais disseminado e utilizado para a desinfecção da água é a cloração, porém este processo pode levar a formação de trihalometanos (por exemplo: triclorometano, bromodiclorometano, dibromoclorometano e tribromometano), sendo dependente da concentração de ácidos húmicos e fúlvicos, pH, temperatura, tempo de contato, dosagem de cloro e concentração de brometos. Esses subprodutos da cloração são considerados possíveis agentes carcinogênicos, devendo-se evitar a formação dos mesmos em água de consumo humano (PAIXÃO et al., 2016).

O efeito germicida da radiação ultravioleta foi descoberto em 1878, porém os primeiros protótipos utilizando tal meio só foram construídos a partir de 1955 na Suíça e na Áustria. A radiação ultravioleta, como apontado anteriormente, é um processo físico de desinfecção, que causa dano ao DNA dos microrganismos, porém, quando o contato com a luz não é o ideal, o dano pode ser reversível e as células patogênicas voltam a se multiplicar, processo conhecido como fotorreativação (AGUIAR et al.,

2002). Assim, deve-se garantir que o fluxo de água e a potência da lâmpada utilizados no processo de desinfecção sejam compatíveis para que se atinja uma dose letal aos microrganismos, levando-se em conta também a concentração celular de microrganismos (LOBO et al., 2009).

Este trabalho visa analisar a influência de quatro fluxos na eliminação de coliformes termotolerantes em um equipamento projetado com lâmpadas germicidas em duas potências.

Metodologia

O equipamento para o tratamento de água foi construído com dois tubos de PVC de 75mm de diâmetro e com comprimentos de acordo com o tamanho de cada lâmpada. Do lado esquerdo, mostrando uma coluna de comprimento menor, foi instalada a lâmpada germicida de 15 W, e do lado direito, a de 30 W. Acima do equipamento, encontra-se o reservatório onde a água captada do manancial foi armazenada a fim de promover fluxo contínuo sem a necessidade de bombas. Após armazenamento a água fluiu pelas colunas em fluxo ascendente e foi

captada pelas torneiras localizadas na parte superior (Figura 1).

A água captada para estudo foi coletada em duas etapas na área urbana, próximo ao abastecimento público do município de Frutal- MG. Na primeira etapa, correspondente as primeiras análises, foram selecionados os fluxos $0,3 \text{ L.h}^{-1}$ e $0,6 \text{ L.h}^{-1}$, enquanto na segunda etapa, os fluxos de $1,2 \text{ L.h}^{-1}$ e $2,4 \text{ L.h}^{-1}$.

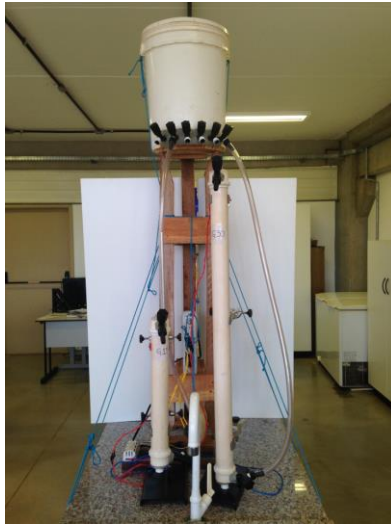


Figura 1. Equipamento montado para esterilização de água onde: G15= lâmpada germicida 15 W; G30 = lâmpada germicida 30W.

O ajuste de fluxo pós-tratamento foi realizado abrindo-se a torneira e cronometrando-se o tempo para preencher um volume específico em uma proveta. Quando a quantidade de água preenchia um volume já calculado, o qual coincidia com os valores de fluxo selecionado, a água era coletada para amostra. Para cada fluxo, quantificou-se o NMP/100 mL de coliformes termotolerantes (através da técnica dos tubos múltiplos com meio de cultura A1) além de amônia total, nitrato, nitrito e fósforo total (APHA, 2005). Todas estas análises foram realizadas nas duas etapas, antes e após o tratamento, para efeitos de comparação.

A figura 2 apresenta uma amostra em diferentes diluições, coletadas antes do tratamento de água, onde a turvação e a presença de gás demonstram contaminação por coliformes termotolerantes.



Figura 2. Imagem a esquerda mostra meio de cultura com turvação, indicativa de presença de coliformes termotolerantes, contrastando com o tubo a direita, sem a presença de turvação.

A água considerada potável deve estar dentro dos valores estabelecidos de acordo com a Portaria nº 518/04 (BRASIL, 2005). Os valores de fósforo permitido para a água doce estão apresentados na

Resolução CONAMA 357/05. A tabela 1 encontra-se os valores máximos permitidos de amônia, nitrito e nitrato e do fósforo, segundo a Portaria e a Resolução mencionadas.

Tabela 1. Valores máximos de acordo com a Portaria nº 518/04, que estabelece a condição de potabilidade da água. Valor de fósforo encontra-se na Resolução CONAMA 357/05.

	Unidade	Valor Máximo Permitido
Amônia	mg.L ⁻¹	1,5
Nitrito	mg.L ⁻¹	1
Nitrato	mg.L ⁻¹	10
Fósforo (ambiente lótico)	mg.L ⁻¹	0,1

Resultados e Discussão

As amostras de água, coletadas pós-tratamento com as lâmpadas germicidas de 15 W e 30 W, foram submetidas ao método dos tubos múltiplos para

quantificar o NMP/100 mL de bactérias termotolerantes. A figura 3 mostra que para os quatro fluxos selecionados houve eliminação total de bactérias, quando a quantidade inicial era de 1.300 NPM/100 mL antes do tratamento na coleta dentro da etapa 1 e de 3.300 NPM/100 mL, antes do tratamento na etapa 2.

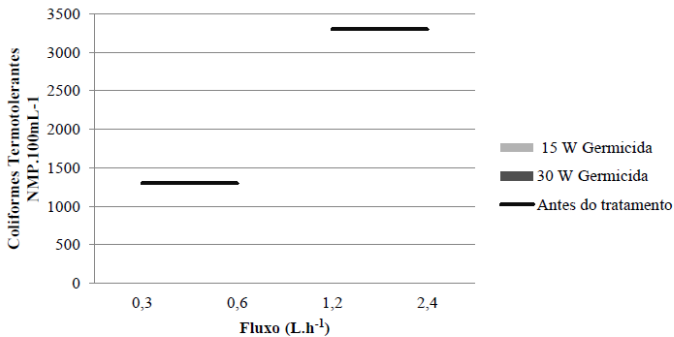


Figura 3. Gráfico que mostra o NMP/100 ml de bactérias termotolerantes para os valores de fluxos selecionados. As retas quantificam valores antes do tratamento com lâmpadas germicidas de 15 W e 30W.

As quantidades de amônia, nitrito, nitrato e fósforo total são apresentadas nas figuras 4, 5, 6 e 7.

As quantidades de amônia, nitrito, nitrato e fósforo total são apresentadas nas figuras 4, 5, 6 e 7.

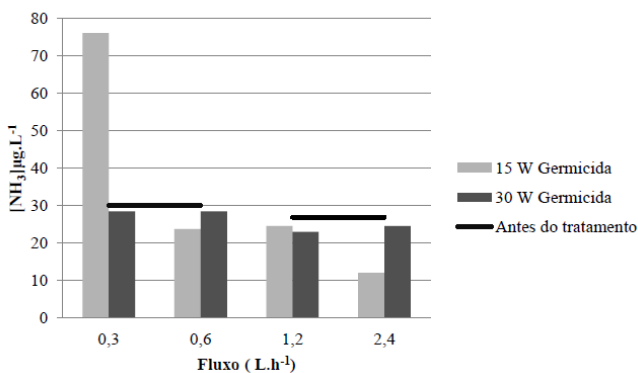


Figura 4. Quantidade de amônia encontrada na água pós-tratamento com lâmpadas germicidas de 15 W e 30 W. As retas representam a quantidade antes do tratamento.

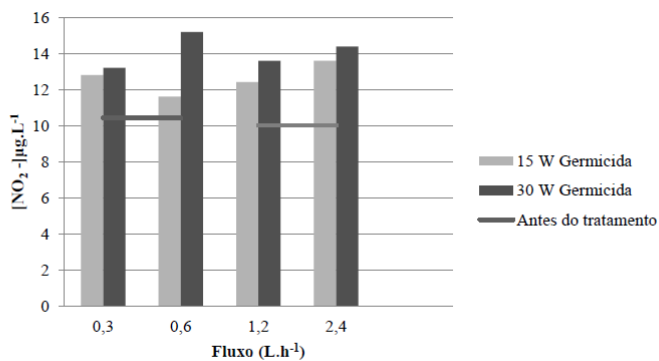


Figura 5. Quantidade de nitrito encontrada na água pós-tratamento com lâmpadas germicidas de 15 W e 30 W. As retas representam a quantidade antes do tratamento.

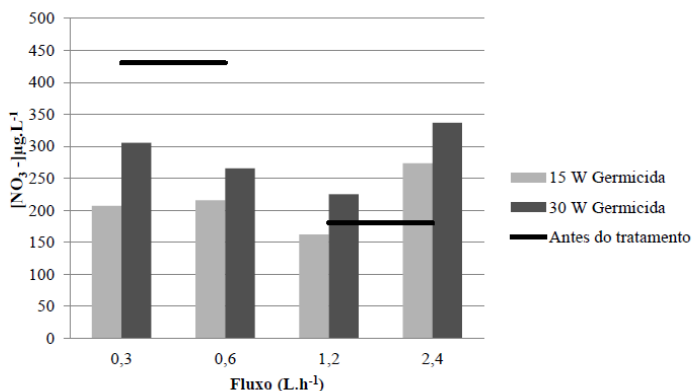


Figura 6. Quantidade de nitrato encontrado na água pós-tratamento com lâmpadas germicidas de 15 W e 30 W. As retas representam a quantidade antes do tratamento.

Conclusão

Conclui-se nesse trabalho, que os fluxos selecionados para esse experimento, correspondente aos valores de 0,3 L.h⁻¹, 0,6 L.h⁻¹, 1,2 L.h⁻¹ e 2,4 L.h⁻¹, foram suficientes para eliminar os coliformes termotolerantes presentes na água do manancial da cidade de Frutal-MG.

O máximo de amônia encontrada foi de 76,2 $\mu\text{g.L}^{-1}$ (0,076 mg.L^{-1}) e de acordo com o valor máximo permitido pela Portaria n° 518/04, de 1,5 mg.L^{-1} , pode-se afirmar que para esse experimento, a água encontra-se própria para o consumo em relação a esse nutriente tanto antes quanto após o tratamento.

Considerando o nitrito, o maior valor quantificado dessa substância foi encontrado na amostra que passou pela lâmpada germicida de 30 W, correspondendo a 15,2 $\mu\text{g.L}^{-1}$ (0,015 mg.L^{-1}). Esse valor é inferior ao valor máximo permitido (1 mg.L^{-1}) e, dessa forma, a água encontra-se própria para consumo antes e pós-tratamento.

Para o nitrato, o maior valor obtido foi para a água antes do tratamento, apresentando o valor de 430,5 $\mu\text{g.L}^{-1}$ (0,43 mg.L^{-1}). Como o valor máximo permitido de acordo com a Portaria n° 518/04 é de 10 mg.L^{-1} , então, a água encontra-se própria para consumo em relação a esse nutriente antes e pós-tratamento.

A maior quantidade de fósforo medida foi de 106,2 $\mu\text{g.L}^{-1}$ para a água tratada com lâmpada germicida 15 W, ou seja, 0,106 mg.L^{-1} . Segundo a tabela 1, o valor máximo é de 0,1 mg.L^{-1} e dessa forma, ultrapassou o valor máximo, tornando-a

imprópria para consumo. Somente essa amostra ultrapassou o valor máximo, todas as outras tratadas com UV ou mesmo antes do tratamento com UV, não ultrapassaram o limite.

Visando o uso desse equipamento para aplicações domésticas em propriedades rurais, projeta-se estudar a eliminação de coliformes termotolerantes utilizando-se fluxos maiores para que a água a ser consumida possa ser retirada mais rapidamente para uso. Pode-se também estudar se para águas mais contaminadas, os valores de fluxo selecionados continuam ou não a ser eficientes.

Referências

AGUIAR, A. M. S.; NETO, M. L. F.; BRITO, L. L. A.; REIS, A. A.; MACHADO, P. M. R.; SOARES, A. F. S.; VIEIRA, M. B. C. M.; LIBÂNIO, M. Avaliação do emprego da radiação ultravioleta na desinfecção de águas com turbidez e cor moderadas. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 37-47, 2002.

APHA/AWWA/WEF. **Standard methods for the examination of water and wastewater**. 21^a ed. Washington: American Public Health Association. 1082 p.2005.

BRASIL. **Portaria n° 518/04**. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. Brasília, DF, 2005

BRASIL. **Resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005**. Brasília, DF, 2005.

FOPPEN, J. W. A.; SCHIJUEN, J. F. Evaluation of data from the literature on the transport and survival of *Escherichia coli* and thermotolerant coliforms in aquifers under saturated conditions. **WaterResearch**, v. 40, p. 401-426, 2006.

JI, X.; DALHGREEN, R. A.; ZHANG, M. Comparison of seven water quality assessment methods for the characterization and management of highly impaired river systems. **Enviromental Monitoringand Assessment**, v. 188, p. 15-31, 2016.

LENART-BORÓN, A.; WOLANIN, A.; JELONKIEWICZ, L.; CHMIELEWSKA-BLOTNICKA, D., ZELAZNY. M. Spatiotemporal variability in microbiological water quality of the Bialka River and its relation to the selected physicochemical parameters of water. **Water, Air, &SoilPollution**, v. 277, p. 22-34, 2016.

LOBO, M. G.; COSTA, B. P.; WISBECK, E. Avaliação da desinfecção de água por reator utilizando radiação ultravioleta. **Revista de Ciências Ambientais**, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2009.

MEYER, S. T. Uso de cloro na desinfecção de águas, a formação de trihalometanos e os riscos potenciais à saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 99-110, 1994.

NÓBREGA, M. D. A. C.; SILVA, N. Q.; FÉLIX, T. S.; SILVA, G. A.; NÓBREGA, J. Y. L.; SOARES, C. M.; COELHO, D. C. Análise físico-química e bacteriológica da água de abastecimento da cidade de São Domingos-PB. **Informativo Técnico do Semiárido**, v. 9, n. 1, p. 10-14, 2015.

PAIXÃO, R. M.; SILVA, L. H. B. R.; ANDREOLA, R. Avaliação da presença de trihalometanos na água destinada ao abastecimento público na cidade de Maringá-Paraná. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v. 7, n. 4, p. 235-242, 2015.

PEIL, G. H. S.; KUSS, A. V.; GONÇALVES, M. C. F. Avaliação da qualidade bacteriológica da água utilizada para abastecimento público no município de Pelotas – RS – Brasil. **Ciência e Natura**, v. 37, n. 1; p. 79-84, 2015.

QUEIROZ, M. T. A.; SABARÁ, M. G.; QUEIROZ, C. A.; LIMA, L. R. P.; LEÃO, M. M. D.; AMORIM, C. C. Estudo de caso: análise espaço-temporal do Ribeirão Caladinho. Bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, Minas Gerais, para abastecimento público. **Ciência e Natura**, v. 37, n. 1, p. 141-150, 2015.



Editora Prospectiva